

Política Externa e Relações Econômicas Internacionais



ORGANIZADORES

DANIEL LENA MARCHIORI NETO
FELIPE KERN MOREIRA
FERNANDO COMIRAN
WAGNER FELONIUK

Política Externa e Relações Econômicas Internacionais



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE FURG

Reitor

DANILO GIROLDO

Vice-Reitor

RENATO DURO DIAS

Chefe de Gabinete do Reitor

JACIRA CRISTIANE PRADO DA SILVA

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

DANIEL PORCIUNCULA PRADO

Pró-Reitor de Planejamento e Administração

DIEGO D'ÁVILA DA ROSA

Pró-Reitor de Infraestrutura

RAFAEL GONZALES ROCHA

Pró-Reitora de Graduação

SIBELE DA ROCHA MARTINS

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis

DAIANE TEIXEIRA GAUTÉRIO

Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

LÚCIA DE FÁTIMA SOCOOWSKI DE ANELLO

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

EDUARDO RESENDE SECCHI

Pró-Reitora de Inovação e Tecnologia da Informação

DANÚBIA BUENO ESPÍNDOLA

EDITORA DA FURG

Coordenadora

CLEUSA MARIA LUCAS DE OLIVEIRA

COMITÊ EDITORIAL

Presidente

DANIEL PORCIUNCULA PRADO

Titulares

ANDERSON ORESTES CAVALCANTE LOBATO

ANDRE ANDRADE LONGARAY

ANGELICA CONCEIÇÃO DIAS MIRANDA

CARLA AMORIM NEVES GONÇALVES

CLEUSA MARIA LUCAS DE OLIVEIRA

EDUARDO RESENDE SECCHI

ELIANA BADIÁLE FURLONG

GIONARA TAUCHEN

LUIZ EDUARDO MAIA NERY

MARCELO GONÇALVES MONTES D'OCA

MARCIA CARVALHO RODRIGUES

RAÚL ANDRÉS MENDOZA SASSI

Editora da FURG

Câmpus Carreiros

CEP 96203 900 – Rio Grande – RS – Brasil editora@furg.br

Integrante do PIDL

Editora Associada a



Daniel Lena Marchiori Neto
Felipe Kern Moreira
Fernando Comiran
Wagner Feloniuk
Organizadores

Política Externa e Relações Econômicas Internacionais



Rio Grande
2021

Comissões

Organização do II Encontro de Pesquisas em Relações Internacionais

Comissão de Organizadores do II EPRI

Daniel Lena Marchiori Neto (UFPEL)
Fabiane Simioni (FURG)
Felipe Kern Moreira (FURG)
Fernando Comiran (FURG)
Gabriela de Moraes Kyrillos (FURG)
Wagner Silveira Feloniuk (FURG)

Comitê Científico do II EPRI

Camila Feix Vidal (UFSC)
Charles Pennaforte (UFPEL)
Daniel Lena Marchiori Neto (UFPEL)
Fabiane Simioni (FURG)
Felipe Kern Moreira (FURG)
Fernando Comiran (FURG)
Flávio Augusto Lira Nascimeto (Unipampa)
Gabriela de Moraes Kyrillos (FURG)
Giuliana Redin (UFSM)
Gustavo Castagna Machado (UFPEL)
Hemerson Luiz Pase (FURG)
José Carlos da Silva Cardozo (FURG)
Joséli Fiorin Gomes (UFSM)
Luciano Vaz Ferreira (FURG)
Renato José da Costa (Unipampa)
Wagner Silveira Feloniuk (FURG)

Conselho Editorial das Publicações do II EPRI

Amanda Muniz Oliveira (Unipampa)
Camila Feix Vidal (UFSC)
Camilo M. López Burian (Universidad de la República, Uruguai)
Charles Pennaforte (UFPEL)
Daniel Lena Marchiori Neto (UFPEL)
Felipe Franz Wienke (FURG)
Felipe Kern Moreira (FURG)
Fernando Comiran (FURG)
Joséli Fiorin Gomes (UFSM)
Luiza Machado da Silva (FURG)
Melise de Lima Pereira (UFPR)
Renato José da Costa (Unipampa)
Wagner Silveira Feloniuk (FURG)

Comissões de Discentes do II EPRI

Comissão discente de Staff

Ana Flávia Ramos de Almeida
Ana Lívia Tarcília Silva Godinho
Ariele Nunes Avila
Beatriz Silva Alves
Brenda Mena Barreto Leal
Bruna Pereira de Pereira
Caroline Matos
Isabela Nunes Maroto
Josiele San Martins Corrêa
Kevin Nepomuceno Montemor
Leda Mena Barreto Neta
Sara Santos Ribeiro
Thobias de Souza Ferreira Estanislau
Zuri Damasceno

Comissão discente de Acolhimento

Carlos Otaviano Passos
João Heitor Pereira
Josi Santini
Rebeca Alves V. de Macêdo

Comissão discente de Patrocínio

Ahmad Hussein Musa
Rodrigo Rosales Tapia
Sara Nunes M. Alves
Stéphani Rodrigues

Comissão discente de Mídia

Diuli Oliveira
Rafael Cavalcanti da Costa

Demais Membros da Organização

Eliezer Montes Rodrigues (Cerimonialista)
Luísa Teixeira Catarino (Fotógrafa)
Carolyne de Castro Carvalho Silva (Mestre de Cerimônia)
Sérgio Henrique Morais Clemente (Mestre de Cerimônia)

© Daniel Lena Marchiori Neto; Felipe Kern Moreira; Fernando Comiran; Wagner Feloniuk

2021

Arte da capa: Wagner Feloniuk
Diagramação da capa: Anael Macedo
Formatação e diagramação:

João Balansin
Gilmar Torchelsen
Cynthia Pereira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária
Marcia Carvalho Rodrigues, CRB 10/1411.

P769 Política externa e relações econômicas internacionais
[recurso eletrônico] / Daniel Lena Marchiori Neto
...[et al.] Organizadores. – Dados eletrônicos. – Rio
Grande, RS: Ed. da FURG, 2021.

Modo de acesso: <<http://repositorio.furg.br>>.
Título extraído da folha de rosto.
ISBN 978-65-5754-061-9 (eletrônico)

1. Brasil – Relações exteriores. 2. Relações
econômicas internacionais. I. Marchiori Neto, Daniel
Lena.

CDU, 2ª ed.:327(81)

Índice para o catálogo sistemático:

1. Brasil – Relações exteriores	327(81)
2. Relações econômicas internacionais	327

A revisão e todas as opiniões e informações expressas em cada um dos artigos são de inteira responsabilidade de seus respectivos autores.

Sumário

Apresentação.....	7
Discurso de abertura do II Encontro de Pesquisa em Relações Internacionais.....	18
As relações Brasil-Estados Unidos: reciprocidade ou submissão?..... <i>Bruno Martins Di Palma</i>	21
Neoliberalismo no Brasil: uma análise crítica da interferência estadunidense no governo FHC..... <i>Samara Teixeira de Oliveira</i>	53
Instrumentos unilaterais da política externa estadunidense no Brasil: o caso do Office for Inter-American Affairs (OCIAA) e da United States Information Agency (USIA)..... <i>Bruno Martins Di Palma</i>	83
A Amazônia e a Segurança Internacional: governança ou soberania?.. <i>Josieli Santini</i>	113
Todos os caminhos levam à China - os impactos das “novas rotas da seda” em perspectiva..... <i>Rafaela de Souza Correa</i>	128
Relações estratégicas Brasil-África no contexto do Atlântico Sul e da ZOPACAS..... <i>Erick Albani França de Souza</i>	145
Análise de competitividade do setor pesqueiro do Brasil no período de 1997 a 2016..... <i>Vinicius Dias Cruz</i>	168
Resumos expandidos.....	198

Apresentação

O livro *Política Externa e Relações Econômicas Internacionais* é uma obra composta exclusivamente por trabalhos de alunos que apresentaram no II Encontro de Pesquisas em Relações Internacionais. O evento ocorreu em novembro de 2019, com trabalhos principalmente de cursos de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande e outros cursos da região sul e central do estado - Federal de Pelotas, do Pampa e de Santa Maria. Pelo tema, também participaram deles muitos discentes do curso de Comércio Exterior sediado em Santa Vitória do Palmar, em uma união que tem se mostrado frutífera e benéfica para os dois cursos ao longo de tantos anos. O edital do evento trouxe duas modalidades de submissão, artigos científicos e resumos expandidos. O livro teve sete trabalhos na primeira modalidade e quinze na segunda.

O título do livro é composto por dois assuntos que representam os temas ali inseridos - não necessariamente interligados, mas que nos trabalhos, apresentaram afinidades em diversos momentos. Sobre política externa, podem ser encontrados trabalhos sobre as relações políticas do Brasil com os Estados Unidos, relações Brasil-África, em estudos sobre diversos países asiáticos - estes trabalhos tratam de momentos presentes e também períodos anteriores e suas principais características.

A segunda parte, sobre economia internacional, é muito voltada a análises de competitividade de certos setores econômicos brasileiros, seja em relação ao restante dos países, seja em comparação com algum em específico. E, também, ao meio ambiente, tema este, que é apresentado como umbilicalmente ligado à economia em diversos dos trabalhos publicados e mostra como a preocupação ambiental está se consolidando, como na Europa, como uma preocupação contínua da organização econômica desde seus primeiros planejamentos. Os trabalhos demarcam um momento e

mostram os interesses de pesquisa de alunos interessados em se tornar profissionais dessas áreas.

O II EPRI foi um evento inteiramente gratuito, incluindo a publicação do livro para aqueles que fossem aceitos no double-blind peer review method estabelecido pelo edital de submissão. Para organizar o evento e publicações desta forma, foi empreendido um esforço relevante por parte de muitos professores e alunos do curso. A expectativa é que o livro seja uma chance de publicação a vários pesquisadores iniciando suas carreiras, futuros internacionalistas inseridos em empresas da iniciativa privada e, também, futuros membros de carreiras públicas.

Sobre o II Encontro de Pesquisas em Relações Internacionais

O II EPRI ocorreu nos dias 07 e 08 de novembro de 2019, no Campus de Santa Vitória do Palmar. Nele, palestraram professores da Unipampa, UFPEL, UFSM, UFSC e de dois *campi* da Universidade Federal do Rio Grande, sede do evento. Compareceram participantes e apresentadores dessas instituições e diversas outras, não apenas do estado, mas espalhadas por todo o Brasil. Ao todo, os vinte e nove palestrantes e membros de banca convidados a comparecer presencialmente fizeram um conjunto de palestras e, junto delas, foram organizados Grupos de Trabalhos para os pesquisadores em nível de graduação e pós-graduação apresentarem seus trabalhos. A ideia do encontro surgiu alguns anos antes como um acontecimento bianual para reunir os alunos do curso e outras instituições e fora realizado com sucesso naquela oportunidade, em 2017.

O evento contou com quase 300 participantes. 101 trabalhos escritos, com até três autores, foram submetidos e 82 foram aprovados, chegaram efetivamente ao evento naqueles dias e serão publicados. Essa dimensão foi algo inédito para o *campus* de Santa Vitória do Palmar, não apenas para o curso de Relações Internacionais, é o maior evento organizado até aqui e um sinal positivo para a consolidação do curso como um dos locais de ensino e pesquisa em Relações Internacionais no Rio Grande do Sul.

Para a organização de um evento assim, foi especialmente importante o apoio recebido por muitas vias diferentes. A estrutura presente permitiu, nos seus limites, realizar o evento, mas o esforço

de muitas pessoas foi necessário para permitir que ele fosse feito nos moldes alcançados. Os destaques são muitos e podem ser divididos entre alunos, professores e servidores técnicos.

Os alunos formaram, autonomamente, quatro Comissões Discentes - Staff, Acolhimento, Patrocínio e Mídia, e ingressaram nelas de acordo com seus objetivos de contribuição. Foram um total de vinte alunos, ou seja, um quinto de todo o curso, participando do evento como organizadores. E sua importância foi grande, não haveria um evento semelhante sem eles, com apoios longos, comprometidos, que contribuíram com ideias na estruturação, esforços (longos) de preparação do campus, criação de material de mídia, divulgação em redes sociais, preparação de alimentos aos participantes, organização da hospedagem solidária - além da maciça tarefa de estar presente no *campus* nos dias do evento e nos que o seguíam, desde muito antes de iniciar e depois de acabar os horários habituais.

Cada uma dessas atividades de organização pode ser citada em duas ou três palavras em uma apresentação escrita, mas não raro envolveram muitas horas ou até dias inteiros dedicados inteiramente aos assuntos, com idas e voltas do *campus*, trabalhos e mensagens durando boa parte da madrugada. Então, um agradecimento a todos os organizadores discentes. A todos que se destacaram em algumas dessas atividades em particular, um agradecimento especial, que foi lembrado enquanto a apresentação era escrita, pois em muitas dessas ações, mais do que atividades em si, a citação traz à lembrança de rostos e esforços notáveis de vários alunos do curso.

Nestas considerações, um apoio foi particularmente importante e merece ser destacado. Perto de uma centena de artigos e resumos, quase mil páginas de ABNT, foram formatados e corrigidos para o livro também pelo esforço de alunos voluntários. Cada formatação exigiu atenção a uma lista de verificações e correções, que nem sempre são curtas, e foi individualmente discutida com o grupo todo ao longo de muitas sessões virtuais de correção. Não é possível precisar quantas horas foram dispendidas nesse processo, que teve resultados excelentes. Um trabalho que adiantou em muitos meses a publicação das obras, melhorou a qualidade do material que fica após o evento e o consolida no tempo. Desde o primeiro momento, fazer as correções foi apresentado como um desprendimento pessoal, ao qual não haveria uma retribuição palpável além de saber que era uma contribuição importante

para o evento e, em alguma medida, o curso. Neste trabalho contribuíram: Brenda Mena Barreto Leal, Carlos Otaviano Passos, João Heitor Pereira, Pamela Monteiro Siqueira e Rodrigo Rosales Tapia. Obrigado por terem aceitado fazer isso - e citando vocês, obrigado aos outros esforços que eventualmente não foram sequer conhecidos em sua plenitude pelos professores, mas ajudaram a fazer o evento.

Os professores, por sua vez, apoiaram de diversas outras formas, igualmente imprescindíveis. Da Direção da Faculdade de Direito, veio um apoio institucional constante, cuidadoso, que ofereceu diálogo e apoiou o evento de muitas maneiras materiais e imateriais, e também fez o evento possível como ele se desenrolou, com participação externa e diversas características difíceis de alcançar em tempos de crise. Da mesma forma, muitos professores se deslocaram de outros locais, alguns de fora do estado, para fazerem palestras e parte dos Grupos de Trabalho. Os professores do próprio curso apoiaram com muitas ideias, estruturas, disposição em viajar longamente para trazer um palestrante, permanência no *campus* para muito além de suas obrigações profissionais habituais ou agendas. Novamente, assim como com os alunos, houve muita vontade de fazer o evento acontecer e parte dos acontecimentos foi moldada para melhor por essa disposição.

Por fim, os Servidores Técnico-Administrativos em Educação contribuíram também em diversos momentos. Em especial, a disposição com a organização dos equipamentos para o auditório e as salas, um comprometimento que todos do *campus* se acostumaram a ter na organização dos eventos, mas que merece ser lembrado e agradecido a cada vez.

Assim, o evento teve 300 pessoas. Não é muito, a depender das considerações. Há mais eventos científicos com 300, e com 3.000 também, sendo feitos com frequência e formados por decisões profissionais objetivas e acertadas. Nesse caso, no entanto, a distância e as condições, assim como a vontade de fazer dar certo, fizeram do II EPRI um acontecimento cheio de intenções, contribuições e suor, especialmente por parte dos alunos. Se fazer um evento com 300 pessoas pode não ser difícil ou especial no geral, neste caso, foi, e temos certeza que muitos alunos entendem porque a lembrança dele traz à mente antes de tudo a passagem de Saint-Exupéry: "*L'essentiel est invisible pour les yeux*".

Dados do II Encontro de Pesquisas em Relações Internacionais

Palestras

O II EPRI contou com as seguintes palestras, em uma troca de experiências entre professores e incentivando o contato com os alunos presentes. A estrutura proposta é que as falas durassem cerca de quarenta minutos e permitissem perguntas ao final. Elas foram sequenciais, na mesma sala, todos os presentes puderam acompanhar elas.

As palestras eram o primeiro de dois eixos do evento. Ao lado dos Grupos de Trabalho, e elas foram o principal acontecimento, à semelhança do que ocorrem em diversos eventos consolidados brasileiros, no qual professores e pesquisadores são convidados a palestras e alunos, da graduação ao final do doutorado, contribuem em momentos de maior diálogo sobre o assunto de seus interesses nos grupos.

Palestras I - 1º dia noite - 07/11/2019

Presidência: Fabiane Simioni.

a) *A análise dos Sistema-Mundo e as Relações Internacionais: a contribuição de Immanuel Wallerstein* por Charles Pennaforte (UFPEL).

b) *Política externa energética das grandes potências* por Flávio Augusto Lira Nascimento (Unipampa).

c) *Institutos liberais no Brasil: novas formas de atuação estadunidense?* por Camila Feix Vidal (UFSC).

d) *Xenofobia estrutural no Estado brasileiro* por Giuliana Redin (UFSM), à distância.

Palestras II - 2º dia manhã - 08/11/2019

Presidência: Wagner Silveira Feloniuk.

a) *Desafios para a transição agroecológica: uma análise comparada Brasil e União Europeia* por Felipe Franz Wienke (FURG).

b) *A ascensão do conservadorismo global e seus reflexos no Brasil* por Daniel Marchiori Neto (UFPEL).

Palestras III - 2º dia noite - 08/11/2019

Presidência: José Carlos da Silva Cardozo.

a) *Quarenta anos de embates: o papel da República Islâmica do Irã no Oriente Médio e no sistema internacional* por Renato José da Costa (Unipampa).

b) *Das traduções culturais e dos transplantes jurídicos* por Gustavo Castagna Machado (UFPEL).

c) *Há uma agenda internacional sobre consumo sustentável?* por Joséli Fiorin Gomes (UFSM).

d) *RI e Rock: System of a Down e a luta pelo reconhecimento do Genocídio Armênio* por Amanda Muniz Oliveira (Unipampa).

Grupos de Trabalho

Os Grupos de Trabalho foram estruturados de maneira tradicional, como são em tantos eventos, mas foi tomado o cuidado de conceber eles da maneira que se promovesse ao máximo as qualidades potenciais do modelo. Assim, para cada apresentação foi entregue um total de 15 minutos e não havia limite estabelecido para o diálogo com os membros das bancas após a apresentação. Além disso, estabeleceu-se um limite de 10 apresentações por banca, viabilizando que um tempo tão grande fosse efetivamente cumprido e os apresentadores fossem efetivamente ouvidos e pudessem receber contribuições às suas pesquisas. Eles foram apresentados ao longo das tardes dos dois dias de evento - e muitas salas ficaram cheias de ouvintes, apresentadores e alunos do curso. Também houve o cuidado de não deixar um apresentador em dois grupos na mesma tarde, permitindo a submissão e publicação de até dois trabalhos por pessoa, mas não juntos, contribuindo para a não interrupção das discussões por movimentações nas salas.

Os trabalhos foram recebidos por meio de submissão virtual que se propôs a publicar todos os trabalhos efetivamente apresentados. Isso foi organizado por um edital público, inteiramente gratuito e aberto a todos, sem importar curso ou universidade, contanto que houvesse o liame com os temas dos grupos. Como inovação, foi aceito, exclusivamente na modalidade resumo expandido, a apresentação digital, por meio do envio de vídeos. Assim, ao fim, haviam passado pelo *double-blind peer review*

method, segundo critérios típicos de revistas científicas, um total de 83 trabalhos, de aproximadamente 100 submissões iniciais.

Os autores tiveram voz na escolha do grupo em que apresentariam, permitindo que eles se inserissem e conhecessem pesquisadores, tanto quanto possível, dentro de seus interesses. Enfim, foi empreendido um esforço de organização delicado para permitir que as pessoas estivessem a vontade e no melhor ambiente de aprendizado e diálogo possível.

A respeito dos trabalhos, cumprindo as propostas, houve a divisão interna dentre os seis assuntos inicialmente propostos pelos professores do curso de Relações Internacionais, esses grupos foram subdivididos tantas vezes quanto necessário. Foi especialmente impactante a quantidade de trabalhos a respeito do meio ambiente, firmando uma tendência que pode não ser comentada com frequência no Brasil, mas que parece a par da Europa e Estados Unidos, de ascensão do assunto na política, Direito e economia. Além dos temas efetivamente contemplados - que podem ser lidos nos temas e descrições abaixo - teria sido possível fazer ao menos uma seção inteiramente dedicada ao tema.

Grupos de Política Externa e História das Relações Internacionais

Descrição: este Grupo de Trabalho está apto a receber trabalhos nas áreas da História das Relações Internacionais e da Política Internacional. Serão aceitos trabalhos que versem sobre Teoria das Relações Internacionais, História das Relações Internacionais, Política Externa Brasileira, Política Externa e Comparada, Diplomacia e Segurança Internacional.

a) *GT 1 - I: Política Externa e história das Relações Internacionais* - 1º dia tarde - 07/11/2019 - Banca: Wagner Silveira Feloniuk (FURG), Fernando Comiran (FURG).

b) *GT 1 - II: Política Externa e história das Relações Internacionais* - 1º dia tarde - 07/11/2019 - Banca: Charles Pennaforte (UFPEL), Renatho José da Costa (Unipampa).

c) *GT 1 - III: Política Externa e história das Relações Internacionais* - 1º dia tarde - 07/11/2019 - Banca: Flávio Augusto Lira Nascimento (Unipampa), José Carlos da Silva Cardozo (FURG).

Grupo de Direito Internacional e Comparado

Descrição: este Grupo de Trabalho está apto a receber trabalhos relacionadas à dimensão jurídica das relações internacionais. Serão aceitos trabalhos sobre Organizações Internacionais, Regimes Internacionais, Direito Internacional (Público e Privado), Direito da Integração e demais áreas relacionadas ao plano jurídico global, internacional, regional e transnacional.

GT 2: Direito Internacional e Comparado - 1º dia tarde - 07/11/2019 - Banca: Daniel Lena Marchiori Neto (UFSM), Felipe Kern Moreira (FURG), Carolina Belasquem de Oliveira Gomes (FURG).

Grupos Economia e Comércio Internacional

Descrição: este Grupo do Trabalho está apto a receber trabalhos na área da Economia e do Comércio Internacional. Serão aceitos trabalhos nas áreas da Economia, nas mais diversas interfaces com o plano internacional (bilateral, multilateral, global, regional, transnacional), Comércio Exterior e internacionalização de empresas.

a) *GT 3 - I: Economia e comércio internacional* - 1º dia tarde - 07/11/2019 - Banca: Jonatas de Oliveira (FURG), Michelle Macia Viana Martins (FURG), Ricardo Saraiva Frio (FURG).

b) *GT 3 - II: Economia e comércio internacional* - 1º dia tarde - 07/11/2019 - Banca: Alécio Romero Gonçalves (FURG), Ricardo Aguirre Leal (FURG).

Grupo de Estudos de Fronteiras

Descrição: este Grupo de Trabalho está apto a receber trabalhos relacionados a pesquisas sobre aspectos sociais, econômicas e culturais de fronteiras tanto em sua dimensão político-física quanto simbólica. Serão aceitos trabalhos de diversas áreas do conhecimento relacionadas à temática de fronteiras, incluindo pesquisas multidisciplinares, integração regional, geografia, migrações, turismo e hospitalidade.

GT 4: Estudos de Fronteiras - 2º dia tarde - 08/11/2019 - Banca: Melise de Lima Pereira (FURG), Luiza Machado da Silva (FURG), Amanda Muniz Oliveira (Unipampa).

Grupos de Direitos Humanos e Relações Internacionais a partir de Perspectivas das Margens

Descrição: este Grupo de Trabalho está apto a receber trabalhos na área de Direitos Humanos e Teorias das Relações Internacionais enfatizando perspectivas críticas e/ou periféricas no estudo do internacional, dos Direitos Humanos e de áreas afins. Serão aceitos trabalhos a partir de abordagens neomarxistas como Teoria Crítica, Teoria da Dependência e Sistema Mundo; Feministas e Pós-Coloniais.

a) *GT 5 - I: Direitos Humanos e Relações Internacionais a partir de perspectivas das margens* - 08/11/2019 - Banca: Camila Feix Vidal (UFSC), Fabiane Simioni (FURG), Raphael de Boer (FURG).

b) *GT 5 - II: Direitos Humanos e Relações Internacionais a partir de perspectivas das margens* - 08/11/2019 - Banca: Kaciano Barbosa Gadelha (FURG), Gabriela de Moraes Kyrillos (FURG).

Grupo de Políticas Públicas Comparadas

Descrição: este Grupo de Trabalho está apto a receber trabalhos na área da análise de políticas públicas, preferencialmente a partir de uma abordagem metodológica comparada, ou seja, inserindo a possibilidade de cotejar experiências de dois países ou mais. Receberemos trabalhos que aprofundem o debate teórico e metodológico sobre as políticas públicas. Além disso, serão avaliados esboços que abordem setorialmente as políticas públicas, considerando por exemplo temas como saúde, meio ambiente, direitos humanos, energia, previdência e assistência social, judicialização, etc.

GT 6: Políticas públicas comparadas - 08/11/2019 - Banca: Joséli Fiorin Gomes (UFSC), Hemerson Luiz Pase (FURG), Wagner Silveira Feloniuk (FURG).

Publicações

A publicação dos trabalhos do II EPRI foi planejada com flexibilidade. Seriam livros virtuais a serem organizados de acordo com os acontecimentos do evento e a adesão do público-alvo. Como houve o envio de um grande número de trabalhos, houve a decisão

pela formação de quatro volumes. É um empreendimento levado a frente pelo esforço de organizadores, alunos e professores, com expressivo apoio da Direção da Faculdade de Direito.

O resultado final foi a divisão da seguinte maneira:

a) *Reflexões sobre o sistema internacional a partir dos Campos Neutrais*: composto pelos trabalhos de mestrados e doutorandos apresentadores em Grupos de Trabalho, professores palestrantes e pesquisadores da área e professores que participaram dos Grupos de Trabalho. Esta é uma obra formada por pesquisas em nível de pós-graduação, no qual há uma grande diversidade de assuntos que foram concatenados tematicamente e buscam representar o melhor da pesquisa da área nesta região. Nele, há exclusivamente artigos, em um total de quatorze.

b) *Relações Internacionais contemporâneas*: composto por pesquisas de alunos da graduação, na forma de artigos e resumos expandidos e com temas de política externa e relações internacionais. A maior parte dos trabalhos neste livro vieram do primeiro Grupo de Trabalho, de Política externa e história das Relações Internacionais, mas podem ser encontrados alguns trabalhos apresentados inicialmente outros grupos que foram depois enquadrados melhor nesta temática. Um total de vinte e um trabalhos compõe esse livro, sendo oito, artigos.

c) *Política Externa e Relações Econômicas Internacionais*: composto exclusivamente por trabalhos de alunos da graduação apresentados no II EPRI, evento do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande. Ele trata de temas relacionados à economia e política externa, e teve vinte e dois trabalhos. Nele é visível a profunda interligação do tema econômico com o meio ambiente atualmente, além da amplitude dos países estudados em continentes e momentos históricos escolhidos, alguns em suas relações com o Brasil e outros com foco exclusivo nos países objetos da pesquisa.

d) *Normas, instituições e poder a partir de perspectivas das margens*: o último livro composto por pesquisas dos alunos trata de temas de Direito Internacional, Direitos Humanos e reconhecimento de minorias. É um livro no qual os trabalhos envolvendo perspectivas das margens, vindas de demandas socialmente importantes, são apresentadas. É um campo no qual o *campus* tem

grande destaque e deu resultado ao livro com mais obras, um total de vinte e cinco, com nove artigos.

Estes livros são, até certa medida, a continuidade de três anteriores, lançados em função da organização do I EPRI, lançados em 2018. Eles ajudam a formar um corpo de trabalhos dos alunos do curso de Santa Vitória do Palmar e todos os estudantes de outras instituições que se deslocam até a cidade para participar do evento.

Santa Vitória do Palmar, junho de 2020.

Prof. Dr. Daniel Lena Marchiori Neto

Prof. Dr. Felipe Kern Moreira

Prof. Dr. Fernando Comiran

Prof. Dr. Wagner Feloniuk

Organizadores

Discurso de abertura do II Encontro de Pesquisa em Relações Internacionais

Primeiramente gostaria de saudar meus colegas e amigos queridos de mesa de abertura, Prof^ª. Bitiza Mascarenhas, vice-diretora do Campus, prof^ª. Gabriela Kyrillos e Prof. Wagner Feloniuk, Coordenadores docentes deste II EPRI. Saúdo especialmente, as discentes Carolina Mattos, Isabela Maroto e o Tobias Estanislau.

Saúdo também a todos os pesquisadores aqui presentes os quais nos dão o privilégio da presença em nosso campus FURG de Santa Vitória do Palmar. Alguns já eram colaboradores. No caso de algumas – Camila, Joséli e Luiza –, a insuportável saudade de alunos e professores fez retornar a esta casa para mais uma vez nos abraçar intelectualmente e lecionar. Alguns são novos amigos que conosco constroem pontes colaborativas inéditas.

Ao preparar estas palavras iniciais do evento fui assolado por diferentes sentimentos, ideias e palavras. Fiquei indeciso sobre o que diria nesta importante abertura. Diante de tal bloqueio saí hoje pela manhã para caminhar pelas ruas da acolhedora cidade de Santa Vitória do Palmar, aproveitando este belíssimo dia primaveril. Percorri a Barão e – a fim de buscar inspiração – fui tomar um sorvete no Konitos – o qual fortemente recomendo aos nossos visitantes. Escolhi – é claro – um sorvete de doce-de-leite o qual fui tomar sentado num banco da praça General Andrea. Ali, sentado, naquele banco, tomando aquele sorvete, embaixo do sol, fui impactado por um processo quase metafísico de intensificação de minhas sinapses criativas.

Eram as catorritas berrando lá no cimo nas palmeiras reais, o sorvete de doce-de-leite do Konitos, um banco de praça, embaixo do sol, em Santa Vitória. Uma epifania. Que momento! De tão animado resolvi dar uma banda na praça, passei pela frente do Teatro

Independência, um tanto preocupado: Minha vó já falava que homem de meia idade andando na praça – tipo numa quinta-feira de manhã – va-ga-bun-do (!) – só poderia ser confundido com um tarado. Sentei-me novamente no banco, olhei para frente e mirei - num frontispício em estilo neocolonial de uma casa – a data de 1861. Retornei de meus devaneios metafísicos. Esta antiga cidade, o Brasil e a Universidade. Estava em Santa Vitória para o II Encontro de Pesquisa em Relações Internacionais.

Então eu me fiz a mesma pergunta que Darcy Ribeiro se fez quando percorreu esses campos neutrais em fuga para o exílio em Montevideo naquele fatídico primeiro semestre de 1964. Pergunta que inúmeras vezes – retoricamente – ele formulou. Onde, quando, nós erramos? Sim temos errado feio e repetidas vezes. Por que continuamos relegados a este pesadelo de um quase, da condição periférica do sistema internacional? Nestes dias, o Die Zeit divulgou uma classificação dos regimes políticos de países latino-americanos: o Brasil é o único na extrema direita. Contudo, hoje, aqui na Universidade, não teremos este Muro de lamentações, na Universidade não queremos muros, tampouco lamentações.

Mais do que nunca a Universidade brasileira é chamada a pensar os problemas do Brasil e do mundo, com ousadia, com criatividade, com o coração e com as vísceras, com cordialidade. Na universidade pública brasileira treinamos nossas melhores mentes, nesta sala, neste evento, podemos até não nos reconhecer, mas somos o que de melhor o país tem. Esta é uma tremenda responsabilidade para nós professores que treinamos e formamos estes jovens pesquisadores que aqui estão.

Devemos resgatar as Utopias. Utopias que levaram o tenaz professor Daniel Lena Marchiori Neto, prof. Luciano Vaz Ferreira e este animal professor que vos fala, a sonharem com um evento científico criativo, ousado, festivo, altivo, aqui nos pacíficos Campos Neutrais, de onde construímos uma nova e revolucionária história. Eu não estou exagerando, temos mais de duas centenas de participantes (230 inscritos), e quase uma centena de trabalhos científicos (96 trabalhos) no campus FURG de Santa Vitória do Palmar. Este sonho lúcido contagiou outros tantos, outras tantas. Temos tudo de que precisamos, temos o mais importante, temos nossas humanidades, temos uns aos outros, temos nossos sonhos,

temos nossos afetos e uma vontade férrea de pensarmos e transformarmos o Brasil e o mundo. Aqui no Campus FURG Santa Vitória do Palmar, nós, funcionários e funcionárias, alunos e alunas, professores e professoras damos nosso sangue e nossa alma por uma educação pública, gratuita, de qualidade, socialmente referenciada e comprometida.

Ao final, gostaria de expressar o mais profundo agradecimento – da parte da Faculdade de Direito – aos Coordenadores-Gerais docentes deste evento, prof. Wagner Feloniuk e prof^ª. Gabriela Kyrillos, que conseguiram ir além das utopias e realizar, com ajuda de uma equipe competentíssima, este segundo EPRI que está somente começando.

Muito obrigado!

Santa Vitória do Palmar, 07 de novembro de 2019.

Prof. Dr. Felipe Kern Moreira

AS RELAÇÕES BRASIL-ESTADOS UNIDOS: RECIPROCIDADE OU SUBMISSÃO?

Bruno Martins Di Palma*

Introdução

A eleição, em 2018, do novo Presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, vem obtendo demasiada atenção dos canais jornalísticos, estudiosos da área e da opinião pública no que se refere as relações Brasil-Estados Unidos. O novo governo, bem como o novo Chanceler brasileiro, Ernesto Araújo, vem tratando as relações entre os países como uma atenção objetiva especial na agenda internacional do Brasil. Demonstração dessa prioridade tratativa, teve partida antes mesmo da posse oficial do novo presidente brasileiro, e concretizou-se com a visita do Secretário de Estado estadunidense, Mike Pompeo, já no segundo dia do governo de Jair Bolsonaro¹. Nessa visita, o Secretário, não tardou em tratar de assuntos relevantes aos interesses nacionais estadunidenses, como as relações com Cuba e a crise venezuelana.

O presidente e seu filho Eduardo Bolsonaro (eleito deputado federal pelo PSL²) já vinham demonstrando simpatia e aproximação com representantes estadunidenses antes de assumir o governo, recebendo em 29 de novembro de 2018, o Conselheiro de Segurança

* Graduando no curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

¹ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, O ministro Ernesto Araújo recebe o secretário de estado dos EUA, Mike Pompeo - Brasília, 2 de janeiro de 2019 [Coletiva de imprensa]. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/sem-categoria/19896-o-ministro-ernesto-araujo-recebe-o-secretario-de-estado-dos-eua-mike-pompeo-brasilia-2-de-janeiro-de-2019-coletiva-de-imprensa>>. Acesso em: 17 ago. 2019.

² Partido Social Liberal.

Nacional dos Estados Unidos, John Bolton³. O Chanceler brasileiro Ernesto Araújo visitou oficialmente⁴ Washington duas vezes ainda nos primeiros 100 dias de governo, tendo a primeira visita ocorrido no período de 5 a 7 de fevereiro, um encontro com formadores de opinião, como Olavo de Carvalho⁵, empresários e congressistas; e na segunda visita, entre 17 e 19 de março, o ministro acompanhou o presidente brasileiro para receber o prêmio de personalidade do ano, oferecido pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, ocasião em que o presidente bateu continência para a bandeira dos Estados Unidos⁶, ato considerado inapropriado pelos críticos, e outra vez já repudiado quando o mesmo repetiu o ato no encontro com o Conselheiro de Segurança Nacional⁷.

Outras medidas também têm recebido críticas devido a falta de reciprocidade nas relações entre os países, a exemplo da revogação de visto estadunidenses para entrada no Brasil, decisão que rompe com o princípio de reciprocidade adotado historicamente pela

³ Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/11/29/bolsonaro-recebe-em-casa-assessor-de-seguranca-nacional-dos-eua.ghtml>>. Acesso em 26 set. 2019.

⁴ As viagens oficiais do governo brasileiro nos Estados Unidos podem ser conferidas no site do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5120-estados-unidos-da-america>>. Acesso em: 26 set. 2019.

⁵ Nem político, nem acadêmico, Olavo de Carvalho se destacou como ‘guru intelectual’ do Brasil. Passou de ‘caricatura da extrema direita e do neoconservadorismo no Brasil’ para personagem próximo aos assessores do presidente eleito, Jair Bolsonaro em 2018. Seu discurso se baseia numa ‘mistura de liberalismo econômico’ e um ‘conservadorismo moral’, tendo sido padrinho direto das nomeações de Ernesto Araújo para o Ministério das Relações Exteriores e de Ricardo Vélez Rodríguez para o Ministério da Educação. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/27/politica/1543319632_709659.html>. Acesso em: 26 set. 2019.

⁶ BULLA, Beatriz. Bolsonaro bate continência à bandeira dos EUA e muda bordão. 16 maio 2019. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/bolsonaro-recebe-premio-bate-continencia-a-bandeira-dos-eua-e-erra-o-proprio-bordao,3e51701c017f264ac65c2f3bcce8d1c0oldta994.html>>. Acesso em: 17 de ago. 2019.

⁷ MILANI, Lívia. As relações com os EUA no âmbito do processo de transição de governo no Brasil. *Mundorama - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais*. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/?p=25000>>. Acesso em: 26 set. 2019.

diplomacia brasileira⁸. No mesmo sentido, algumas decisões foram vistas com receios e desconfianças, a exemplo do Acordo de Salvaguarda Tecnológica, na Base de Alcântara, e outras com críticas a respeito dos benefícios para o Brasil, como a promessa de os Estados Unidos apoiarem a entrada do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em troca da renúncia, pelo Brasil, do *status* de nação em desenvolvimento na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Levando em conta essas considerações, esse artigo tem por objetivo analisar as relações entre o Brasil e os Estados Unidos nos contextos internacionais e políticos delineados com o decorrer da história, no período da Independência do Brasil até o Golpe Civil-Militar brasileiro em 1964. Concomitantemente a esta análise, pretende-se expor a reciprocidade das relações diplomáticas entre os países, a fim de se observar os interesses entropostos nestas relações, e assim, para que seja ponderado quais medidas foram tomadas levando em conta as circunstâncias estabelecidas e quais foram as consequências para o Brasil.

1 As relações Brasil-Estados Unidos

As relações bilaterais entre os dois países caracterizam-se tradicionalmente pela política de amizade e aproximação, uma vez que os desentendimentos conjunturais não poderiam encobrir a observação de que as relações que o Brasil manteve com os Estados Unidos continuam sendo as mais importantes no conjunto da sua política externa (CERVO; BUENO, 2015). O país é o principal destino das exportações brasileiras de produtos manufaturados⁹, além de ser um investidor tradicional no Brasil, sendo um dos maiores investidores para o país¹⁰, que, pelo mesmo motivo, vulnerabiliza o

⁸ BBC. FELLET, João. *Por que o Brasil decidiu isentar de visto turistas de EUA, Japão, Austrália e Canadá*. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47605005>>. Acesso em: 25 out. 2019.

⁹ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Estados Unidos da América. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5120-estados-unidos-da-america>>. Acesso em: 26 set. 2019.

¹⁰ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Estados Unidos da América. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5120-estados-unidos-da-america>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

Brasil em suas relações com o mesmo pelo risco de sanções econômicas. Tais ações podem vir a prejudicar o país em situações em que o Brasil precisar se posicionar internacionalmente em conflitos delicados que envolvam os Estados Unidos.

Situação exemplificativa desse quadro pode ser analisado no caso do entrave em relação ao abastecimento de dois navios iranianos atracados no porto de Paranaguá (PR). Ainda que o Chanceler brasileiro, Ernesto Araújo, tenha defendido a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) para abastecer os navios iranianos, a ocasião gerou preocupação à Petrobras, pois temia sanções dos Estados Unidos, uma vez que Irã e Estados Unidos se encontram em uma relação conflituosa, e os navios fariam parte de uma lista de entidades sancionadas pelos Estados Unidos¹¹.

Essas relações contínuas de cooperação permitiram, ao longo do tempo, a criação de uma série de mecanismos de cooperação e diálogo bilateral, além de fóruns de coordenação bilateral. Apesar de distanciamentos, as diferenças, de um momento para outro, então na ênfase, no aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo quadro mundial e no grau de envolvimento da opinião interna (BUENO, 2015).

O artigo dará ênfase a períodos importantes e específicos, e naqueles em que será necessário fazer uma contextualização do cenário internacional para compreender os desdobramentos que decorreram da política externa dos países. A relação começou com o reconhecimento dos Estados Unidos à Independência do Brasil em 1824, e posteriormente seguiu-se em aproximações e momentos de independência mais acentuados, quando o Brasil optava pela preferência tratativa de assuntos internos com reserva a cooperação dos Estados Unidos e quando cooperava com países nos quais os Estados Unidos consideravam antagonistas a sua política externa.

¹¹ O GLOBO. Oliveira, Eliane. *Petrobrás poderá sofrer sanções dos EUA por abastecer navios iranianos, diz Chanceler*. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/petrobras-podera-sofrer-sancoes-dos-eua-por-abastecer-navios-iranianos-diz-chanceler-23832406>>. Acesso em: 25 out. 2019.

1.1 As relações Brasil-EUA no Império (1822-1889)

O Brasil acabara de tornar-se independente de Portugal, e como todo Estado quando tornado independente, se faz necessário o reconhecimento por outros Estados; os Estados Unidos foram um dos primeiros a reconhecer o Brasil¹². A historiografia brasileira entende que tal reconhecimento por parte dos Estados Unidos se deu pela recém declarada Doutrina Monroe (1823), que concebia a separação por esferas de influência para a América e a Europa, a não colonização e a não-intervenção, para assim, designar um claro rompimento entre o Novo Mundo e o reino autocrático da Europa¹³.

Apesar dos Estados Unidos ainda não possuírem a capacidade de superintender todo o continente americano, a Doutrina Monroe repercutiu no curso em que o Brasil viria a seguir como Estado e suas relações com os países vizinhos e a Europa. A doutrina representava o interesse dos Estados Unidos para que os países da América não ficassem suscetíveis à extensão do sistema europeu. Embora haja contestações em relação à abrangência hemisférica da doutrina Monroe sob todo o continente americano, defendendo que essa era muito mais uma política voltado para o Caribe¹⁴, de forma a contestar paralelamente a abrangência da expressão (erroneamente repetida) “a América para os americanos”, a historiografia considera a doutrina como de papel importante para a América do Sul também, e logo o Brasil.

Seguindo esse raciocínio, podemos considerar a narrativa de que, devido a tal inacessibilidade estadunidense de intervir nas

¹² Apesar da historiografia brasileira considerar erroneamente os Estados Unidos como primeiro país a reconhecer a independência do Brasil, como consta no próprio site do MRE, já se constatou que a Argentina teria sido a primeira a reconhecer a independência do Brasil, por meio do ministro argentino de Relações Exteriores, Bernardino Rivadavia (COSTA E SILVA *apud* WIESE, 2017, p.505). Anterior a essa conclusão, também teria ocorrido uma má interpretação do autor, em que o Império de Benim, o imperador e seu vassalo, teriam sido os primeiros soberanos a reconhecer o Brasil - “qualitativo com que excluía governos presidencialistas, como o dos Estados Unidos” (COSTA E SILVA *apud* WIESE, 2017, p.502).

¹³ OFFICE OF THE HISTORIAN, DEPARTMENT OF STATE OF UNITED STATES OF AMERICA. Monroe Doctrine, 1823. Disponível em: <<https://history.state.gov/milestones/1801-1829/monroe>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

¹⁴ TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. *Uma política para o continente - reinterpretando a Doutrina Monroe*. Rev. Bras. Polít. Int. 57 (2): 115-132 [2014].

relações dos países sul-americanos em relação à Europa, a doutrina Monroe não desempenhou papel importante num primeiro momento. Do mesmo modo, os Estados Unidos demonstraram desinteresse em conflitos regionais sul-americanos e no estabelecimento de cooperação formal, a exemplo quando o Império brasileiro, seguido pelo México e Colômbia, propuseram uma aliança formal com o país, resultando apenas na assinatura de um tratado comercial limitado, no caso brasileiro (TEIXEIRA, 2014). Teixeira (2014) observa que a disputa fronteiriça entre Venezuela e Guiana, que perdurou da década de 1880 até 1895, foi “um caso isolado inserido dentro de um padrão mais geral, na medida em que foi talvez o único exemplo relevante em que a doutrina fora explicitamente invocada para justificar ações dos Estados Unidos aos sul do Panamá”. (TEIXEIRA, 2014, p.120).

Embora se possa considerar que o expansionismo dos Estados Unidos de avançar se deu de maneira diferente em relação ao Caribe e a América do Sul, as relações com o Brasil foram significativas no espectro comercial, com destaque para a exportação de café, e de consolidação de novos canais institucionais, bem como os canais diplomáticos para a futura configuração da política externa brasileira. No plano ideológico, o Brasil optou pela neutralidade e simpatia aos vizinhos sul-americanos nas questões principiológicas de não-intervenção estrangeira europeia e estadunidense quando ocorria a oposição de ideias decorrentes das correntes bolivarianas¹⁵ e do monroísmo. Tal posicionamento característico fica evidente quando analisado o Brasil em relação às Conferências pan-americanas:

Enquanto o pan-americanismo restringiu-se aos ideais bolivarianos e aos interesses de segurança dos Estados hispano-americanos, o governo dos Estados Unidos, como ocorria com o brasileiro e também com o argentino, dedicou-lhe uma atenção displicente. Não compareceu a nenhum congresso pan-americano, até reunir o seu próprio, em 1889. (CERVO, 2015, p.155).

¹⁵ Os ideais bolivarianos remetem ao pensamento de Simón Bolívar. Tais ideias ficaram configuradas no documento (Carta da Jamaica), considerado fundamental, *Contestación de un americano meridional a uncaballero de esta isla*. COMISSÃO PRESIDENCIAL PARA A COMEMORAÇÃO DO BICENTENÁRIO DA CARTA DA JAMAICA. *Carta da Jamaica 1815-2015*. Colección Unidad Nuestra America.

No âmbito doméstico, o sentimentalismo de se dissociar do monarquismo por meio da aproximação com os Estados Unidos começou a gerar consequências no modo como seriam definidas a futura política externa do Brasil. O advento da República no Brasil modificou o modo como seria conduzida sua política externa e quais parceiros seriam priorizados, bem como a qual hemisfério seria dado maior atenção. Não se pretende discutir aqui a validade dessa transição política, mas sim, o envolvimento e apoio estadunidense à transição e quais foram os impactos nas relações bilaterais entre os países.

1.1.1 Os Estados Unidos e a Amazônia

Em contrapartida à última observação, é sensato colocar na análise o interesse dos Estados Unidos na ocupação e defesa da livre circulação fluvial na Amazônia, na década de 1850, em que houve grande pressão de Washington, liderada pelo tenente da Marinha, Matthew Maury, e repercussão na opinião pública, meios empresariais e no governo (CERVO, 2015, p.112). Tal campanha configura a contradição principiológica da política externa dos Estados Unidos e seu discurso de não-intervenção, que no caso, era utilizada por conveniência, uma vez que o princípio significava a não-intervenção europeia na América. Apesar do reconhecimento da independência do Brasil pelos Estados Unidos, a campanha e atuação oficial de Washington nesse tema, comprova o princípio expansionista e econômico do país como política externa, mesmo que desacatando a soberania de outros Estados.

Anterior a essa campanha, os Estados Unidos já haviam, sem sucesso, projetado uma companhia para navegar o Amazonas com barcos a vapor, em relatório produzido por outros dois oficiais da marinha estadunidense, Herdon e Gibbon, “que, pela região do Ucaiali e pelo Madeira, penetravam no vale Amazônico, atingindo Belém, de onde se dirigiram aos Estados Unidos” (NUNES, 2012, p. 57).

A pressão dos Estados Unidos exigiu do Brasil enorme articulação diplomática para contrapor a campanha estadunidense e convencer os países vizinhos do perigo imperialista que poderia se fixar na América do Sul, bem como convencer a opinião pública brasileira, uma vez que defensores liberais se manifestaram

favoráveis à abertura da Amazônia. Somado a isso, o Brasil soube usufruir de sua estabilidade política para defender suas posses territoriais e a resistir a pressões externas. Concomitantemente, Cervo (2015, p.115) observa outros dois fatores que favoreceram os Estados Unidos a ceder à pressão sobre o tema: a guerra de Secessão (1861-65) e as críticas técnicas e antiescravista na imprensa e na opinião pública, pois as rotas fluviais serviriam para traficar escravos também.

No entanto, a força da corrente liberal configurou mais adiante, no debate político brasileiro, para a abertura incondicional a todas as nações, excluído o trânsito de navios de guerra (NUNES, 2012). Dessa forma, em contrapartida as correntes nacionalistas e protecionistas, o Brasil acabou por ceder uma área geoestratégica para interesses estrangeiros. Ainda que não seja possível destrinchar as negociações nesse caso, será possível perceber um certo padrão que se repetirá similarmente como ocorreu nessa ocasião, em que forças políticas internas são cúmplices de interesses estrangeiros e acabam por entregar vantagens estratégicas que poderiam ser utilizadas para barganhar com os Estados Unidos, e assim, desenvolver a autonomia do Estado brasileiro.

1.2 As relações Brasil-EUA na República Velha (1889-1930)

A doutrina Monroe teve maior impacto para os países do Caribe e principalmente em relação à Cuba, tendo em vista que os Estados Unidos consideravam os países da América do Sul como países mais estáveis e em progresso (TEIXEIRA, 2014). Com o decorrer da doutrina, os Estados Unidos começaram também a desenvolver maior capacidade para intervir em territórios geograficamente mais distantes, criando condições competitivas quanto a Europa. Embora essa nova capacidade tenha sido relevante, os Estados Unidos eram mais cautelosos aos países caribenhos:

Enquanto que a relativa distância em relação aos Estados Unidos colocava os países sul-americanos fora do escopo real da Doutrina Monroe e deixava-os menos preocupados do que seus colegas mexicanos, caribenhos e centro-americanos com uma intervenção dos Estados Unidos, na medida em que o poderio e a estabilidade de

Argentina, Brasil, e Chile tornavam-se mais claros, alguns formuladores de política norte-americanos começaram a considerar novas possibilidades de aplicação da Doutrina a fim de manter a estabilidade no continente. (TEIXEIRA, 2014, p. 124).

Ao mesmo tempo, não tardou para os Estados Unidos compreenderem o contexto ao qual o Brasil estava passando no âmbito doméstico, e perceberem a oportunidade do que poderia resultar o embate ideológico que estava ocorrendo entre monarquistas e federalistas e republicanos. Notável de observação, é como parte da elite nacional do Brasil, representada pelos cafeicultores e diplomatas brasileiros optaram preferencialmente às relações com os Estados Unidos, possivelmente para tratar de interesses comuns como a exportação de café e os ideais republicanos¹⁶. Não por acaso, a notável aproximação com os Estados Unidos quando República, quebrando a tradição da política exterior Imperial, se deu após uma transição de regime político ao qual teve participação relevante dos Estados Unidos.

O sentimento de ‘americanizar’ e reorientar a política externa do Brasil por parte dos diplomatas brasileiros favoreceu os Estados Unidos na percepção de ter o Brasil simpatizando com o modelo político do “Novo Mundo”, deixando a monarquia europeia. Em outras palavras, o “Destino Manifesto” chegara ao Brasil e o corolário Roosevelt, extensão da doutrina Monroe, tornou-se o novo instrumento diplomático para conduzir a política externa expansionista dos Estados Unidos. Além do mais, “os republicanos brasileiros indicavam que os Estados Unidos poderiam ser utilizados como exemplo na organização de um governo federalista pautado na autonomia das províncias” (PEREIRA, 2009, p.73). Do mesmo modo, a reforma republicana considerou o molde constitucional estadunidense para elaborar a nova Constituição de 1861, ocasião em

¹⁶ O Manifesto Republicano, redigido por Quintino Bocaiúva e Salvador de Mendonça, possui dois eixos principais, o do federalismo e o da democracia. O manifesto refletia a influência das experiências republicanas modernas - principalmente estadunidense e francesa -, em que a alternativa à forma monárquica era legitimada pela soberania popular e regulada pelo direito. FGV. CPDOC. *Quintino Bocaiúva*. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BOCAIUVA,%20Quintino.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2019.

que Rui Barbosa, figura política notável na elaboração da nova constituição, teria sido acusado de plágio, ao querer importar a federação à americana (FAORO, 2012, 1.9190¹⁷).

A nova constituição atendia também ao desejo de mudança da política externa Imperial, tão desejada por Quintino Bocaiúva e Salvador de Mendonça. E no campo político, “seria a ferramenta que colocaria em prática ideais existentes desde o Manifesto Republicano de 1870 (que também tinha como signatários Quintino Bocaiúva e Salvador de Mendonça), como o federalismo, a liberdade de culto e de educação e as eleições diretas.” (PEREIRA, 2009, p. 82).

O movimento republicano no Brasil viu nos Estados Unidos um modelo que abrangia as deficiências administrativas e as reivindicações que estavam à tona em diversos locais do Brasil. Entre essas reivindicações, estava a necessidade de proporcionar um sistema que condissesse com o crescimento econômico, do qual o Brasil era o maior produtor cafeeiro e os Estados Unidos, o maior comprador desse café. Mendonça, enquanto nomeado cônsul privativo do Império nos Estados Unidos, dedicou-se a “inspecionar e requisitar modificações nos consulados e nas agências comerciais nos Estados Unidos com vistas a aperfeiçoar o contato com as instituições e produtos norte-americanos” (PEREIRA, 2009, p.50).

Podemos supor que os articuladores e defensores do republicanismo no Brasil tiveram contato relevante com os Estados Unidos, de modo a trazerem consigo experiências e impressões que resultaram na defesa de mudanças moldadas nas experiências bem-sucedidas estadunidenses. Embora não visto estudo que averiguasse se a aproximação e a importação dos modelos estadunidenses tenham sido parte de estratégia unilateral dos Estados Unidos para aproximar e criar precedente para manter o Brasil mais alinhado aos seus interesses, podemos apenas observar os resultados. Neles, é notável a influência ideológica na configuração republicana do Brasil, e o interesse particular de espelhar-se naquele modelo “americano” e deixar para traz resquícios monárquicos.

No entanto, o decreto que constituiu a república no Brasil não

¹⁷ Não há consenso ou padrão no que se refere ao modo de citar referências advindas de fontes eletrônicas, em mais específico, os livros digitais (em que muitos não possuem página). Portanto decidiu-se referir-se com *localization* (l.) nas fontes tiradas de livros eletrônicos.

significou sinônimo de estabilidade política. As divergências políticas e ideológicas decorreram na Revolta Armada, ocasião em que os Estados Unidos se aproveitaram da instabilidade para apoiar quem seriam os futuros governantes do Brasil. Aqui, novamente com a cumplicidade da elite e grupos políticos determinantes, os Estados Unidos violaram a soberania nacional ao intervir militarmente, fato decisivo para a vitória, na baía de Guanabara (CERVO, 2015). Vale ressaltar que Floriano Peixoto aceitou a autoridade do corpo diplomático e dos comandantes navais estrangeiros para tal execução, ao tempo que o próprio Salvador de Mendonça fazia gestões junto ao Departamento de Estado estadunidense (CERVO, 2015, p.189).

1.2.1 O Brasil na Conferência de Washington (1889)

Salvador de Mendonça configurou importante personagem político e diplomático, tanto no movimento republicano nacional como também na sua atuação na Conferência de Washington, quando designado cônsul em Baltimore e participante da missão diplomática de representar o Brasil nessa conferência. A República nasceu no período em que ocorrera a Conferência nos Estados Unidos, e o acontecimento mudou as diretrizes que os representantes brasileiros haviam conferido para defender posicionamentos durante o evento.

O Brasil não pretendia ter um alinhamento de modo que deixasse a Europa de lado, pois essa era importante para as relações comerciais com o país. Os monarquistas, ainda que reticentes, viram a Conferência como “uma oportunidade de diversificação das importações e das exportações, além de o País poder afirmar a solidez da Monarquia em meio ao ressurgimento do republicanismo e do descontentamento militar” (PEREIRA, 2009, p.57).

Ao mesmo tempo em que o Brasil era reticente no período Imperial quanto a negociar com Estados Unidos, a imprensa estadunidense era simpática ao imperador D. Pedro II desde sua visita ao país em 1876. Da mesma forma, levando em conta o receio estadunidense em relação a influência europeia na América, a imprensa e o Congresso não reconheceram imediatamente a transição política no Brasil.

Alguns temas como o arbitramento exclusivo para os Estados

Unidos em casos conflituosos na América, o Brasil, conjuntamente com o Chile (e consensualmente com os demais países), eram contrários a essa exclusividade uma vez que conferia poder aos Estados Unidos. Com o advento da República, Salvador de Mendonça mudou de posicionamento na Conferência. Como também observa Pereira (2009, p.62), houve um embaraço diplomático quanto ao reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos, em que o representante estadunidense no Brasil teria reconhecido a república no Brasil enquanto que isso não teria sido uma diretriz reconhecida pelo governo estadunidense. Também havia receios ao Governo Provisório, devido a seu caráter militar e a possibilidade de tornar-se uma ditadura inconveniente aos interesses estadunidenses.

O autor critica paralelamente, a ingenuidade idealista dos protagonistas na Conferência, atuação que pode ser considerada “favorável aos Estados Unidos e de fragilidade para os brasileiros, que por intervenção de Salvador de Mendonça, interpretaram a situação de forma idealista, sem se atentar para as dificuldades que o advento da República poderia trazer naquele momento” (2009, p. 67).

1.2.2 Barão de Rio Branco e o Corolário Roosevelt

O hemisfério se desenhava com dois países geograficamente grandes, com o Brasil ao sul e os Estados Unidos ao norte, em relação aos seus vizinhos, mas além dessa característica, a que mais acentua a diferença entre os mesmos, era a diferença histórica, cultural e linguística. Os Estados Unidos começavam a desenvolver-se militarmente e expandir notável capacidade de influenciar e intervir militarmente em temas críticos americanos como na crise Venezuelana (1895) e na guerra de independência de Cuba da Espanha (1898). Do lado brasileiro, este concebia os Estados Unidos como novos parceiros, ainda que soubesse das desigualdades de poder de um para outro. O novo contexto, com a emergência de novos poderes no espectro internacional, o Brasil deixou sua reserva em relação aos Estados Unidos e simpatizou com a nova extensão da doutrina Monroe: o corolário Roosevelt.

Rio Branco, assumindo o ministério, e Nabuco designado a servir em Washington, ambos que antes eram reticentes ao americanismo e esse último até mesmo preferível a manter relações

com a Europa ao invés dos Estados Unidos, concordou em intensificar as relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos¹⁸. O Brasil apoiou os Estados Unidos nas Conferências Pan-Americanas, ocasião em que Nabuco convenceu Elihu Root, secretário de Estado estadunidense, a comparecer à conferência do Rio de Janeiro (Terceira Conferência Pan-Americana, configurando a primeira visita oficial ao exterior feita por um secretário de Estado estadunidense). Ao mesmo tempo, Rio Branco ainda mantinha “preocupações sobre o corolário Roosevelt à Doutrina Monroe e ao uso do Big Stick para consolidar a hegemonia norte-americana no hemisfério” (BETHELL, 2010, p.84).

Embora Nabuco tenha mudado seu olhar em relação aos Estados Unidos¹⁹, talvez um pouco por vaidade quando designado para Washington, foi definitivo para aproximação dos países e uma continuação do idealismo de Salvador de Mendonça. A Europa ainda era muito importante para o Brasil, principalmente a Inglaterra, e havia temor por parte dos países americanos quanto a essa aproximação e o engrandecimento por parte tanto dos Estados Unidos, quanto do Brasil no hemisfério. Rio Branco com certeza foi mais cauteloso e se preocupou concomitantemente em equilibrar e não se ter um alinhamento automático com os Estados Unidos, pois além dos vizinhos sul-americanos, parcela da opinião pública brasileira também tinha suas críticas em relação a essas relações. Rio Branco sabia que deveria ter uma relação pragmática e utilizava-se da propaganda para aumentar a autoridade da política externa brasileira (MANZUR, 1999, p.43).

Ainda que não seja objeto desse estudo analisar a genealogia ou prosopografia dos representantes brasileiros que exerceram funções diplomáticas nos Estados Unidos, é importante destacar como o papel deles moldaram a política externa brasileira de modo que simpatizasse com moldes e talvez ideais estadunidenses. Pois, apesar do Brasil não ter a mesma história que seus vizinhos hispânicos, seria razoável ser mais prudente tendo em vista que os

¹⁸ BETHELL, Leslie. Nabuco e o Brasil entre Europa, Estados Unidos e América Latina. Dossiê Joaquim Nabuco, *Novos Estudos* 98, nov. 2010, p.63-88.

¹⁹ Também em PEREIRA, Paulo José dos Reis. A política Externa da Primeira República e os Estados Unidos: a atuação de Joaquim Nabuco em Washington (1905-1910). *Rev. Bras. Polít. Int.* 48 (2): 111-128 [2005].

demais vizinhos eram reticentes à um novo imperialismo estadunidense. Não se pretende anacronizar os movimentos políticos e as prioridades do início da República, mas questionar até que o ponto os embaixadores brasileiros que se aproximaram dos Estados Unidos, por interesses comerciais oligárquicos, e se utilizando concomitantemente das mudanças políticas no Brasil, não ensejaram estabelecer relações de maior reciprocidade entre os países.

1.3 As relações Brasil-EUA na Era Vargas (1930-1945)

A década de 30 figurou importante fato histórico para o Brasil e para os Estados Unidos: o Brasil acabara de passar pela Revolução de 30, ascendendo para a presidência do Brasil, Getúlio Vargas, enquanto que os Estados Unidos haviam passado pela crise econômica de 1929, fato que afetou paralelamente o Brasil e suas exportações. Apesar disso, os Estados Unidos viriam a se tornar maiores parceiros comerciais que a Inglaterra para o Brasil, e os mesmos, no plano ideológico, utilizavam-se do pan-americanismo e da social-democracia para aproximar-se dos países americanos e estender o livre-comércio. O Brasil assinara o Tratado Comercial em 1935, pelo qual o Brasil oferecia concessões tarifárias a determinados produtos norte-americanos, e os Estados Unidos liberavam de tributos os principais produtos de exportação brasileiros²⁰.

A Grã-Bretanha foi até 1930 o maior parceiro financeiro do Brasil e o mais importante parceiro comercial até a Primeira Guerra Mundial²¹. No entanto, os Estados Unidos já vinham intensificando seu comércio com os demais países americanos, e notava-se que a capital do mundo capitalista estava sendo transferida de Londres para Nova York²². As Conferências Internacionais Americanas

²⁰ FGV CPDOC. *Acordo Comercial Brasil-Estados Unidos (1935)*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acordo-comercial-brasil-estados-unidos-1935>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

²¹ BETHELL, Leslie. Nabuco e o Brasil entre Europa, Estados Unidos e América Latina. Dossiê Joaquim Nabuco, *Novos Estudos* 98, nov. 2010, p.63-88.

²² BUENO, Clodoaldo. Da Pax Britannica à Hegemonia Norte-Americana: o Integracionismo nas Conferências Internacionais Americanas (1826-1906). *Estudo históricos*, 1997 - 20.

proporcionaram tratativas de cunho comercial entre os países do continente, mas que beneficiou principalmente os Estados Unidos, por meio da Secretaria Internacional, uma vez que “na prática, era um organismo auxiliar da penetração do capital e do comércio norte-americanos numa área dominada de longa data pelos europeus” (BUENO, 1997, p.240).

A Primeira Guerra Mundial (1914-18) proporcionara a oportunidade estadunidense de expandir sua economia, em meio ao conflito e atenção europeia na guerra. Investimentos diretos e de comércio exterior, como por exemplo, o mercado automobilístico e petrolífero, cresceram enormemente no período entre guerras²³. O advento da Revolução de 30 com a chegada de Vargas, e Oswaldo Aranha como embaixador do Brasil nos Estados Unidos, esse grande admirador dos Estados Unidos, configurou a política externa do Brasil a inclinar-se mais para os Estados Unidos. Embora também se tenha relacionado notadamente com a Alemanha, de modo a barganhar (inteligentemente) com ambos os países, característica cunhada como “equidistância pragmática”²⁴, o Brasil, como será demonstrado, tendeu as relações com os Estados Unidos pela “composição de interesses domésticos e o próprio esgotamento dos recursos de barganha do governo brasileiro na negociação de seu alinhamento aos Estados Unidos.”²⁵

Em 1933, Roosevelt anunciara a política da boa vizinhança no hemisfério americano, com o objetivo de estreitar as relações interamericanas a partir de uma política externa menos invasiva e menos agressiva como o Big Stick, além de não intervir mais militarmente, defendendo o princípio de não-intervenção novamente (MACEDO, 2013). Essa política foi necessária para apaziguar o antiamericanismo americano²⁶ em relação às práticas violentas e

²³ GARCIA, Eugênio Vargas. *Estados Unidos e Grã-Bretanha no Brasil: transição de poder no entre guerras*. Contexto Internacional. Rio de Janeiro, vol. 24, nº 1, janeiro/junho 2002, pp. 41-71.

²⁴ O termo foi cunhado pelo Professor Gerson Moura no livro *Autonomia na Dependência*.

²⁵ FGV CPDOC. *Acordo Comercial Brasil-Estados Unidos (1935)*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acordo-comercial-brasil-estados-unidos-1935>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

²⁶ O termo ‘antimericanismo’ se refere aos Estados americanos, da América, em relação às ações dos Estados Unidos. Se manteve tal termo, devido a falta de outro

intervencionistas na República Dominicana, Haiti, Cuba, Panamá e Nicarágua realizadas pelos Estados Unidos. Era preciso também inovar e restabelecer as relações pan-americanas, uma vez que “mesmo depois da retirada das forças armadas da Nicarágua e da presença dos fuzileiros navais em Cuba apenas para propósito de embarcação, os latino-americanos ainda não estavam convencidos de que a intervenção tinha sido abandonada (WOOD, 1967, p.118 *apud* MACEDO, 2013, p.32).

Essa mudança de política externa dos Estados Unidos foi fundamental para que se aprofundasse as relações comerciais e culturais com os americanos, de modo a combater, novamente, a influência europeia, e agora com destaque à influência alemã, na América e posteriormente, ao posicionamento desses na Segunda Guerra Mundial. A segunda etapa da política de boa vizinhança consistia:

Assim, a segunda etapa da Boa Vizinhança, que durou até o fim da guerra, modificou suas formas de interpelação e adotou uma série de ações estratégicas em direção à América Latina, relacionando os campos político, econômico e cultural, principalmente no que dizia respeito ao desenvolvimento dos países latino-americanos nesses aspectos. Implementaram políticas sociais e econômicas para melhorar o padrão de vida de países da América Latina; cresceram os empréstimos, subvenções e assistência técnica para os governos da América Latina por agências governamentais em Washington, assim como os investimentos nas indústrias latino-americanas; ampliaram as ações do Banco Export-Import, que emprestava dinheiro para exportadores dos Estados Unidos e para países latino-americanos (WOOD, 1967, 283-361 *apud* Ibid, 2013, p. 29)

A nova política configurou um modo mais sutil de manter sob o espectro estadunidense os países americanos do hemisfério. Agências de comunicação e de cultura penetraram na América de modo a configurar uma nova visão sob aspectos políticos e culturais, e que passaram a desempenhar papel importantíssimo para entender

termo para substituir. O texto trata como estadunidense os Estados Unidos e americano, todos os países da América. O termo norte-americano para designar os Estados Unidos não é utilizado por se entender que norte-americano também se poderia incluir o Canadá e o México.

até mesmo a conjuntura política e cultural atual. Do mesmo modo, é considerável observar que esse novo *modus operandi* transvestiu a noção imperialista estadunidense, como bem denota a seguinte passagem:

Hoje sua lógica é outra; não mais guerras localizadas para delimitar zonas de influência, não mais territórios geográficos e sim territórios imaginários, que garantem um imenso mercado consumidor para sua eficiente indústria cultural. Exportar não somente produtos, mas o estilo de vida inteiro, os hábitos, os valores que se espalham no tecido social através de uma lógica bastante sutil e imanente à sociedade de consumo. (MADEIRA, 2001, p. 398).

O fim da “equidistância pragmática” se daria no final da década de 30 com a missão de Osvaldo Aranha nos Estados Unidos (1939) e a formalização de acordos bilaterais (BUENO, 2015, p.253). Osvaldo Aranha reformara organicamente o Ministério das Relações Exteriores (1938) e tornara-se Ministro das Relações Exteriores no mesmo ano, sob o advento do Estado Novo, fato que consumou na aproximação com os Estados Unidos e contrapôs aos que se inclinavam às relações do Brasil com a Alemanha (fato temido pelos Estados Unidos). Para satisfazer seus antigos interesses, porém por outros meios, os Estados Unidos articularam nova modalidade de instrumentos para contrapor à influência europeia na América, principalmente no início da Segunda Guerra Mundial (1939-45).

No mesmo ano, reuniu-se a primeira conferência pan-americana - Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas - para adotar uma posição diante da guerra (Ibid., 2015, p.271). Em razão da Conferência do Panamá (1939), também criou-se a Comissão Consultiva Interamericana Financeira e Econômica²⁷, que por sua vez criou a Comissão Interamericana de Desenvolvimento²⁸, sob a presidência

²⁷ “Os objetivos da Comissão eram atacar as desarticulações econômicas previsíveis em tempos de guerra e explorar métodos de longo prazo para aumentar o comércio interamericano e promover o crescimento econômico da América Latina” (MOURA, 2012, p.42).

²⁸ “A Comissão Interamericana de Desenvolvimento propunha um padrão de industrialização para a América Latina firmemente subordinado aos interesses

de Nelson Rockefeller²⁹. Dessa forma, é possível perceber como os Estados Unidos começaram a utilizar-se de novos instrumentos para fundamentar as relações com os americanos, mas:

Embora alguns métodos houvessem mudado, os objetivos da política externa dos Estados Unidos permaneciam os mesmos. Ela almejava minimizar a influência europeia na América Latina por meio da manutenção da liderança dos Estados Unidos no hemisfério e estímulo à estabilidade política nos países do continente. (ATKINS, 1997 *apud* MOURA, 2012, p. 39).

Os países viriam, posteriormente, a definir cooperações econômicas e militares, mas não com a mesma facilidade. No plano econômico pode-se destacar o acordo entre Brasil e Estados Unidos (1941) sobre a venda exclusiva de minerais estratégicos brasileiros e a missão Sousa Costa aos Estados Unidos, por recomendação de Oswaldo Aranha, para renegociação da dívida pública brasileira, bem como o envio de uma missão, sob liderança de Oswaldo Aranha, aos Estados Unidos para a concessão de ajuda financeira e tecnologia para a construção de uma usina siderúrgica no Brasil (em Volta Redonda/RJ).

No plano militar, formou-se um Conselho Interamericano de Defesa³⁰ para promover e coordenar atividades de matéria de defesa. Em 1940, também fora criado a Comissão Mista Brasil-EUA para melhorar medidas de defesa comum. Nesse sentido, os Estados Unidos se lançaram a instigar o Brasil a fazer uma série de

econômicos estadunidenses, e que sustentasse a complementaridade assimétrica entre as partes. Em tal padrão, não havia espaço para projetos de industrialização de largo alcance.” (MOURA, 2012, p. 43).

²⁹ Sucessor da família Rockefeller (John D. Rockefeller Jr., quinto filho do magnata do petróleo, John D. Rockefeller, considerado o empresário mais rico de todos os tempos e fundador da Standard Oil), compôs o Grupo Rockefeller, e desenvolveu atividades principalmente na iniciativa privada, mas envolveu-se em diversas áreas políticas, incluindo no Brasil.

³⁰ “Para eles [Estados Unidos] o Conselho Interamericano de Defesa era meramente uma fachada militar necessária à ação multilateral do Departamento de Estado, e não tinha qualquer papel a desempenhar no verdadeiro planejamento de guerra. Os planejadores militares se dispunham apenas a pôr em prática com as nações latino-americanas planos de colaboração eminentemente bilaterais.” (CHILD, 1980 *apud* MOURA, 2012, p. 44).

concessões militares que causaram divergências políticas a esse respeito, como por exemplo, a translação de militares em território brasileiro. Era intenção de Vargas renovar e abastecer o Brasil com armas, e o país, apesar de ter resistido a uma série de tentativas estadunidenses de envolver o Brasil em questões militares e acordos assimétricos sobre comércio de armamentos, soube barganhar sob a disposição dos Estados Unidos de evitar uma aproximação com a Alemanha, principalmente relacionado a matéria militar (MOURA, 2012).

Apesar disso, o Brasil viria a romper relações diplomáticas com o Eixo (Alemanha, Japão e Itália), tendo a promessa de que os Estados Unidos reequipariam as forças armadas do Brasil. Os Estados Unidos foram autorizados em 1942, a utilizar militarmente as bases brasileiras em Belém, Natal e Recife, além de instituir uma Comissão Técnica Militar Mista para organizar e coordenar operações militares de guerra (BUENO, 2015). Não obstante, os Estados Unidos tentaram outras vezes, enviar e utilizar-se das bases como ponto geoestratégico, e o Brasil receava dessas concessões uma vez que setores internos classificavam como uma violação da soberania, e configurariam não apenas um sistema de defesa hemisférica, mas também rotas do Atlântico Sul para Ásia e África. Do mesmo modo, o Brasil desejava que os Estados Unidos cumprissem as promessas militares e deixasse de demonstrar apenas interesses simbólicos, como insinuações e discursos políticos sem ações objetivas (MOURA, 2012).

A Conferência do Rio (1942) foi responsável por maior parte dessas tratativas. Resoluções recomendavam que os países americanos rompessem com os países do Eixo, de modo a frear as relações principalmente econômicas e militares com os mesmos. De modo geral, o pan-americanismo serviu de pretexto para que os Estados Unidos definissem sua hegemonia no continente americano, e para isso, contou com acordos assimétricos que permitissem o fornecimento exclusivo de matérias primas para os Estados Unidos e, por outro lado, que não se desenvolvesse um parque industrial nacional forte no Brasil (MOURA, 2012). Para convencer os setores políticos e sociais de tais ideias, o Departamento de Estados estadunidense possuía grande intimidade com o Departamento de

Imprensa e Propaganda (DIP)³¹ (MOURA, 2012, p. 108).

Como analisa Moura (2012), nem os Estados Unidos, nem a Inglaterra, desejavam que o Brasil entrasse e tivesse participação na guerra pelas complicações que isso poderia acarretar. Por iniciativa brasileira, o Brasil ficara a mercê dos Estados Unidos para instruí-los em que momento poderia atuar na guerra, uma vez que não possuía planos e a organização necessária para tal. Vargas tinha como objetivo principal se utilizar desse argumento para pressionar os Estados Unidos para que rearmasse as tropas brasileiras.

Essa pressão estratégica foi percebida pelos Estados Unidos, e isso gerou uma certa tensão entre os dois países. A criação e a atuação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), apesar de simbólica para o Brasil, foi modesta no conflito como um todo sob o comando estadunidense. Independentemente dessa barganha brasileira, é possível observar, segundo Moura (2012), que os Estados Unidos não tinham interesse em fortalecer militarmente o Brasil, e os viam apenas como fornecedores de matéria-prima, e aliados estratégicos para logística (MOURA, 2012).

Em vista dessa atuação brasileira, o Brasil procurou o reconhecimento estadunidense como “potência associada”, porém sem muito sucesso. Os Estados Unidos já almejavam protagonizar-se no pós-guerra e não via o Brasil como uma das potências internacionais para compartilhar tal papel, fato demonstrado pela não consolidação de uma cadeira no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. É válido notar também, a ingenuidade do ministro da fazenda na Conferência de Bretton Woods por não considerar que as prerrogativas da conferência eram de caráter político, e não apenas técnico (MOURA, 2012, p. 158). A conferência conferiu na criação de duas organizações internacionais,

³¹“A partir da criação do DIP, todos os serviços de propaganda e publicidade dos ministérios, departamentos e estabelecimentos da administração pública federal e entidades autárquicas passaram a ser executados com exclusividade pelo órgão, que também organizava e dirigia as homenagens a Vargas, constituindo o grande instrumento de promoção pessoal do chefe do governo, de sua família e das autoridades em geral. O DIP tornou-se o órgão coercitivo máximo da liberdade de pensamento e expressão durante o Estado Novo e o porta-voz autorizado do regime.” Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/DIP>>. Acesso em: 01 set. 2019).

o Fundo Internacional Monetário (FMI) e o Banco Mundial (BM), que passariam a ditar diretrizes econômicas dotadas de interesses das grandes potências capitalista, sobretudo dos Estados Unidos.

1.4 As relações Brasil-EUA do início da Guerra Fria (1945-1964)

O sistema internacional mudara drasticamente no pós-guerra (1945), de forma a configurar novas potências internacionais. Entre estas, duas potências sobressaíram militarmente e ideologicamente no plano internacional, de modo estabelecer uma dicotomia ideológica que fez com que os demais países se posicionassem diante de uma delas. Por um lado, se encontrava a União das Repúblicas Soviéticas Socialistas (URSS), de cunho ideológico socialista, e de outro lado os Estados Unidos, de ideologia capitalista. Compreendido essa sistematização já consagrada na historiografia, se analisará quais foram as consequências para o Brasil. Para isso, a doutrina Truman³² e a “contenção da URSS” desempenharam esse papel no hemisférico do bloco capitalista, ao qual o Brasil estava inserido.

Os Estados Unidos viriam a definir políticas para não deixar os países americanos, e logo o Brasil, a se alinharem ao comunismo, de forma a perseguir, como será possível perceber, quem simpatizava com tal ideologia. Para suprimir e consolidar essa posição, os Estados Unidos buscaram formalizar acordos que permitissem sua presença militar e caso necessário, a intervenção. Esforços nesse sentido se deram pelo Programa Interamericano de Cooperação

³² O ponto IV foi estabelecido por meio da assinatura de dois acordos com o governo estadunidense: Acordo Básico de Cooperação Técnica (1950) e o Acordo de Serviços Técnicos Especiais (1953). “O Ponto IV foi considerado por muitos políticos, educadores e intelectuais como um instrumento de controle político e ideológico dos Estados Unidos sobre o Brasil. Argumentavam os críticos do programa que os planos elaborados não aproveitavam os técnicos brasileiros, mais afeitos aos problemas nacionais. Chamavam também atenção para as exigências descabidas dos norte-americanos, como a de controle fiscal e de acesso a informações e documentos oficiais. Finalmente, denunciavam os financiamentos condicionados à compra de material norte-americano, chegando a declarar que os acordos assinados com os Estados Unidos constituíam um atentado à segurança nacional.” Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/ponto-iv>>. Acesso em: 27 set. 2019.

Militar³³, mas que por sua vez, tinha como objetivo unilateral dos Estados Unidos, a facilitação da atuação estadunidense caso houvesse “intervenção por parte da União Soviética e do comunismo”. Nesse sentido, quanto ao tema de um programa nuclear, as “relações bilaterais com os Estados Unidos sobre a energia atômica constituíram um meio poderoso de impedir o desenvolvimento de um programa nuclear brasileiro autônomo” (MOURA, 2012, p. 193).

Interessante notar também o posicionamento do Brasil nas Nações Unidas, seguindo um alinhamento automático a todas as posições, decisões e votos em que os Estados Unidos apresentavam nas conferências. O presidente Dutra deu, de certa forma, continuidade às diretrizes de política externa em relação aos Estados Unidos em seu governo, embora tenha se intensificado de forma desguarnecida e às cegas, partindo para um alinhamento mais automático e sem barganha. Parte disso se deu ao fato, pela continuidade da influência de Vargas no governo, Raul Fernandes, que era um político conservador e liberal (quem liderava o Itamaraty - 1947), e Oswaldo Aranha.

Dois instrumentos foram criados substancialmente no hemisfério: a Organização dos Estados Americanos (OEA) (1948) e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (1947). Embora atritos tenham ocorrido, em conta do real objetivo dos Estados Unidos de penetrar militarmente no continente, questões como o modo como seria combatido o comunismo ficou encarregado individualmente a cada Estado, e os Estados Unidos não conseguiram força suficiente para ter o Atlântico Sul sob controle.

1.4.1 As relações Brasil-EUA e o Brasil nacionalista (1950-1961)

Ainda sob o mesmo espectro da guerra fria, agora Vargas voltara após as eleições ao poder. Desta vez, sem muito poder de barganha³⁴, o governo foi caracterizado como mais “autônomo” em

³³ “Em plano, criado pelo Departamento de Guerra, propunha um amplo programa de treinamento, fornecimento de armas, assistência técnica e missões militares para a América Latina para reforçar a solidariedade hemisférica e a segurança nacional dos Estados Unidos” (MOURA, 2012, p. 195).

³⁴ Finda a guerra, Vargas não poderia mais gozar da “equidistância pragmática”

relação a um alinhamento automático com os Estados Unidos. Esperava-se, que a cooperação entre os dois países pudesse ajudar o Brasil a desenvolver-se economicamente:

Logo no primeiro ano de sua administração, por ocasião da Conferência de Washington, Vargas teve a impressão de ter obtido importantes concessões econômicas dos Estados Unidos, inclusive com a instalação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos³⁵.

A cartilha de Washington determinava a princípio, quando observado sob a concepção do desenvolvimento, que o capital privado é a melhor maneira para se alcançar tal objetivo. Como bem apontou Bueno:

Brasil e Estados Unidos tinham concepções diferentes sobre a cooperação para o desenvolvimento. Enquanto o Rio de Janeiro insistia no caráter político da ajuda, Washington, além de outras divergências, entendia que programas de desenvolvimento eram assuntos para serem tratados pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). (BUENO, 2015, p. 290).

Para tentar cumprir tal objetivo, sob a ótica brasileira, o Brasil propôs a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico, em 1950. Com o intuito de apresentar projetos para serem submetidos à apreciação de instituições financeiras, Vargas tomara como iniciativa a criação da Petrobrás e o decreto sobre a regulamentação da remessa de lucros pelas empresas estrangeiras estabelecidas no país (BUENO, 2015, p.299). Apesar da Comissão não avançar, foi útil para o aproveitamento de estudos e incorporação no plano de metas de Juscelino Kubitschek (Ibid., p. 300).

O Brasil procurava barganhar, em vista do fortalecimento dos discursos nacionalistas e desenvolvimentistas, de que era necessário desenvolver-se economicamente e suprir dificuldades sociais, tendo

entre Estados Unidos e Alemanha, pois as demandas comerciais da guerra configuraram outra forma.

³⁵ FGV. CPDOC. *A política externa de Vargas* Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/PoliticaExterna>>. Acesso em: 05 set. 2019.

em vista a consolidação de uma democracia forte e a não vulnerabilidade de ameaças externas. Em troca da cooperação e ajuda financeira para investir no país, os Estados Unidos requeriam o fornecimento de matérias primas e como ocorreu em 1952, no acordo para a venda de minerais atômicos. Similarmente, os países também assinaram em 1955, o acordo de cooperação sobre os usos civis de energia atômica e o Programa Conjunto de Cooperação para o Reconhecimento dos Recursos de Urânio no Brasil.

De fato, a preocupação maior dos Estados Unidos estava nos demais hemisférios geográficos, e se preocupava em segundo plano, com a América. Mas, de fato, não era interessante para os Estados Unidos financiar o desenvolvimento econômico do Brasil, de modo criar condições competitivas, e sim, financiá-lo sob as condições de empréstimos e concessões econômicas, além da abertura para o capital privado. Os Estados Unidos voltaram-se com maior atenção ao hemisfério com o advento da Operação Pan Americana (OPA) - 1958, lançada pelo então presidente Juscelino Kubitschek.

No governo, foi possível perceber uma deterioração das relações entre Brasil e Estados-Unidos, pois na América Latina, forças nacionalistas, do antiamericanismo e da denúncia do imperialismo ganhavam voz (BUENO, 2015, p.309). A OPA surgiu numa ofensiva diplomática enviando uma carta ao presidente Eisenhower (1958), em que “exortava a rever as relações dos EUA com o continente”³⁶. Tinha por objetivo manter os investimentos estadunidenses no Brasil, para que pudesse ir adiante o Plano de Metas que previa a luta contra à miséria e o subdesenvolvimento. Como observa Bueno, resultado dessa ofensiva, surgiram algumas iniciativas:

A ALALC efetivou seu funcionamento a partir de 1º de julho de 1961. Além dessa, a Aliança para o Progresso, do presidente John Kennedy, foi também uma resposta, embora tardia, na conjuntura da crise de Cuba, à ideia lançada pela OPA. (BUENO, 2015, p.315).

³⁶ FGV. CPDOC. *Operação Pan-americana*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/operacao-pan-americana-opa>>. Acesso em: 06 set. 2019.

Ainda que dentro de suas limitações, a iniciativa trouxe para o Brasil uma nova reivindicação aos Estados Unidos, de modo a tentar-se construir um posicionamento mais autônomo e de destaque no hemisfério. Além da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, criou-se o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), como mecanismo financeiro multilateral de desenvolvimento econômico no hemisfério. Para tal, o Brasil utilizou-se do argumento de que caso os Estados Unidos não dessem a atenção necessária para afastar a população da miséria, e assim, obter um hemisfério mais forte e menos vulnerável, seria necessário estabelecer relações com o bloco socialista, que por sua vez, era defendido por nacionalistas no Brasil.

1.4.2 As relações Brasil-EUA e a Política Externa Independente

O governo de Jânio Quadros (1961) e posteriormente com admissão de João Goulart após a renúncia do primeiro (era vice-presidente de Jânio), assumiria um novo rumo, menos pró-Estados Unidos e causara desconfiança das novas ações e posturas voltadas ao mundo comunista. Fazendo-se utilização do estudo de Skidmore (1967), considerado relevante brasilianista³⁷, constata-se o comunicado do novo governo Kennedy para que o Brasil obtivesse sucesso na pelo regime de Jânio tem em vista os acordos de empréstimos, e que “a sobrevivência da democracia na América Latina dependia do êxito do desenvolvimento econômico do Brasil (p. 236).

Por outro lado, o novo ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos, conduziu o Brasil para a “política externa independente”, em que procurava uma alternativa àquelas em que o sistema internacional se encontrava pelo lado ocidental, ou pela comunista. Tal posicionamento era uma resposta aos movimentos daqueles que procuravam uma alternativa, tendência dos países de “terceiro mundo”, destacando o Movimento dos Não-Alinhados (1961), quando os membros rejeitaram o alinhamento ideológico

³⁷ Vide ALMEIDA, Paulo Roberto de. Os estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos: a produção brasilianista no pós-Segunda Guerra. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n° 27, 2001, p. 31-61.

com as principais potências como opção de política externa e a vitória da Revolução Cubana (1959) liderada por Fidel Castro, na América Latina³⁸. Sobre esse último, ações como a condecoração de Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul no governo de Jânio, abriu-se argumento para reservas enquanto as intenções do governo.

Bueno (2015, p. 336-337) acrescenta que o desejo pelo desenvolvimento econômico e aumento da produção exigira a ampliação de mercados independentemente de ideologias, e os princípios de autodeterminação dos povos e não-intervenção estariam como norte de política externa. Por sua vez, a preocupação estadunidense advertia dos perigos da penetração de ideologias antidemocráticas [sic] e que a cooperação para o desenvolvimento seria um planejamento comunista. O retorno de relações comerciais com a URSS pós ruptura diplomática (1947) e a viagem de João Goulart à China despertaram ainda mais a atenção dos Estados Unidos em relação ao Brasil, além do posicionamento em favor da soberania cubana (BUENO, 2015).

Em resposta a essa nova orientação brasileira, os Estados Unidos ministraram a Aliança para o Progresso, em que via um plano de cooperação econômica e um antagonismo tardio à Operação Pan-Americana (BUENO, 2015, p.346). Bueno (2015) também traz a análise de Roberto Campos, em que se concluiu que a ajuda oferecida pelos Estados Unidos não se traduzia em desenvolvimento para as economias americanas devido a deterioração dos termos de troca (p. 348).

Quando João Goulart assumiu a presidência após a renúncia de Jânio, a política externa brasileira seguir determinada continuidade. No entanto, no plano interno, o cenário político brasileiro estava em dissonância e os grupos políticos e as ideologias haviam acentuado divergências políticas, resultando em mudanças regimentais, como o parlamentarismo e sua posterior derrubada (1963). A crise interna movimentou ações dos Estados Unidos no Brasil, como a ajuda financeira a candidatos anticomunista (BUENO, 2015, p.384) e um aumento de estadunidenses portando passaportes especiais e

³⁸ FGV. CPDOC. *A política independente durante o governo João Goulart*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_politica_externa_independente>. Acesso em 26 set. 2018.

pertencentes a CIA, treinados para contra-insurreições (BANDEIRA *apud* BUENO, p.384).

A crise política interna desencadeou movimentações políticas antagônicas aos programas partidários que estavam estabelecendo novas diretrizes para tentar sanar as dificuldades domésticas, como a inflação. Setores descontentes articularam movimentações, vide militares e com apoio popular, para dar o golpe em Goulart e assim, resultando em sua fuga para o Uruguai (SKIDMORE, 1967, p. 347). Tentativas de resistência houveram por parte, principalmente, de seu cunhado, Brizola, que havia implorado para Goulart não cedesse as articulações militares e resistisse ao avanço do golpe, porém sem sucesso, uma vez que tais parcelas aderiram a revolta (Ibid., p. 347).

Skidmore (1967) aponta os militares jovens, insatisfeitos com a política desde o período getulista foram quem protagonizaram maior parte do golpe ao presidente Goulart, além de conspiradores “antigetulistas com opiniões neoliberais” (SKIDMORE, p. 351). O Ato Institucional ergue-se para que Castelo Branco, grande coordenador da conspiração militar, pudesse se eleger e configurar a nova ordem política do Brasil, a fim de afastar do país o nacionalismo, o comunismo, e o retorno de novas elites populistas (Ibid., 1967).

1.4.3 As relações Brasil-EUA e o golpe Civil-Militar (1964)

Os Estados Unidos viam com muito anseio as direções em que o Brasil estava caminhando com Goulart no governo, como bem demonstrou o embaixador estadunidense no Brasil, Lincoln Gordon, em que se pensava que o Brasil poderia assumir uma solução peronista no Brasil para resolver seus impasses políticos, bem como se existia “uma tensão na embaixada estadunidense e nos altos círculos de Washington sobre a possibilidade de violência política no Brasil (SKIDMORE, p.371).

O debate historiográfico sobre o envolvimento dos Estados Unidos no golpe de 1964 é delicado. Cabe a reflexão no sentido do papel dos historiadores e estudiosos do gênero, permanecerem rigorosamente, ao longo do tempo, se questionando em relação a fonte. Ainda que Skidmore (1967) não tenho encontrado provas documentadas de participação por parte dos Estados Unidos,

reconhecendo o movimento como uma transformação política independente no próprio país, o autor apenas releva o fato da embaixada estadunidense estar bem informada (p. 372) e o novo governo de Castelo Branco receber uma cooperação muito maior dos Estados Unidos, em termos de assistência econômica e financeira (SKIDMORE, p.376).

Considerações Finais

A partir da análise das relações entre ambos os países é possível delinear que os objetivos estadunidenses sobrepuseram, em determinados momentos, o princípio de reciprocidade da tradição diplomática brasileira. Da mesma maneira, as relações comerciais estabelecidas com os Estados Unidos pelo Brasil, talvez tenham favorecido muito mais os interesses econômicos daquele país, aos interesses brasileiros, uma vez que os empréstimos ao quais os Estados Unidos ofereciam ao Brasil, a exemplo daqueles enviados por meio do programa Aliança para o Progresso, traduziam em ganho assimétrico aos Estados Unidos derivado a deterioração dos termos de troca.

Tendo em vista os momentos de maior alinhamento, e em vezes de tentativa de maior autonomia na política externa brasileira, os Estados Unidos ainda sempre tiveram papel relevante no hemisfério ao qual o Brasil se encontra e em seus posicionamentos no âmbito internacional. Por outro lado, é notável e considerável observar como o Brasil foi visto sob uma perspectiva estratégica pelos Estados Unidos e de que modo suas ações podem acarretar consequências para o país. É necessário considerar as novas circunstâncias presentes no plano internacional a fim de delinear uma estratégia condizente com os interesses do Estado brasileiro, para também contornar as vulnerabilidades e questões postas sobre temas delicados na diplomacia.

No mesmo sentido, é importante examinar a dimensão do papel do Brasil no hemisfério e a maneira pela qual o país pode desempenhar funções importantes no nesta área de influência e em determinadas questões internacionais aquém do hemisfério. Cientes desse quadro, os Estados Unidos tiveram influência relevante em duas transições regimentais e políticas que o Brasil sofreu, a primeira

na Proclamação da República e a segunda, no Golpe Civil-Militar brasileiro de 1964. Aparentemente, com base na historiografia considerada nesse artigo, os Estados Unidos têm interesse em ver uma posição política favorável aos seus interesses devido a sua importância comercial e estratégica no hemisfério. Ao mesmo tempo, o Brasil necessita deixar ideais ingênuos e possivelmente, encontrar uma política externa mais pragmática em relação aos Estados Unidos, não deixando de considerar, obviamente, a importância da relação.

Referências

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Os estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos: a produção brasilianista no pós-Segunda Guerra. Estudos históricos, Rio de Janeiro, n. 27, p. 31-61, 2001.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Presença dos Estados Unidos no Brasil. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.

BBC. FELLET, João. Por que o Brasil decidiu isentar de visto turistas de EUA, Japão, Austrália e Canadá. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47605005>>. Acesso em: 25 out. 2019.

BETHELL, Leslie. Nabuco e o Brasil entre Europa, Estados Unidos e América Latina. Dossiê Joaquim Nabuco, Novos Estudos 98, p. 63-88, nov. 2010.

BUENO, Clodoaldo. Da Pax Britannica à Hegemonia Norte-Americana: o Integracionismo nas Conferências Internacionais Americanas (1826-1906). Estudos históricos, 20, 1997.

BULLA, Beatriz. Bolsonaro bate continência à bandeira dos EUA e muda bordão. 16 maio 2019. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/bolsonaro-recebe-premio-bate-continencia-a-bandeira-dos-eua-e-erra-o-proprio-bordao,3e51701c017f264ac65c2f3bcce8d1c0oldta994.html>>. Acesso em: 17 ago. 2019.

CERVO, Amado Luiz. História da política exterior do Brasil / Amado Luiz Cervo, Clodoaldo Bueno. 5ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

COMISSÃO PRESIDENCIAL PARA A COMEMORAÇÃO DO

BICENTENÁRIO DA CARTA DA JAMAICA. Carta da Jamaica 1815-2015. Colección Unidad Nuestra America.

EL PAÍS. COLETTA, Ricardo Della. Olavo de Carvalho, o Brasil só fala dele. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/27/politica/1543319632_709659.html>. Acesso em: 26 set. 2019.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 5ª. ed. - São Paulo: Globo, 2012.

FGV CPDOC. Acordo Comercial Brasil-Estados Unidos (1935). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acordo-comercial-brasil-estados-unidos-1935>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

FGV. CPDOC. A política externa de Vargas. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/PoliticaExterna>>. Acesso em: 05 set. 2019.

FGV. CPDOC. A política independente de durante o governo João Goulart. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_politica_externa_independente>. Acesso em 26 set. 2018.

FGV. CPDOC. DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/DIP>>. Acesso em: 01 set. 2019.

FGV. CPDOC. Quintino Bocaiúva. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BOCAIUVA,%20Quintino.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2019.

FGV. CPDOC. Operação Pan-americana (OPA). Disponível em: <<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/operacao-pan-americana-opa>>. Acesso em: 06 set. 2019.

FGV. CPDOC. Ponto IV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ponto-iv>>. Acesso em: 27 set. 2019.

G1. Bolsonaro recebe em casa assessor de Segurança Nacional dos EUA. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/11/29/bolsonaro-recebe-em-casa-assessor-de-seguranca-nacional-dos-eua.ghtml>>. Acesso em 26 set. 2019.

GARCIA, Eugênio Vargas. Estados Unidos e Grã-Bretanha no Brasil: transição de poder no entre guerras. Contexto Internacional. Rio de Janeiro, vol. 24, nº 1, pp. 41-71, janeiro/junho 2002.

MACEDO, Khárita Bernardo de. A noção de “superioridade” estadunidense na política de boa vizinhança. Revista Neiba, vol. II, nº1, novembro, 2013.

MADEIRA, Angélica. Resenhas - Novas narrativas sobre os Estados Unidos de OLEIVEIRA, Lúcia Lippi (2001). Americanos - Representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA. Belo Horizonte: Editora UFMG, 224p.

MANZUR, Tânia MPG. Opinião pública e política externa do Brasil do Império a João Goulart. Rev. Bras. Polít. Int, v. 42, n. 1, p. 30-61, 1999.

MILANI, Livia. As relações com os EUA no âmbito do processo de transição de governo no Brasil. Mundorama - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/?p=25000>>. Acesso em: 26 set. 2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5120-estados-unidos-da-america>>. Acesso em: 24 out. 2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. O ministro Ernesto Araújo recebe o secretário de estado dos EUA, Mike Pompeo - Brasília, 2 de janeiro de 2019 [Coletiva de imprensa]. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/sem-categoria/19896-o-ministro-ernesto-araujo-recebe-o-secretario-de-estado-dos-eua-mike-pompeo-brasilia-2-de-janeiro-de-2019-coletiva-de-imprensa>>. Acesso em: 17 ago. 2019.

MOURA, Gerson. Relações exteriores do Brasil: 1939-1915: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Gerson Moura; apresentação de Letícia Pinheiro; prefácio à nova edição de Leslie Bethell. Brasília: FUNAG, 2012.

NUNES, Francivaldo Alves. A Amazônia e a formação do Estado Imperial no Brasil: unidade do território e expansão de domínio. Almanack. Guarulhos, n.03, p. 54-65, 1º semestre de 2012.

OFFICE OF THE HISTORIAN, DEPARTMENT OF STATE OF UNITED STATES OF AMERICA. Monroe Doctrine, 1823. Disponível em: <<https://history.state.gov/milestones/1801-1829/monroe>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

O GLOBO. Oliveira, Eliane. Petrobrás poderá sofrer sanções dos EUA por abastecer navios iranianos, diz Chanceler. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/petrobras-podera-sofrer-sancoes-dos-eua-por-abastecer-navios-iranianos-diz-chanceler-23832406>>. Acesso em: 25 out. 2019.

PEREIRA, GT. A diplomacia da americanização de Salvador de Mendonça (1889-1898) [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PEREIRA, Paulo José dos Reis. A política Externa da Primeira República e os Estados Unidos: a atuação de Joaquim Nabuco em Washington (1905-1910). *Rev. Bras. Polít. Int.*, v. 48, n. 2, p. 111-128, 2005.

SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-64) / Thomas E. Skidmore; tradução Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. Uma política para o continente - reinterpretando a Doutrina Monroe. *Rev. Bras. Polít. Int.*, v. 57, n. 2, p. 115-132, 2014.

WIESE, Rodrigo Randig. Argentina, primeiro país a reconhecer a independência do Brasil. *Caderno do CHDD*, ano 16, n. 31, 2º semestre 2017.

NEOLIBERALISMO NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA INTERFERÊNCIA ESTADUNIDENSE NO GOVERNO FHC

Samara Teixeira de Oliveira*

Introdução

No início do século XX, o fenômeno do capitalismo contemporâneo ou financeiro começou a ser estudado de maneira crítica, e autores como Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburgo, Karl Kautski, Nicolai Bukharin e Vladimir Lênin utilizaram a teoria marxista para desenvolver o conceito do Imperialismo como o novo estágio de acumulação capitalista (LEITE, 2014).

Por essa lógica:

Atualmente, diversas vertentes do campo marxista (e que se assumem enquanto tal) utilizam o imperialismo em suas análises, seja através do termo neoimperialismo, novo imperialismo, imperialismo tardio, Império, globalização, neoliberalismo, ou, simplesmente, imperialismo (LEITE, 2014, p. 507).

Entretanto, com a virada teórica pós-moderna, realizada a partir da década de 1970, as chamadas teorias do Imperialismo passaram a ser revisadas e incrementadas com os novos aspectos dos meios de acumulação de capital do final do século XX, por autores como Harvey (1989; 2003) e de Dardot e Laval (2009). A partir disso, o trabalho se utilizará dessa revisão teórica que ficou conhecida como o “Novo Imperialismo” (NI) para entender a aplicação do neoliberalismo no Brasil.

Dessa forma, como as teorias do imperialismo se baseiam nas

* Graduanda do curso de Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa, campus Santana do Livramento.

propostas de Marx (1867), o autor David Harvey converte o conceito de acumulação primitiva para a acumulação por espoliação. Para o autor, essa acumulação se baseia na cooptação e na apropriação das ações sociais não capitalistas - como um movimento de fora pra dentro - na tentativa de forjar uma base consensual que estruturará o paradigma que irá reger a ordem mundial. Com isso, entende-se que o neoliberalismo serviu como ferramenta dos Estados Unidos ao tentar manter suas zonas de influência e sobrevivência do sistema capitalista.

Nesse seguimento, o final do século XX que foi marcado pelo fim da Guerra Fria, deixou o Sistema Internacional (SI) ser considerado como “novo” - segundo o conceito de “fim da história” desenvolvido por Fukuyama (1989) - sob a suposta liderança hegemônica dos Estados Unidos (EUA). No Brasil, esse cenário foi marcado pelo início do governo Collor em 1990 e, nesse momento, se iniciava a implementação dos planos neoliberais no país. Assim, a Política Externa Brasileira (PEB) passou a estar de acordo com esse “novo” Sistema Internacional (VIZENTINI, 2003).

Isso significou então, que o país passara a manter linhas diretas de relacionamento com os Estados Unidos. Essa manutenção pôde ser ilustrada pela adoção brasileira das propostas do Consenso de Washington (1989) desenvolvidas pelos Estados Unidos em conjunto com o Fundo Monetário Internacional (FMI), uma vez que este projeto tinha como um de seus principais objetivos a inserção de políticas econômicas neoliberais na América Latina e, conseqüentemente, no Brasil (BATISTA, 1994).

Seguindo essa lógica, Itamar Franco, ao concluir o governo de Collor na presidência do Brasil, manteve a posição da Política Externa Brasileira alinhada aos interesses estadunidenses, sob a tentativa de garantir a entrada de capital estrangeiro no país. Por conseguinte, o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) também manteve a prioridade das relações com os Estados Unidos, devido aos requisitos das propostas acordadas no Consenso de Washington, em que para conseguir empréstimos com taxas de juros mais favoráveis e a possibilidade de renegociar a dívida externa, era preciso que o Brasil completasse a abertura financeira e comercial iniciada no governo Collor.

Sendo assim, FHC coloca como prioridade da política

doméstica e externa as bases na democracia, estabilidade monetária e abertura econômica para conseguir se posicionar no sistema internacional, conforme o modelo neoliberal de inserção. Dito isto, entende-se que a relação de concordância entre os interesses nacionais e as demandas do sistema internacional - conforme a lógica dos jogos de dois níveis de Putnam (2010) - não foi colocada em prática, a partir do momento em que as bases da política brasileira beneficiaram apenas uma classe nacional específica e, de forma simultânea, beneficiaram as classes transnacionais.

Neste trabalho, o conceito de classe transnacional é entendido como grupos, empresas, corporações e afins que exercem autoridade além das fronteiras nacionais quando alocam recursos no plano Internacional (GILL; LAW, 2001, p.170). Por esse motivo, o trabalho busca contribuir para o debate acadêmico das relações internacionais, a partir de uma perspectiva crítica de análise sobre a inserção dos Estados no sistema internacional ao agirem de acordo com o sistema capitalista, sob o objetivo de analisar a interferência estadunidense na formação da PEB durante o governo FHC.

1 Pensamento Neoliberal

O neoliberalismo como corrente de pensamento ainda não é algo definido de forma consensual como uma Escola do Pensamento Econômico. Contudo, nesse trabalho o neoliberalismo será entendido como uma reformulação do pensamento econômico liberal de Locke, Smith, Mill e Bentham a partir da ascensão dos movimentos sociais da Europa no final do século XIX e início do século XX, em soma com os desdobramentos da crise de 1929 nos Estados Unidos, que trouxeram para o pensamento liberal, fortes questionamentos. Estes questionamentos denunciavam “o liberalismo como ideologia, como visão de mundo afinada com um momento histórico específico, que assistia à ascensão de uma determinada classe ao topo da pirâmide social” (PAULANI, 1999, p. 118). Como resultado, esse contexto impôs ao liberalismo um enorme refluxo, o qual este pensamento só iria se recuperar a partir da década de 70 com as modificações trazidas pelo pensamento neoliberal (PAULANI, 1999).

Sendo assim, o neoliberalismo abordado neste trabalho se faz referência as modificações feitas no liberalismo. Dito isto, a

recriação do liberalismo se dá no sentido de criar um novo individualismo diferente do individualismo difundido por Adam Smith e seus seguidores da Escola Neoclássica do pensamento econômico. Assim, o teórico Friedrich Hayek descreve suas propostas na obra “Individualismo e ordem econômica” (1948), partindo da crítica ao que ele chamou de “falso individualismo”. Este falso individualismo seria o que estava presente no Estado de bem-estar social, ou seja, no Estado que interferia na economia conforme o “*New Deal*” inspirado nas propostas de John M. Keynes, aplicado pelos Estados Unidos após a crise de 1929.

Dessa forma, para Hayek (1958), a ação individual nessa situação era formada pela apreensão de estruturas sociais autônomas ou do controle direto do Estado. Com isso, ao querer mostrar a capacidade do mercado atingir o equilíbrio sem interferência do Estado, Hayek defendeu o mercado como a única instituição capaz de respeitar a primazia do indivíduo que o “falso individualismo” apenas oprime com as propostas do Estado de bem-estar social. A proposta então, seria um Estado-forte capaz de conter o poder dos sindicatos (que ascendeu com os movimentos sociais citados acima) e capaz de atingir a estabilidade monetária através de uma disciplina orçamentária (HAYEK, 1958).

Conforme Anderson (1995), essa recriação:

Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. [...] Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política (ANDERSON, 1995, p. 9).

Em que, “seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa ‘natural’ de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos” (ANDERSON, 1995, p. 10). No entanto, esse pensamento passou por uma discussão que durou cerca de 20 anos até encontrar na crise dos anos 1970 um solo favorável para sua difusão (PAULANI, 1999). É nesse contexto de transformação, durante a década de 1970, que o neoliberalismo não fica mais confinado a uma rede de intelectuais que discutiam suas

ideias, mas sim chega na política externa de Estados potências como os Estados Unidos e a Inglaterra.

Dessa forma, os EUA como um país *hegemon*¹, assume sua responsabilidade de promover a política econômica que seria estabelecida e seguida no Sistema Internacional, uma vez que este passou a ser referência monetária no Sistema com o fim da moeda sob o padrão dólar-ouro (fim do Sistema Bretton-Woods²) e o estabelecimento da moeda apenas sob o padrão dólar, a partir de 1971, fazendo com que se tornasse necessário para os demais países, a utilização do dólar como moeda reserva para definirem suas taxas de câmbio. Consequentemente, os tornando dependente da economia estadunidense (EICHENGREEN, 2000).

1.1 Gênese da Interferência Estadunidense

Diante o exposto, a política externa estadunidense se forma então sob o projeto econômico, desenvolvido pelo presidente Ronald Reagan (1981-1989), intitulado de Reaganomics and Supply Side Economics e que demonstrou de maneira efetiva a posição de liderança econômica mundial dos EUA naquele período, de acordo com o pensamento neoliberal. Nos desdobramentos desta política externa, os EUA obtiveram o apoio total da primeira ministra do Reino Unido, Margaret Thatcher, principalmente com as privatizações das estatais inglesas (PAULANI, 1999).

Nesse sentido, a união de Thatcher com Reagan, a qual

¹ *Hegemon* no sentido de Estado Hegemônico, conforme o conceito de hegemonia de Gramsci (1971) apresentada por Gill e Law (2007) ao afirmarem que este “refere-se ao domínio de um Estado sobre outros Estados” e que este domínio estabelece uma ordem hegemônica, na qual o consentimento, ao invés da coerção, caracteriza as relações entre os indivíduos na sociedade e assim consequentemente, entre os Estados (GILL; LAW, 2007, p.157).

² Esse sistema foi estabelecido em uma Conferência das Nações Unidas em 1944, com o intuito de gerenciar as regras das relações comerciais e financeiras da economia internacional, após a Segunda Guerra Mundial. O seu fim se estabeleceu em 1971, quando os Estados Unidos, unilateralmente, acabaram com a convertibilidade do dólar em ouro. Isso levou efetivamente o Sistema de Bretton Woods a insolvência e tornou o dólar na moeda de reserva padrão para os outros países. Para mais, conferir Eichengreen (2000) “Globalização do Capital: história do sistema financeiro mundial”, Capítulo 4.

“transformou a orientação da atividade do Estado, que abandonou a busca do bem-estar social e passou a apoiar ativamente às condições ‘do lado da oferta’ da acumulação do capital” (HARVEY, 2005, p. 130), garantiu que os EUA obtivessem a aprovação internacional para realizar o que Harvey (2008) chamou de “revolução neoliberal”, ou seja, uma mudança estrutural. Sendo assim, para a realização desta mudança na ordem do Sistema Internacional, precisou-se da utilização de métodos democráticos, em razão de que a magnitude desta mudança exigia que houvesse antes um consentimento político amplo da população (HARVEY, 2008).

Dessa forma, a invocação de *slogans* políticos pôde ser usada para mascarar estratégias específicas por trás de vagos artifícios retóricos. Esses artifícios podem ser os valores culturais e tradicionais como a crença em Deus (*God bless America*), o temor à algum inimigo em comum (comunista, terrorista) ou até o valor de liberdade. Estes artifícios, puderam ser usados então para mascarar outras realidades como a influência e lucratividade que um Estado pode obter ao mobilizar essas estratégias, além do beneficiamento das classes transnacionais ao financiarem esses movimentos (HARVEY, 2008).

Assim sendo, esse consentimento partiu do âmbito doméstico para se consolidar no Sistema Internacional, devido a continuidade da promoção das políticas neoliberais por diversos países, além dos EUA e da Inglaterra, tais como a África do Sul, México, Argentina e Brasil. Esses países passaram a seguir uma espécie de receituário para estabelecer a disciplina fiscal no Estado e para conseguir a aprovação de empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) ou do Banco Mundial (BIRD), dos quais proporcionavam juros mais acessíveis (HARVEY, 2005).

Essa foi então a troca de “favores” que os Estados Unidos fomentaram entre eles e os países em desenvolvimento da periferia, para que estes seguissem a lógica neoliberal, no intuito de que esta lógica se consolidasse como uma ordem no Sistema Internacional. Isso era importante, em razão da expansão da zona de influência que os EUA estavam preocupados em estabelecer, devido a divisão do mundo durante a Guerra Fria, entre bloco capitalista e socialista. Desse modo, a expansão do pensamento neoliberal pelo globo, também significava a expansão e manutenção do sistema capitalista.

Diante disto, foi durante a década de 1970 que os Estados Unidos redirecionaram parte de seus esforços políticos e econômicos, para o desenvolvimento de estratégias que garantiriam o consentimento político da população estadunidense em relação as propostas neoliberais e mais adiante, para construir esse consentimento além de suas fronteiras. Nesse sentido, Harvey (2008) apresenta que o Estado ao invés de se ocultar ou se enfraquecer, passou a trabalhar em prol do mercado e do capital internacional (OLIVEIRA, 2009). Desta maneira, podemos analisar conforme Harvey (2008) que a crise fiscal de Nova York durante a década de 1970, foi utilizada de modelo para a aplicação de propostas neoliberais de disciplina orçamentária. A cidade passou por cortes de recursos federais que deixaram o município ainda mais exposto a recessão econômica que o mundo estava passando com os Choques do Petróleo e isso “aumentou a distância entre receitas e despesas no orçamento da cidade”. A falta de receita para pagar as dívidas, levou a cidade praticamente à falência, e para o resgate, instituições foram construídas para assumirem a administração do orçamento do município (HARVEY, 2008, p. 55).

O problema é que para o resgate desta crise, as instituições possuíam total liberdade para gerir as receitas dos impostos e se utilizaram disto para pagar primeiramente a dívida com os acionistas e aplicarem apenas o restante nos serviços essenciais:

O efeito disso foi jogar por terras as aspirações dos fortes sindicatos municipais da cidade, implementar congelamentos de salário e cortes no emprego público e na manutenção de serviços sociais (educação, saúde pública serviços de transporte) e impor cobranças de taxas aos usuários [...] Isso foi equivalente a um golpe das instituições financeiras contra o governo democraticamente eleito da cidade de Nova York (HARVEY, 2008, p. 56).

Sendo assim, na tentativa de “salvar” o município, as negociações entre a cidade, o Estado e as instituições financeiras, se concentraram basicamente em satisfazer os banqueiros de investimento ao mesmo tempo em que fosse reduzido o padrão de vida da maioria da população de Nova York. Isso proporcionou uma redistribuição de riqueza favorável às classes altas. Ademais, os banqueiros de investimentos se aproveitaram para reestruturar a

cidade de acordo com seu próprio programa, do qual seria a “criação de um clima de negócios favorável” (HARVEY, 2008, p. 57).

Neste momento, as instituições de elite da cidade, passaram a se empenhar para mobilizar a abertura do campo cultural artístico, da moda, do consumo e da sexualidade para vender a imagem de Nova York como um centro cultural e turístico (por exemplo, foi quando se criou o logotipo *I Love New York*). Com isso, “Nova York se tornou o epicentro da experimentação cultural e intelectual pós-moderna” levando a cidade para uma verdadeira “neoliberalização da cultura”. Nessa lógica, a administração da cidade passou a ser levada cada vez mais como uma entidade empreendedora, ao invés de uma gestão pública em si. (HARVEY, 2008, p. 58).

No entanto, a falta do conteúdo democrático e representacional da governança local, ao longo prazo, permitiu que a classe trabalhadora e étnico-imigrante fosse marginalizada, atacada pelo racismo e por uma epidemia de consumo de *crack* nos anos 1980 que deixou muitos jovens mortos, encarcerados ou sem teto, em que os sobreviventes mais tarde foram afetados pela epidemia de Aids que se desenrolou na década de 1990. Além disso, “a redistribuição de renda através da violência criminosa, se tornou uma das poucas opções reais para os pobres”. Porém, as autoridades a fim de retaliarem esses movimentos em favor da burguesia “cansada de ter de enfrentar na porta de casa o efeito dessa devastação”, reagiram criminalizando comunidades inteiras e assim, “as vítimas foram consideradas culpadas” (HARVEY, 2008, p. 58-59).

Dessa forma, na década de 1980 o bem-estar corporativo tomou o lugar do bem-estar social e a administração da crise fiscal de Nova York, “abriu pioneiramente o caminho para as práticas neoliberais” em escala nacional com o presidente Reagan e no âmbito internacional com o FMI. Consequentemente, esta crise “acentuou que o papel do governo é criar um clima de negócios favorável e não cuidar das necessidades e do bem-estar da população em geral” (HARVEY, 2008, p. 59).

Para a generalização deste pensamento à nível nacional, as elites econômicas se propuseram a passar por algumas etapas que garantiriam o consentimento político da população frente as propostas neoliberais. O primeiro passo, foi capturar o Partido Republicano como instrumento particular, porém, como o partido

“precisava de uma sólida base eleitoral para colonizar de fato o poder”, o segundo passo foi os republicanos buscarem uma aliança com a direita cristã. O terceiro passo, foi se aliar com o nacionalismo cultural da classe trabalhadora branca que estava ressentida pelas condições inseguras da economia e se sentia excluída dos benefícios distribuídos pelos programas do governo de ações afirmativas (HARVEY, 2008, p. 60-61).

Por último, a elite econômica estadunidense passou a financiar o movimento de intelectuais neoconservadores³ que não criticavam a intervenção do Estado no âmbito doméstico ou externo, mas sim viam como problema “os ‘liberais’ que haviam usado excessivo poder do Estado para favorecer grupos específicos como negros, mulheres e ambientalistas” e “o efeito disso foi desviar a atenção do capitalismo e do poder corporativo como possuidores de qualquer relação que fosse com os problemas econômicos” e sociais que as propostas neoliberais de lógica individual estavam causando (HARVEY, 2008, p. 61).

Com isso:

A estrutura política que surgiu era bem simples. O Partido Republicano pôde mobilizar amplos recursos financeiros e sua base popular para votar contra seus interesses materiais por motivos culturais/religiosos, enquanto o Partido Democrata não podia cuidar das necessidades materiais de sua base popular tradicional (por exemplo, lutar em favor de um sistema nacional de assistência à saúde) por medo de ofender os interesses de classe capitalistas (HARVEY, 2008, p. 62)

³ De acordo com Finguerut (2008), o termo neoconservador foi utilizado primeiramente pelo Partido Democrata ao se referirem a ex-colegas que migraram para o Partido Republicano e assim, ao longo da década de 1960 o termo ganhou uma forma pejorativa. No entanto, este foi ressignificado quando ganhou a definição de Irving Kristol na década de 1990. Kristol (1995) afirmava que “os neoconservadores eram os liberais que foram assaltados pela realidade”. Ademais, Kristol apresentou que o pensamento neoconservador se faz na política externa ao promover os valores norte-americanos e assegurar o papel dos Estados Unidos como única superpotência com condição de preservar a ordem mundial. Dessa forma, a supremacia militar estadunidense criou, no plano doméstico, uma nova identidade nacional de destino messiânico. Entretanto, essa identidade na política externa, refletiu no apoio as intervenções militares que ocorreram na década de 1990 e 2000 em alguns países como Iraque, Iugoslávia e Afeganistão.

Diante o exposto, vê-se que “a hegemonia política do Partido Republicano tornou-se mais garantida” e a eleição de Reagan foi apenas o primeiro passo no longo processo de consolidação da virada neoliberal à nível nacional, tendo em vista que as políticas de Reagan estavam centradas na redução generalizada da regulamentação federal da indústria, do ambiente, da assistência à saúde e do Mercado. (HARVEY, 2008, p. 62) Logo, houveram transferências de ativos públicos para os agentes privados; revisões do regulamento fiscal para reduzir os impostos às grandes corporações; neutralizações do trabalho e das organizações trabalhistas; desindustrializações de regiões-chave (como o chamado cinturão de ferro) para tirar o poder do trabalho; além do incentivo às contratações flexíveis de trabalho para seguir a lógica neoliberal de trabalhador individual e assim, reduzir os custos com benefícios e direitos trabalhistas (HARVEY, 2008).

Conforme Blyth (2002), a complexa fusão do monetarismo de Friedman, as expectativas racionais de Robert Lucas, a escolha pública de Buchanan e Tullock, e as ideias sobre “o lado da oferta de Arthur Laffer, foram as ideias econômicas que mobilizaram apoio à virada neoliberal. Desse modo “uma política monetária estável associada a radicais cortes de impostos nas faixas mais altas produziria uma econômica mais saudável ao manter os incentivos à atividade empreendedora” (BLYTH, 2002, *apud* HARVEY, 2008, p. 65).

Por esse motivo, Harvey (2008) afirma que é difícil efetivar a disseminação de ideias. No entanto, com o advento dos anos 1990 em que “a maioria dos departamentos de econômica das grandes universidades acadêmicas e das escolas de negócios foi dominada por modos neoliberais de pensamento”, fizeram com que estas universidades servissem de campos de treinamento para estrangeiros que aprendiam essas ideias nos Estados Unidos e aplicavam em seus países de origem, “por exemplo, as principais figuras da adaptação chilena e mexicana ao neoliberalismo que eram economistas treinados nos EUA” (HARVEY, 2008, p. 65).

Assim sendo, podemos concluir que os esforços da elite econômica em estabelecer um consentimento político em relação as ideias neoliberais se iniciou na década de 1970 com a crise fiscal de Nova York, se efetivou em escala nacional na década de 1980 com Reagan na presidência ao alcançar um enorme nível de influência

perante a população. E após os anos 2000, a elite se utilizou desta influência para restaurar sua parcela de riqueza e renda nacional e seu poder como classe transnacional “em oposição ao desmantelamento do poder da classe trabalhadora”. Nesse sentido, o sucesso de Reagan e Thatcher com a virada neoliberal pode ser avaliada a partir da “apropriação de posições políticas e ideologias minoritárias e as transformaram em corrente majoritária” (HARVEY, 2008, p. 73).

Em suma, a lógica neoliberal pôde ser caracterizada como nova ordem no Sistema Internacional, em razão de que:

O livre mercado [...] tornou-se o meio primário de criar vantagem para os poderes monopolistas com sede nos países capitalistas avançados que já dominam o comércio [...] o veículo primário da acumulação por espoliação tem sido, por conseguinte, a abertura forçada de mercados em todo o mundo mediante pressões institucionais exercidas por meio do FMI e da OMC, apoiados pelo poder dos Estados Unidos (e, em menor grau, pela Europa) de negar acesso ao seu próprio mercado interno aos países que se recusam a desmantelar suas proteções [sociais] (HARVEY, 2005, p. 147).

Portanto, o neoliberalismo ao penetrar-se de forma efetiva no mundo de fala inglesa, não havia mais como negar sua importância adquirida como guia do funcionamento do capitalismo no Sistema Internacional. Por essa razão, podemos definir que a interferência dos Estados Unidos nas formulações de políticas em outros países, como um Estado hegemônico e imperialista, se deu através do seu papel disseminador da lógica neoliberal como forma de manutenção da lucratividade do capitalismo contemporâneo e das classes transnacionais.

Isso pôde ser feito por meio da acumulação por espoliação ao utilizar-se do neoliberalismo como uma nova etapa do capitalismo. Em vista disso, podemos analisar então a preocupação dos Estados Unidos em aplicar a lógica neoliberal nos países da América Latina como forma de manutenção do sistema capitalista, uma vez que organizou e desenvolveu o Consenso de Washington em 1989 para esses países.

1.2 Consenso de Washington

Durante a década de 1980, enquanto os Estados Unidos estavam reestruturando toda sua economia em torno das propostas neoliberais e a classe transnacional recuperava seu *status* social, a América Latina, por outro lado, passava pelo que foi chamado de “década perdida”. Esse nome foi dado em razão da falta de crescimento e desenvolvimento e os altos níveis de inflação que os países da América Latina vinham enfrentando desde os Choques do Petróleo. Isso causou desconfiança nos investidores, o que levou a crescente fuga de capitais. E, sem investimento, os países entraram em estagnação econômica (BANDEIRA, 2002).

Em conjunto disso, a suba das taxas de juros dos países credores, fez com que o final do século XX fosse marcado pelo aumento disparado da dívida externa para os países da América Latina. Além dos enormes déficits nas balanças de pagamento, pelo fato da queda nas exportações, em razão dos produtos terem ficados mais caros internacionalmente, devido a inflação. Por conseguinte, essa crise começou a conflitar com os interesses dos Estados Unidos, tendo em vista que a capacidade da América Latina de importar havia reduzido drasticamente e o atendimento ao serviço da dívida externa, estava estritamente comprometido (BANDEIRA, 2002).

Nessa perspectiva, a crise que afetava a América Latina e assombrava os EUA, levou o Institute for International Economics a promover uma conferência, em novembro de 1989, com o nome "Latin American Adjustment: How Much Has Happened?", da qual se reuniram funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados - FMI, Banco Mundial (BIRD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) - especializados em assuntos latino-americanos (BATISTA, 1994).

Além disso, estavam presentes também, economistas convidados de oito países da América Latina, Argentina, Brasil, Chile, México, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia. Essa conferência, obtinha a finalidade de formular um diagnóstico e sugerir recomendações para a superação da crise e ajustar a balança de pagamentos (BANDEIRA, 2002). Nesse contexto, a avaliação feita em conjunto das diversas entidades dos EUA e da AL, registrou um amplo consenso em relação as propostas apresentadas.

Dentre estas, estava o documento apresentado pelo economista John Williamson, que continha 10 propostas de reforma econômica. Esse documento, visava a estabilização monetária e o pelo restabelecimento das leis de mercado. Dessa maneira, as propostas consistiam em:

1 - disciplina fiscal; 2 - mudanças das prioridades no gasto público; 3 - reforma tributária; 4 - taxas de juros positivas; 5 - taxas de câmbio de acordo com as lei do mercado; 6 - liberalização do comércio; 7 - fim das restrições aos investimentos estrangeiros; 8 - privatização das empresas estatais; 9 - desregulamentação das atividades econômicas; 10 - garantia dos direitos de propriedade (BANDEIRA, 2002, p. 135).

A luz disso, nota-se que em relação a privatização das empresas estatais, a desregulamentação da economia e a liberalização do comércio, foi constituído uma condição fundamental para que os países da América Latina pudessem renegociar a dívida externa e receber recursos das agências financeiras internacionais. Além disso, referente a liberalização do comércio, os Estados Unidos conseguiram atender à pressão dos exportadores norte-americanos e eliminou o déficit comercial com a América Latina, uma vez que a região obteve capacidade para importar novamente, a partir dos novos ajustes fiscais e monetários (BANDEIRA, 2002).

Entretanto, os países latino-americanos passaram a depender sempre dos financiamentos do BID ou do BIRD para realizar projetos de desenvolvimento como a execução de obras públicas. Isso significou, a sujeição das políticas econômicas e das decisões de investimentos desses países, à fiscalização internacional que ditava condicionalidades para a aprovação dos financiamentos como, por exemplo, a fixação de limites para gastos militares. Ademais, a liberalização do comércio adquiriu um caráter unilateral, uma vez que a América Latina estava abrindo seu mercado por completo para o comércio internacional, enquanto os EUA não estavam preocupados em comprar produtos latino-americanos, mas sim em assegurar que o resto do continente apenas continuasse como sua área de exportação (BANDEIRA, 2002).

Dessa forma, podemos afirmar então que a conferência que

recebeu informalmente o nome de “Consenso de Washington”, resumiu-se na “recomendação de que o Estado se retirasse da economia, quer como empresário quer como regulador das transações domésticas e internacionais, a fim de que toda a América Latina se submetesse às forças do mercado” (BANDEIRA, 2002, p. 136). Essas recomendações então, foram a aplicação de fato das políticas neoliberais pelos Estados Unidos na América Latina, o que chegaria então, conforme o objeto de estudo, na política externa do Brasil.

2 Formação do Paradigma Neoliberal

Para melhor compreender as mudanças que se deram no governo brasileiro após as propostas neoliberais serem aplicadas, vamos analisar em que cenário o continente latino-americano se encontrava alguns anos depois do Consenso de Washington.

Em relação aos aspectos econômicos, é válido ressaltar que naquele período, o pensamento da autorregulação dos mercados foi estabelecido de maneira intrínseca em diversificados setores dos Estados, de acordo com as propostas neoliberais. Como afirma Prado (2011) ao mostrar que “a teoria de que os mercados financeiros se equilibram automaticamente, influiu de tal forma nas mentalidades, que mesmo com turbulências tão significativas e recorrentes [...] desde os finais dos anos 1990, nada foi feito para evitar o pior” (PRADO, 2011, p. 11).

Para as relações internacionais, conforme Cervo e Bueno (2010), três fatores influíram sobre o seu reordenamento. Esses fatores foram “a ideologia neoliberal, a supremacia do mercado e a superioridade militar dos Estados Unidos” em que dentro do contexto da globalização, fora constituído uma nova realidade econômica baseada no aumento do volume e da velocidade dos fluxos financeiros internacionais (CERVO; BUENO, 2010, p. 455).

Dessa maneira, para analisar o recorte temporal do objeto de estudo que representa o governo de Fernando Henrique Cardoso na presidência do Brasil, é preciso entender como esses fatores citados acima, se inseriram na realidade brasileira. Na política, durante a década de 1990, o Brasil passara pela transição do fim da Ditadura Militar (1964-1985) e do início do processo de redemocratização

com o primeiro presidente eleito, após a ditadura, José Sarney (1985-1990). No entanto, o que parecia ser uma estabilidade política, passou a ser identificada como instável, após as contradições do governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992) (VIZENTINI, 2003).

O fim do governo Sarney, caracterizou também o fim do foco no plano desenvolvimentista para a Política Externa Brasileira. Com isso, os planos de estabilização monetária se tornaram o principal direcionador das políticas públicas brasileiras, proporcionaram um espaço fértil para a aplicação do ideário neoliberal (BUENO; CERVO, 2010). A partir do governo Collor, o Brasil passara a se alinhar diretamente com os Estados Unidos e a seguir as propostas neoliberais elaboradas pelo Consenso de Washington, e isso refletiu também em sua Política Externa, conforme será analisado no último tópico deste capítulo.

Além disso, o impacto do impeachment do presidente Collor em 1992 - que passou o governo para o seu vice-presidente, Itamar Franco - se somou com a crise inflacionária do país e, dessa forma, o Brasil passando por instabilidades políticas e econômicas, dentro do cenário de globalização e supremacia norte-americana, optou pela resposta no apoio financeiro internacional promovido pelos Estados Unidos, FMI e Banco Mundial, do qual havia sido indicado como solução nas reuniões do Consenso de Washington. Logo, esses fatores fizeram com que fosse estabelecido o paradigma neoliberal como “imagem final do quebra-cabeça” (KUHN, 1998) da nova ordem mundial.

Sendo assim, o paradigma neoliberal passou a ser considerado como imagem final do quebra-cabeça a partir da década de 1990, pois essa década foi caracterizada por um período de recuperação da estagnação econômica - vivenciada nas décadas de 1970-80 - dentro do guarda-chuva de respostas que o neoliberalismo fornecia. Tais respostas como políticas anti-inflacionárias, corte de gastos públicos e redução dos investimentos em infraestrutura produtiva e social. No entanto, segundo Prado (2011), os custos sociais deste processo de recuperação econômica na América Latina, foram significativos, tendo em vista que 64 milhões de pessoas foram levadas à pobreza em uma década (de 1980 a 1990).

Por um lado, as políticas do Consenso de Washington

conseguiram reduzir a inflação no Brasil “de 28% ao ano em 1994 para perto dos atuais 3% ao ano [em 2011]⁴”, mas por outro, “não reduziu a volatilidade das principais variáveis macroeconômicas” como a inflação que “continuou com fortes variações, os regimes cambiais que colapsaram atingindo a dívida pública, e as taxas de juros que seguiram flutuantes, devido as frequentes crises internacionais”, aumentando a dívida externa (PRADO, 2011, p. 13).

Consequentemente, as tentativas dos países latino-americanos de se adaptarem ao paradigma neoliberal fizeram com que o cenário da década de 1990, fosse marcado por “crises em sequência nos países emergentes”. Prado (2011), apresenta então que:

Ao final de 1994, quebra o México. Em 1997, ocorre a quebra dos “tigres asiáticos”; em 1998, a crise russa; em 1999, a brasileira; e em 2001, a argentina; A percepção de risco dos investidores internacionais, ao não diferenciar os países emergentes, e a maior exposição das contas de capitais destes países a fluxos especulativos, geravam um efeito em cadeia nas transações cambiais, [...] bem como gerava fuga de dólares, quebras bursáteis e bancárias, surtos inflacionários, e elevação das taxas de juros e da dívida pública, com efeitos negativos sobre rendimentos reais, empregos e níveis de pobreza [...] Até então, os países emergentes eram sinônimo de problema na agenda internacional (PRADO, 2011, p. 13-14).

Diante o exposto, podemos perceber que o paradigma neoliberal foi estabelecido quando os países emergentes passaram de fato a seguir o receituário indicado pelos Estados Unidos e, suas agências internacionais parceiras, FMI e Banco Mundial. Desse modo, o sinônimo de problema na agenda internacional, se deu por vários fatores críticos de adaptação a esse paradigma como, por exemplo, o fator da evolução da população pobre e indigente na América Latina. Conforme Prado (2011), houve o aumento de 21 milhões de pessoas classificadas como indigentes na América Latina de 1990 a 2002.

No Brasil, enquanto se dava este aumento da classe pobre na década de 1990, o Banco Central (BACEN) promovia modificações

⁴ Atualmente, em 2019, a inflação continua na casa dos 3%. Porém, com variações dos 2 aos 4%, dependendo do índice (VALOR ECONÔMICO, 2019).

para a abertura do mercado financeiro interno, de acordo com as propostas do Acordo de Basileia I⁵, a fim de liberalizar de fato a economia brasileira e seguir o receituário do Consenso de Washington. Foi nesse contexto que o presidente Fernando Henrique Cardoso fora eleito no Brasil, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), nas eleições de 1994. FHC foi “o primeiro presidente desde 1945 a ser eleito com maioria absoluta dos votos válidos (isto é, excluídos os brancos e nulos) em um único pleito”. Ele recebeu 34.377.198 votos, “que corresponderam a 54,3⁶% dos votos válidos” (FOLHA, 1994).

Com essa taxa alta de aprovação, FHC possuía uma área de influência para atuação relativamente boa. Por isso, ao escolher aplicar o modelo neoliberal no Brasil, dando continuidade ao alinhamento de Collor com os Estados Unidos, permitiu que este processo passasse por aceitação e normalização de forma gradual. Isso deu margem para uma percepção de que o sistema de disciplina fiscal e redução de gastos sociais, fosse algo natural para a sociedade.

2.1 Condicionantes da Política Externa Brasileira

Nesse momento, será analisado a redefinição da PEB, de acordo com o paradigma neoliberal que foi estabelecido como nova ordem mundial, após o triunfo do capitalismo sobre o socialismo soviético com o final da Guerra Fria, em 1989. Diante desse cenário, a política exterior do Brasil parecia “ter perdido o rumo que por sessenta anos havia impresso racionalidade e continuidade à uma política externa de um Estado que buscava obstinadamente a promoção do desenvolvimento nacional” (BUENO; CERVO, 2010, p. 455).

⁵ O Comitê de Basileia para Supervisão Bancária (*Basel Committee on Banking Supervision* - BCBS), criado em 1974 no âmbito do Banco de Compensações Internacionais (*Bank for International Settlements* - BIS), tem por objetivo reforçar a regulação, a supervisão e as melhores práticas bancárias para a promoção da estabilidade financeira. O Acordo de Basileia I (1988) estabeleceu recomendações para as exigências mínimas de capital para instituições financeiras internacionalmente ativas, para atenuar o risco de crédito (BCB, 2019).

⁶ De acordo com a atualização do Tribunal Superior Eleitoral, realizada em maio de 1999, foram 55,22% dos votos válidos.

Por esse ângulo, caracterizou-se uma instabilidade de pensamento e estratégia externa. O Itamaraty⁷, com suas diversificadas ocupações de ministros de Relações Exteriores, entre 1990-1995, teve dificuldades de reagir. E em conjunto, “a cassação do mandato do presidente Collor, em 1992, e o hiato do governo de Itamar até 1994, contribuíram para tal indefinição” (BUENO; CERVO, 2010, p. 455). Contudo, esta instabilidade se diluiu no pensamento mais coerente da Política Externa de FHC, a partir de seu primeiro governo. Porém, essa coerência se estabeleceu pelos objetivos de democracia, estabilidade monetária e abertura econômica (BUENO; CERVO, 2010).

Dito isto, será analisado o posicionamento do Brasil perante as regras das estruturas da globalização, de acordo com a análise de Cervo e Bueno (2010). Dentro disso, o posicionamento brasileiro foi de caráter multilateral e com foco no: Liberalismo econômico; meio ambiente; direitos humanos; segurança; comércio de exterior; e fluxos de capitais. Isso no sentido de que “o multilateralismo foi eleito como meio de ação da nação desprovida de poder para realizar sua vontade”. No entanto, o problema do Brasil e da América Latina como um todo, foi que estes definiram o posicionamento multilateral, a partir das propostas do Consenso de Washington - soluções neoliberais - e isso resultou no fato de que a “América Latina havia implementado as reformas requeridas pelo centro sem que a globalização respondesse com benefícios para o desenvolvimento da região” (BUENO; CERVO, 2010, p. 462-463).

Dessa maneira, a falta de benefícios será analisada adiante, a partir de uma divisão estabelecida por esse trabalho, entre o que pode ser caracterizado como uma Política Externa Brasileira “negativa” e “positiva”, durante o governo de FHC. Assim, ficam dentro do lado negativo, os aspectos do liberalismo econômico (neoliberalismo), do comércio exterior, dos fluxos de capitais, da segurança nacional e do bilateralismo. Já do lado positivo, ficou o posicionamento perante as questões do meio ambiente e dos direitos humanos.

Sendo assim, ao analisar os aspectos positivos, estes foram

⁷ Ministério das Relações Exteriores do Brasil, também conhecido como Itamaraty, é um órgão do Poder Executivo, responsável pelo assessoramento do Presidente da República na formulação, no desempenho e no acompanhamento das relações do Brasil com outros países e organismos internacionais.

identificados, conforme se apresentaram no sistema internacional, no âmbito do meio ambiente e dos direitos humanos. Referente ao meio ambiente, a diplomacia brasileira não permitiu que graves prejuízos se repetissem. Nesse seguimento, a conferência intitulada ECO 92, observou com sucesso a tese brasileira de desenvolvimento sustentável e dela resultaram: A Agenda 21, um programa de cooperação multilateral sobre o meio ambiente; o Protocolo de Kyoto de 1997; e uma Convenção sobre Diversidade Biológica que resguarda(va) os direitos brasileiros sobre a Amazônia (BUENO; CERVO, 2010, p. 465).

Em conjunto disso:

Em 1995, o Congresso aprovou a Lei sobre Biossegurança; em 1996, a Lei de Patentes; em 1997, uma Lei de Cultivares e, finalmente, a lei que regula o acesso aos recursos genéticos brasileiros. Todo esse ordenamento jurídico complementou-se com o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, envolvendo o Brasil, o G7 (grupo das sete maiores potências capitalistas), a União Europeia e o Banco Mundial no mais vasto programa de cooperação ambiental do mundo. Assim, o conceito de desenvolvimento sustentável, uma produção da engenharia diplomática brasileira, associado a esta diversificada estratégia de ação externa, afastou aparentemente a ameaça internacional e garantiu à nação os benefícios da riqueza biológica (BUENO; CERVO, 2010, p. 466).

Além do mais, o Brasil se mostrou seguro na arena internacional quando enfrentou os EUA na Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2011, ao fazê-lo aprovar a quebra de patentes de indústrias farmacêuticas, quando se apresentam graves condições de saúde pública como a AIDS. Em segundo lugar, em relação aos direitos humanos. Esse fator pode ser identificado como positivo, após a adesão, em 1992, de três tratados gerais de proteção, os dois da ONU e a Convenção da OEA, dos quais constituíam convenções internacionais contra a discriminação racial e da mulher, contra a tortura, sobre os direitos da criança e do refugiado (BUENO; CERVO, 2010).

Somou-se a isso, o ato do Brasil reconhecer, em 1997, a jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos como competente para julgar os casos levados a este tribunal. E “no mesmo

ano, aprovou a moderna lei sobre refugiados e entrou na rota do abrigo, particularmente para africanos”. Nesse sentido, o Congresso passou a exercer a função de alinhar a lei brasileira as normas internacionais e o Executivo, criou a Secretaria de Estado de Direitos Humanos (BUENO; CERVO, 2010, p. 467).

Dessa forma, como apresentado por Bueno e Cervo (2010):

A conjugação dos esforços de juristas, diplomatas e legisladores produziu no Brasil uma percepção e um conceito original de direitos humanos que serviu de instrumento de ação positiva sobre o cenário internacional (p. 467).

Isso se expressou a partir da preocupação com os direitos humanos, uma vez que esta preocupação condiciona a ação externa do Estado e envolve a defesa da democracia e do desenvolvimento na Política Externa Brasileira (BUENO; CERVO, 2010). Todavia, o que pôde ser caracterizado como positivo na política externa, não foi utilizado como vetor para se posicionar de forma autônoma no sistema internacional, mas sim para se posicionar de forma alinhada as propostas neoliberais, ou seja, de forma alinhada aos Estados Unidos.

A luz disso, a análise dos aspectos negativos da PEB, será feita primeiramente sobre o liberalismo econômico, tendo em vista que esse foi o aspecto que ditou as regras da PEB na década de 1990, levando em conta que “durante as administrações de Collor e Cardoso, o neoliberalismo inspirou as políticas públicas internas e externas”. Conforme Bueno e Cervo (2010), Collor ao abrir a Assembleia Geral da ONU em 1991, expressou a nova filosofia do Brasil: “O ideário liberal venceu... Essa é uma observação que faço da perspectiva de um país que optou por uma plataforma liberal”. Sendo assim, Collor e Cardoso “retiraram do Estado o papel de ‘coordenação da economia’ e reconheceram que essa coordenação cabe ao mercado” (BUENO; CERVO, 2010, p. 463-464).

Isso vai ao encontro das propostas neoliberais propagadas pelos Estados Unidos e Inglaterra, a partir da década de 1970, conforme o capítulo anterior. Diante então do pensamento neoliberal, o governo FHC realizou processos de privatizações e financiamento do comércio exterior. Referente as privatizações, os aspectos

negativos se apresentaram na PEB devido a transferência de patrimônio da periferia para o centro. E em relação ao financiamento do comércio exterior, foi que instituições como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) - uma das instituições especiais que respondem ao sistema normativo do Banco Central - passou a dar preferência ao financiamento de empresas estrangeiras sobre as nacionais nas privatizações (BUENO; CERVO, 2010) (NETO, 2007).

O segundo aspecto negativo, é sobre a PEB no comércio de exterior. Esta seguiu o pensamento neoliberal como visto acima e com isso, iniciou o processo de abertura do mercado brasileiro para o comércio internacional, a fim de “forçar a modernização do sistema produtivo e a elevar uma competitividade externa”. Assim, “o governo passou a negociar em múltiplas frentes, visando com seus esforços alcançar um sistema multilateral com regras transparentes, fixas e justas”. No entanto, o Itamaraty que estava incumbido dessas negociações, “não estava preparado para agrupar a sociedade e estimular a fazer negócios externos, como ocorreu com a diplomacia empresarial no México e no Chile” (BUENO; CERVO, 2010, p. 472).

Essa falta de preparo é reconhecida por Bueno e Cervo (2010), como uma “timidez sistêmica nacional” e foi o que direcionou a tendência histórica do comércio exterior brasileiro a gerar superávits. Com isso, os aspectos negativos se apresentam, no âmbito doméstico, pela falta de um comércio internacional estratégico que passou a ser convertido em variável dependente da estabilidade monetária, conforme visto na seção anterior deste capítulo ao analisar que foram necessários empréstimos do exterior para financiar as importações e para isso, foi estabilizado a moeda com uma taxa de câmbio sobrevalorizada.

Além disso:

Entre 1988 e 1993, o governo brasileiro reduziu a tarifa média de 52% para 14% e eliminou todas as medidas não tarifárias. O Plano Real de estabilidade monetária de 1994 introduziu a sobrevalorização cambial. Em 1995, o comércio exterior reverteu a tendência para saldos negativos. O apoio público à liberalização arrefeceu, a tarifa média elevou-se desde 1996 e a moeda iniciou a

desvalorização em 1999. A balança de comércio exterior registrou o superávit de 85,9 bilhões de dólares entre 1980-1989. Entre 1990-1994, o superávit atingiu 60,4 bilhões, mas entre 1995-2000, o déficit somou 24,3 bilhões. O saldo negativo aparece em 1995 e se repete nos seis primeiros anos do governo de Cardoso. Em termos absolutos, o comércio exterior avolumou-se nos anos 1990, passando de 52,1 bilhões de dólares em 1990 para 110,9 no ano 2000 (BUENO; CERVO, 2010, p. 472).

No entanto, o aumento do volume do comércio exterior brasileiro de 1990 para 2000, não foi direcionado para os setores estratégicos e de infraestrutura. Ademais, o déficit identificado durante o governo FHC, contribuiu para a deterioração das contas externas na balança de pagamentos. Outra questão que caracteriza o comércio exterior como um aspecto negativo - da PEB de Cardoso - foi que as exportações brasileiras “tampouco registraram qualquer melhoria de qualidade com as inovações da abertura econômica”, uma vez que o BACEN indicou que:

Em 1989, de 71,1% de produtos industrializados (54,3% de manufaturados e 16,8% de semimanufaturados) e 27,1% de primários; em 1997, os industrializados somavam 70,9% (com 54,9% de manufaturados e 15,8% de semimanufaturados) e os primários 27,1%. Quando os aviões da Embraer se tornaram o primeiro item das exportações, a partir de 1999, essas estatísticas sofreram modificações (BUENO; CERVO, 2010, p. 473).

E por outro lado, a pauta das importações se modificou diante da abertura comercial “passando os bens de consumo de 5,7% em 1980 para 18,2% em 1997” se distanciando totalmente dos planos desenvolvimentistas do Processo de Substituição de Importações (PSI)⁸. Desse modo, os autores concluem que “o comércio exterior

⁸ Esse processo foi desenvolvido em países da periferia, a partir da crise de 1929, como uma alternativa à dependência do capital externo. Tavares (2000) define o PSI como um “processo de desenvolvimento interno que tem lugar e se orienta sob o impulso de restrições externas e se manifesta, primordialmente, através de uma ampliação e diversificação da capacidade produtiva industrial” (p. 230). Assim, “a ordem natural é que primeiro se substituam produtos de consumo terminados, com menor componente tecnológico e baseados na demanda interna existente. E depois, é preciso que a substituição também avance para os setores de intermediários e bens

enfrentou dificuldades conjunturais” no âmbito das negociações globais e regionais (BUENO; CERVO, 2010, p. 473).

No âmbito global, as questões negativas se deram pela pressão dos países do centro, no fórum de comércio internacional GATT-OMC, em que o governo brasileiro cedeu às negociações que colocavam os países da periferia em desvantagem no comércio internacional, devido a aplicação de barreiras tarifárias pelos países industrializados que barravam as exportações dos produtos dos países periféricos e os deixavam dependentes da importação do centro. No âmbito regional, o Brasil sofreu com os “castigos” do Canadá às exportações de carne brasileira e o Mercosul passou pelas controvérsias da aplicabilidade de uma união aduaneira, “em razão da incompatibilidade dos regimes de câmbio, fixo na Argentina e flexível no Brasil” (BUENO; CERVO, 2010, p. 474).

O terceiro aspecto negativo da PEB apresenta-se nos fluxos de capitais, em que este fator já foi analisado nas discussões anteriores e por isso, entende que “a globalização financeira comportou duas exigências dos países avançados sobre as economias emergentes: o livre fluxo de capital e a abertura dos sistemas financeiros” e assim, o Brasil, “dócil diante das reformas exigidas pelo centro, abriu todos os domínios de sua economia aos capitais internacionais: os serviços financeiros, a bolsa de valores, os bancos e as grandes empresas públicas, no momento da privatização”. Assim, “dois também foram os efeitos que se generalizaram: o aumento dos fluxos [de capital estrangeiro] especulativos e as crises financeiras” (BUENO; CERVO, 2010, p. 475).

Essas afirmações indicam então que os condicionantes internos analisados anteriormente se configuraram na política doméstica, a partir desta subordinação brasileira diante das pressões dos países centrais. Com isso, redirecionou sua política externa que tinha como foco o desenvolvimento nacional, para uma inserção internacional baseada estritamente na abertura econômica do país, apenas para manter o vínculo com o centro e isso não configurou um “*win-set*” na política externa dos interesses nacionais com os interesses externos.

de capital para evitar que uma excessiva rigidez na pauta de importações comprometa o aprofundamento do processo” (CARVALHO, 2005).

Dessa forma, a cooptação da econômica brasileira, a partir da interferência estadunidense, se apresentou, conforme Bueno e Cervo (2010), nas “pressões internacionais [que] foram precoces e bem conduzidas” (p. 475). Isso pode ser demonstrado pelo desequilíbrio nas contas correntes do país (uma das contas da balança de pagamentos) em que:

Durante o governo de Cardoso, entre 1995 e 2000, a dívida pública interna passou de 33% para 53% do PIB. Entre 1994 e 1999, a dívida externa elevou-se de 148 para 237 bilhões de dólares. Juros e amortizações da dívida externa consumiram 50 bilhões de dólares em 2000, ou seja, toda a exportação brasileira. O Brasil ostentava, então, nesse ponto, um dos piores indicadores externos do mundo. Esse desequilíbrio induzia medidas maleáveis na taxa de juros para atrair constantes fluxos de capitais e provocou uma inflexão da política de comércio exterior, que evoluiu de sua função de estabilizar os preços para a nova função de prover recursos para os compromissos da dívida. O grave perfil das contas públicas, em sintonia com instruções vinculadas aos socorros concedidos pelo FMI desde 1990, retirava investimentos produtivos, provocando outras crises, como a escassez de energia elétrica, e bloqueava o crescimento econômico (BUENO; CERVO, 2010, p. 477).

Esse cenário, foi vivenciado pela população brasileira durante toda a década de 1990, como um ciclo de crescimentos e crises (mesmo que não fossem crises iniciadas no Brasil), devido a dependência que se consolidou neste período, do capital estrangeiro. Assim, ainda segundo Bueno e Cervo (2010), “o Brasil transitou da década perdida à década perversa” (p. 477). Essa inserção internacional de subordinação, foi caracterizada também no setor da segurança nacional. Por isso, este é o quarto item a ser analisado como um aspecto negativo da PEB durante o governo FHC.

Nesse caso, como esse governo advinha do contexto do fim da Guerra Fria, este passou pelos impactos da mudança do sistema bipolar para um sistema econômico multipolar e para um sistema estratégico unipolar, em razão da supremacia militar estadunidense. Nessa lógica, o Brasil aplicou o posicionamento multilateral econômico, no trato das questões de segurança. Portanto, por um lado o Brasil “reforçou seu pacifismo, firmando os pactos

internacionais de desarmamento”, e por outro, “elaborou em 1996, um documento político para nortear as decisões na área e buscou-se a união da América do Sul, tendo em vista precaver-se ante a possível nocividade da hegemonia dos Estados Unidos” (BUENO; CERVO, 2010, p. 469).

Para isso, o Brasil reviveu a parceria com a Argentina como uma variável essencial na política de segurança. No entanto, essa variável foi ameaçada com a candidatura do Brasil ao Conselho de Segurança da ONU, em 1994, e a insistência do país em entrar na OTAN, uma vez que isso se apresentava como uma “pretensão brasileira de secundar a ação dos EUA na América do Sul” (BUENO; CERVO, 2010, p. 470). Ou melhor dizendo, o Brasil estava mais uma vez abrindo mão de uma inserção autônoma no sistema internacional, nesse caso, através de uma política de defesa e segurança mais assertiva e indo ao encontro da subordinação das propostas estadunidenses.

Com isso, os desdobramentos de 11 de setembro de 2001 revelaram “a imprudência do Brasil, de se relegar a segurança nacional ao segundo plano” (BUENO; CERVO, 2010, p. 471). Por fim, o quinto item identificado como negativo na PEB de Cardoso, é o bilateralismo, uma vez que este passou por um declínio quando comparado com “a parceria estratégica como linha de força da ação externa” dos governos anteriores à década de 1990 (BUENO; CERVO, 2010, p. 477-478).

Nesse seguimento, o paradigma neoliberal “subtraiu a energia do bilateralismo” como outra forma de inserção autônoma no sistema internacional, que havia sido utilizado de maneira pragmática durante os governos da ditadura militar, como por exemplo, as alternativas de parceria estratégicas estabelecidas diante do contexto bipolar da Guerra Fria.

Dessa forma, o bilateralismo - perante o neoliberalismo - vivenciou: A exuberância da parceria com os Estados Unidos; a reaproximação com a França; o afastamento da Alemanha e Japão; a qualificação das relações com China e Rússia; e o surgimento da dinâmica da Espanha e Portugal⁹ (BUENO; CERVO, 2010). Ou seja,

⁹ Para mais informações sobre como se desenrolaram essas relações, conferir Bueno e Cervo (2010) parte III, capítulo 4.

se caracterizou uma amplificação nas relações com os Estados Unidos em detrimento dos parceiros estabelecidos durante a Guerra Fria, e as reformas neoliberais se refletiram na PEB, de maneira geral, como um “mau desempenho interno e inserção dependente [externa]” (BUENO; CERVO, 2010, p. 478-482).

Dito isto, observa-se que a subordinação vinculada à globalização - periferia dependente do centro - se deu a partir dos aspectos negativos da PEB em negligência dos aspectos positivos. Esse contexto gerou na política externa e econômica brasileira, um desgaste que abriu espaço para o início do ensaio do paradigma logístico. Este ensaio se caracterizou na segunda metade do governo FHC, como uma alternativa a dependência (macro)econômica, haja vista a necessidade de uma internacionalização da economia brasileira, e não apenas da sua abertura. Sendo assim, o país voltou a tentar preservar o patrimônio nacional e com isso, Cardoso abriu o caminho para seu sucessor, Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), que adotou a promoção da inserção independente do Brasil no sistema internacional.

Considerações Finais

A partir da análise da disseminação do pensamento neoliberal, após a sua aplicação nas políticas domésticas estadunidenses, durante as décadas de 1970-80, nota-se que as políticas inspiradas no pensamento neoliberal, seguem uma lógica de relações econômicas reguladas apenas pelo Mercado, em que o Estado não interfere nessa regulação. Na verdade, o Estado passa por uma disciplina orçamentária sob a contenção dos gastos com o bem-estar social.

Entretanto, a falta de investimento do Estado em infraestrutura, desenvolvimento, tecnologia e nos mecanismos de proteção social resultaram no enfraquecimento do Estado enquanto instituição, principalmente após os Choques de Petróleo em 1970. A crise econômica mundial estabelecida após os choques de petróleo, criou o cenário perfeito para a difusão de políticas inspiradas no pensamento neoliberal, no sentido de que os países que importavam petróleo precisaram reduzir seus gastos em caráter de urgência devido ao aumento no preço das importações que indicaram déficits em suas balanças de pagamentos.

A classe empresarial desses países, sofreu uma queda em suas rendas, uma vez que as atividades econômicas diminuíram após a inflação que aumentou o nível dos preços dos insumos e dos produtos utilizados pelas empresas. E a classe financeira, passou pela mesma queda, em razão do declínio das bolsas de valores, gerado por toda essa contenção de gastos. Assim, ambas as classes queriam aumentar o nível de suas rendas, enquanto o Estado continuou querendo reduzir seus gastos. Esse contexto se tornou propício então, para que os Estados passassem pelo advento das privatizações, realocando assim, um enorme contingente de capital, no setor privado.

Esse público, também conhecido como elite econômica nacional, foi o que o trabalho identificou como classe transnacional, em que esta passou a deter influência direta no processo de formulação de políticas, uma vez que era a classe que formava a base da receita do Estado quando estava em bom desempenho econômico. Com isso, a classe transnacional fomentou a promoção de políticas neoliberais como forma de se enriquecer e além disso, concentrar sua renda em direção aos monopólios mundiais.

Conforme a pesquisa, ao seguir para a análise da atuação dos Estados Unidos em relação ao Brasil, é importante lembrar que esse ideário neoliberal foi promovido em um fórum de discussão dos EUA para a América Latina que ficou conhecido como Consenso de Washington, em 1989. Este serviu para que economistas e policy makers apresentassem suas propostas de reformas econômicas que levariam a superação da crise e ao ajuste nas balanças de pagamento dos países da América Latina. Destarte, esse evento registrou um amplo consenso diante as propostas apresentadas e as privatizações de empresas estatais, a desregulamentação da economia por parte do Estado e a liberalização do comércio, se tornaram condições para que os países da América Latina renegociassem sua dívida externa e conseguissem novos empréstimos.

Dessa forma, a abertura comercial e financeira foi o pré-requisito estabelecido pelos EUA, Banco Mundial e FMI para a realização de empréstimos com taxas de juros favoráveis e para a entrada de capital estrangeiro. Sendo assim, grande parte dos Estados da periferia se alinharam aos parâmetros neoliberais estadunidenses. Diante do contexto bipolar da Guerra Fria, esse alinhamento resultou

na expansão da zona de influência dos Estados Unidos, em razão de que a disseminação do pensamento neoliberal pelo globo denotou a manutenção do bloco capitalista. Além disso, esse alinhamento voluntário da periferia com o centro, proporcionou o que a acumulação por espoliação busca, que é a apropriação e cooptação de novos espaços e mercados, principalmente pelo fato de que a abertura comercial e financeira realizada pelos países em desenvolvimento - como no caso dos países da América Latina e África - garantiu a entrada de capital estrangeiro que significou a influência desse capital na economia e na política desses países.

Dito isto, ao analisar-se o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos, verificou-se a interferência deste na formação da PEB de maneira indireta e não estatal, uma vez que o “controle” passou a ser exercido exatamente pelo capital estrangeiro e não pelo país diretamente como foi no caso do Panamá (1903-1979) e da Colômbia (1999). O controle é no sentido de que o Brasil passou a ficar dependente do capital estrangeiro e, por isso, suas políticas passaram a ser formadas em prol desse capital.

Dessa maneira, o governo FHC, ao buscar o modelo neoliberal como forma de inserção internacional, se adaptou à nova realidade da mundialização do capital. Nesse seguimento, a falta de sucesso no âmbito econômico, do comércio exterior, dos fluxos de capitais, da segurança nacional e do bilateralismo configurou uma subordinação vinculada à globalização em que o sucesso da PEB no âmbito dos direitos humanos e meio ambiente não foi suficiente para atenuar essa subordinação ao centro. Com isso, a interferência externa na formação de políticas brasileiras pode ser identificada pela dependência macroeconômica, a falta de internacionalização da economia brasileira, e a subordinação concreta como foi o objeto de análise deste trabalho. No entanto, é válido ressaltar que isso gerou o desgaste do paradigma neoliberal e, por isso, no segundo governo FHC, foi identificado um ensaio de paradigma logístico que foi consolidado no governo Lula (2003-2010).

Referências

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E., GENTILI, P. (Org.). Pós neoliberalismo - As políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Recomendações de Basileia. Disponível em:

<<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/recomendacoesbasileia>>.

Acesso em: 9 set. 2019.

BANDEIRA, Luiz. As Políticas Neoliberais e a Crise na América do Sul. Revista Brasileira de Política Internacional, Rio de Janeiro, vol. 45, n. 2, p.135-146, 2002. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-7329200200020000>7. Acesso em: 24 jul. 2019.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Programa Educativo Dívida Externa - PEDEX, Caderno Dívida Externa, n. 6, set. 1994. Disponível em: <<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Consenso%20de%20Washington.pdf>>. Acesso em 21 mai. 2019.

BLYTH, Mark. Great Transformations: Economic ideas and institutional change in the 20th century. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado Luiz. História da política exterior do Brasil. Brasília: UNB, 3ª edição, 2008.

COX, Robert W. Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método. In: GILL, Stephen (Org.). Gramsci, Materialismo Histórico e Relações Internacionais. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

EICHENGREEN, Barry. Globalização do Capital: história do sistema financeiro mundial. São Paulo: Editora 34, 2000.

FOLHA DE S. PAULO. FHC é o presidente mais votado desde 45. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/10/18/brasil/20.html>>. Acesso em: 04 set. 2019.

GILL, Stephen; LAW, David. Hegemonia global e o poder estrutural do capital. GILL, Stephen (Org.). Gramsci, Materialismo Histórico e Relações Internacionais. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007

HARVEY, David. O Neoliberalismo história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

- HARVEY, David. O Novo Imperialismo. 2a ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- HAYEK, Frederich. Individualism and economic order. Chicago: University Of Chicago, 3º edição, 1958.
- KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- LEITE, Leonardo de Magalhães. Sobre as teorias do imperialismo contemporâneo: uma leitura crítica. Revista Economia e Sociedade, Campinas, vol. 23, n. 2, v. 51, p. 507-534, ago. 2014.
- MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Traduzido por Reginaldo Sant'Anna. Livro I, v. 2. 20a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- PAULANI, Leda Maria. Neoliberalismo e Individualismo. Revista Economia e Sociedade, Campinas, p. 115-127, dez. 1999.
- PRADO, Antonio. O desenvolvimento na América Latina depois da crise financeira de 2008. Revista Tempo do Mundo, IPEA, Brasília, vol. 3, n. 3, p.10-26, dez. 2011. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6117/1/RTM_v3_n3.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2019.
- OLIVEIRA, Leandro Dias de. Neoliberalismo: Notas sobre Geopolítica e Ideologia - Uma breve análise sobre a obra “O Neoliberalismo: História e Implicações”, de David Harvey. Revista Tamoios, UERJ, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 2009.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

INSTRUMENTOS UNILATERAIS DA POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE NO BRASIL: O CASO DO OFFICE FOR INTER-AMERICAN AFFAIRS (OCIAA) E DA UNITED STATES INFORMATION AGENCY (USIA)

Bruno Martins Di Palma*

Introdução

O Brasil é um exemplo esclarecedor desse caso. Sendo um país muito bem dotado de recursos naturais, além de ter um alto desenvolvimento industrial, deveria ser uma das nações mais ricas do mundo. Mas graças, em grande parte, ao golpe de 1964 e ao tão aclamado “milagre econômico” que se seguiu ao golpe (sem falar nas torturas, assassinatos e outros instrumentos de “controle da população”), a situação de muitos brasileiros é, agora, provavelmente parecida com a da Etiópia - e bem pior que a da Europa Oriental, por exemplo. (CHOMSKY, 1999, p. 42).

O artigo tem por objetivo analisar as políticas unilaterais estadunidenses no Brasil, de modo a compreender os mecanismos e os instrumentos utilizados para influenciar as decisões políticas, econômicas, culturais e de opinião pública brasileira. Para essa finalidade, o texto abordará de que maneira os Estados Unidos compreendiam, historicamente, o papel do Brasil no hemisfério para, posteriormente, analisar de que maneira essas visões políticas estadunidenses confluíram para o desenvolvimento de mecanismos unilaterais paralelos, a fim de levar à sociedade brasileira

* Graduando no curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

propriedades culturais características daquele país, bem como construir uma imagem favorável e simpática no Brasil.

Para essa finalidade, procurou-se analisar como que os canais paralelos à diplomacia, sejam eles por meio de agências de informação e de propaganda, financiamento de excursões secretas, espionagem e a diplomacia paralela¹ causaram efeitos nas decisões dos homens de Estado do Brasil. Ainda que não se possa medir qual a efetividade e dimensão duradoura que a prática dessas ações confluíram nas tomadas de decisões favoráveis aos Estados Unidos, é razoável e documentado que determinadas ações tiveram papel relevante e estratégico na história do Brasil, a exemplo da Revolta Armada e do golpe civil-militar em 1964, que tiveram participação dos Estados Unidos e marcaram rupturas políticas de grande proporção no país.

Também se faz necessário notificar que tais práticas não são exclusivas da política internacional estadunidense, uma vez que agências desse gênero e a propaganda são utilizados pelos mais diversos países. E pelo Brasil, não é diferente. Porém, dentre outros países como França, Alemanha e Reino Unido, é perceptível como a influência dos Estados Unidos foi (e ainda é) presente na sociedade brasileira, e como isso acarretou em orientações da política externa brasileira para seguir posicionamentos estadunidenses. Não obstante, o relacionamento nos âmbitos econômicos e militares se deram principalmente com os Estados Unidos a partir da década de 30, e a cooperação, nem sempre legítima como será visto, foi dada nos mais diversos níveis e matérias.

A partir da compreensão desses mecanismos, será possível refletir as razões pelas quais na sociedade brasileira e em outras estruturas organizacionais societárias do país, se tem a influência de modelos importados dos Estados Unidos. Tem-se por objetivo revelar que a importação de modelos, protocolos e da cultura estadunidense não são realizados apenas por mera admiração àquele país. Existe

¹ Magalhães (2005) clássica a diplomacia paralela como uma patologia da diplomacia, em que o contato ou negociação entre dois Estados não é realizado necessariamente pela representação profissional para aquele contato, em sua maioria, o (a) diplomata. No caso, contatos para além dos diplomatas brasileiros foram realizados de forma paralela, a fim de que os Estados Unidos conseguissem obter benefícios e vantagens estratégicas para alcançar determinados objetivos.

uma estratégia e faz parte de uma política internacional do mesmo. Faz parte de um projeto de poder, criado por uma potência mundial que pretende ser e manter-se hegemônica no mundo. E ter o Brasil como aliado, ou melhor, uma não-ameaça a esse projeto de poder, é de extrema importância.

A compreensão das transformações internacionais permite observar que, ainda que os Estados Unidos não tivessem influência no Brasil, o Brasil seria alvo de uma política estadunidense que pretendia a não-intervenção de países europeus no continente. Partindo desse pressuposto, é concebível considerar o fator geográfico de extrema relevância para compreender a esfera de influência a qual o Brasil se desenvolveu. Outra razão, e essa de maior importância, se deve à sua história:

A configuração geográfica era só o início. A diferença maior estaria entre a postura colonizadora católica e protestante. Na Idade Média, a Igreja Católica desconfiou do lucro e dos juros. O ideal católico era a salvação da alma; o progresso econômico era visto com desconfiança. Demônio e riqueza estavam constantemente associados na ética ibérica. (KARNAL, 2007, p. 27).

Do mesmo modo, as relações comerciais entre os países configuraram certamente no estreitamento e na importância de tal relacionamento, principalmente, porque os Estados Unidos ao começarem a se industrializar e desenvolver-se militarmente, procuravam matérias-primas e viam no Brasil um importante fornecedor. O acesso e a exploração da Amazônia sempre foram de fato, interessante aos ideais e objetivos estadunidenses, justamente por questões econômicas e estratégicas².

Ainda que a projeção estadunidense não tenha ocorrido militarmente com a intensidade e da maneira com que ocorreu na América Central³, os Estados Unidos se dando conta da negatividade em que tais ações estavam causando na imagem do país na América,

² GARFIELD, Seth. A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, nº 57, p. 19-65 - 2009.

³ Tropas americanas intervieram e/ou mantiveram forças de ocupação militar em Cuba (1906-1909, 1917-1922), Haiti (1915-1934), República Dominicana (1916-1924), Nicarágua (1909-1910, 1912-1925) e México (1914, 1916-1919). (KARNAL, 2007, p. 193).

começaram a desenvolver outras técnicas mais sutis e inteligentes. A partir da década de 30 esses instrumentos foram sendo aperfeiçoados e, conseqüentemente, se infiltraram na sociedade brasileira. Após a Segunda Guerra, o projeto de poder tomara novas dimensões e para isso, mudanças estratégicas seriam exigidas para comportar uma posição prevalecente no cenário internacional. A exemplo dessa modalidade no pós-guerra:

A instrumentalização do inimigo foi essencial para o projeto de construção da ordem, i.e, o exercício da hegemonia, interligando três prioridades na grande estratégia: a contenção da URSS, a contenção do comunismo e a disseminação do liberalismo político e econômico. (PECEQUILLO, 2010, p. 13).

A análise presente nesse trabalho não pretende fabricar o “antiamericanismo”, que embora presente na esfera doméstica brasileira, não representou uma homogeneidade em debates políticos e na opinião pública (MANZUR, 1999). Ainda que importante e razoável em muitos casos, a análise dos mecanismos pretende prioritariamente, analisar e explanar as razões e interesses políticos dos Estados Unidos no Brasil, de forma a compreender uma das várias forças que fizeram do Brasil ser o que é hoje.

A partir disso, se poderá elaborar posicionamentos e críticas no que se refere as conseqüências dessas ações para o país, de modo a avaliar a reciprocidade dessas relações. Não cabe julgamento ao tipo de projeto de Estado que os Estados Unidos se propuseram a realizar, mas sim examinar quando esse projeto influencia o desenvolvimento do Brasil.

1 A formação e composição histórica dos Estados Unidos (déc. 80, início de 90)

Antes que entender qual a ideologia e o pensamento os Estados Unidos têm por objetivo exportar para o Brasil e afins, se faz necessário compreender o que se tem para exportar. É sabido que os Estados Unidos possuem por característica inerente o unilateralismo e o isolacionismo nas relações internacionais, conforme menciona Pecequillo (2012) quando explana sobre a agenda conhecida como

“Tradição de Washington”, em que:

O unilateralismo permite garantir ao país maior margem de manobra e liberdade, guiando-se somente por seu interesse nacional. Os norte-americanos não deixarão de agir no mundo, mas o farão somente forma tópica, em alianças não permanentes e em situações de clara necessidade. (PECEQUILO, 2012, p. 3).

No âmbito doméstico, enquanto o Brasil tinha como base a agroexportação, os Estados Unidos estavam formando grandes monopólios e concentrando capital na mão de poucas famílias (KARNAL, 2007). Essa posse colaborou para a criação de enormes monopólios, e logo trustes e cartéis⁴, que viriam a ter poder para ditar políticas públicas, influenciar na política exterior do país, e gerar enormes transformações tecnológicas e a industrialização no país. Expressivo exemplo desse arquétipo formando no país foi “John Rockefeller e seus sócios, que constituíram o primeiro truste, quando os acionistas das maiores refinarias da nação abandonaram a forma de cartel e trocaram suas ações com direito a voto por certificados da Standard Oil Trust”. (FERNANDES; MORAIS, 2007, p. 155). A família Rockefeller viria a desempenhar práticas fundamentais para a política estadunidense no Brasil mais tarde, como a tentativa para conquistar a Amazônia⁵ e a direção do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA), por Nelson Rockefeller. Em razão da Conferência do Panamá (1939), foi criada a Comissão Consultiva Interamericana Financeira e Econômica⁶, que mais tarde tornara-se a Comissão Interamericana de Desenvolvimento⁷, também foi

⁴ Karnal (2007, p. 177) destaca que empresas enormes passavam a dominar a economia. Em 1903, o banqueiro J.P. Morgan participava da diretoria de 48 corporações e John D. Rockefeller em 37. Em 1904, 318 corporações controlassem 40% da indústria nacional.

⁵ Para mais informações sobre o assunto, consultar: COLBY, Gerard. *Que seja feita a vossa vontade: a conquista da Amazônia: Nelson Rockefeller e o Evangelismo na Idade do Petróleo* / Gerard Colby com Charlotte Dennett; tradução de Jamari França - Rio de Janeiro: Record, 1998.

⁶ “Os objetivos da Comissão eram atacar as desarticulações econômicas previsíveis em tempos de guerra e explorar métodos de longo prazo para aumentar o comércio interamericano e promover o crescimento econômico da América Latina” (MOURA, 2012, p. 42).

⁷ “A Comissão Interamericana de Desenvolvimento propunha um padrão de

presidida por Nelson Rockefeller⁸.

Os valores da sociedade estadunidense, baseados na formação dos *founding fathers* e dos “estadistas industriais”, exalta grandes personagens inovadores que trouxeram o desenvolvimento econômico à nação (KARNAL, 2007). Por tradição, valorizam o individualismo competitivo que tem por objetivo apreciar o trabalho como força motriz para se atingir a plenitude econômica, este seu objetivo maior (Ibid., p. 157). Portanto, não cabe a interferência (imoral) do Estado ou de instituições privadas nos assuntos econômicos (Ibid., p. 157). Do mesmo modo, a pobreza seria um castigo, e a desigualdade justificável.

Esses valores e essa demanda por um processo de industrialização para o desenvolvimento econômico do país exigiram o estabelecimento de políticas que suprimisse essas necessidades. Os Estados Unidos passariam a amadurecer instrumentos e mecanismos que justificassem, obviamente de forma não transparente, esses objetivos e necessidades do país. Acabada a guerra de Secessão (1861-65), a atuação dessas pessoas influentes aflorou de maneira mais acentuada, ainda que “a existência de uma elite bélica e imperialista, composta por uma classe alta, geralmente da costa leste, que defendia a existência de uma marinha de guerra poderosa, [existisse] antes mesmo da Guerra Civil”. (Ibid., p. 166).

O conjunto dessas características formadoras da sociedade estadunidense (religiosas, classistas e imperialistas) contribuíram para a construção de um imaginário, enquanto sociedade e enquanto Estado, que se via como superior aos demais. Esse imaginário doméstico trouxe reflexos nas políticas externas que determinariam uma política internacional estadunidense pragmática e contínua. Dessa noção, o surgimento do ‘Destino Manifesto’ foi uma derivação

industrialização para a América Latina firmemente subordinado aos interesses econômicos estadunidenses, e que sustentasse a complementaridade assimétrica entre as partes. Em tal padrão, não havia espaço para projetos de industrialização de largo alcance.” (MOURA, 2012, p. 43).

⁸ Sucessor da família Rockefeller (John D. Rockefeller Jr., quinto filho do magnata do petróleo, John D. Rockefeller, considerado o empresário mais rico de todos os tempos e fundador da Standard Oil), compôs o Grupo Rockefeller, e desenvolveu atividades principalmente na iniciativa privada, mas envolveu-se em diversas áreas políticas, incluindo no Brasil.

para justificar o imaginário de superioridade em relação ao demais povos, e que por conta dessa superioridade, cabia o dever de levar e expandir para outros territórios esses valores e virtudes morais, muitas vezes baseados no darwinismo social (Ibid., 2007, p. 170).

Essa construção societária confluiu para a construção de uma ideologia doutrinária no país, e que foi exportada para grande parte do mundo, incluído o Brasil. Nisso, o imaginário de superioridade e excepcionalismo na história do mundo, em que traz consigo a autoafirmação de um novo Estado que preza pela liberdade, pela democracia e deseja limitar uma esfera onde estaria o “Novo Mundo”, de modo a deixar a Europa e a colonização europeia afastada dos novos interesses destes, confluiria com um novo desejo de criar-se um projeto de poder e o estabelecimento de uma hegemonia.

2 Conceito de hegemonia gramsciano

O conceito de hegemonia gramsciano, aplicado às relações internacionais por Carnevali por exemplo, pode ser utilizado para o pretendido objetivo de compreender as novas transformações do cenário internacional, ainda que essa aplicação tenha seus limites. A primeira discipção conceitual gramsciana diz respeito a distinguir entre estrutura e superestrutura, além de considerar a questão da ordem por uma política internacional nas relações internacionais mais satisfatória que considerar um sistema anárquico (CARNEVALI, 1996)⁹. O autor compreende a dificuldade da aplicação conceitual, por meio das noções de guerra em movimento ou de posição para a mutação do sistema internacional, ao plano internacional, mas realiza ponderações que podem ajudar a compreender os mecanismos aos quais os Estados Unidos se utilizaram, e de que maneira esses mecanismos possibilitaram, ao menos no Brasil, e pode-se dizer nos demais países americanos, a tornar-se uma hegemonia no hemisfério americano.

Por estrutura, se entende a “posição de preeminência da

⁹ CARNEVALI, Giorgio. *Iconografe del mondo*. Milano: Franco Angeli, 1996. P. 67-93. Traduzido por Arno Dal Ri Júnior. O artigo se encontra em: MEZZARROBA, Orides (Org.). *Gramsci: Estado e Relações Internacionais*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

potência hegemônica no sistema da economia mundial (nível estrutural)”, e por superestrutura se compreende o plano ideológico e político, de forma que este é secundário (CARNEVALI, 1996, p. 48). Da mesma maneira, Marx também considera que:

[o] papel da superestrutura (ideologias, instituições políticas) permanece muito secundário e deriva da infra-estrutura, forças de produção e relações de produção, cujo conjunto constitui o “modo de produção” ou “estrutura econômica” da sociedade, “a base real sobre que se levanta uma superestrutura jurídica e política e a que correspondem formas de consciência sociais determinadas (MARX *apud* DUROSELLE, 1967, p. 411).

A reflexão a que se pretende chegar ao utilizar o conceito de hegemonia gramsciano é que embora o conceito tenha sido elaborado para explicar uma conjuntura doméstica, talvez seja razoável estender o conceito para quando os aparelhos hegemônicos são estrangeiros e estão instalados em outro Estado para direcionar (hegemonia) a seu favor. Pois no mesmo sentido, a esfera da sociedade civil, situada entre a base econômica (infraestrutura) e os institutos da política (superestrutura), através da criação de aparelhos de persuasão, é o objetivo do exercício de hegemonia e continua como tal quando os aparelhos são alienígenas. Carnevali (1996, p. 59-60) aponta que as criações de tais instrumentos de persuasão são engendrados “afim de se afirmar uma ordem nova”, uma nova concepção do mundo.

O que poderá ser indagado é como ao longo das Guerras Mundiais (1914-18, 1939-45), com destaque para a Segunda, os Estados Unidos foram construindo a sua hegemonia. Essa hegemonia pode ser concluída apenas com a queda da União Soviética, uma vez que as disputas ideológicas terminam com a sobreposição daquela ditada pelos Estados Unidos¹⁰. Mas pode-se dizer que as Guerras

¹⁰ Vide artigo (1989) de Francis Fukuyama “O fim da história”. O artigo ajuda a compreender tal argumentação, uma vez que defende que após o fascismo e o socialismo, a humanidade teria atingido um ponto culminante na história da humanidade, com o triunfo da democracia liberal ocidental. É possível notar que as duas ideologias, o fascismo alemão, e posteriormente, o socialismo soviético, foram motivos de preocupação para os Estados Unidos quando tinham influências no Brasil. E para sanar essa preocupação, os Estados Unidos procuraram combater essa influência por meio de perseguições e propaganda no Brasil.

Mundiais foram fatores possibilitadores para que os Estados Unidos alcançassem o domínio econômico no Brasil primeiramente, e posteriormente durante a Segunda Guerra disputasse com a Alemanha, a hegemonia cultural de fato.

Nesse ponto, Carnevali (1996) também faz uma distinção importante para não tratar a supremacia político-militar como hegemonia: “uma coisa é, de fato, a liderança que tenha a qualidade da direção cultural e que venha exercitada com os instrumentos de persuasão; uma outra é a supremacia que se fundamenta no exercício ou ameaça da força” (CARNEVALI, 1996, p. 67). Concomitantemente, o mesmo não vale para explicar a superioridade econômica, uma vez que o conceito de hegemonia gramsciano se aplica a esfera da sociedade e esta, esteja inserida na superestrutura, e não na estrutura econômico-social. (Ibid., p. 69).

Portanto, aqui o conceito de hegemonia de Gramsci, procurará explorar a construção pelos Estados Unidos de uma hegemonia cultural no Brasil, por meio de mecanismos e instrumentos que tinham por objetivo promover a ideologia interessante aos interesses dos Estados Unidos na esfera societária brasileira. O conceito pode ser perfeitamente enquadrado, como distingue Carnevali (1996, p. 67), pelo fato de terem havido outras forças disputantes (caso da Alemanha, depois a União Soviética), excluindo assim o “caráter incondicionado de submissão” que deveria ser categorizado como “domínio”, e não hegemonia. As instituições criadas pelos Estados Unidos afim de promover a ideologia estadunidense configurou uma superestrutura no Brasil, pois não isoladamente como será possível perceber, as instituições estadunidenses atuaram muitas vezes conjuntamente aos aparelhos coercitivos do Estado brasileiro.

O fator determinante para Gramsci é distinguir *dominar* de *liderar*. Pereira (2011), ao tratar sobre os conceitos de Gramsci busca outros autores para melhor elaborar a ideia de hegemonia nas relações internacionais, e expõe a pressuposição de que a hegemonia considera as tendências de grupos de interesses dominantes na esfera societária, e poderá mesmo fazer concessões afim de que se tenha a simpatia e objetivamente, o consentimento daquele grupo (PEREIRA, 2011, p. 241). Em síntese:

A hegemonia significa o exercício de uma liderança [cultural, ideológica] calcada em fatores econômicos, sendo que os fatores políticos e militares são desenvolvidos em decorrência das vantagens competitivas alcançadas pela potência hegemônica. (WALLERSTEIN *apud* PEREIRA, 2011, p. 252).

3 Construção hegemônica dos EUA

Pereira (2011) observa que diferente das potências europeias, os Estados Unidos desenvolveram ao longo do tempo, uma peculiaridade na forma de expandir seus valores e interesses econômicos. A concentração de capital, por conta do alto processo de industrialização e da era progressista estadunidense, permitiu que se desenvolvesse a criação de grupos de interesses muito fortes nas tomadas de decisões políticas, assim como na elaboração de políticas domésticas e externas. Essa constituição envolta de magnatas com grandes poderes financeiros e políticos possibilitou o investimento em enormes programas de pesquisa científica e tecnológica, além de expedições científicas em outros países, afim de obter vantagens e conquistar recursos principalmente energéticos.

A presença desses grupos de interesses nas políticas estadunidenses reflete em muito nas ações e políticas adotadas pelos Estados Unidos, de forma a ficar perceptível aos críticos da política externa estadunidense, que esses interesses se sobressaem ao interesse nacional do país. Por sua vez, a ação do Estado tende a atuar conjuntamente com os interesses desses grupos de interesse, e a maior demonstração disso, é o tratamento para com as empresas multinacionais, em que:

As empresas multinacionais americanas preencheriam o papel dos exércitos na medida em que realizaram uma forma de dominação econômica similar ao dos impérios europeus, mas sem o recurso à anexação de territórios e populações. (PEREIRA, 2011, p. 238).

Portanto, além dos canais diplomáticos e da barganha assimétrica, principalmente econômica, que os Estados Unidos, por razões históricas e culturais, obtiveram em relação ao Brasil e demais países americanos, os Estados Unidos se utilizaram de diversos instrumentos paralelos aos canais oficiais para garantir a construção

de uma hegemonia. Nesse mesmo sentido, é necessário compreender como a ação de agentes, não necessariamente estatais, e a construção de órgãos pautados por uma política internacional interessante aos interesses nacionais estadunidenses, mas também desses grupos de interesses diversos, trazem consequências para o Brasil.

É lógico ter a percepção de que o “Destino Manifesto”, que tinha por objetivo levar e elevar os valores de outros povos em diferentes territórios não tinha por objetivo tornar aqueles mais desenvolvidos ou em pé de igualdade. Pois, como visto, a desigualdade é justificável e uma matriz que justifica o subdesenvolvimento dos países periféricos e legitima o poder e desenvolvimento de potências e da hegemonia. Portanto, é muito tênue distinguir as relações entre dois Estados, enquanto que estes não estão no mesmo patamar de poder, e não apenas isso, possuem objetivos diferentes. Mas que pela objeção de uma parte, a outra necessariamente é atingida pelo projeto de poder da outra. Esse raciocínio não é de maneira alguma, uma vitimização ou justificativa do porque o Brasil é periférico em relação aos Estados Unidos, mas sim, uma tentativa de compreender como se ter uma relação cooperativa e mais recíproca, a partir da compreensão da política externa estadunidense.

Além disso, compreender que a capacidade de desenvolvimento brasileiro pôde ameaçar o predestinado projeto de poder dos Estados Unidos, pode se tornar uma ferramenta analítica das razões pelas quais o Brasil sempre se encontrou apenas na promessa de emergir, sob ótica das relações internacionais:

Grandes Estados da periferia, como o Brasil, sempre que se engajam em programas de fortalecimento político, econômico, militar ou tecnológico de natureza autônoma são vistos com suspeita, ameaçados e até atingidos por sanções (GUIMARÃES, 2001, p. 34).

Para se valer entender essa estratégia, além das rupturas políticas (e militar) e dos canais diplomáticos nas relações entre os países, é importante destacar os mecanismos econômicos, culturais e de propaganda utilizados para o exercício da prevalência estadunidense no Brasil.

Os interesses econômicos estiveram sempre veiculados a

necessidades de desenvolvimento econômico, em maior parte pela alta industrialização, produção e exportação de tecnologias, e também ligado aos grandes grupos de interesse ligados ao governo. É notável a relação de empresas privadas ligadas ao governo, que vão desde a colocação em posições de alto escalão do governo, o financiamento de campanhas políticas por empresas privadas e a grande força que os lobbies possuem para influenciar nas políticas de âmbito doméstico e externo (JUHASZ, 2009).

Em 1934, o Congresso estadunidense introduziu o *Reciprocal Trade Agreement Act*, atribuindo ao Presidente (Congresso), autoridade para agir em seu nome nas negociações para reduções tarifárias recíprocas na relação com outros países, de maneira a incumbir poder para ditar as políticas comerciais sem perder o controle político:

Surgiu a partir daí uma questão recorrente nessa área da política do país: a da busca do atendimento aos interesses setoriais, corporativos, de cadeias produtivas, de regiões geográficas, de grupos e de classes e, ao mesmo tempo, uma constante atenção do Executivo e da Presidência às questões políticas, estratégicas e militares.¹¹ (VIGEVANI; OLIVEIRA; MARIANO, 2003, p. 46)

Como coloca o autor, o Departamento de Estado viria a se tornar a instituição de maior atuação no campo do livre-comércio e a “grande fortaleza da política exterior dos Estados Unidos” (Ibid., 2003, p. 46). Essa demanda surgiu da percepção de que era necessário ter uma agência que pudesse comportar os vários interesses envolvidos nas políticas comerciais e na economia internacional.

Essa fortificação diretória da política comercial estadunidense fortaleceu e estreitou os grupos de interesses ao governo. Ao passo que os Estados Unidos passariam a se tornar os maiores parceiros comerciais com o Brasil, tendo como objetivo principal a importação de matéria-prima para suprir as necessidades industriais, os Estados Unidos sempre estiveram ativos para iniciativas que conferissem

¹¹ VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F. de; MARIANO, Marcelo Passini. Origens dos instrumentos de formulação da política comercial norte-americana. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 20, p. 43-54, jun. 2003.

vantagens em trocas comerciais, e prioridade em concessões para empréstimos bancários e licitações para empresas estadunidenses. Desse modo, o país conseguia articular nos países ‘subdesenvolvidos’ a abertura comercial para a instalação de bancos e empresas multinacionais, ao mesmo tempo em que o próprio país se reservava de um protecionismo controlado, e que subsidiasse e suprimisse relações comerciais que desfavoreciam os mercados domésticos.

A “predestinada” [sic] hegemonia estadunidense viria a triunfar no pós-Segunda Guerra. Em 1945, aproximadamente 50% da produção mundial era representada pelos Estados Unidos, o que “explica e fundamenta as razões daquela estrutura inicial, mesmo considerando-se que grande parte da sua produção era consumida no próprio país”. (Ibid., 2003, p. 47). Em 1960, “investidores norte-americanos controlavam 85% das fontes de matérias-primas na América Latina” (BRAGA, 2002, p. 48). Braga (2002) cita o memorando secreto NSSM-200, do *National Security Council* - NSC), em que o governo estadunidense era cada vez mais dependente de recursos naturais do exterior para garantir o desenvolvimento do país, e elencara o Brasil entre os países-chave de especial interesse estratégico e político:

Finda a Guerra, já estava definida a função que a América Latina teria dentro da zona de influência global dos Estados Unidos. Em 1949, o Departamento de Estado havia decidido que a América Latina deveria constituir-se em *reserva estratégica* para garantir o poder econômico e militar dos Estados Unidos dentro do novo arranjo mundial que deu origem à Guerra Fria. (Ibid., 2002, p. 48).

A atuação do Departamento de Estado estadunidense no Brasil como instrumento de política externa foi fundamental para levar as políticas comerciais interessantes aos Estados Unidos e procurar interesses comuns para o estabelecimento de programas econômicos. Do mesmo modo, a persuasão de grupos de interesses brasileiros que tivessem afinidades com as iniciativas estadunidenses foi ainda mais fundamental, e os Estados Unidos se utilizaram dessa ferramenta para se infiltrar e criar relações estreitas com tais grupos, principalmente com a elite brasileira.

Outro ponto importante que ajudara a consolidar as diretrizes econômicas dos Estados Unidos sob os Estados que não estavam entre as novas potências mundiais, foi o surgimento do *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT) e as agências internacionais que daí resultaram, como a Organização Mundial do Comércio. De forma a promover os ditames dos países capitalistas no novo cenário global, as agências internacionais foram apresentadas “como um exercício que beneficiaria em especial os países da periferia, pois eliminaria o unilateralismo americano e abriria o mercado dos países desenvolvidos” (GUIMARÃES, 2001, p. 36).

Dessa maneira, os Estados Unidos se beneficiaram do multilateralismo para expandir o comércio internacional e também pela força financeira que possuía na época, uma que vez o “regime decisório instituído vinculava-se diretamente às cotas de capital que cada país detinha e detém na instituição.” (VIGEVANI; OLIVEIRA; MARIANO, 2003, p. 48). Mais tarde, conforme ocorria as Rodadas negociatórias, novos princípios foram sendo incorporados, ao mesmo tempo em que adentravam novos Estados participantes, de tal forma que alguns destes foram inicialmente rechaçadas pelos Estados Unidos, como a cláusula do mais favorecido¹². De fato, o GATT foi o berço do que se tornaria as grandes organizações internacionais de âmbito mundial, de cunho econômico, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio. Essas organizações como aponta Guimarães (2001, p. 35) tiveram papel estratégico importantíssimo para a elaboração de ideologias e de sugestões de políticas a serem seguidas pelos governos de Estados periféricos.

Reticente do programa governamental voltado a pautas de cunho nacionalista, os Estados Unidos se articularam para persuadir grupos de interesses fundamentais para atingir seus objetivos. Exemplo relevante que marcou historicamente esse objetivo estadunidense foi a atuação do Instituto de Assuntos Interamericanos, de Nelson Rockefeller, órgão associado ao OCIAA. Os Estados

¹² A cláusula do mais favorecido (GATT, 1986, Art. I), imprime caráter multilateral ao GATT e proíbe a discriminação entre as suas partes contratantes - qualquer vantagem, favor, privilégio ou imunidade no tocante às tarifas aduaneiras de um produto proporcionados a um país-membro devem ser instantânea e incondicionalmente estendidos a qualquer outro participante.

Unidos começaram a instalar órgãos que difundissem os valores, a cultura e o nacionalismo estadunidense na sociedade brasileira, de modo a promover uma imagem favorável ao país, ao mesmo tempo que tentava se sobrepôr a influência concorrente europeia e posteriormente, soviética.

4 Office for Inter-American Affairs - OCIAA

O OCIAA (1940-46) é apontado como uma extensão de grande relevância e sucesso da política externa estadunidense no Brasil, em que foi responsável, vale-se pontuar, não apenas ideologicamente, mas também economicamente para a promoção de valores e vantagens interessantes aos Estados Unidos. Conforme Pinnow (2014), pode-se contestar a uniformidade dos objetivos da OCIAA, uma vez que desempenhara ações diversas conforme mudava a conjuntura política internacional. Além disso, apesar da credibilidade da organização em relação a seus objetivos no Brasil, o autor também reflete sobre simplificação das influências concorrentes, sobretudo a alemã durante a Guerra, de modo a destacar que Vargas muitas vezes optou pelas relações com a Alemanha.

Ainda que seja de toda forma considerável a crítica, e muitas lacunas e interpretações sejam possíveis sobre esse recorte e períodos, é razoável destacar a complexidade que a organização atingiu dentro do Brasil. Dividida em diversos departamentos e divisões: “rádio, cinema, imprensa; arte, música, literatura; problemas sanitários; exportação, transporte e finanças” (PINNOW, 2014, p. 40-41). Também é notável a diferença dos demais programas de cooperação pela conexão ao Conselho Nacional de Defesa dos Estados Unidos, e também pela parceria com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). (Ibid., 2014).

Gerson Moura (1984), sobre a OCIAA, discute uma questão importante no tocante as dificuldades de encontrar valores comuns aos dois países, e a utilização do pan-americanismo como instrumento de promoção de valores em programas de *solidariedade hemisférica*. A atenção pretendida se faz na contradição, como o próprio autor toma nota, entre o discurso e a prática e assim, a filosofia pan-americanista apenas acobertar e justificar programas de

ação estadunidenses. A maior dissonância nesse sentido pode ser verificada nas referências à democracia em contexto autoritário, como a de Vargas, porém a preferência pela segurança e estabilidade independente do regime, de forma a perceber que o que “estava em jogo [era] uma questão de poder e não de princípios políticos”. (MOURA, 1984, p. 25).

Essa presunção é maior evidenciada posteriormente com a ruptura política no Brasil (1964), mas também em outros Estados americanos, com o apoio à ditadura. Não faltam exemplos da contradição dos Estados Unidos quanto a violação à democracia. Mas no caso brasileiro, embora seja fora do recorte temporal escolhido, Matias Spektor (2009) analisa as relações entre Brasil e Estados Unidos no período ditatorial brasileiro, e mais especificamente, as relações entre Kissinger e Silverinha durante o governo Geisel, de modo a destacar o pensamento de Nixon e Kissinger de que os “regimes não democráticos podiam ser bom alinhados” (SPEKTOR, 2009, p. 25). Defendia-se a tese de que a democracia estaria sujeita a variação da opinião pública, eleição de representantes inexperientes, e o sacrifício do pensamento estratégico em benefícios de ganhos imediatos, como as próximas eleições (Ibid., 2009).

Gerson Moura também destaca as contribuições tecnológicas que o OCIAA trouxe ao Brasil, a exemplo da transmissão de radiofotos. Os programas se desenvolveram nos mais diversos modos, de forma a inundar os meios de comunicação e a sociedade brasileira e assustar os demais agentes estrangeiros atuando no Brasil, que previam uma perda de espaço para os canais estadunidenses (MOURA, 1984). Os investimentos foram massivos a ponto de preocupar outros Estados como demonstra no caso britânico, em que se comentava “ao final de 1942 que “agora que a organização de Rockefeller começa a funcionar no Rio de Janeiro, devemos nos preparar para perder terreno, pois tememos que mesmo nossos melhores amigos sucumbirão ao todo-poderoso dólar”” (MOURA, 1984, p. 34-35). Essa possibilidade de investir grandiosamente em programas de ação nessa proporção pode ser explicada por diversas formas. O aparelhamento do governo estatal e a afinidade entre os grupos de interesses da iniciativa privada e os representantes governamentais, muitos deles também da iniciativa

privada, permitiu e ainda permite a convergência de estratégias políticas pragmáticas.

A maior exemplificação dessa combinação modelar, pode ser feita pelo próprio Nelson Rockefeller, a quem pertenceu ao Grupo de mesmo nome da família. O Grupo Rockefeller começou pelo enriquecimento exorbitante já nos anos de 1800, com a criação da Standard Oil Company. A companhia foi responsável pelo monopólio do talvez maior negócio lucrativo do mundo, a extração, refinaria e distribuição de petróleo. Antonia Juhasz (2009) elucida a trajetória da empresa e a tentativa de se desconstituir o monopólio industrial, e conclui que apesar da Lei Sherman (1890), que previa a dissolução da empresa, a autora demonstra como que ao longo do tempo, as empresas petrolíferas, relacionando-se estreitamente entre si, conseguiram manter de forma articulada o controle do petróleo pelo mundo, e o burlamento de quaisquer legislações que tentassem impedir o desenvolvimento do negócio. O enriquecimento discrepante permitiu a persuasão e o suborno indivíduos, sentenças e proteção jurídica nos tribunais que denunciavam os abusos e crimes ambientais que ameaçam impedir os negócios empresariais. No Brasil, o petróleo também foi cobiçado já nesse período:

O governo Truman recusou-se a conceder financiamento para construção de refinarias brasileiras de petróleo, exigindo a participação de empresas americanas na sua prospecção e extração; de outro lado, as grandes empresas petrolíferas organizaram-se em grupos de pressão para obter dos constituintes uma redação favorável às pretensões de acesso ao subsolo brasileiro. A Constituição de 1946 deixou o assunto em aberto, a ser regulamentado por legislação ordinária. (MOURA, 1984, p. 85).

Outro mecanismo que se tornou muito eficiente para a promoção favorável e a manutenção de imagem positiva em relação aos Estados Unidos, foi o intercâmbio de pessoas nas mais diversas áreas, que vão desde as culturais, técnicas e científicas. Esse instrumento tem eficiência pela transformação do pensamento principalmente das elites de uma sociedade, pois, uma vez que ascendem para cargos de confiança e destaque profissional, preservam simpatia pelo modelo estadunidense (GUIMARÃES, p. 37):

Os programas de difusão cultural, de bolsas de estudo, de pesquisadores visitantes, de visitas de personalidades políticas e de formadores de opinião são instrumentos utilizados amplamente pelos países que integram o centro daquelas estruturas (GUIMARÃES, p. 37).

Moura (1984, p. 49) observa o enorme contingente de brasileiros indo para os Estados Unidos afim de trocar experiências por meio de intercâmbios, e chama a atenção para diferença considerável de brasileiros indo para os Estados Unidos em comparação com a quantidade de estadunidenses vindo para o Brasil, fato que até mesmo preocupou a embaixada dos Estados Unidos. Esse intercâmbio possibilitou que muitos brasileiros que lá eram enviados para aprender, voltassem simpatizantes dos valores estadunidenses e passariam a importar ou, ao menos, se inspirar nos modelos estadunidenses para propor mudanças no Brasil¹³. O intercambio também funcionava como uma reafirmação das propagandas que eram geridas e promovidas no Brasil, de forma a vender o *American Way of Life* e consolidar na formação de estereótipos criados pela produção de filmes estadunidenses no Brasil, e talvez pior ainda, fazer-se desejar pelos padrões de vida e consumo dos estadunidenses. O consumismo ganhara espaço na sociedade brasileira.

Com o fim da Segunda Guerra, a conjuntura internacional mudara as relações de poder global e o Brasil começara a procurar a desenvolver um plano nacionalista no país, fato compreendido pelos Estados Unidos como um fator de ameaça aos interesses nacionais. Para sanar essa possível ameaça ideológica com o Brasil, a *Doutrina de Contenção*, elaborada por George Kennan se tornaria um instrumento conveniente. Conforme comprova o Estudo de Planejamento Político 23, escrito por George Kennan para a equipe de planejamento do Departamento de Estado, em 1948:

¹³ Santomauro (2015) observa que, “em relação aos estrangeiros cultos e com espírito crítico, o programa poderia provocar o efeito contrário, já que esses poderiam notar as verdadeiras intenções do governo.” Do mesmo modo, poderia ocorrer “a rejeição do formador de opinião em seu país de origem, pois poderia ser visto pelos seus conterrâneos como “americanizado” ou “comprado”.” (BOGART, 1995, p. 189 *apud* SANTOMAURO, 2015, p. 560).

Nossa verdadeira tarefa, na próxima fase, é planejar um padrão de relações que nos permitirá manter esta posição de desigualdade... Para agir assim, teremos de dispensar todo sentimentalismo e devaneio; nossa atenção deve concentrar-se, em toda parte, em nossos objetivos nacionais imediatos... Precisamos parar de falar de vagos e... irrealis objetivos, tais como direitos humanos, elevação do padrão de vida e democratização. (KENNAN, 1948 *apud* CHOMSKY, 1999, p. 12).

Esse texto evidencia a transformação e a predisposição em que os Estados Unidos estariam dispostos para alcançar seus interesses nacionais, independente dos meios pelos quais seriam escolhidos. Mas o que é pontual notar, são como esses temas descritos como “vagos” e “irrealis objetivos” são utilizados nos discursos oficiais e nas máquinas da propaganda política. A utilização desses ideais inalcançáveis foi sendo utilizado para justificar e legitimar intervenções militares e a penetração de empresas e investimentos estadunidenses para, se possível, o domínio da economia visada, e assim, sua dependência para com àquelas empresas.

Essa incongruência entre discurso e prática configuraria mais acentuadamente a postura dos Estados Unidos nos mais diversos âmbitos. É possível mencionar diversos casos nos quais os Estados Unidos agiram criminosamente ao princípio de não intervenção de assuntos de Estado e a autodeterminação dos povos. No que diz respeito a América Latina, esse fato se consumou na atuação dos Estados Unidos na consolidação de ditaduras nas Américas, a exemplo do Brasil e Argentina¹⁴.

No campo militar e policial, Brasil e Estados Unidos desenvolveriam uma relação estreita: a primeira em conta da Força Expedicionária Brasileira ter participado da Segunda Guerra sob comando dos Estados Unidos, e a segunda, em conta de diversas operações da *Central of Intelligence Agency* (CIA) em território brasileiro. Braga (2002, p. 51) destaca como a participação das tropas brasileiras ao lado de tropas estadunidenses aproximou o relacionamento da opinião política da força militar brasileira, bem

¹⁴ RAPOPORT, Mario; LAUFER, Rubén. Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960. *Rev. Bras. Polít. Int.* 43 (1): 69-98 [2000].

como a aproximação de Castelo Branco e Vernon Walters, que contribuiu mais tarde para o golpe de 1964. No mesmo sentido, os mesmos oficiais teriam sido enviados aos Estados Unidos para treinamento militar, e concomitantemente submetidos a uma propaganda nacionalista de modo a voltarem com novas ideias e a inspiração pelo modelo organizacional estadunidense. Consolidação desse relacionamento no campo militar, foi a ajuda em 1949, do Pentágono ao Brasil, em fundar e equipar uma cópia do *U.S. National War College*, a Escola Superior de Guerra (ESG) (BRAGA, 2002, p. 51).

Ainda nesse sentido, Braga (2002) revela também sobre a atuação da CIA no treinamento do corpo policial brasileiro. Em 1955, os Estados Unidos organizaram uma força tarefa para treinar as polícias de outros continentes, por meio do *Office of Public Safety* (OPS), que ficou encoberto pela *United States Agency for International Development* (USAID) e foi oficialmente entregue ao Departamento de Estado dos Estados Unidos. Essa tinha por objetivo permitir que a CIA infiltrasse agentes nas polícias locais e recrutar candidatos afim de combater o comunismo e a subversão, e ampliada posteriormente, para combater interesses nocivos aos Estados Unidos (Ibid., 2002, p. 53). Muitas outras missões encobertas seriam realizadas no Brasil, e a presença estrangeira chegara a tal ponto da embaixada dos Estados Unidos terem o poder de coordenar os trabalhos de contraespionagem no Brasil (Ibid., 2002).

5 United States Information Agency - USIA

Acabada a Segunda Guerra Mundial (1939-45) e investida as ações, por meios dos mecanismos até então vistos, em diferentes níveis societários, para tentar influenciar o Brasil a afastar os interesses do Eixo na Guerra, principalmente a Alemanha, tornou necessário uma adaptação, em vista da nova configuração internacional, de novos meios para atingir tais finalidades. Nesse sentido, o combate ao comunismo foi um motor para o desenvolvimento de mecanismos capazes de assegurar a hegemonia americana no sistema internacional. Paralelamente a essa ocasião, os Estados Unidos elaboraram do mesmo modo, estratégias para que o comunismo não se difundisse no Brasil. Existia a noção de que “uma

maçã podre pode estragar todo o lote”, no sentido de que bastasse um país para aderir o comunismo, para que países ele se espalhasse para os países vizinhos.

A razão pela qual os Estados Unidos praticaram uma “caça às bruxas” aos comunistas, em via de evitar a adesão às ideologias soviéticas, foi justamente a de afastar interesses e projetos de poder que poderiam vir interferir naqueles que se objetivava no hemisfério americano, sobretudo a influência soviética que ganhou força. A ascensão de projetos de cunho mais nacionalista, desde o segundo governo de Vargas até o de João Goulart, preocupava e poderia vir a ameaçar a projeção de poder dos Estados Unidos. Essa desconfiança, já no governo de Goulart, se instrumentalizou com o apoio político e militar do golpe de 1964, em que os Estados Unidos estavam a par de todas as movimentações políticas que o Brasil estava passando.

Prova desse argumento, está a documentação sobre a atuação da USIA (*United States Information Agency*), criada em 1953 por Eisenhower, utilizada para acompanhar e influenciar a opinião pública brasileira. Nesse sentido, demonstrou-se a disposição dos estadunidenses, então preocupados com o quadro mundial de tensão entre os dois polos de poder, de ir até onde fosse necessário com vistas a impedir o surgimento de uma “nova Cuba” no continente (SANTOMAURO, 2015).

No caso, a USIA tinha um papel extremamente importante no acompanhamento dos desdobramentos políticos que estavam por acontecer. Não apenas para monitorar e classificar as forças políticas e a opinião dos brasileiros, a agência contava com muitos canais formadores de opinião no país, que iam desde uma agência de notícias própria (revistas e jornais), mas também programas de rádio e TV e pesquisas de opinião pública além de alianças estratégicas com políticos, jornalistas, associações civis e entre cidades de ambos os países (SANTOMAURO, 2015, 1.226). O autor ainda observa que dificilmente, durante o período da Guerra Fria, “alguma atividade ligada ao governo não estaria relacionada com a ação da USIA” (SANTOMAURO, 2015, 1. 208).

O governo dos Estados Unidos despendeu investimentos (1950) para o estímulo em desenvolvimento industrial e científico no Brasil, por meio do Ponto IV (SELLERS; MAY; MCMILLEN, 1990,

p. 367 *apud* SANTOMAURO, 2015, 1.715). Os programas do Ponto IV englobavam diversas áreas como mineração, irrigação, controle de malária e cooperação em engenharias, e no Brasil destacou-se os programas de mapeamento de minérios estratégicos, e a descoberta da maior jazida de manganês do ocidente, considerada suficiente para que os Estados Unidos se tornassem autossuficientes no mineral (ALLEN *apud* SANTOMAURO, 2015).

Paralelo aos programas do Ponto IV, em 1955, Santomauro (2015) destaca como um ano de modernização e sofisticação dos instrumentos de pesquisa nas áreas de informação e estudos “psicológicos”, que também atuavam em parceria com o governo e indústrias locais, instituições educacionais e institutos de pesquisa social locais (SANTOMAURO, 2015, 1.2640). “O posto de pesquisa no Brasil propunha desenvolver atividades periódicas de pesquisa sobre as bibliotecas, estudos de mídia, produzir publicações sobre a opinião pública, a imprensa e estudos sociais feitos sobre o Brasil, encomendados ou não pela USIA.” (SANTOMAURO, 2015, 1.2640).

Os Estados Unidos despendiam estudos dos mais variados temas no Brasil, com o intuito de encontrar principalmente minérios estratégicos para a indústria estadunidense. Com a consolidação de estruturas de propaganda pelo país, os Estados Unidos conseguiam conciliar a procura econômica por esses recursos, tendo o combate da influência soviética e comunista como justificativa, embora também fizesse parte das preocupações e estivessem indiretamente ligados aos interesses dos mesmos. A exploração desses recursos por empresas estadunidenses era de extrema importância para os Estados Unidos e pesquisas relativas a esses temas eram muitas vezes financiadas, secretamente, por corporações que tinham algum interesse econômico no Brasil (SANTOMAURO, 2015, 1.2661).

A exemplo dessa matéria, os novos discursos nacionalistas, como a nacionalização do petróleo no Brasil, incomodavam os Estados Unidos. Estudos observavam que tais discursos nacionalistas tinham por fundo, princípios comunistas, e que a exploração do petróleo deveria ser realizada por empresas estadunidenses, uma vez que existisse uma suposta infiltração comunista no Centro Nacional de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CNEPEN) (SANTOMAURO, 2015, 1.2661).

A USIA possuía programas para promoção de livros e

bibliotecas que continham material que instigassem a boa imagem dos Estados Unidos, e por outro lado, retirava e proibia livros que fossem críticos aos Estados Unidos, como por exemplo Gilberto Freyre, que foi considerado subversivo (SANTOMAURO, 2015).

Setores pró-Estados Unidos também contribuíram para a promoção do pensamento favorável aos Estados Unidos, a exemplo de Assis Chateaubriand, dono de emissora de rádio (considerado o instrumento que mais abrangia a população brasileira), havia solicitado, em telegrama, à embaixada dos Estados Unidos para que continuassem a exibir programas da agência (USIA) nas estações da cadeia de rádio, mesmo que de forma independente (financeiramente), e que o Departamento de Estado deveria aproveitar inteiramente dos recursos de imprensa do mesmo para a *Campaign of Truth* (SANTOMAURO, 2015, 1.3704).

A partir de 1958, Santomauro (2015) destaca que os programas de televisão da USIA começaram a dedicar em reforçar os benefícios da cooperação entre Estados Unidos e Brasil, como o Ponto IV e a Aliança para o Progresso (SANTOMAURO, 2015, 1.3764). Mais que pelas redes de televisão, a política audiovisual da USIA possuía por tradição a produção de filmes do governo estadunidense, que era a de realizar, com parcerias ou não, filmes com estúdios de Hollywood. (Ibid., 2015, p. 3784). No mesmo sentido de produzir filmes para o público brasileiro, a fim de reforçar as bandeiras políticas dos Estados Unidos, a USIA começara também, cada vez mais devido a restrições orçamentários do governo estadunidenses, a realizar parcerias com produtoras brasileiras locais (Ibid., 2015).

A dimensão dos programas também se ateu prioritariamente aos trabalhadores urbanos e rurais do Brasil. Como destaca Santomauro (2015), a classe trabalhadora era o foco principal de comunismo no país, e para isso, os USIS, com a ajuda de organizações brasileiras e entidades de trabalho estadunidenses, difundiram muitos materiais por meio desses grupos (Ibid., 2015, p. 3320). Esse material anticomunista se encontrava em forma de revistas, quadrinhos e folhetos, e eram assinados oficialmente pela USIA ou qualquer outro órgão relacionado ao governo dos Estados Unidos.

Esses programas em muito colaboraram para a construção da opinião pública brasileira, de modo a constar que o Brasil era

favorável a intervenções dos Estados Unidos na América, embora fosse o país com aprovações mais baixas (SANTOMAURO, 2015, 1.2661). Essa simpatização pelos Estados Unidos propagada por tais instrumentos de propaganda e a ajuda de importantes colaboradores brasileiros possuem relação no episódio que viria a ocorrer no país em 1964. O envolvimento e apoio dos Estados Unidos no golpe de 1964 triunfaria com a inegável estrutura de propaganda que já vinha sendo construída e atuando no país. Os conspiradores eram favoráveis a participação do Estados Unidos em uma intervenção, e desejavam uma mudança no Brasil.

6 Golpe civil-militar de 1964

Revelações documentadas ocorreram e ainda ocorrem conforme a liberação de novos documentos vão se tornando públicos e os estudiosos das relações entre Brasil e Estados Unidos vão acrescentando, cada vez mais, mais informações de extrema relevância.

Muitos fatos descobertos revelavam a verdade por detrás de discursos e notas elaboradas para camuflar atos que se tornados públicos, viriam à tona e causariam a manifestação da opinião pública brasileira e mesmo internacional. Medidas unilaterais envolvendo a CIA e o contrabando de armas para o Brasil são um ponto crucial que desmente o não envolvimento dos Estados Unidos no golpe de 1964, ou pelos a intenção ou preparo para caso a situação se agravasse. Agentes da CIA estabeleceram no Brasil uma extensa rede, com o apoio de latifundiários comerciantes e industriais, para atos de terror e sabotagem, lutas de guerrilha e antiguerrilha (BANDEIRA, 2007, p. 623). O coronel Vernon Walters, adido militar da embaixada dos Estados Unidos, coordenava as atividades da CIA e inclusive o contrabando de armas, com a cumplicidade de brasileiros (Ibid., 2007, p. 624). A não investigação por parte do governo de Goulart, provavelmente para não estreitar ou romper as relações com Estados Unidos, tendo em vista a intimidade com oficiais brasileiros (inclusive Castelo Branco), contribuiu para que os conspiradores adentrassem nas Forças Armadas, tendo como eixo, a Escola Superior de Guerra (Ibid., 2007, p. 624-625).

É possível perceber como desde os contatos iniciados com a

participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, e o estreitamento de militares com os Estados Unidos, incluindo a inspiração de modelos organizacionais facilitaram a movimentação e orquestramento do que configuraria o golpe de 1964. A situação doméstica brasileira, agravada principalmente pela crise econômica, teve papel relevante para o descontentamento de grupos de interesses, como os militares e líderes civis, no Brasil. Simultaneamente, Bandeira (2007) discorre sobre o dilema em que o governo se encontrou com os empréstimos que o Brasil recebia:

O bloqueio de créditos externos impôs um dilema a Goulart: ou ceder a Washington e, além de comprar a Amforp, adotar o programa de estabilização do FMI, ou recorrer a medidas de caráter nacionalista, entre as quais a aplicação da lei que limitava as remessas de lucros para o exterior. Ceder a Washington significava, fundamentalmente, ter que estabilizar os salários nos seus níveis mais baixos, agravando a apropriação do excedente econômico pelas classes dirigentes, a fim de assegurar a acumulação interna de capital e manter a taxa de investimentos, sem prejuízo das remessas de lucros. (BANDEIRA, 2007, p. 627).

A situação brasileira se agrava cada vez mais e o governo teria de decidir por decisões cada mais difíceis. Decisões de cunho mais nacionalista, e a limitação das remessas de lucro desagradaria as classes dominantes que obtinham lucros e benefícios com tais práticas, porém decisões nesse sentido foram tomadas a fim de tentar encontrar uma solução para a crise. Goulart outorgara à Petrobras o monopólio da importação de petróleo, até então efetuada pela iniciativa privada, e isso causou efeito no truste que havia se estabelecido, em que se pagava por um tipo de óleo mais caro, quando na verdade se recebiam outro mais barato, transferindo assim, de forma fraudulenta, recursos para o estrangeiro por meio do sobrefaturamento. (BANDEIRA, 2007, p. 628). Além disso, aprovou a expropriação de empresas estadunidenses, como a Companhia de Energia Elétrica do Rio-Grandense, filial da *holding* AMFORP, e a Companhia Telefônica Nacional, subsidiária do monopólio das telecomunicações ITT (RAPOPORTI; LAUFER, 2000).

A crise econômica talvez fosse o ponto mais grave da situação brasileira, e as relações do Brasil com os Estados Unidos

demonstravam que “a drenagem dos recursos nacionais, por meio das remessas de lucros, juros, *royalties* e dividendos, causa do déficit estrutural do balanço de pagamento e principal fator da inflação” (Ibid., 2007, p. 596). No mesmo sentido, concluiu-se que na verdade, não era uma transferência de capitais dos Estados Unidos para Brasil, por meio da Aliança do Progresso, que ocorrera, e sim o contrário, havia um escoamento de recursos do Brasil para os Estados Unidos. (Ibid., 2007, p. 597).

Bandeira (2007) ainda denuncia o caráter corrupto em que a embaixada dos Estados Unidos assumira quando em 1964, o governo de Minas Gerais assinou um convênio com a USAID, a fim de receber recursos da Aliança do Progresso, para governadores de Estado contrários a Goulart. (Ibid., 2007, p. 629). Castelo Branco também se articulou para que o Itamaraty revalidasse o Acordo Militar com os Estados Unidos (1952), para que permitisse a assistência militar estrangeira em casos de ameaça à paz e a segurança (Ibid., 2007, p. 634), demonstrando, quando analisado o contexto, um claro pretexto para uma possível intervenção militar dos Estados Unidos sob falso pretexto de cumprir a Carta da OEA ou o TIAR. Agentes estadunidenses em contato com autoridades brasileiras, também já vinham conspirando para um futuro golpe, como a atuação de Vernon Walters, oferecendo material bélico para o exército brasileiro, bem como outros agentes da CIA, comunicando que os Estados Unidos possuíam condições de mandar tropas para atuar em território brasileiro (BANDEIRA, 2007, p. 634).

Outra questão digna de nota, diz respeito às articulações estadunidenses no Nordeste brasileiro, em que se notou considerável elevação do número de estadunidenses em território brasileiro (Ibid., 2007, p. 605). Bandeira (2007) consta sobre as denúncias realizadas pelo jornalista José Frejat, em que se constatou que os Estados Unidos estariam prontos e instruídos para apoiar a atividade de civis estadunidenses, fornecendo armas e tropas, uma vez que a embaixada dos Estados Unidos recebera volumosas caixas de armas e até máquinas de fabricar balas (Ibid., 2007, p. 605). Os Estados Unidos também contavam com os boinas verdes, que representavam forças especiais ligadas a CIA e ao Pentágono atuando em mais de 50 países, para conter focos de resistência e antiguerrilha (Ibid., 2007, p. 606).

Vários foram as articulações dos Estados Unidos para

acompanhar as movimentações políticas no Brasil, e apoiar os grupos setoriais que aceitavam a ajuda estrangeira para defender seus interesses. Por fim, é relevante citar o acompanhamento militar dos Estados Unidos, por meio da Operação Brother Sam, enquanto ocorria a mobilização militar no território brasileiro. A operação contou com a mobilização de uma força naval da sede do Comando Sul Norte-Americano no Panamá, e posteriormente, foi revelado, em comunicação ultrassecreta, a disponibilidade de 110 toneladas de armas e munição caso o embaixador Gordon visse a necessidade de um apoio ao golpe (RAPOPORTI; LAUFER, 2000).

Os Estados Unidos já haviam intervindo militarmente em outros Estados na América Central, como a Nicarágua, e no Brasil não seria diferente caso necessário. Estava claro para a CIA e Lyndon Johnson, presidente estadunidense na época, de que deveria evitar, a todo custo, a tomada do Brasil por uma ditadura comunista (SANTOMAURO, 2015). Não apenas militarmente, o Departamento de Estado estadunidense contatou o ex-presidente, Juscelino Kubitschek, para saber de sua situação e sua posição diante das movimentações de João Goulart (SANTOMAURO, 2015).

Como é possível notar, os Estados Unidos estiveram dispostos e informados sobre o futuro desfecho do Brasil e o rumo que esse poderia tomar. Os futuros governos militares, ainda que Castelo Branco e Costa e Silva fossem simpatizantes dos Estados Unidos, não despenderam para um alinhamento desprecavido das recomendações financeiras de organizações internacionais e do Departamento de Estados dos Estados Unidos, uma vez que também, importante notar, que o cenário internacional sofreria notáveis transformações, incluindo novas frentes de poder internacionais, mas também internos no Brasil (RAPOPORTI; LAUFER, 2000).

Considerações Finais

Tendo em vista as atividades realizadas pela OCIAA, e mais tarde pela USIA, é possível notar a dimensão e abrangência destas atividades realizadas no Brasil, de modo a ser possível percebê-las como uma extensão da política externa estadunidense, além daquelas realizada pelas relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos. As utilizações de tais instrumentos foram realizadas numa tentativa

de fazer-se prevalecer as influências estadunidenses no Brasil, e assim, para que esse tomasse um posicionamento mais condizente com os interesses e a política internacional dos Estados Unidos.

Durante a Segunda Guerra, embora o Brasil tenha, em determinados momentos, estabelecido maior proximidade com a Alemanha, por exemplo, os Estados Unidos estiveram constantemente tentando inibir que a influência alemã sobrepusesse a influência estadunidense, de modo a atrapalhar seus interesses, principalmente comerciais, para com o Brasil. Posteriormente, as atenções estadunidenses se voltaram para a influência soviética no Brasil, e o perigo que suas ideologias poderiam trazer para os Estados Unidos.

Os Estados Unidos viam o Brasil como um país estratégico para o fornecimento de matéria prima para o desenvolvimento econômico do país, e as tentativas do Brasil, de tentar uma política externa mais independente, bem como procurar uma postura mais progressista, no sentido de tornar-se industrialmente competitivo, eram vistos como uma ameaça a hegemonia estadunidense. Dessa maneira, os Estados Unidos, tentaram fomentar, por meio da propaganda e operações encobertas, se utilizar das agências de cooperação e informação para persuadir as decisões políticas que o Brasil poderia adotar.

Esses instrumentos atingiam a sociedade por meio do cinema e da rádio, por exemplo, mas também pela cooperação de grupos de interesse brasileiros que também viam as novas decisões políticas do governo brasileiro com desaprovação. As cooperações entre esses grupos de interesse com os Estados Unidos confluíram para tentar eliminar as demais influências estrangeiras no Brasil, a exemplo do golpe civil-militar em 1964.

Nesse sentido, se faz necessário uma avaliação das relações entre os países, a fim de averiguar a legitimidade para tal intrusão nos assuntos internos e soberanos do país, bem como também avaliar a reciprocidade e as consequências para o Brasil.

Referências

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Presença dos Estados Unidos no Brasil. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.
- BRAGA, Paulo Romeu. Os interesses econômicos dos Estados Unidos e a segurança interna no Brasil entre 1946 e 1964: uma análise sobre os limites entre diplomacia coercitiva e operações encobertas. *Rev. Bras. Polít. Int.* 45, n. 2, 46-55, 2002.
- CARNEVALI, Giorgio. *Iconografie del mondo*. Milano: Franco Angeli, 1996. P. 67-93. Traduzido por Arno Dal Ri Júnior. O artigo se encontra em: MEZZAROBBA, Orides (Org.). *Gramsci: Estado e Relações Internacionais*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.
- CHOMSKY, Noam. O que o Tio Sam realmente quer. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.
- COLBY, Gerard. Que seja feita a vossa vontade: a conquista da Amazônia: Nelson Rockefeller e o Evangelismo na Idade do Petróleo / Gerard Colby com Charlotte Dennett. Tradução de Jamari França - Rio de Janeiro: Record, 1998.
- GARFIELD, Seth. A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, nº 57, p. 19-65, 2009.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo de política internacional. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/Contraponto, 2001.
- JUHASZ, Antinia. A tirania do petróleo: a mais poderosa indústria do mundo e o que pode ser feito para detê-la. São Paulo: Ediouro, 2009.
- KARNAL, Leandro ... [et al.]. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.
- MAGALHÃES, José Calvet de. *A Diplomacia Pura*. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2005.
- MANZUR, Tânia MPG. Opinião pública e política externa do Brasil do Império a João Goulart. *Rev. Bras. Polít. Int.* 42, n. 1, p. 30-61, 1999.
- MOURA, Gerson. *Relações exteriores do Brasil: 1939-1915: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Gerson Moura; apresentação de Letícia Pinheiro; prefácio à nova edição de Leslie Bethell. Brasília: FUNAG, 2012.
- MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural*

americana. 6ª edição - Editora brasiliense, 1ª edição 1984.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. As grandes estratégias dos Estados Unidos. Meridiano 47 vols. 11, n. 120, p. 11-17, jul.-ago. 2010.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. Os Estados Unidos e o século XXI. 1e.d. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PEREIRA, Alexsandro Eugenio. Três perspectivas sobre a política externa dos Estados Unidos: poder, dominação e hegemonia. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, v. 19, n. 39, p. 237-257, jun. 2011.

PINNOW, Rodrigo Vieira. As inferências da Política Externa estadunidense sobre a América Latina no século XX: o caso do Instituto Cultural Brasileiro Norte Americano - ICBNA/RS. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em História.

RAPOPORT, Mario; LAUFER, Rubén. Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960. Rev. Bras. Polít. Int. 43, n. 1, p. 69-98, 2000.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. Introdução à história das relações internacionais. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1967.

SANTOMAURO, F. A atuação política da Agência de Informação dos Estados Unidos no Brasil (1953-1964) [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>.

SPEKTOR, Matias. Kissinger e o Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. Uma política para o continente - reinterpretando a Doutrina Monroe. Rev. Bras. Polít. Int. 57, n. 2, p. 115-132, 2014.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F. de; MARIANO, Marcelo Passini. Origens dos instrumentos de formulação da política comercial norte-americana. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, n. 20, p. 43-54, jun. 2003.

A AMAZÔNIA E A SEGURANÇA INTERNACIONAL: GOVERNANÇA OU SOBERANIA?*

Josieli Santini*

Introdução

O tema do meio ambiente vem sendo incluído na agenda global desde o século XIX e tem recebido cada vez mais destaque. A globalização e os elevados padrões de consumo tiveram o papel de acirrar o uso de recursos naturais para atingir o objetivo do sistema político, econômico e social vigente: o lucro. Neste contexto, temos a emergência de crises ambientais que, muitas vezes, ultrapassam a capacidade de engajamento da comunidade internacional com vistas a encontrar soluções comuns para as questões. Os efeitos do excessivo abuso dos limites ambientais, por sua vez, transpassam fronteiras e trazem à tona um debate clássico entre soberania e governança global.

A governança global configura-se na resposta comum do sistema internacional voltada aos problemas que afetam sua dinâmica. Os danos causados ao meio ambiente são exemplo desta necessidade de comprometimento comum e, por este motivo, a governança global esbarra, muitas vezes, no protecionismo das linhas fronteiriças, que deixam de existir a partir do momento em que não temos controle sobre a dimensão dos impactos que os ecossistemas e a natureza constantemente por conta da industrialização e do desenvolvimento. Assim, este artigo apresenta a questão do manejo da Amazônia, tanto em âmbito nacional quanto internacional. O objetivo não é apontar qual é a melhor solução para a preservação da

* Trabalho realizado sob orientação do docente Hemerson Luiz Pase.

* Graduanda do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Rio Grande (FURG), participante do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas e Opinião e Membro da RIEEX Consultoria Jr.

Amazônia, mas sim trazer ao debate a complexidade de se tratar de questões ambientais em um contexto onde as dinâmicas são cada vez controversas e as fronteiras cada vez mais difusas.

Vale ressaltar que as investidas internacionais estão interligadas com as nacionais, visto que uma impulsiona a outra. Em outras palavras, quando o Brasil não cumpre seu papel de proteger a área que abriga a maior diversidade biológica do planeta, percebe-se um aumento da pressão internacional para a instituição da governança. Do mesmo modo, quando há um aumento desta pressão para internacionalização, o governo brasileiro reage, trazendo a soberania como arma para lutar pela região.

Discute-se, portanto, na primeira seção, o conceito de governança global e a dificuldade de engajamento da comunidade internacional com vistas a alcançar soluções comuns. Na segunda seção, apresentar-se-á dilemas clássicos da soberania, desde a era contratualista até a aproximação da ideia de soberania kantiana com a governança global. Por fim, apresenta-se propostas tanto de nacionalização, voltada ao conceito de preservação da soberania nacional, quanto de internacionalização da floresta amazônica, relacionada principalmente com tentativas de incentivo de governança global.

1 Governança global: história e conceitos

A governança global, muito discutida com o início da necessidade de engajamento internacional que visa à mitigação das mudanças climáticas, traz à tona paradigmas enfrentados pelas Relações Internacionais. O conceito surge em meados de 1980 quando o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) passam a utilizar a expressão “boa governança” para designar a maneira como os financiamentos deveriam ser conduzidos dentro dos Estados. Porém, o “verdadeiro divisor de águas na evolução histórica da governança acontece com o relatório da Comissão sobre a Governança Global, elaborado por 26 especialistas nomeados pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1994” (GONÇALVES, 2011, p. 40). Assim, de acordo com a ONU:

Governança global é a totalidade de instituições, políticas, normas, procedimentos e iniciativas através das quais os Estados e seus cidadãos trazem maior previsibilidade, estabilidade e ordem às suas respostas para os desafios transnacionais. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2014, p. vi, tradução nossa)

Em outras palavras, a governança se dá pelas diversas maneiras pelas quais os indivíduos públicos e privados tratam seus problemas comuns no cenário internacional, visando atingir algum objetivo ou interesse (REINER, 2000).

A globalização foi o fenômeno que desenvolveu a ampliação do conceito de governança para o âmbito global. Assim, cabe conceituar globalização como um processo de expansão dos fluxos internacionais de bens, serviços e capitais, acirramento da concorrência dos mercados e maior integração entre os sistemas econômicos nacionais (PRADO, 2003). A crescente interdependência entre os países e o surgimento de questões que não respeitam as fronteiras, assim como novos atores no sistema internacional, abrem espaço para que haja organização global entre as instituições rumo à discussão e solução de problemas. Neste contexto, a governança global, de acordo com Gonçalves (2011), é instrumento que produz resultados eficazes diante as questões comuns, por envolver diferentes atores - organizações internacionais governamentais e não-governamentais e corporações transnacionais, por exemplo. Em suma, busca-se o consenso a partir da governança, e não a coerção, para o estabelecimento de regras, ou seja, a construção de instituições que promovam a cooperação entre os variados agentes.

A necessidade de promoção de cooperação é de suma importância se levarmos em consideração a nova performance das Relações Internacionais. A insegurança trazida pelo *boom* tecnológico, social e demográfico posiciona a dinâmica das ciências sociais em um novo patamar (SILVA, 2017), e como consequência, altera o padrão do sistema internacional. Ocorre o surgimento, portanto, da chamada sociedade de risco, conceito elencado por Anthony Giddens, e diz respeito à emergência de se buscar transformações sociais e ambientais para a mitigação de riscos relativos ao que ele chama de expansão da quantidade de eventos contingentes que afetam todos (GIDDENS, 2008). Assim, as novas

formas de risco, trazidas pela globalização, apresentam desafios complexos tanto para os indivíduos como para as sociedades, forçando-os a navegar em águas desconhecidas (GIDDENS, 2008).

A industrialização alcançada durante toda a história coloca a humanidade em débito com o planeta. As mudanças climáticas, por conseguinte, representam “um dos grandes desafios da governança mundial e constitui capítulo crucial na agenda de responsabilidades de caráter planetário” (SILVA, 2017, p. 9), visto que a alta emissão de gases de efeito estufa desequilibram e moldam um futuro baseado na lógica da maximização dos lucros a qualquer custo. A busca pela maximização do lucro, que de acordo com Viola e Basso (2011) se iniciou ainda na Revolução Industrial, abre espaço no século XXI para a falência do sistema econômico vigente, visto que diversos limites planetários foram ultrapassados. Exemplo disto é a dificuldade com que os próprios ciclos naturais têm de continuarem sendo cíclicos, inaugurando, portanto, uma era na qual o homem é o agente que modifica o clima e a disponibilidade de recursos: o Antropocentrismo.

1.1 Dificuldades no estabelecimento da governança global

Os elevados padrões capitalistas de consumo e a busca desenfreada pelos recursos naturais não renováveis, principalmente, estão estruturados de tal forma que dificulta o surgimento de uma governança global. Uma espécie de governança que toma forma se dá a partir da divisão de responsabilidades comuns, porém diferenciadas, ou seja, cada Estado, a depender de seu grau de desenvolvimento, tem um papel específico na mitigação das mudanças climáticas, para assim, frear a ultrapassagem dos limites planetários (IBIDEM). Todavia, os países parecem não querer abdicar da ideologia desenvolvimentista e industrial e a busca por ações comuns para solução de problemas fica em segundo plano.

Assim, com vistas a avançar no âmbito da construção de uma governança global surgiram diversas tentativas. O grupo das oito nações mais industrializadas do mundo (G-8), formado por Alemanha, Japão, Canadá, Estados Unidos, Itália, França, Reino Unido e Rússia, em uma reunião, em 2005, com a participação de países emergentes como África do Sul, Brasil, China, Índia e

México, além de representantes de Angola, Argélia, Egito, Líbia, Nigéria e Senegal, buscaram resgatar alguns compromissos assumidos pelos Estados (POLETTO E JULIÃO, 2009). A ideia, entretanto, não funcionou visto que o G-8, assim como grande parte das instituições globais existentes, carece de legitimidade e consenso. A questão a ser levantada é a tentativa de aproximação entre países emergentes e países desenvolvidos, evitando que as maiores economias do mundo representem os interesses dos países que estão em desenvolvimento e que, por consequência, possuem realidades distintas (INTERNATIONAL CENTRE FOR TRADE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2008). Sendo este um motivo que se perpetua na maioria dos organismos internacionais, encontram-se paradigmas trazidos pela nova dinâmica do sistema internacional, que por sua vez, dificultam os caminhos para a governança global.

A falta de consenso presente em iniciativas como o G-8 reflete diretamente a situação atual do cenário internacional. De acordo com Viola e Franchini:

O problema central da governança global atual é que as instituições - internacionais e domésticas - criadas ao longo das últimas décadas não refletem o profundo nível de interdependência entre as sociedades (VIOLA E FRANCHINI, 2012, p. 475).

Em outras palavras, o que paira dentro de cada Estado é a dificuldade de cessão de sua soberania visando um bem comum, posto que a interdependência entre países desenvolvidos e em desenvolvimento ocorre em via de mão dupla. Como consequência, o sistema internacional está dominado por forças conservadoras, principalmente porque as grandes potências não abandonam o “soberanismo” (IBIDEM, s/p). A governança global, pois, esbarra com a resistência nacionalista de proteção de fronteiras.

As questões ambientais, tanto quanto questões financeiras (como crises financeiras, por exemplo) não respeitam os limites entre cada nação. Alguns autores, portanto, assinalam que se torna provável que a governança global seja alcançada pelo motivo de ser a única saída que a humanidade encontrará para construir uma sociedade mais igualitária, onde os recursos sejam distribuídos de

maneira justa (DUBROW, 2013). A governança global, de acordo com Dubrow (2013, p. 103) “é a regulação das relações internacionais sem uma autoridade centralizada, significando que os esforços para lidar com necessidades interdependentes são voluntários”. Consequentemente, estas condutas comuns competem com a soberania nacional, porém se torna uma alternativa para regulamentar e impor regras em nível global, com vistas a intensificar e interconectar uma rede cada vez mais ampla de culturas, sociedades e nações.

2 Conceitos e dilemas clássicos da soberania: Hobbes, Locke e Rousseau

A soberania é um conceito cuja criação acompanha o surgimento do Estado Moderno. A Revolução Francesa, inspirada por ideais iluministas, foi o pressuposto para que houvesse combate ao absolutismo, base esta que, por sua vez, cederia espaço ao surgimento do contrato social como forma de organização da sociedade, principalmente pautada nas diferentes teorias acerca do soberano (TEIXEIRA, 2014). Assim, para compreendermos o porquê existe dificuldade por parte dos Estados em abandonar o que chamamos de “soberanismo”, cabe-nos revisitar alguns autores contratualistas dos séculos XV e XVI, a dizer, Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau. A conceituação de “soberania”, como veremos, foi relativa àquela época, ou seja, cada filósofo a mapeou ao seu próprio entendimento, levando em consideração a dinâmica das relações entre os Estados modernos, que eram considerados os atores principais. Esta visão, entretanto, sofre mudanças, dado que os países enfrentam dificuldades em manterem-se soberanos frente à emergência da sociedade de riscos globais.

Assim, na visão de Thomas Hobbes, filósofo inglês, o contrato social e a figura do soberano tem como finalidade a proteção à vida dos indivíduos. No estágio anterior, o qual Hobbes chama de estado de natureza, os seres humanos se encontram em plena liberdade e condições de igualdade natural, entretanto, partindo de um pressuposto pessimista das relações humanas, o que paira na sociedade é a iminente guerra de todos contra todos (HOBBS, 1983). Isto se dá pois não há figura legítima para garantir que os

direitos naturais não sejam violados, sendo que cada indivíduo, por conseguinte, precise recorrer à autoajuda. Nesta sociedade individualista teorizada pelo autor, a constituição do Estado, a partir do pacto social é imprescindível para que haja garantias. Assim, o ser humano, em consenso, escolhe um soberano com poder ilimitado para decidir as questões da vida social (WEFFORT, 1993).

John Locke também compartilha da ideia de que no estado de natureza os seres humanos possuem plena liberdade e igualdade, entretanto a visão das relações humanas e do contexto de estabelecimento do pacto social divergem. No estado natural, segundo Locke, os indivíduos operam em “plena liberdade para realizar suas ações [...] sem depender da vontade de qualquer outro homem” (LOCKE, 1998, p. 118). O estado de natureza era regido pela lei divina e na afirmação de que o atentado à liberdade de um igual seria um atentado contra Deus. A figura do soberano surge para que haja garantias de propriedade, sendo o próprio corpo uma delas, e no caso de ruptura do ordenamento natural, ele decidiria acerca do que é justo ou injusto para que não houvesse o estado de guerra de todos contra todos como previu Hobbes.

Por fim, o estado de natureza para Rousseau era a fase onde a pureza e a integridade eram completas. De acordo com Marilena Chauí (2000), era no estado natural que os indivíduos viviam isolados, até o momento que algum indivíduo estabeleça que determinado terreno é sua propriedade. O contrato social de Rousseau sugere, portanto, que o cada indivíduo perca a sua liberdade individual em prol da cidadania direta. Ou seja, o governante não é o soberano, é apenas um representante da soberania popular e, esta, por sua vez, pautada na vontade geral (IBIDEM). O povo, portanto, é o soberano e o súdito, visto que cria e segue as leis (WEFFORT, 1993) em prol da proteção e da liberdade natural.

2.1 À Paz Perpétua de Immanuel Kant e sua aproximação com o conceito de governança global

Neste sentido, questiona-se a ideia de soberania clássica uma vez que, à época dos contratualistas, a conceituação em relação ao soberano se dava para a consolidação da territorialidade do Estado moderno (LAFER, 1994). O tema do meio ambiente, em

contrapartida, configura-se em assunto de importância global, uma vez que seus efeitos e riscos ultrapassam fronteiras, e, portanto, excedem as linhas territoriais que tanto importam aos Estados desde o século XV. O filósofo Immanuel Kant, em sua obra “À paz perpétua”, corrobora para uma ideia de sociedade cosmopolita, com diversos atores e com a necessidade de engajamento para a instauração de um estado jurídico que proteja as condições de vida (TRINDADE, 2007). “Nesta situação, a inexistência de leis impede a instauração de um ambiente pacífico e prejudica a segurança individual e coletiva” (IBIDEM, p. 21). Assim, há superação do estado de natureza, que é o perigo iminente de ameaça e guerra, quando se implementa um regime de regras e leis, o qual se aproxima da definição de governança global.

Para que haja um regime de governança global, é necessário que o sistema internacional seja pacífico. Nas palavras de Kant, “partes afastadas do mundo podem entre si estabelecer relações pacíficas, as quais acabarão por se tornar legais e públicas, podendo assim aproximar cada vez mais o gênero humano de uma constituição cosmopolita” (2008, p. 20). A sociedade cosmopolita de Kant corrobora para a ideia de aproximação dos novos atores no sistema internacional, visto que a globalização tem a capacidade, a partir da tecnologia, de aproximar as pessoas. Além disso, traz o desdobramento dos temas globais, como a guerra, principal questão no século XVIII e o meio ambiente, questão essencial na agenda global do século XXI.

Assim, a paz está como antídoto para a guerra no século XVIII do mesmo modo que a governança está como antídoto para a proteção do meio ambiente, ambas a partir de relações pacíficas, instauração de leis e participação da sociedade. A emergência de temas globais afeta a segurança internacional e, portanto, exige-se que haja:

Inter-relacionamento entre os três níveis do sistema internacional: interestatal, transnacional e supranacional para o enfrentamento dos problemas que desafiam as fronteiras nacionais e afetam a segurança global (TRINDADE, 2007, p. 65).

Em outras palavras, os temas transnacionais, ou seja, que não respeitam as fronteiras, do mesmo modo que inauguram forças de fragmentação, a chamada força centrífuga por Celso Lafer (1994), pode muito bem trazer à tona forças centrípetas de unificação. O equilíbrio, segundo o autor, entre essas duas forças é a chave para o alcance da governabilidade, sendo ponto crucial para a governança global, pois pode ser definida como a capacidade que o Estado tem em identificar as necessidades sociais e transformá-las em ação, neste caso, transformá-las em governança.

Cabe ressaltar o contexto da época em que Kant escreveu “à Paz Perpétua”, que era o princípio do Estado moderno e a guerra como principal questão. Por esse motivo, faz-se necessária uma releitura das condições do sistema internacional contemporâneo. De acordo com Trindade (2007), se ajustados e contextualizados, os estudos acerca da obra kantiana poderão servir como indicadores para a construção de uma sociedade global. Ou seja, questões referentes à composição de um ambiente baseado na paz como antídoto para a guerra e na governança como solução para os temas globais corroboram para a ideia de uma sociedade plural e cosmopolita, com a participação de diversos atores na busca pela resolução de problemas que dizem respeito a todo um cenário internacional.

3 Um olhar crítico sobre a Amazônia: soberania ou governança global?

A floresta amazônica é a segunda maior em extensão territorial, ficando atrás da Rússia. Possui 5 milhões de quilômetros quadrados e abrange territórios do Brasil, Bolívia, Venezuela, Peru, Equador e Colômbia (IMAZON, 2013). Além disso, está distribuída por 775 municípios, contabilizando um total de 59% do território nacional (IBIDEM). Em termos de biodiversidade, “esses países cobrem menos de 10% da superfície terrestre, mas contêm aproximadamente 70% das espécies de mamíferos, aves, répteis, anfíbios e insetos do mundo” (KLABIN, 2011, p. 74-75). Em outras palavras, a Amazônia se configura não somente em uma área estratégica, devido à diversidade biológica e genética, mas principalmente coloca o Brasil como um dos países mais ricos do

planeta devido aos recursos hídricos e biológicos (IBIDEM). É por este motivo que a questão acerca da Amazônia se torna um ponto chave para debatermos questões de segurança internacional, soberania e governança global.

O debate entre soberania e internacionalização da Amazônia é recorrente desde a década de 1960, quando foi instituído o Tratado da Antártida. Este, tendo sido proposto em 1961 e entrado em vigor no Brasil em 1975 propunha a internacionalização da Antártida, para uso cooperativo e com fins pacíficos, com vistas à sua preservação, dada a sua importância ambiental e científica (MACHADO, 2008). A partir desta discussão, a Amazônia e o meio ambiente se destacam na agenda global e a preocupação com as fronteiras nacionais entra em pauta. O país, então, com o objetivo de integrar o território amazônico, cuja densidade demográfica não era significativa, assiste à criação, pelo governo da ditadura militar, da Zona Franca de Manaus, “com o intuito de integrar a Amazônia Ocidental às dinâmicas socioeconômicas nacionais” (IBIDEM, p. 5). Em outras palavras, pretendia-se iniciar um estágio de desenvolvimento e industrialização, “instituinto incentivos fiscais para implementação de um polo industrial, comercial e agropecuário” (MIRANDA, 2013, s/p) na região Norte do país, que, por sua dimensão, até então era relativizada pelo governo brasileiro.

Na ditadura, portanto, a região foi palco de uma ocupação para legitimar a soberania brasileira. Desde então, “o trato das questões amazônicas por fontes externas sempre foi interpretado pelo governo brasileiro como ameaça aos interesses e à soberania nacionais” (MACHADO, 2008, p. 5), e por consequência, questão de seguridade. De acordo com Ferreira (2019), o efetivo do exército, atualmente, é de 17.200 militares, distribuídos por diversas organizações, localizadas em algumas cidades do Amazonas, Roraima e Rondônia, além de diversas unidades fronteiriças. Fato este que corrobora para a tentativa do governo brasileiro de reforçar a ocupação amazônica para fins de garantir o direito ao território. Entretanto, as investidas internacionais, consideradas por Machado (2008), como um processo histórico e que, por conseguinte, tende a se prolongar nas relações internacionais do Brasil, não cessaram.

Cabe ressaltar que os movimentos ambientalistas nacionais e internacionais surgem da excessiva degradação que o modelo de

industrialização causa ao meio ambiente. Entretanto, o que em princípio se daria a partir de uma conscientização das camadas sociais, visto que o desenvolvimento desordenado ao invés de trazer aumento de bem-estar econômico, traz desastres ambientais, de acordo com Bentes (2005), pode ser controverso. O motivo da contradição está na dedicação do “ambientalismo” internacional, considerada na maioria das vezes, mais política e econômica do que ambiental. Esta é a questão que leva os Estados a fecharem suas fronteiras a qualquer ajuda internacional, porque o que vemos, sob esse prisma, é que não há vontade política para condensar as atitudes que tragam ao meio ambiente soluções, quando estas não são o interesse nacional (KLABIN, 2011).

Em contrapartida, surgem algumas iniciativas para a inserção da Amazônia em um contexto de governança global. O Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7) foi uma investida do G-7, que surgiu em 1990 em uma cúpula realizada em Houston, nos Estados Unidos, e tinha como proposta articular governos, sociedade civil e o setor financeiro internacional na tentativa de reagir de forma transnacional às questões que ultrapassam fronteiras, como os impactos ambientais do sistema socioeconômico vigente (SILVA, 2010). Além disso, em âmbito internacional, podemos citar a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), o Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF), dentre outras, além “do envolvimento de Universidades e Instituições externas com o propósito de alocar recursos humanos e tecnológicos para o desenvolvimento sustentável na região” (SILVA, 2010, p. 3).

Assim, como processos históricos, temos os empreendimentos para internacionalizar a floresta amazônica, que de um lado pode servir para maquiagem de interesses de outros países e de outro, pode estimular o desenvolvimento sustentável na região. A pressão internacional, entretanto, tem importância porque é a partir dela que o Brasil age, ou seja, o governo brasileiro só se sente estimulado a tomar qualquer atitude, seja ela positiva ou negativa com relação à Amazônia, quando forças externas estão envolvidas (MACHADO, 2008). Enquanto a comunidade internacional, por fim, não receber os retornos que espera ao confiar a proteção de uma região tão importante para o meio ambiente global, como a Amazônia, as

discussões acerca de soberania e governança da região estarão em pauta (IBIDEM).

Considerações Finais

Este artigo teve o objetivo de discutir a questão de nacionalização ou internacionalização da floresta mais rica em biodiversidade e segunda maior em território do planeta: a floresta Amazônica. Para tanto, buscou-se debater os conceitos de governança global e soberania nacional, não com o intuito de apontar a melhor solução para a preservação e manutenção da região, mas para introduzir as dificuldades em que um sistema internacional multifacetado, com diversos atores e uma complexa dinâmica nos impõe. Do lado da governança global, vemos uma crise de legitimidade por parte de organismos internacionais, que atuam a partir de interesses próprios, e, portanto, não globais. Acerca da soberania, nota-se uma resistência nacionalista cada vez mais acirrada, principalmente quando o assunto são áreas estratégicas, como é o caso da Amazônia para o governo brasileiro.

As pressões internacionais, entretanto, surgem a partir de falta de compromisso do governo brasileiro em preservar a floresta. A cúpula do G-7 que estabeleceu o PPG-7, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, os fundos relacionados à proteção são tentativas de inaugurar uma governança global e de certa forma limitar a soberania do país, que, em termos de políticas públicas ambientais, oscila entre desenvolvimento do setor agrícola e preservação. Internamente temos rupturas constitucionais que afetam o modo como o governo lida com o meio ambiente. Em contrapartida, no contexto internacional, vemos crises de legitimidade das organizações que deveriam impulsionar a governança global e articular soluções para questões ambientais, cujo dano ultrapassa as linhas soberanas dos Estados. Cabe então balancear e discutir a relação entre internacionalizar ou nacionalizar a Amazônia, com vistas a não relativizar a importância da região, não só para o Brasil, como também para a manutenção do clima e da dinâmica ambiental global.

Referências

- BENTES, Rosineide. A intervenção do ambientalismo internacional na Amazônia. Estudos avançados, São Paulo, vol. 19, nº 54, p. 225- 240. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000200013>. Acesso em: 25 out. 2019.
- CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- DUBROW, Joshua Kjerulf. Governança global democrática, desigualdade política e a hipótese de resistência nacionalista. Sociologias, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 94-110, jan./abr. 2013.
- FERREIRA, Luís Fernando Tavares. O poder de polícia do Exército Brasileiro na faixa de fronteira da Amazônia Ocidental. Revista do Exército Brasileiro, [S.l.], v. 152, n. 2, ago. 2019. Disponível em: <<http://www.ebrevistas.eb.mil.br/index.php/REB/article/view/2546>>. Acesso em: 25 out. 2019.
- GIDDENS, Anthony. Sociologia. 6ª edição. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 2008.
- GONÇALVES, Alcindo. Regimes internacionais como ações da governança global. Meridiano 47, Brasília, vol. 12, nº 125, p. 40-45, mai.-jul. 2011.
- HOBBS, Thomas. O Leviatã. Coleção os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- IMAZON. A Amazônia em números: raio x da ocupação amazônica. 2013. Disponível em: <<https://imazon.org.br/imprensa/a-amazonia-em-numeros/>>. Acesso em: 25 out. 2019.
- INTERNATIONAL CENTRE FOR TRADE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT. A expansão do G-8 e a reforma da governança econômica internacional. Pontes, vol. 4, nº 6, dez. 2008.
- KANT, Immanuel. À paz perpétua, um projeto filosófico. Tradução de Artur Mourão. Universidade da Beira Interior. Covilhã, 2008.
- KLABIN, Israel. A urgência do presente: biografia da crise ambiental. Editora Campus: Rio de Janeiro, 2011.
- LAFER, Celso. A soberania e os direitos humanos. Lua Nova, São Paulo, n. 35, p. 137-148, 1994.
- LOCKE, John. Dois tratados sobre o governo. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MACHADO, Artur Andrade da Silva. A estratégia brasileira para nacionalizar a Amazônia. Meridiano 47, Brasília, vol. 9, nº 97, p. 5-8, 2008.

MIRANDA, Ricardo Nunes de. Zona Franca de Manaus: desafios e vulnerabilidades. Núcleo de Estudos e Pesquisas: Senado Federal, Brasília, v. 126, s/n, p.1-42, abr. 2013. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-126-zona-franca-de-manaus-desafios-e-vulnerabilidades>>. Acesso em: 25 out. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Global governance and global rules for development in the Post-2015 era. Economic and Social Affairs of the United Nations, 2014.

POLLETO, Ricardo dos Santos e JULIÃO, Taís Sandrim. Os impasses do G-8 e a reforma da governança global. Meridiano 47, Brasília, vol. 10, nº 108, p. 25-27, jul. 2009.

PRADO, Luis Carlos. Delorme. Globalização: notas sobre um conceito controverso. Rio de Janeiro: IE-UFRJ, 2003.

REINER, Lúcio. Governança global e cultura da paz. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, 2000.

ROUSSEAU, Jean Jacques. O contrato social. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SILVA, Alberto Teixeira da. Desafios políticos e socioambientais da governança global na Amazônia: a emergência do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7). Pará: Editora NAEA, 2010.

SILVA, Alberto Teixeira da. Governança climática global: desafios e perspectivas. Meridiano 47, Brasília, v. 8, n. 88, 2017.

TEIXEIRA, Anderson Vichinkeski. Los Orígenes filosóficos de la noción de soberanía nacional en el contractualismo político de Thomas Hobbes, John Locke y Jean-Jacques Rousseau. Revista de Derecho de la Pontificia Universidad Católica del Valparaíso XLIII, Valparaíso, Chile, p. 801-819, 2014.

TRINDADE, Luciano José. A atualidade dos elementos da proposta kantiana: à paz perpétua na sociedade internacional contemporânea. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Programa de Mestrado Interinstitucional, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

VIOLA Eduardo. e BASSO, Larissa. O sistema internacional no

antropoceno. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Brasília, v. 31, n. 92, p. 1-18, 2011.

VIOLA, Eduardo e FRANCHINI, Matias. Os limiares planetários, a Rio+20 e o papel do Brasil. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 470-491, set. 2012.

WEFFOR, Francisco Correia (org). Os clássicos da política. Volume 1. São Paulo: Ática, 1993.

TODOS OS CAMINHOS LEVAM À CHINA - ÀS “NOVAS ROTAS DA SEDA” EM PERSPECTIVA

Rafaela de Souza Correa*

1 Introdução

Durante séculos, para que se cruzasse o território asiático até a Europa ou África, foi-se utilizadas rotas específicas que facilitaram o traslado. A existência destes caminhos movimentara as trocas comerciais e desenvolveram regiões por onde passavam¹. Estas passagens se dividiam em dois grupos, as rotas marítimas e as rotas terrestres. Por terra se estendiam desde a cidade de Chang'an na China, até a Cidade de Veneza, na Itália. Pelo oceano seus limites iam até a da atual Somália, e trilhava a costa Africana até a Europa.

Tendo isso em mente e, inspirada por sua própria história, a República Popular da China lançou em 2013 a iniciativa “One Boat, One Road”, traduzida para o Brasil como “As Novas Rotas da Seda”. Este projeto pretende investir em infraestrutura que conecte e facilite o comércio da Ásia, África e Europa. O investimento pretendido neste empreendimento ultrapassa a casa dos bilhões, porém seus frutos prometem validar o uso desta quantia.

Este artigo tem como objetivo analisar tanto a atuação chinesa a partir da iniciativa “One Boat, One Road”. A partir de um levantamento documental e histórico espera-se conseguir compreender quais os possíveis impactos do projeto chinês para a economia mundial, focando, principalmente nas consequências geradas por países subdesenvolvidos e em desenvolvimento.

Como uma resposta inicial ao questionamento, este artigo

* Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa), membro do Grupo de estudos da Índia e Ásia Oriental (GeSIAO).

¹ Algumas cidades da Bulgária surgiram ao redor das rotas da seda.

propõe que os investimentos feitos pela China irão ao longo prazo baratear os custos de produção e expandir sua influência, principalmente para com os países emergentes². Observando a relevância deste tema, o entendimento mais profundo do mesmo se faz necessário para compreender não somente a postura chinesa, como também os possíveis efeitos sobre outros países do Sistema Internacional.

Através de uma pesquisa quali-quantitativa, que utilizou de fontes bibliográficas e documentais para explorar de modo amplo o assunto que será abordado durante este trabalho. O desenvolvimento deste foi dividido em dois tópicos, sendo o primeiro “A Política Externa Chinesa”, abordando o “Desenvolvimento Pacífico” chinês e a atuação do atual presidente Xi Jinping, e o segundo “As Novas Rotas da Seda” no qual será discutido o desenvolvimento do projeto e logo após, a participação de países Subdesenvolvidos e em Desenvolvimento.

2 A Política Externa Chinesa

2.1 Desenvolvimento pacífico

A China, também conhecida como País do Meio, em seu surgimento em 3000 a.C, até aproximadamente três séculos atrás, desfrutava de uma situação isolacionista quanto à parte ocidental do globo e com a quase inexistência de contestação à sua supremacia ao redor de seus vizinhos, favoreceu o crescimento de uma visão sinocêntrica do globo (PINTO,2005, p. 72).

Como consequência desta ideia, a possibilidade utópica de um mundo harmônico e pacífico, com um adendo de que estes dois adjetivos eram perfeitamente aplicáveis ao que eles enxergavam como globo, desde que a condução destas políticas internacionais fosse conduzida pela China. E realmente, até o século XIX a China agia como um Sol para os países asiáticos que estavam sempre orbitando ao seu redor. Não era incomum a intervenção chinesa em outros territórios para a manutenção da ordem regional, seja esta ação por pedido do governo que geria o território em questão, ou não.

² O planejamento inicial envolvia 60 países subdesenvolvidos e ou, em desenvolvimento (Swaine, <s/d>).

No entanto, com o evento da das grandes navegações, esta exploração do mundo por parte europeia afetou de modo profundo a percepção chinesa quanto à sua posição. Inicialmente no século XVI, não ocorreu grandes adequações, apenas uma abertura à um comércio interessante. Porém, com a chegada do Império Britânico, por volta de 1824 provocou mudanças estruturais que afetam o sudeste asiático até os dias de hoje³.

O Império Chinês iniciou um processo de declínio, conforme as potências ocidentais se apossaram e exploravam de seus vizinhos. Durante o século XIX enfrentou diversas crises internas, como por exemplo o surgimento de movimentos que reivindicavam a instauração da república. Mesmo com seus problemas internos, guerreou pela tentativa de manutenção do status quo regional³.

Ao meio do século XX, quando as nações do sudeste asiático, a se incluir a China, se livraram do subjugo dos colonizadores ocidentais, as relações entre os Estados desta região não era mais a mesma. Não se via mais a China como uma potência forte, capaz de proteger seus vizinhos, ou seja, mesmo com a ausência ocidental, não se foi capaz de manter as mesmas condições de um século e meio atrás (PINTO,2005, p. 75).

Com a revolução em 1949 e o estabelecimento do país, agora com o nome de República Popular da China, com o viés socialista, ocorreu um efeito inicial de isolamento quanto ao mundo, a se incluir seus vizinhos. Embora sua postura de apoio aos regimes socialistas da região tenha sido demonstrada com bastante efetividade⁴, sua desconfiança com a nova política independente de seus vizinhos foi notável.

Durante seu processo de abertura ao mercado internacional que se iniciou com o reconhecimento da falência do sistema por parte dos dirigentes chineses em 1978 (Nome, ano), a RPC experimentou uma abertura controlada e sistemática. A partir desta data ocorre uma aproximação com os países capitalistas, a se incluir os Estados Unidos da América. Neste período também há a readaptação chinesa ao seu cenário regional, principalmente

³ O Império Chinês confrontou a França de Napoleão III em defesa do Vietnã no século XIX.

⁴ Participou das Guerras da Coreia (1959-1962) e do Vietnã (1945-1976) em apoio à seus regimes soviéticos.

considerando a presença da ASEAN como novo fator⁵.

Em 1979 o presidente Deng Xiaoping é o primeiro líder da República Popular da China a visitar o solo estadunidense. Este mesmo presidente foi responsável por conduzir as reformas econômicas chinesas. A partir dele, princípios que em partes ainda são usados para guiar a política internacional do país são criados. Estes pregam uma postura de não protagonismo por parte do país, a defesa de sua posição e fazer encarar com coragem as mudanças que estava por vir (CARRIÇO, 2013, np).

A partir de 1990 com o fim da Guerra Fria, juntamente com isso, o fim do mundo bipolarizado, a China adota com plenitude uma política multipolarizada. Sua participação em fóruns regionais como Asean Regional Forum, Shanghai Cooperation Organization e Boao Forum, amplia sua esfera diplomática e é uma oportunidade para que reafirme suas políticas de pacifismo.

Em 1995-1996, após enfrentar a crise, de segurança no Estreito de Taiwan tendo como atores principais a própria china e os EUA, e também com a economia asiática em 1997, o país se viu impelido a ajustar sua postura política. Após esse episódio, a RPC, que estava sob liderança de Jiang Zemin, adotou uma postura incisiva a respeito de Taiwan. Apresenta em 1997 um “Novo Conceito de Segurança”, onde defende um mundo sem a condução por parte das potências hegemônicas, roga pela paz e desenvolvimento internacional, define o sistema internacional como multipolar e por fim, defende a ascensão pacífica, tal como é proposto pela China.

Ao considerar o contexto criado pelos cinco princípios da coexistência pacífica, se deve ter em mente que a RPC sempre busca seu desenvolvimento econômico, afinal, segundo Deng Jumping “só o desenvolvimento possui real significado” (FILIPE, 2015, np). E além do mais, “a RPC encontra-se dentro da Janela de Oportunidade Estratégica identificada pelos analistas chineses, que deve aproveitar para, em 2020, ter conseguido quadruplicar o seu PIB e alcançar o rejuvenescimento nacional.” (FILIPE, 2015 p. 31).

⁵ Inicialmente, a China não aceitou muito bem a existência da ASEAN, considerando-a como um fantoche asiático para os Estados Unidos (CARRIÇO, 2013).

Com o início dos anos 2000 e a subida de Hu Ming, a política externa chinesa adota o conceito de ascensão pacífica. a introdução deste em sua política externa tem como objetivo tranquilizar todo o sistema internacional, demonstrando que Pequim, com todo o seu desenvolvimento e crescimento econômico ser, é um ator responsável, e que não há necessidade de preocupações quanto à sua atuação.

Embora o conceito apresentado tenha se mantido, houve uma mudança no termo, de “Ascensão Pacífica” para “Desenvolvimento Pacífico”.

Mais tarde, em 2004, o Ministro dos Negócios Estrangeiros alerta para o benefício de renovar o conceito, mudando-o para “Desenvolvimento Pacífico” (heping fazhan), pois o termo “ascensão” poderia colocar a RPC em paralelo com Poderes que, no passado, questionaram a ordem vigente (Tow & Rigby, 2011, p. 165). Esta foi a formulação que Hu Jintao adoptou, como comprova o seu discurso no Fórum Bo’ao (Gill, 2007, p. 8) e que ganhou solidez ao ser apresentado no White Paper de 2005, de seu título China’s Peaceful Development Road. (BARRANTES, Filipe, 2015, pág 32)

À primeira vista, esta mudança não aparenta grande mudança para a política externa Chinesa, porém, ao considerarmos toda a sua trajetória de esforço para se apresentar como um poder pacífico, é uma grande mudança. Ao adotar este termo, Pequim tem o objetivo de deixar claro que não repetirá os erros que foram cometidos pelas outras potências durante seu processo de ascensão (CARRIÇO, 2013). Durante os discursos apresentados por Hu Jintao, é esclarecido que a ideia Chinesa para o Sistema Internacional é que ele seja justo e harmonioso, sem que seja necessária a exploração de demais Estado para a elevação da China⁶.

Por fim, se ressalta a importância do governo de Hu Jiao para as mudanças, não radicais, mas agregadoras para a política externa chinesa. Durante o período que este esteve no poder, foi-se acrescentada a palavra “cooperação” ao lema já utilizado como norte para a política da RPC de “Paz e Harmonia” (BARRANTES, 2015,

⁶ O artigo de Michael Swane, Chinese Views and Commentary on the “One Belt, One Road” Initiative é um compilado de declarações oficiais e não oficiais chinesas, e entre elas está declarações oficiais do ex-presidente chinês Hu Jiao.

p. 34). Este incremento é simbólico e demonstra a perspectiva chinesa para um mundo cada vez mais interligado, e sua disposição para se integrar a ele.

2.2 Xi Jinping

Durante seu governo foi-se apresentado o projeto One Belt, One Road, sendo o estudo de suas ações no âmbito interno e externo, necessário uma breve explanação sobre ele para que possamos entender e analisar os impactos das Novas Rotas da Seda. Começaremos a entender a partir do conceito de *China Dream*⁷, da criação do *Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB)*⁸, e por fim, sobre o objeto principal deste trabalho.

O Sonho Chinês ainda gera debates sobre a extensão de suas mudanças. Esta ideia fora apresentada em 2013, e segundo as declarações oficiais de Xi Jinping, reflete a aspiração do povo do País do Meio como um todo. Conforme este pensamento, o país deveria abandonar a posição de país humilhado e lutar pelo retorno de sua situação anterior ao século das humilhações, em que o país sofreu consecutivas perdas tanto para os países do ocidente, quanto para seu vizinho, o Japão.

Apesar da adoção deste pensamento que em certa medida vai contra o *Low Profile* de Deng Jumping que regia as relações chinesas, é nítido a falta de interesse do Estado chinês em assumir um papel preponderante no Sistema Internacional. É comum que os princípios da “Escola da Continuidade da Primazia Norte-Americana” defendida por autores como Zaibang Wang e Liping Zhang, sejam melhor identificados nas declarações oficiais chinesas (CARRIÇO, 2013, p.23).

O Sonho Chinês viria ainda com uma proposta para a continuidade do projeto de incutir o sentimento nacionalista em sua população. Quanto ao cenário internacional, esta perspectiva vem como uma resposta às inevitáveis dicotomias causadas pela ascensão econômica chinesa. Esta postura mais assertiva é derivada de um futuro próximo em que o país será obrigado a tomar posições um

⁷ Tradução: Sonho Chinês.

⁸ Tradução: Banco Asiático de Infraestrutura e desenvolvimento.

pouco mais duras, considerando que, pelo grande poder adquirido, vem a grande responsabilidade de suas consequências.

Quanto à criação do Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB), devemos levar em consideração três coisas: Suas consequências para as instituições financeiras internacionais já existentes, FMI e Banco Mundial, O propósito de sua criação. E os impactos causados nos países emergentes com a sua existência. É interessante começar explicando sua criação e as especulações que sucederam quanto a possibilidade de uma mudança no sistema financeiro internacional.

Criado em janeiro de 2016, tem como seu objetivo primário financiar o desenvolvimento da infraestrutura de países asiáticos principalmente. Ao levar em conta que muitos países da Ásia ainda estão passando pelo processo de modernização e industrialização, este é extremamente adequado. A abertura desta instituição é uma ótima maneira de desenvolver as relações exteriores chinesas e aumentar sua participação no mercado financeiro internacional (MAORANG, 2016, np).

Mesmo considerando a já existência de instituições financeiras, as exigências muitas vezes duras para a concessão do financiamento inibiam a adesão dos países emergentes asiáticos. O AIIB não possui condições rígidas para a sua adesão, e não interfere na gerência do Estado solicitante. Segundo o Embaixador chinês Liu⁹;

Servirá de complemento e de concorrente do Banco Mundial e o Banco de Desenvolvimento da Ásia. É um complemento, uma vez que o mercado é suficientemente grande para bancos mais multilaterais. É também um Concorrente porque os organizadores esperam que a AIIB acabe por se tornar mais eficiente do que o Banco Mundial e o BAD são percebidos, e com uma melhor governança Estrutura que leva em consideração as experiências e

⁹ Texto Original: will serve as both a complement as well as a competitor to the World Bank and the Asia Development Bank. It is a complement since the market is big enough for more multilateral banks. It is also a competitor because organizers hope the AIIB will eventually become more efficient than the World Bank and ADB are perceived to be, and with a better governance structure that takes into account the experiences and interests of emerging economies like China and India. A bit of competition among these multilateral institutions will be useful in reducing the bureaucracy and improving effectiveness so that these institutions can help countries and regions race to the top.

interesses de emergentes Economias como China e a Índia. Um pouco de competição entre estas As instituições multilaterais serão úteis na redução da burocracia e melhorando a eficácia para que essas instituições possam ajudar países e as regiões correm para o topo. (Michael D. Swaine, China Leadership Monitor, no. 47)

Além dos argumentos já apresentados, podemos considerar como uma motivação chinesa a constante recusa por parte das instituições existentes em aumentar o poder de participação do País do Meio. Segundo Zhang Maorong, pesquisador do Instituto de Relações Internacionais Contemporâneas da China, podemos acrescentar ainda duas motivações para a atuação chinesa. Primeiramente, com o aumento dos investimentos realizados em escala mundial, espera-se que os países estejam mais dispostos a aceitar o Renmimbi como moeda de pagamento, afim de facilitar as transações com empresas chinesas. Com as reformas econômicas que estão a ocorrer em seu âmbito interno, a internacionalização da moeda se torna um passo importante para o mercado chinês.

Em terceiro lugar, isso torna a jogabilidade chinesa perante o sistema financeiro muito mais dinâmica, além de empregar automaticamente um poder maior para a criação das regras e decisões que lhe é negado nas demais instituições. Pensando no programa “One Belt, One Road”, e suas consequências diretas para a infraestrutura dos países, podemos ver esta nova instituição como uma peça fundamental para o financiamento deste programa ambicioso.

Após a apresentação destes dois novos elementos da política externa chinesa, podemos finalmente iniciar o debate principal deste trabalho, As Novas rotas da Seda. O projeto foi apresentado pela primeira vez em 2013, e só cresceu desde então. Recebeu o apoio de diversos países, principalmente aqueles que se encaixam como emergentes, e que estão na região da Ásia.

3 As Novas Rotas da Seda

3.1 O desenvolvimento

A china sofreu, principalmente na época em que a ideia foi lançada, e ainda sofre, com problemas internos de superprodução, principalmente nos setores de aço e construção. Com as Novas Rotas da Seda, é esperado que o mercado seja aberto para que as empresas chinesas possam investir e trabalhar o seu capital. Além disso, fomentando a área de infraestrutura, dentro e fora de seu país, seria a solução para alguns de seus problemas, como será explanado em breve.

Durante esta parte, trataremos de analisar as facilidades e apoios encontrados pelo governo chinês e também os desafios e obstáculos encontrados para a execução do projeto. Embora não seja o enfoque deste artigo, observaremos as opiniões expressas pelas grandes potências ocidentais, e como estas podem afetar a posição de países emergentes.

Em declarações oficiais, o País do meio tenta fundamentar a ideia de que One Belt, One Road é uma iniciativa pacífica e que seria uma forma de estreitar suas relações com os demais países asiáticos, e que seria um projeto de benefício mútuo. Porém, alguns especialistas analisam que por trás deste pacote de embrulho bonito, seja apenas uma tentativa da China de expandir sua esfera de influência pela região de modo que a situação não permaneça tão confortável para seus vizinhos (SWAINE, s/d, p. 1).

A iniciativa como está sendo divulgada oficialmente pela China, tanto em fóruns regionais, quanto em visitas à países, como sendo um projeto de cooperação entre os Estados. Se for seguido o modelo como foi projetada, ligará os três continentes; Ásia, África e Europa; tanto por terra, quanto pelo oceano. Xi Jinping se reuniu em 14 de maio de 2017 com líderes de outros 28 países, incluindo com os presidentes da Argentina e Chile, para debater sobre a *One Belt, One Road*, porém os países ao redor do globo ainda observam com certas dúvidas a atuação chinesa.



Fonte: ISAPE, apud The Economist

Do ponto de vista econômico, podemos dizer que a iniciativa é um projeto não somente voltado para o exterior, quanto também para seu âmbito interno. É esperado que com o avançar do projeto, as regiões no interior do país também se desenvolvam e sejam modernizadas. Além disso, outra coisa que se especulava, e foi concretizada em 2016, seria o acelerar das reformas que estão ocorrendo no país. Em março do ano referido, ocorreu o 13th *five-year plan*, que é um encontro do *National People's Congress of China*¹⁰, para a elaboração do projeto de governo para os próximos cinco anos, nele também foi delimitada como ocorreriam as reformas e também ocorreu a priorização das novas rotas da seda em sua política internacional.

"A China quase totalmente integrada na cadeia mundial da indústria, do valor e da logística, e uma maior abertura produz mais frutos para a China e para o mundo ", disse Zhou Hanmin, um assessor político nacional e especialista em direito de Xangai. O plano afirma que a China continuará a abrir, em parte impulsionada pela iniciativa Belt and Road. Uma estratégia de confiança mútua, cooperação econômica e troca de pessoas para pessoas com outros países também serão perseguidos. Analistas dizem que funcionários e empresas do governo local já estão envolvidos em corredores econômicos transfronteiriços com Mongólia, Rússia, Paquistão, Mianmar e outros países do sudeste asiáticos. Zhang Yupu, secretário do

¹⁰ Tradução: Congresso Nacional do Povo Chinês.

Partido Comunista Chinês da cidade de Mudanjiang, província de Heilongjiang, disse que o projeto cooperativo é desenvolvido ecossistemas ao longo da sua fronteira com a Rússia¹¹. (National People's Congress of China, 2016)

Mais que questões de infraestrutura, o desenrolar deste plano também iriam incluir características como o livre comércio, integração financeira e de pessoas, sendo que o último item não foi muito bem explicado, embora não exista a possibilidade que esta integração seja tão profunda como a que ocorre na União Europeia. É bom ressaltar que, as exigências para a adesão de países à rota são pequenas, assim como para aderir ao financiamento do AIB. Talvez a falta de exigências seja relacionada com a necessidade chinesa pela aceitação dos demais países para que seja possível colocar em prática o projeto.

Após apresentar os benefícios deste projeto, iremos tratar dos desafios que surgiram que modo natural ou por questionamentos externos, advindos principalmente dos Estados Unidos. Uma das especulações lançadas juntamente com as rotas, de que as ações da China seria uma tentativa de formular um novo Bretton Woods. Como fora fundamentado anteriormente durante o texto, as políticas internacionais de Pequim não dialogam com esta teorização, levando em conta o conceito de “Paz, Harmonia e cooperação”.

Em resposta a estes questionamentos, vários estudiosos da política externa chinesa realizaram e divulgaram suas próprias análises, e além destes, grupos interessados no desenrolar do projeto também defenderam as novas rotas da seda. Entre este segundo grupo, podemos citar a Global States, que em seu editorial “The

¹¹ Versão Original: “China has almost fully integrated into the world chain of industry, value and logistics, and further opening-up will produce more fruits for both China and the world,” said Zhou Hanmin, a national political advisor and law expert based in Shanghai.

The plan states that China will continue opening-up, in part driven by the Belt and Road initiative. Strategic mutual-trust, economic cooperation and people-to-people exchanges with other countries will also be pursued.

Analysts say local government officials and companies are already engaged in cross-border economic corridors with Mongolia, Russia, Pakistan, Myanmar and other Southeast Asian countries.

Zhang Yupu, Communist Party of China secretary of Mudanjiang City, Heilongjiang Province, said cooperative projects are being developed along its border with Russia.

‘One Belt and One Road’ is Very Different from the Marshall Plan” declarou que ao contrário do plano apresentado pelos Estados Unidos no pós-segunda guerra, a iniciativa chinesa visa a integração dos países, não importando a cultura, forma de governo, religião ou seus aliados (SWAINE, s/d, p. 13).

Ainda cabe ressaltar que estes dois mecanismos apresentados por Pequim, *AIB* e a *One Belt, One Road*, estão sendo criados em um contexto completamente distinto daquele criado durante a Guerra Fria. A bipolaridade deu lugar à multipolaridade, onde os Estados possuem uma possibilidade de escolha. Como já fora ressaltado diversas vezes por veículos oficiais chineses, a inserção destes dois projetos no Sistema Internacional tem por objetivo tornar mais ampla as possibilidades de atuação dos Estados dentro do referido.

Não podemos ser ingênuos quanto às pretensões chinesas, por outro lado. Nenhum desses projetos seria trabalhado com tanto afinco, caso o principal beneficiado não fosse o País do Meio. Consideraremos agora a perspectiva de dois autores do realismo estruturalista, Waltz e Mershianer. Mesmo que um Estado crie estruturadas resposta às dúvidas levantadas pelos demais, sempre haverá a desconfiança quanto à real validade das declarações deste Estado. Mesmo que a China possua uma política externa de bases históricas sólidas, seria natural que ocorresse a desconfiança, principalmente por parte da primeira potência a ser atingida por sua Ascensão, os Estados Unidos.

Após uma breve análise do salto econômico chinês das últimas duas décadas, e a impossibilidade de uma estagnação em seu crescimento, é esperado que ocorra especulações sobre a possibilidade de uma “grande estratégia” por parte da China, afinal os Estados são guiados por atos racionais (MEARSHEIMER, 2001, np). Porém, embora não possamos ter certeza de suas ações, Waltz em sua teorização sobre o poder dos Estados diz que estes, durante sua ascensão saberão medir seu avanço de modo a não confrontar de forma direta as hegemonias já existentes no Sistema. Este modo de pensar se encaixa no que a china declara oficialmente como sendo o seu “Desenvolvimento Pacífico”.

Como um contraponto à Waltz, onde boa parte da teoria se encaixa com a atuação da China, Mearsheimer crê que seja impossível a manutenção do status pacífico do país. Ao considerar

que todo Estado, por questão de sobrevivência estará buscando a hegemonia, não haveria a possibilidade de que um país em forte ascensão desvie desta lógica, não por ser uma busca incessante por poder, como Morgenthau explica em seu livro “A Política entre as Nações”, mas porque a sobrevivência deste Estado estaria diretamente ligada à hegemonia.

3.2 Os Países subdesenvolvidos e em desenvolvimento

Durante essa seção iremos analisar os possíveis benefícios da adesão ao projeto *One Belt, One Road* para os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento e também as causas a hesitação ou recusa. Como já foi debatido durante este texto, para que as novas rotas da seda saiam do papel, é necessário que ocorra a participação dos Estados vizinhos à China, e por isso, eles se tornam uma peça fundamental para a compreensão da situação.

Podemos começar pela criação do AIIB. As condições de infraestrutura e industrialização destes países ainda estão caminhando, e muitas vezes a passos lentos. Com as dificuldades encontradas para se conseguir o financiamento internacional pelas instituições mais tradicionais, as barreiras para o desenvolvimento se tornam intransponíveis, porém, mesmo antes do AIIB a China se fez um agente financeiro excelente para estes países. A falta de exigências duras, por exemplo, fez com que o país em pouco tempo saltasse da vigésima sexta posição de investidores em Marrocos para a sexta posição em 2007 (CARRIÇO, 2008, np). Além disso, a movimentação financeira, e de pessoas com a construção destas estruturas iria aquecer o ritmo econômico destes países.

Então porque não aceitar a proposta? A desconfiança que o País do Meio esteja usando estes projetos como uma forma de expandir sua influência não está presente somente na mente de grandes potências. O século XX, onde as potências europeias dominaram e subjugararam os povos asiáticos ainda está muito fresca na memória destes países. A possibilidade de que outro país possa novamente interferir e expandir a sua influência para o interior destes Estados não é bem-vinda. Os países que foram listados como convidados a participar deste empreendimento se encontram com um dilema para ser resolvido.

Por enquanto, podemos observar alguns casos bilaterais que estão sendo tratados, em países como Uzbequistão, Egito, Paquistão e Sri Lanka. Nestes países, acordos e ou empreendimentos já estão sendo realizados, e estes fazem parte da formulação das novas rotas da seda.

Em abril de 2015, o presidente chinês Xi Jinping em uma visita ao Paquistão, o investimento de aproximadamente 4,6 bilhões de reais em infraestrutura, sendo que boa parte deste valor seria destinado às Novas Rotas da Seda. Neste mesmo ano, em novembro, foi-se anunciada a concessão do porto de Gwadar à uma estatal chinesa, como sendo um segundo passo para o projeto. Também, por último, é interessante colocar como uma observação que em junho de 2016 durante uma reunião da OCX, o Paquistão anunciou o seu apoio à Pequim na questão do Mar do Sul da China (ISAPE, 2015).



Fonte: ISAPE, apud Indian Strategic Studies.

Quanto à participação Egípcia, por sua posição estratégica, a parceria com este país era uma peça chave para o andamento do projeto. Em agosto de 2015 foi anunciado na cidade de Ismailia um projeto de revitalização do canal de Suez. Segundo fontes oficiais do governo egípcio, as receitas geradas pelo canal podem passar de \$5,3 bilhões em 2015 para mais de \$13 bilhões em 2023 (SPUTNIK, 2015).

Em terceiro, será citada a ferrovia de 19,2 quilômetros que liga

a capital do Uzbequistão à China, é considerada como o primeiro projeto efetivado para o projeto das Novas Rotas da Seda e o capital investido foi todo de origem chinesa. A obra foi inaugurada em junho do ano passado. É um passo importante para a China e em suas pretensões, pois representa a palpabilidade deste projeto.

Agora passando para um evento mais recente, e que destoa dos três últimos elementos apresentados, temos os protestos em Sri Lanka, contra os investimentos chineses no território. Para que se fizesse todos os projetos para a zona industrial na cidade de Hambantota, ocorreriam arrendamentos de terras na região, enfurecendo a população que ali reside.

4 Considerações Finais

A partir do apanhado histórico sobre a história e política externa chinesa, foi possível entender a criação da iniciativa One Belt, One Road, e também as problemáticas causadas, tanto na perspectiva chinesa, quanto a de demais países do globo. Além disso, observamos o surgimento de outro mecanismo, o AIIB, e de um novo ramo para a atuação política de Pequim.

Ademais, após esta narrativa histórica sobre a Política Externa Chinesa, se debateu os possíveis interesses e rumos que poderiam ser tomados a partir do planejamento das Novas Rotas da Seda. E por fim, se realizou uma análise pela perspectiva dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento quanto às opções criadas pelas ações chinesas e as possíveis consequências, tanto positivas quanto negativas, de sua adesão aos novos mecanismos apresentados por Pequim ao Sistema Internacional.

Por fim, podemos constatar que, sendo as reais razões para a proposta chinesa, seja pela possível sinceridade nas falas quanto à “Paz, Harmonia e Cooperação”, seja pela ampliação de sua influência, de modo a minar o poder de grandes potências, mais especificamente Estados Unidos, a aplicação da *One Belt, One Road* e do AIIB servirá como apoio e impulso para o desenvolvimento e crescimento da China. E quanto às demais regiões caberá a o peso da balança entre o que valerá a pena a longo e médio prazo, investir na proposta de Pequim, ou permanecer fora dela.

Referências

- BARRANTES, Filipe João Pinto. A Política Externa da República Popular da China e o Papel da Vertente Militar na Consecução dos seus Objectivos. DISSERTAÇÃO (Mestrado) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova Lisboa- Portugal, dez. 2015. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/18315/1/Filipe%20tese%20%285%29_f inal.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2017
- CARRIÇO, Manuel Alexandre Garrinhas, Grande estratégia e o «sonho da China» de Xi Jinping. A China e a Política Internacional, Portugal, p. 23-34, jun. 2013 Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n38/n38a03.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2017
- CARRIÇO, Manuel Alexandre Garrinhas, A China em África e o Caso da Cooperação Sino-Moçambicana. Revista Militar, n. 2473/2474, fev./mar. 2008. Disponível em: <http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=268>. Acesso em: 23 jun. 2017
- CARRIÇO, Manuel Alexandre Garrinhas, Cinco debates e uma Grande estratégia, Nação e Defesa, N.º 134 - 5.ª Série pp. 133-184, Lisboa. Disponível em: <http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/9666/1/CARRICOAlexandre_Cincodebatesumagrandeestrategia_N_134_p_133_184.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2017
- INSTITUTO Sul-Americano de Política e Estratégia. Nova rota da seda. Disponível em: <<https://isape.wordpress.com/tag/nova-rota-da-seda/>> Acesso em: 23 jun. 2017
- INSTITUTO Sul-Americano de Política e Estratégia. Paquistão declara apoio às reivindicações chinesas no Mar do Sul da China. 25 Jun. 2016. Disponível em: <<https://isape.wordpress.com/2016/06/25/paquistao-declara-apoio-as-reivindicacoes-chinesas-no-mar-do-sul-da-china/>>. Acesso em: 24 Jun. 2017
- NATIONAL PEOPLE'S CONGRESS OF CHINA, China's NPC approves - 13th Five-Year Plan, National People's of China, Pequim, 48 p, mar. 2016. Disponível em: <<http://www.npc.gov.cn/npc/zgrdzz/site1/20160429/0021861abd66188d449902.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2017
- MAORANG, Zhang, Significance of Establishing the AIIB, CHINA US focus, Fev. 2016. Disponível em: <<http://www.chinausfocus.com/finance-economy/significance-of-establishing-the-aii b>>. Acesso em: 19 jun. 2017

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIR OF PEOPLE'S OF CHINA.
Actualidad Diplomática. Disponível em:
<<http://www.fmprc.gov.cn/esp/wjdt/wjzc/>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

MEARSHEIMER, Jonh. The Tragedy of Great Power Politics. New York:
W. W. Norton E Company, 2001.

MORGENTHAU, Hans. A Política entre as Nações. Brasília: Ed.
UnB/IPRI, 2003.

NEXO. Venezuela é suspensa do Mercosul. Qual a importância prática e a
simbólica do ato?. Disponível em:
<<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2016/12/02/Venezuela-%C3%A9-suspensa-do-Mercosul.-Qual-a-import%C3%A2ncia-pr%C3%A1tica-e-a-simb%C3%B3lica-do-ato>>.

PINTO, Paulo Antônio Pereira. China - a ascensão pacífica da Ásia
Oriental. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 48, n. 2, p. 70-85,
2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n2/a04v48n2.pdf>>.
Acesso em: 21 jun. 2017

PINTO, Paulo Antônio Pereira. China - a ascensão pacífica da Ásia
Oriental. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 48, n. 2, p. 70-85,
2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n2/a04v48n2.pdf>>.
Acesso em: 21 jun. 2017

SPUTNIK, Novo canal de Suez completa a Rota da Seda chinesa. Ago
2015. Disponível em:
<<https://br.sputniknews.com/mundo/201508071796616/>>. Acesso em: 25
jun. 2017

SPUTNIK. Protesto deixa vários feridos em zona industrial do Sri Lanka.
Disponível em:
<https://br.sputniknews.com/asia_oceania/201701077369835-sri-lanka-china-investim>. Acesso em: 25 jun 2017

SWAINE, Michael. Chinese Views and Commentary on the “One Belt, One
Road” Initiative, China Leadership Monitor, no. 47, 2015. Disponível em:
<<http://www.hoover.org/sites/default/files/research/docs/clm47ms.pdf>>
Acesso em: 12 jun. 2017

WALTZ, Kenneth. Teoria das Relações Internacionais. Lisboa: Gradiva,
2002.

ZHONGYING, Pang, What Does Europe's AIIB Entry Mean for China and
U.S.?. CHINA US focus, Renmin, Apr 2015. Disponível em:
<<http://www.chinausfocus.com/foreign-policy/what-does-europes-aiib-entry-mean-for-china-and-u-s/>>. Acesso em: 19. jun 2017.

RELAÇÕES ESTRATÉGICAS BRASIL-ÁFRICA NO CONTEXTO DO ATLÂNTICO SUL E DA ZOPACAS

Erick Albani França de Souza*

Introdução

As relações entre o Brasil e a África são, e sempre foram, fundamentais para o país; embora pouco exploradas e conhecidas pelo público como um todo. Há um potencial enorme para crescimento mútuo e defesa ao se tentar aliar com os países ao leste da costa, posto que os interesses se alinham com relativa frequência. A ZOPACAS (Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul) mostra que há interesse de ambos os lados para a cooperação militar, econômica e política. Tanto o Brasil como a África se mostram receosos, também, da interferência de potências do Norte, o que faz a tentativa de reaquecer a ZOPACAS algo de importância estratégica enorme.

O Brasil e os países da Costa Leste africana vivem em um ciclo de aproximação e distanciamento, conforme as potências da época oferecem maior vantagem para um alinhamento, ou, ao contrário, fazem com que países emergentes queiram se alinhar numa estratégia liliputiana para buscar força no cenário internacional. Um programa de conversa aberto, um fórum regional que se dedique a garantir paz, segurança, estabilidade e resposta rápida aos problemas que surjam e, dessa forma, possa ser usado em tempos de aproximação ou distanciamento na mesma intensidade, então, se faz necessário. A ZOPACAS é um trunfo interessante para o Brasil; não sendo um órgão supranacional, não interfere em tomadas de decisão soberanas; sendo um órgão de cooperação militar, assim como político, garante que haja uma coordenação que limpa o Atlântico Sul de influências indesejadas

* Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa).

(como piratas de cargo ou a necessidade de frotas enviadas por países do Norte como “garantidoras da paz”) sem incutir em gastos enormes para um único país.

Pouco se vê no estudo da ZOPACAS como um desdobramento natural das relações afro-brasileiras e do pensamento estratégico dos países como segurança coletiva. Essa é a visão desse artigo: procurar entender, de forma resumida, como surgiu a ideia da ZOPACAS através do histórico de cooperação e comércio com o continente africano, a importância da ZOPACAS para o Brasil a nível estratégico, político e comercial, e problemas que surgem por se ter países tão novos e instáveis como os países africanos numa organização internacional tão importante quanto a ZOPACAS.

Procurando se analisar o potencial da ZOPACAS, este trabalho argumenta que, embora haja problemas na execução e problemas internos sérios nos países-membros da parte oriental do Atlântico, o projeto vale riscos e, se implantado mesmo parcialmente, seria extremamente útil ao Brasil. Procurou-se a leitura de materiais já publicados sobre o assunto, compilando-os e os analisando com atenção à economia, história e praticidade. O texto tenta ser útil para acadêmicos que queiram entender as relações Brasil-África que serviram para a criação da ZOPACAS, e seu potencial para o Brasil como ator global; a nível prático, o artigo se propõe a tentar expor a importância do alinhamento sul-sul e da aproximação com a África e a implantação de um importante projeto político, econômico e militar.

1 Breve Histórico do Atlântico Sul nas Relações Brasil-África e sua importância econômica e estratégica no período XIV-XX

Pode-se delinear como princípio das relações Brasil-África o ano de 1554, onde a mão de obra africana é introduzida no país por meio da escravidão (PENHA, 2011, np), imposta pelos colonizadores portugueses. Para Saraiva e Gala (2012), o Atlântico Sul fora essencial ao desenvolvimento da lógica comercial e, portanto, sociocultural dos séculos XV à XIX:

Os dois lados do Atlântico Sul abraçavam-se, em era geológica remota, compondo um único mundo. Os caprichos da natureza, no entanto, separaram as duas margens, deixando para trás rastros de

continuidade abordados por vários estudos geológicos. Na formação do mundo moderno, entre os séculos XV e XIX, os dois lados do “mar tenebroso” foram envolvidos na lógica do comércio Atlântico de escravos, bens e ideias. A África passou a ocupar papel cêntrico na formação da sociedade e da economia do Brasil (SARAIVA & GALA, 2012, p. 1).

A partir do influxo de africanos para o Brasil, a sociedade brasileira como a conhecemos hoje começou a ser formada, dado o impacto negro nos mais variados âmbitos de nossa formação como país: perpassando desde a economia e movimentos sociais até a língua, religião e músicas (IVES, OLIVEIRA & SARAIVA, 2013). Porém, é importante destacar, não foi somente no Brasil que houve esse impacto: na África, ele ocorrera em vários momentos ao longo da história. O primeiro a ser citado sendo o caso de Angola, que foi o primeiro provedor de escravos para o Brasil, no século XVI (PENHA, 2011, np): para consolidar seu jugo sobre as colônias, a União Ibérica estabelecera a exclusividade comercial com este povo; isso incomodara holandeses, que ocuparam a Angola no século XVII. Com duas expedições financiadas pela coroa portuguesa e uma por plantadores fluminenses, os holandeses foram expulsos de Angola em 1648 e, posteriormente, do nordeste do Brasil em 1654 (PENHA, 2011, np). Dessa forma, os ciclos do açúcar eram assegurados de ambos os lados do Atlântico, com a mão de obra sendo pega de um lado e com as plantações em si sendo desenvolvidas e colhidas no outro.

As trocas entre Brasil e África se tornaram mais intensas, mais especificamente com a região do Golfo da Guiné e com a África Central: em troca de escravos, produtos como cachaça e mandioca, para consumo alimentar, búzios para enfeite e para moeda de barganha (PENHA, 2011, np). Havia, dessa forma, uma codependência entre Portugal e suas colônias, assim como havia uma relação importante e fundamental das colônias entre si.

A chegada da família real dá um novo rumo ao Brasil, que se transforma num proxy da metrópole. A família real, ao executar as mudanças administrativas que amenizam o grilhão do pacto colonial no Brasil, estreitam ainda mais as relações com a África, aumentando a importância do Atlântico para o Brasil por consequência. A independência em 1822 faz esse aumento da importância Brasil-

África ainda mais claro; o Brasil, agora um reino independente e um tanto mais capaz de se inserir no mercado mundial nos próprios termos, agora pode comercializar com reinos africanos de forma mais desenvolta. O fato de países e reinos africanos, como os liderados por Obá Osemwede (Benin) e Obá Osinlokum (Lagos) estarem entre os primeiros a aceitar a independência do Brasil é algo interessante a se notar, posto que a aceitação da independência por outros países é um dos fatores para a inserção de um novo ator (COSTA E SILVA, 2011). As relações intensas e perenes, comerciais e culturais com a África (com a negociação de cachaça, açúcar, algodão, arroz, leite, café e tabaco em troca de escravos, azeite de palma, óleo de dendê e metais preciosos) (COSTA E SILVA, 2011; PENHA, 2011, np) se viu primordial para a manutenção do Brasil como nação unida, ao garantir a saúde econômica, e garantiu que o projeto de nação independente não fosse natimorto.

Angola é o principal ponto que apoia a ideia da importância da África (e, portanto, do Atlântico) para o Brasil: as correntes que surgiram lá, favoráveis a uma união Brasil-Angolana demonstravam uma afinidade maior ao Brasil do que ao poder metropolitano, assim como laços econômicos e culturais que os aproximavam mais (COSTA E SILVA, 2011). A coroa portuguesa tinha receios enormes disso, colocando um artigo que vedava o aceite brasileiro à uniões com outras colônias portuguesas, que o Brasil tivera que aceitar; a Inglaterra, mediadora do Tratado de Reconhecimento da Independência, também não queria um poder marítimo que se estendesse aos dois lados do Atlântico (COSTA E SILVA, 2011).

Logo da garantia do reconhecimento, o Brasil precisou lidar com mais uma questão diplomática complexa: a relação com a Inglaterra diante do tráfico negreiro do Atlântico Sul. Os interesses da Grã-Bretanha mudaram, agora, com o tráfico de escravos, assim como escravidão em geral, sendo mal-vista por vários motivos, com a sua abolição na Inglaterra sendo uma das primeiras amostras de “política por grupos de pressão” (COSTA E SILVA, 2011; FERGUSON, 2010, pg137-138). O Oceano Atlântico, que era uma fonte de riquezas graças aos comércios triangulares de mercadores vindos do Norte (têxteis-escravos-açúcar, vindo da Inglaterra para África, África para Caribe; rum, escravos, melação para os mercadores que vinham dos Estados Unidos) (MORRIS, 2015,

pg. 234-5) se vê sendo policiado por um hegemonia que, ao entender que a mão de obra escrava era péssima para economia ao longo prazo, tenta proibir o comércio de escravos. (MORRIS, 2014, 235-7; COSTA E SILVA, 2011). O policiamento do Atlântico Sul pela Inglaterra levou a danos no comércio escravagista, do qual o Brasil era, de certa forma, dependente.

O ato Bill Aberdeen, de 1845, deteriorou as relações anglo-brasileiras, já que este permitia a apreensão de navios brasileiros suspeitos de tráfico negreiro (PENHA, 2011, np). O que se sucedeu fora uma política de “embranquecimento” da população no Brasil, assim como o enfraquecimento das relações diplomáticas e comerciais com países da costa ocidental africana e a população negra se vira marginalizada pelo Estado e sociedade. Por parte da África, o período colonial havia se intensificado, com as potências entrando no território e minando a soberania nacional; o resultado fora que esse distanciamento perdurou até as levas de descolonização (PENHA, 2011). Após esse, aproximadamente, um século de afastamento, as políticas brasileiras e africanas estavam diferentes demais para um reatamento rápido, o sul do Atlântico deixara de ser uma prioridade estratégica, com o alinhamento ao norte sendo algo que o Brasil decidira ter. A primeira mudança veio com Vargas, entre 1951-1954, com Saraiva & Gala (2012) expondo seu posicionamento ante a África dessa forma:

Criticou as desigualdades estruturais da economia internacional e afirmou que o lugar da África para o Brasil e a o de observância das carências africanas, especialmente a sua necessidade de se desenvolver como condição indispensável para a ‘expansão do comércio mundial’. Embora isso não significasse qualquer apoio direto à tese de descolonização na África, Vargas imprimiu um ângulo mais autônomo para o posicionamento do Brasil frente à questão (SARAIVA & GALA, 2012, p. 3).

Juscelino Kubitschek, por outro lado, não prosseguiu com essa tentativa de aproximação do continente. Manteve um imobilismo perante o processo de descolonizações e se fez neutro em posicionamento; seus conselheiros, por outro lado, afirmavam que uma tentativa de aproximação com países descolonizados seria fundamental; o Brasil “não poderia contrariar essa corrente sem

comprometer seu prestígio internacional” (SARAIVA & GALA, 2012, p. 5). O retorno a um relacionamento melhor com a África se dá através da Política Externa Independente de Quadros e Arinos, caracterizada pela busca de novas parcerias no Sistema Internacional que não eram necessariamente atreladas à lógica da Guerra Fria de alinhamento automático com países ocidentais (PENHA, 2011, np). Ainda assim, sua postura com relação às metrópoles não condizia com seu discurso, posto sua abstenção com o voto da França em relação à Argélia (PENHA, 2011, np)

A criação de diversas embaixadas no continente, assim como a aproximação rápida com os países descolonizados e a abertura de uma unidade dedicada ao continente africano mostram um certo interesse da gestão Quadros com países do outro lado do oceano, assim como uma tentativa lenta de se quebrar com o alinhamento automático com o Norte (PENHA, 2011, np; SARAIVA & GALA, 2012, p. 7)

Nota-se a tentativa de tornar o país uma potência de impacto mundial, não apenas um poder regional; ainda assim, a postura adotada por Quadros e Goulart era arriscada para potências da época, assim como militares, internamente. O mundo se via num período complicado e delicado da Guerra Fria e uma política externa tão arrojada quanto o apoio a países e movimentos de libertação anticolonial eram facilmente vistos com apoio à, e simpática com, movimentos comunistas.

O primeiro governo do regime militar é um ponto de mudança na política externa brasileira no geral. Se antes o discurso era de cooperação e solidariedade, a partir de Castelo Branco se vê um discurso largamente ideológico sobre a segurança no Atlântico Sul e a necessidade de formação de uma comunidade afro-luso-brasileira; retornando um certo papel de protagonismo para Portugal, transformando a atuação na África e a atuação no Atlântico Sul como “missão civilizatória” (PENHA, 2011, np). Destaca-se ainda que o General Carlos de Meira Mattos defendia a ideia de que o Brasil tinha como o oceano a principal linha de defesa brasileira, forçando uma importância de um comportamento “alinhado” da África com visões brasileiras e, na visão da Guerra Fria, do mundo ocidental que Castelo Branco se dedicara a fazer (PENHA, 2011, np).

Médici é onde surge o primeiro encaminhamento sobre

segurança no Atlântico Sul de fato; haja visto a extensão do mar territorial brasileiro para 200 milhas, “aproximando” o país do continente africano e a relevância dada o ponto de maior aproximação (Natal-Dakar), o ponto ideal para comércio, logística e transporte entre os continentes (PENHA, 2011, np). A importância do petróleo era vista na época; dado que se passara o primeiro choque de petróleo, onde a matriz energética do Brasil se viu ameaçada e a importação do mesmo se mostrou complicada para um país que se via sofrendo com a deterioração dos acordos Bretton-Woods (CARNEIRO, 2002, p. 53-5). A compra de petróleo da África, ao invés das regiões do Oriente Médio ou Norte da África se viam como fundamentais até que o mundo conseguisse se reestabelecer.

Em Geisel é inaugurado o Pragmatismo Responsável e Ecumênico, que buscou dar continuidade ao milagre econômico do governos anteriores; ignorando que as condições externas se viam mais adversas ao desenvolvimento econômico e às medidas economicamente heterodoxas tomadas para garantir o dito “milagre” (PENHA, 2011, np; CARNEIRO, 2002, p 54-7). O reconhecimento do MPLA em Angola, com vertente socialista, o estabelecimento de relações com Moçambique e a intensificação do comércio, com a importação de petróleo e a exportação de manufaturados simples mostrara flexibilização da política externa para concentrar energia em problemas internos. Diante dos Choques do Petróleo, a parceria com países africanos se via ainda mais importante, ainda mais com a aliança entra a Petrobras e a Sonangol (PENHA, 2011, np).

O governo Figueiredo manteve as diretrizes; entretanto, a crise da dívida externa e a perda do poder da ditadura militar prejudicaram seu desempenho (CARNEIRO, 2002, p 116-121). Quando subira ao poder, Sarney dá início ao projeto da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS ou ZPACAS), formada por Brasil, Argentina, Uruguai, África do Sul, Angola, Benin, Cabo Verde, Camarão, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo. A ZOPACAS foi o “marco mais nítido do esforço de definir um regime de coordenação política, que norteou a estratégia brasileira” (PENHA, 2011, np). A ZOPACAS surge como um reaquecimento das relações Brasil-África, com o uso do Atlântico

como um palco para a projeção do poder, um apoio para crescimento econômico e uma decisão estratégica inteligente para garantir que o Atlântico Sul, a “primeira linha de defesa do Brasil” fosse limpa de atores exógenos e livre para a navegação desimpedida de navés brasileiras.

Apesar de alguns investimentos nas relações com o continente africano, como a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), fundada em 1996, a década de 1990 foi um período de afastamento do Brasil com o continente, com a África surgindo novamente na política externa brasileira apenas com o governo Lula. Dos empreendimentos do governo Lula cabe destacar os programas de intercâmbio a nível de graduação (PEC-G) e pós-graduação (PEC-PG) para jovens africanos, assim como a tentativa de se implantar a obrigatoriedade de estudos africanos no ensino básico e médio.

2 O Atlântico Sul volta a ter importância, as relações Brasil-África no contexto Atlântico Sul do século XXI.

2.1 O mercado de Petróleo, Segurança, zonas de influência e novos olhos na África

O mercado de petróleo é complicado, sendo ele não regido puramente por leis de oferta\demanda e risco\recompensa. É difícil prever como o mercado reagiria com surtos de utilização ou diminuição de consumo. Booms econômicos, recessões causadas por motivos externos, instabilidade política ou militar em países produtores, dificuldade na prospecção e extrato e outros fatores fazem com que o mercado petrolífero seja mais complexo de se conseguir entender do que uma análise econômica diria. Com isso sido dito, países da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) são responsáveis por manter uma certa estabilidade no preço, principalmente através de reservas de petróleo: quando há um pico na demanda, usa-se dessas reservas para aliviar a tensão até que se consiga aumentar a produção; quando se há uma queda no uso, se expandem os reservatórios em preparação para futuros problemas (MCNALLY & LEVI, 2011; PRATES, 2007). Esses países, por terem fortes aparelhos centralizados, com alta capacidade de policiamento e programas de apaziguamento popular (como

distribuição de comida e água, por exemplo), dependem pesadamente das rendas vindas do petróleo para a manutenção deste aparato, sendo imperativo a eles o controle rígido do preço do petróleo para a sua própria sobrevivência (DIAMOND, 2011; MCNALLY & LEVY, 2011; DIAMOND, 2011; PRATES, 2007). Sendo assim, além da raridade e da falta de um substituto razoavelmente próximo em questões de custo-benefício, o petróleo é uma matéria prima de preços instáveis, mantido a uma certa constante através de um delicado balanço político e econômico, fazendo com que a dependência europeia e norte-americana desse produto incômoda e, desta forma, a diversificação de lugares produtores dos quais se obter essa matéria prima é um desejo fundamental de países industrializados.

Com a invasão do Iraque e do Afeganistão, descontentamentos com a Venezuela de Maduro que diminuíram a capacidade do país de atender o consumo militar e pouco investimento na exploração, graças a elevados gastos que correm sérios riscos de não se pagarem, a produção global não tem propriamente dado tempo para uma reconstrução das reservas (MCNALLY & LEVI, 2011). Com o crescimento na demanda, por países emergentes, principalmente a Índia, assim como o enorme consumo da China (OEC, online) e a instabilidade dos preços causados por problemas na OPEP em conseguir reestabelecer reservas, o petróleo do Atlântico Sul se tornam cada vez mais relevantes. Sua localização é menos difícil de ser acessada do que as localizadas no Oriente Médio e da Rússia (seja por questões geográficas ou políticas). Logo, um investimento em marinhas e acordos de paz; uma tentativa de desmilitarização do espaço e tentativas de manter potências alheias ao Atlântico Sul (aqui definido como “ao sul do paralelo 16 Norte) (FARIA, 2011) fora da região se tornaram um objetivo importante para os países da área. Nesse ponto, os interesses brasileiros de manter a área livre de conflitos e da movimentação militar, política ou econômica das grandes potências é ameaçado (VAZ, 2011).

Uma nova “Corrida pela África”, com interesses do Norte do mundo, assim como países em ascensão e a China (já estabelecida economicamente na África) surge. O interesse em conseguir mercado consumidor, recursos brutos e destino para investimentos e especulação faz com que o continente ao leste seja mirado por

diversos atores de interesse, graças ao “Renascimento Africano”. Desde os anos 2000, a África conseguiu aumentar sua capacidade produtiva e sua importância no mercado mundial após terem lidado com problemas como o surto da AIDS e problemas internos de violência (MORRIS, 2012, p 385-6). As resoluções das guerras civis angolana e moçambicana, além do fim do Apartheid são importantes, posto que assim há, além da diminuição da violência, a chance de diminuir gastos militares, o fim da destruição da infraestrutura dos países e, por fim, a chance do tratamento de pessoas doentes e a conscientização de pessoas para tratamentos de doenças sexualmente transmissíveis e a chance de distribuição de remédios para mazelas.

Com a melhoria dos países, principalmente na articulação de mecanismos regionais e sub-regionais mantenedores da estabilidade, comércio e alianças políticas, a África entrou no século XXI em uma posição muito mais importante do que se poderia prever baseado na posição do continente no fim do século XX (COUNTINHO, 2014, p. 51-2; 59). O Brasil, como um dos mais volumosos parceiros, além de ser o que mais tem traços culturais e históricos em comum, observa com certas ressalvas esses interesses extrarregionais. Isso, por si só, justificaria um novo investimento na Marinha do Brasil e tentativas de reaproximação da África. Embora se tenha diversificado e aprofundado as relações com esse eixo, na era Lula-Dilma, com fins estratégicos a fim de diminuir a dependência de países desenvolvidos (COUNTINHO, 2014, p. 69), a introdução renovada de países do norte numa área de interesse e influência do Brasil é uma coisa que pode, a longo prazo, ser extremamente custosa, não só em termos econômicos, mas políticos também. Países emergentes têm a tendência de votos em associação liliputiana (onde vários pequenos países se juntam para fazer frente a um ou dois países maiores); simplesmente deixar a introdução desses elementos exógenos é perder a influência presente e a hegemonia regional com países da costa leste da África e, dessa forma, perder a capacidade de votos em bloco.

2.2 As relações do Brasil com a África em questão política e econômica

O Brasil tem o interesse, assim como muitos países africanos, de minimizar a ingerência de países de fora da região (ABDENUR & NETO, 2014; VAZ, 2011). A cooperação da África com o Brasil têm um foco maior com países lusófonos, mas não é exclusiva a eles: a Namíbia, por exemplo, recebera ajuda do Brasil que pode ser facilmente justificada como investimento futuro e demonstração de boa fé (a doação de um navio para a frota nascente deste país); além da formação da primeira frota de fuzileiros navais da região ter sido auxiliada e adestrada pelos soldados do Brasil; oficiais brasileiros estão, até hoje, ajudando a marinha deste país e ensinando e auxiliando seu Estado-Maior (ABDENUR & NETO, 2014; FARIA, 2011; WIESEBRON, 2013). O fato da África ter, atualmente, influência norte americana, chinesa e europeia tão intensa é mais um motivo para a tentativa de o Brasil tentar se inserir militar e politicamente no continente. A aliança com a África do Sul, que fora importante para o Brasil durante a Guerra Fria, e com Angola, que tem um dos maiores investimentos militares no continente (AFRICOM, online; PENHA, 2011) são portas de entrada para intensificar e diversificar as relações com países africanos. O ganho de boa vontade com o auxílio a Namíbia e o foco dado às marinhas são primordiais para qualquer projeto de expansão da influência brasileira no continente africano; o continente africano é parte fundamental de qualquer projeto de crescimento do Brasil como ator global.

No período de 2004-2010, o Brasil teve um aumento no investimento da área de defesa, principalmente no âmbito naval, posto que se retomou a importância do Atlântico Sul e houve, por consequência lógica, uma aproximação com países da África. Os gastos são diminuídos em 2011 por causa de problemas econômicos internacionais, que acabaram por constranger o Brasil, forçando o replanejamento dos gastos e recursos disponíveis (ABDENUR & NETO, 2014). O Brasil já era importante no campo de petróleo, graças a Petrobrás, mas houve um esforço maior ao se reatar os laços com o lado oriental do Atlântico desde o começo da Era Lula, o que revigora sua posição como exportador de petróleo, graças ao acesso de mais fontes para o refino. A reativação da ZOPACAS pela Angola,

em 2007 e o plano de ação de Luanda, que deu ao órgão um novo foco na cooperação contra crimes transnacionais, cooperação econômica e estabilidade interna nos países eram a chance de abrir um novo e valioso canal de cooperação para ambos os países (ABDENUR & NETO, 2014; VISENTINI, 2010). A pirataria, principalmente no Golfo da Guiné, vinha preocupando autoridades brasileiras graças ao risco para rotas marítimas importantes (ABDENUR & NETO, 2014)

A Angola, o Brasil e a Nigéria têm a maior parte da concentração de seu petróleo no mar, isso oferece vantagens ao fazer com que essas reservas sejam mais seguras a ataques, ainda mais para Angola, que estava afundada em uma guerra civil por um longo tempo; mas são mais complicadas de se extrair e são mais expostas a interesses externos (PEREIRA, 2016). Soma-se a isso os nódulos polimetálicos no fundo do Atlântico e a construção de zonas para a exploração dos mesmos e se ressalta a importância da cooperação com países da África e para a criação de rotas marítimas eficientes (VAZ, 2011).

Percebe-se aí então, o motivo de Angola, um dos principais candidatos a potência regional, ter tentando reativar a ZOPACAS: sem o Brasil, seus recursos e investimento, seu volume na política global e influência regional, seria difícil garantir a articulação do diálogo, a manutenção da estrutura e a capacidade de usar a ZOPACAS como órgão de segurança; por outro lado, a Declaração de Luanda também tocava interesses brasileiros de longa data, como o pleito de modificação do CSNU (COUTINHO, 2014, p. 61)

A participação do Brasil na África se estende para além da CPLO e da ZOPACAS, com o Fundo IBAS (Índia, Brasil, África do Sul) financiando auxílio em países africanos através de projetos que visam reconstruir países recém-saídos de conflitos ou que estão atravessando recessões econômicas. A participação via IBAS é importante por assegurar rotas que levam ao lado Oriental da África, portanto dando um bom acesso à China e à Índia. Manter a passagem ao sul da África limpa de problemas é fundamental (WIESEBRON, 2013). Isso também auxiliaria o comércio angolano e nigeriano com países asiáticos, diminuindo custos de transporte e aumentando margens de lucro. Ainda assim, mesmo durante o auge da atuação IBAS, houve uma certa timidez, o que impediu a criação de uma

cabeça de praia na região por onde o Brasil pudesse adentrar território e expandir sua pauta de assuntos, tanto em questões militares quanto políticas e econômicas (CARVALHO & NUNES, 2013; GONÇALVES, 2013).

2.3 Interesses do Brasil a nível de Segurança e melhorias a serem feitas

A plataforma continental brasileira, de 350 mil milhas náuticas, é um pleito brasileiro na ONU desde 2004, com uma proposta revisada sendo elaborada e negociada. Em 2015 fora submetida uma nova e revisada reivindicação da expansão da PC na região sul (DEFESANET, online; FARIA, 2011). Embora 95% dos produtos brasileiros sejam exportados e importados por via marítima, apenas 3% deles o são pela marinha mercante brasileira, além de sua situação portuária ser menos que ideal (WIESEBRON, 2013). O oceano é parte importante do Brasil, por ser uma vulnerabilidade assim como uma força: é uma fonte de recursos, uma zona de contato internacional e uma plataforma sobre a qual se pode erguer projetos de política e economia. Os interesses do Brasil no Atlântico o marcam como um ator de interesses globais, não puramente regionais; isso faz com que o todo o Atlântico Sul seja de interesse brasileiro (VAZ, 2011)

O Brasil, através do Mercosul, tem se aproximado de organismos da África, e aberto a negociação com países em um fórum direto, além de apoiar o reinício da ZOPACAS (COUTINHO, 2014). A articulação de múltiplas organizações internacionais para atingir pontos políticos em comum não é algo novo e inusitado, mas uma integração maior entre múltiplos fóruns com temas de defesa é um multiplicador de forças, uma forma pouco intrusiva de atrelar interesses brasileiros aos africanos e uma forma de integrar o continente sul-americano com a África austral, melhorando a movimentação política e poder de barganha dos países da região. Para isso, é claro, se fazem necessários alguns elementos de region-building e nation-building, investimentos pesados do Brasil e de outros países de maior volume. Nesse sentido, a solidificação de uma identidade nacional brasileira voltada para o Atlântico e a disseminação do conhecimento da importância dele para a população geral se fazem fundamentais, além de uma difusão da ideia de uma cultura comum com países do outro lado e a explicação para a população como um todo

sobre a importância do Atlântico e o pragmatismo da estratégia de proteção conjunta. A atração e explicação para a população se faz fundamental (ABDENUR & NETO, 2014).

O Brasil vê segurança e desenvolvimento como interdependentes, impossíveis de serem desvinculados. Também se define como país pacifista, estando longe de zonas de conflito ativas e tendo contato apenas com países da América Latina, que não estão em guerras convencionais; por via marítima, com países africanos, com os quais mantém relação amigável (FERREIRA, 2015); nesse sentido, a obtenção de tecnologia de outros países, o desenvolvimento interno, a capacitação de profissionais em programas de intercâmbio não são perigos; são formas úteis de melhorar o posicionamento do país. O estreitamento do relacionamento africano com países da costa da África e da América latina e a passagem de tecnologia podem não ser de grande utilidade ao Brasil a nível curto e médio, mas são importantes ao longo prazo (AGUILAR, 2013). Melhorando e capacitando as forças armadas de ambos os lados do Atlântico, de forma indireta, como a passagem de tecnologia e a capacitação geral, o Brasil garante uma divisão de custos que não o sobrecarrega e constrói uma identidade coletiva voltada à cooperação ao Atlântico Sul. (AGUILAR, 2013)

Como o foco é a manutenção da liberdade de navegação, a paz e cooperação, a não intervenção no oceano e a segurança, cabe falar que o Brasil precisa melhorar sua marinha. Não se faz necessário uma frota que faça frente, imediatamente e sozinha, a uma potência. O objetivo não é, ao fim das contas, militarizar a região do Oceano Atlântico; ainda assim, uma melhoria da Marinha, uma expansão da frota e uma melhora técnica do pessoal é interessante. Aqui se vale apontar a aquisição dos submarinos nucleares seria o ideal para patrulhamento de longas distâncias; assim como seria bom para ter o repasse de tecnologias não securitárias para setores civis. O desenvolvimento de energia e tecnologia nuclear sendo feita em conjunto a países da CLPL é fundamental para proteger espaços aéreos, superfícies e subsuperfície do oceano, assim como são úteis para o patrulhamento de zonas off-shore, posto que uma força de alta mobilidade e rapidez de resposta é necessária. A maior versatilidade, velocidade e furtividade de submarinos nucleares garantem que eles sejam multiplicadores de força e extremamente úteis para o

patrulhamento e segurança do Brasil, além de serem extremamente úteis caso o projeto da ZOPACAS avance para além das rodadas básicas. (ADENUR & NETO, 2014; PEREIRA, 2016; VISENTINI, 2010 p. 232-233; COUTINHO, 2014, p. 60)

Nenhum dos países da ZOPACAS deseja uma OTAS, uma “OTAN do sul”, quer-se apenas, que se tenham as ferramentas para a manutenção da paz e da estabilidade regional, sem pretensões de intervenção extrarregional ou agir como uma força de policiamento do globo. Os princípios da autodeterminação, da não-intervenção, igualdade entre povos e solução pacífica de conflitos não são destoantes de um tratado de paz e cooperação que leve, a longo prazo, a um aumento da Marinha de Guerra dos países do Atlântico Sul, não são, também, resultados diretos (FERREIRA, 2016). Pode-se dizer que sejam consequências de se viver numa ordem anárquica, onde o poder e a capacidade de autodefesa são as únicas garantidoras da paz. Há a tendência de se pensar que a paz entre países vem de um aumento da racionalidade entre países e vêm de origem legal; com regras e leis que impedem a guerra, há menos guerras; essas pessoas confundem a correlação e causa do que faz a violência dentro do Estado não existir: não são as leis que trazem a paz, mas a concentração de violência na figura do Estado; sem um Estado de Estados, é necessária força para assegurar, em última instância, que as leis sejam obedecidas. Nesse sentido, uma militarização leve do Atlântico Sul, embora lamentável, é necessária.

2.4 A Cooperação de Fato

A cooperação na construção, desenvolvimento, melhoria de tecnologias e treinamento são formas úteis de se aproximar a países aliados, ao invés de simples auxílio financeiro. Isso é benéfico, ao fim das contas, para todos os envolvidos, embora não resulte em benefícios imediatos. Especialistas são enviados aos países parceiros, capacitam a mão de obra local; dão experiência ao enviado e impactam a qualidade de todos os envolvidos. Assim, operações como a FELINO e a participação do treino de membros da Marinha namíbia são ganho-ganho. A cooperação em jogos militares não presume que, mesmo em situações de funcionamento máximo, que a ZOPACAS seja capaz de fazer frente às Marinhas de países do

Norte, a intenção não é, afinal, transformar o Oceano Atlântico numa zona pesadamente militarizada. Não há dinheiro, tempo ou necessidade para isso (ABDENUR & NETO, 2014; AGUILAR, 2013; AZEVEDO & BERNARDINHO, 2013). A intenção é simplesmente assegurar a região de ameaças internas, fazendo ingerência externa ser desnecessária e custosa. A projeção militar em bloco para além da região não é pensada ou desejada.

A cooperação da ZOPACAS iria além da promessa de auxílio em caso de confronto, sendo um esforço constante e conjunto para capacitação, treino, preparo, suporte e cuidado com as tropas; a garantia de compatibilidade logística, onde possível intercâmbio de táticas, teorias, instrutores e equipamento possa ser feito sem grandes complicações. Dividir informações e técnicas de catálogo de dados; uniformizar teorias de adestramento e outras ideias de uniformização com países como Guiné-Bissau, Angola e Moçambique dariam a ZOPACAS uma maior capacidade de se articular para grandes operações, caso necessário, além de assegurar um nível base de funcionamento conjunto. Isso garantiria estabilidade interna a esses países, também: assegurando que haveria uma intervenção rápida e profissional à instabilidades internas, grupos com intenção de desestabilizar o país provavelmente não agiriam (AGUILAR, 2013)

O projeto de uma segunda frota, sediada no Nordeste; uma escalada da cooperação sul-sul; a forma escolhida pelo Brasil para se inserir no sistema mundial e a procura de desenvolvimento de energia nuclear e cibernética, derivada do projeto de submarino nuclear são, quando vistos em conjunto, um plano excelente para o crescimento brasileiro, inserção em um continente promissor e uma forma de assegurar votos em blocos para a estratégia liliptiana do Brasil de se posicionar no sistema internacional (AGUILAR, 2013; WIESEBRON, 2013).

A participação ativa e interessada, assim como a intensificação desse fórum, se faz necessárias porque o crime organizado, principalmente tráfico de entorpecentes e roubo de carga no mar aberto dão um prejuízo na governabilidade africana. Esses problemas da Costa Africana são resolvidos, na maioria das vezes, pela articulação dos próprios países da região, mas eles não se articulam e se preparam tão bem quanto o esperado. Ainda resta aos atores, de forma individual, lidar com os litígios que ocorrem em seus

territórios, o que nem sempre dá certo, devido a fragilidades como: falta de verbo, falta de treino, falta de pessoal, falta de capacidade de ação, demora na resposta e incapacidade de coordenação internacional para impedir a fuga para outras regiões (ISS, online). Ainda assim, a “Estratégia de Segurança Marítima e seu Plano de Implementação, de 2014, é um dos maiores trunfos da ECOWAS (Comunidade Econômica dos Países da África Ocidental) e complementa de forma interessante, interesses brasileiros na região (ISS, online). Em termos de segurança, planos redundantes e salvaguardas são úteis e interessantes, são pontos positivos, pois asseguram que ao menos uma das ideias e planos dê certo. Dessa forma, de acordo com Aguilar (2013):

A postura brasileira estaria relacionada com uma atitude preventiva de segurança, ou seja, mais baseada numa análise de possíveis mudanças no contexto internacional em longo prazo, e com a definição de um panorama mais favorável ao país no Sistema internacional em curto prazo, que propriamente a necessidade de uma defesa imediata do território (Aguilar, 2013).

A ingerência de elementos como a Quarta Frota dos Estados Unidos, o AFRICOM (uma organização dedicada oficialmente a auxiliar e capacitar a África contra ameaças terroristas e capacitar nacionais para a defesa), potências europeias e a China são problemas para o Brasil. Por enquanto, o Brasil tem a vantagem, uma proximidade cultural e boa vontade conquistada pela gestão Lula-Dilma, mas isso não dura para sempre. Se há a vontade de se aproximar com a África como uma forma de se alavancar para o futuro, a janela de oportunidade se fecha com a entrada destes elementos e sua crescente importância e atenção ao continente, roubando o Brasil de uma importante zona de influência.

3 O AFRICOM e a Quarta Frota

Como se falara acima, faz-se bem explicar os termos usados, AFRICOM e Quarta Frota, como elementos externos que demonstram que, se há uma janela de oportunidade para o Brasil se aproximar da África, ela apresenta sinais de estar se fechando. Os

interesses na África são muitos e, como os da China e potências ocidentais são óbvios e claros, falta apenas analisar os do Estados Unidos, que têm uma vertente mais militarizada e, portanto, um tanto mais complexa que os outros, merecendo uma explicação.

3.1 AFRICOM

Com o renascimento africano, novos olhos se voltam para o continente; somado a isso, o novo e afiado medo de terrorismo que surgiu na esteira do 11/09 fizeram com que os Estados Unidos demonstrassem interesses na África. Criado no fim da Era Bush e prolongado na administração Obama, a ideia era impedir que “problemas virem crises e crises virem catástrofes” (IFEKA, 2010), uma forma de segurança preventiva.

Embora interesses americanos na África tenham sido notados, em maior ou menor escala, desde o fim da segunda guerra mundial, quando os Estados Unidos decidiram deixar o isolacionismo que o definira e começaram a se projetar mundialmente por causa das realidades da Guerra Fria. Variando entre os diferentes comandos (entre o LATCOM ou PACOM ou EUCOM, por exemplo), uma presença americana sempre fora vista na África. Uma notável diminuição aconteceu ao fim da Guerra Fria, que voltara com força no começo do século XXI, após o 11/09; posto que isso provara aos EUA que ataques ao seu território poderiam facilmente provir de atores não-estatais sem necessidade de largas máquinas de guerra (WHELAM, 2007). O sequestro de turistas europeus na Argélia seguido pela caça dos responsáveis e apoio logístico dado pelo EUCOM marcou o início da intensificação do contato entre os Estados Unidos e a África que desembocou no AFRICOM (HARMON, 2010; WHELAM, 2007).

A securitização da área, principalmente do deserto do Sahel, que fora justificada pela área ser um “refúgio para terroristas” graças à falta de supervisão governamental de vastas regiões vazias foi o que oficialmente impulsionou o governo americano a pôr soldados no terreno, obtendo um maior ponto de apoio em suas justificativas após a exacerbação de problemas com o Boko Haram (MUNDY, 2010). Desde 2012 houve um crescimento de tropas empregadas, abandonando o papel anterior de simples instrutores e conselheiros,

parecendo indicar um comportamento mais ativo; o relaxamento das regras de engajamento causam desconforto em governos transpassados pelo Sahel, como Gana e Mali (ISS). A estratégia militar sendo o tripé com duas partes militares (Clear and Hold: eliminar ameaças numa área; assegurar o terreno e impedir sua volta) seguida de um objetivo civil, implementado com menos sucesso que a parte militar: Rebuild (a reconstrução de instalações de governo e infraestrutura que permitam o crescimento governamental e económico) (JEFFREY, 2015; HARMON, 2010)

3.2 Quarta Frota

A quarta frota repercutiu grandemente em notícias, mas não parece ser um interesse dos Estados Unidos, ao menos por agora (FARIA, 2010). A justificativa oficial foi o de combate a narcotraficantes e problemas relacionados a grupos paramilitares na região, sendo a mensagem secundária a de que interesses americanos podem vir a ser defendidos com o uso da força militar (PEREIRA, 2016). Esse uso de poder inteligente (o uso de Hard Power com elementos de soft power, onde se coloca atores para trabalhar dentro de uma moldura dos seus interesses sem precisar os pagar ou ameaçar) parece ser direcionada a interesses chineses e indianos. Sendo os primeiros um poder que cresce de forma interessante no continente (NYE, 2009).

A presença no Atlântico Sul se dá, também, através de bases na Colômbia, com o SOUTHCOM; Chile, onde há uma rápida capacidade de mobilização de tropas que podem ser enviadas para o Oceano Atlântico e é facilmente perceptível por países da ZOPACAS e da CLPL como um desconforto para estes países e um problema a ser negociado no futuro (PEREIRA, 2016)

Considerações Finais

A ZOPACAS, como um plano para a proteção da região, é algo inteligente e que merece um melhor foco dos governos. Após essa breve revisão no contexto histórico e na utilidade prática de defesa e política desse organismo, é possível notar um movimento pendular, de aproximação e afastamento regulares do continente africano. Uma série

de fatores conjunturais, tanto internos quanto do sistema mundial levam a isso. A aproximação geralmente se dava em governos desenvolvimentistas, ambiciosos de se projetar mundialmente, não só como uma potência regional subordinada a interesses de grandes potências, ora se afastando, quando há um alinhamento maior com interesses de potências, por governos mais reticentes ou conservadores.

Assim, fica evidente a falta de uma política de Estado no Brasil. Uma volatilidade na hora de escolher aliados e planejamentos, se aproximando e afastando tanto de administração para administração implica na falta de um planejamento de longo prazo, algo necessário para a ZOPACAS florescer. O século XXI trouxe consigo não só o Renascimento Africano, mas também uma re-emergência da região do Atlântico Sul, relegada ao esquecimento durante a década de 90. Isso se deve, em maior ou menor escala, ao descobrimento do pré-sal. Claro, a reestruturação dos países africanos também auxiliou, ao convencer governantes da utilidade de lá investir, assim como reservas nigerianas, angolanas e brasileiras já conhecidas e exploradas. Por fim, mas não por isso menos importante, a política do governo Lula de procurar um alinhamento sul-sul também fora importante para esse reatamento de laços que lançou a declaração Luanda.

As aproximações socioculturais, a cooperação econômica e educacional, o estreitamento de relações militares e o investimento em State-Building e Region-Building devem ser intensificados, se o Brasil quiser se projetar como potência mundial. A ZOPACAS, por enquanto em dormência novamente, deve ser colocada em primeiro lugar para a região, fazendo com que parceiros da América Latina (como Uruguai e Argentina) e os vários países aliados importantes do outro lado do oceano Atlântico sejam integrados em questões estratégicas e de logística até onde for possível.

O Oceano Atlântico tem potencial incrível para servir como plataforma para o Brasil. Com ele e, logicamente, o comércio marítimo, se tem acesso fácil e prático ao resto do mundo. A concentração das fábricas no costado brasileiro faz ser mais prático, por vezes, escoar produtos para a Argentina, Uruguai, Chile e Bolívia por via marítima através de portos no Rio de Janeiro e Bahia. Não só pela extração de recursos minerais e alimentícios, não só por ser uma fonte de conexão com o continente africano, o oceano é parte da

identidade brasileira e é fundamental para qualquer plano de Brasília.

A tentativa de se aproximar da África através dos diferentes blocos de cooperação (PALOP, CPLP, ZOPACAS, IBAS...) demonstra que, no fundo, se tem ciência da importância de um crescimento conjunto regional. A ZOPACAS pode ser de importância vultuosa para o crescimento do Brasil e da Angola, para estabilização definitiva da Nigéria e para o desenvolvimento da Namíbia através da cooperação mútua, do auxílio contra organismos extra estatais e do treinamento conjunto de militares. A ZOPACAS, assim como a CPLP, serviria excelentemente para a organização de blocos em participações em fóruns maiores, como a ONU e seria uma forma interessante de se negociar comércio com blocos como a União Europeia e potências como Estados Unidos e China. A ZOPACAS seria essencial para a inserção do Brasil, como um líder médio de um grande cardume de pequenos, um gerenciador de votos e, assim, ascender ao posto de jogador de grande porte no cenário internacional.

O Brasil é a uma potência regional de grande volume. Angola, Nigéria, Uruguai e Argentina são países com potencial, mas lhes falta extensão territorial, capacidade produtiva, densidade populacional, capacidade de mobilização de tropas, variedade de terrenos, estabilidade interna ou uma combinação qualquer desses fatores. Sendo uma potência regional com pretensões a se estender a nível global, através de um assento no conselho permanente de segurança das nações unidas, é importante que se compreenda que não se pode ficar passivo a chances de extensão de poder; que o Oceano Atlântico não separa o Brasil da África, mas sim os une, fazendo o que acontece lá ter repercussões neste lado. A apatia ou desinteresse na África é impossível e o melhor projeto de ligação, o mais abrangente em países e esferas de conexão é a ZOPACAS, deixando-a como algo extremamente importante para qualquer plano que o Brasil possa vir a ter.

Referências

ABDENUR, Adriana; NETO, Danilo Marcondes de Souza. O Brasil e a Cooperação em Defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 57, n. 1, 2014.

AGUILAR, Sérgio L. *Atlântico Sul: as relações do Brasil com os países*

- africanos no campo da segurança e defesa. *Austral: Revista Brasileira de Estratégias e Relações Internacionais*, v.2, n. 4, p. 49-71, 2013.
- COUTINHO, Isadora Caminha. O Papel da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) para o fortalecimento do entorno estratégico brasileiro: da criação à revitalização (1986-2014). 2014. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/116341>> Acesso em: 20 out. 2019.
- COSTA E SILVA, Alberto. Um Rio chamado Atlântico: A África no Brasil e o Brasil na África. 5ed. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 2011.
- DIAMOND, Larry. Por que não há Democracias Árabes? *Journal of Democracy* em português, v. 1, n. 2 out. 2012. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/JD-v2_01-Abdou_Filali_Ansary.pdf>. Acesso em: 20 out. 2019.
- FARIA, EP. De. O Poder Naval Brasileiro e o Interesse do País no Atlântico Sul. *Prospectiva, estratégias e cenários globais: visões de Atlântico Sul, África Lusófina, América do Sul e Amazônia*. Orgs. ACIOLY, L. 2011
- FERREIRA, Sylvio de Souza. A Participação das Forças Armadas Brasileiras nas Operações de Paz no Continente Africano (1990-2015): um estudo de casos. *Anais Eletrônicos do IX Encontro Nacional da Associação Brasileira dos Estudos de Defesa*, 2016. Disponível em: <[http://www.enabed2016.abedef.org/resources/anais/3/1465945241_ARQUIVO_AparticipacaodasForcasArmadasbrasileirasnasoperacoesdepaznocontinenteafricano\(1990-2014\)umestudodecaso.pdf](http://www.enabed2016.abedef.org/resources/anais/3/1465945241_ARQUIVO_AparticipacaodasForcasArmadasbrasileirasnasoperacoesdepaznocontinenteafricano(1990-2014)umestudodecaso.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2019.
- IFEKA, Caroline. War on Terror: Africom, the kleptocratic State and underclass militancy in West Africa0 Nigéria. *Concerned Africa Scholars*, v. 25, p. 30-49, 2010.
- IVES, Diogo; OLIVEIRA, Joana; SARAIVA, Luísa. As Influências da África na Formação Sociocultural do Brasil. In: SPOHR, Alexandre P.; STADNIK, Marjorie; MEDEIROS, Klei (org.) *Relações Internacionais para Educadores: África em Foco*; Porto Alegre: UFRGS Editora, 2013 p. 185-208.
- MCNALLY, Robert; LEVI, Michael. A Crude Predicament: the era of volatile oil prices. *Foreign Aff*, p. 100-111, 2011.
- MORRIS, Ian. *Guerra - o horror da Guerra e seu legado para a humanidade*. Tradução de Luis Reys Gil. São Paulo: Leya, 2015.
- MUNDY, Jacob. *Securiting the Sahara*. *Concerned Africa Scholars. Bulletin*, n. 85, spr. 2010.
- NYE JR, Joseph S. Get Smart: Combining hard and soft power. *Foreign Aff*, p. 160-163, 2009.

- PENHA, Eli Alves. *Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul*. SciELO-EDUFBA, 2011.
- PEREIRA, Analúcia Danilevicz. *Concertação político-estratégica e Cooperação no Atlântico Sul: os casos da ZOPACAS e da Comunidade do Golfo da Guiné*. 2016.
- JEFFREY, James F. *Why Counterinsurgency Doesn't Work: the problem is the strategy, not the execution*. *Foreign Aff.*, v. 94, p. 178, 2015.
- PRATES, Daniela Magalhães et al. *A Alta Recente dos Preços das Commodities*. *Revista de Economia Política*, 2007.
- RIZZI, Kamila Raquel. *O Grande Brasil e os Pequenos PALOP: a política externa brasileira para Cabo-Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (1974/2010)*. 2012.
- RIZZI, Kamila Raquel; CRUZICHI, Isabella. *A CLPL como mecanismo de atuação do Brasil no Atlântico Sul: a ampliação da cooperação, os desafios e a possibilidade de liderança*. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, v. 2. n. 4, 2017.
- SARAIVA, J. F; GALA, I. V. *O Brasil e a África no Atlântico Sul: uma visão de paz e cooperação na história da construção da cooperação africano-brasileira no Atlântico Sul*. 2012. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/sombra.rtf>>. Acesso em 20 out. 2019.
- VAZ, Alcides da Costa. *O Atlântico Sul e as Perspectivas Estratégicas de Brasil, Argentina e África do Sul*. In: ACIOLY, Luciana; MORAES, Rodrigo Fracassoli. *Prospectiva, estratégias e cenários globais: visões de Atlântico Sul, África Lusófona, América do Sul e Amazônia - Brasília: Ipea*, 2011.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. *A África na Política Internacional: o sistema interafricano e sua inserção mundial*. Curitiba: Juruá, p 54-72, 2010.
- WIESEBRON, Marianne. *Amazônia Azul: Pensando a defesa do território marítimo brasileiro*. *Austral; Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v. 2, n. 3, p 107-131, 2013.
- WHELAN, Theresa. *Why AFRICOM? An American Perspective*. Online. Disponível em: <<https://issafrica.org/research/situation-reports/situation-report-why-africom-an-american-perspective-theresa-whelan>> aug. 2007. Acesso em 20 out. 2019.

ANÁLISE DE COMPETITIVIDADE DO SETOR PESQUEIRO DO BRASIL NO PERÍODO DE 1997 A 2016*

Vinicius Dias Cruz*

Introdução

O comércio internacional é de suma importância para os países. As relações são importantes, pois corroboram para o aumento do fluxo de comércio entre as nações propiciando acúmulo de riqueza. Por meio de acordos os países realizam trocas voluntárias de bens e serviços excedentes que outros países não produzem (SOUSA, 2009).

A globalização dos mercados afetou a produção mundial, exigindo novas sistemáticas que diminuíssem tempo, baixassem custos e aumentassem a quantidade de produtos. Isso repercutiu no surgimento da racionalização dos fatores tradicionais de produção (terra, trabalho e capital), recursos estes que são indispensáveis para estimar a formação do preço de bens e serviços. O mercado internacional exige uma maior competitividade quanto à qualidade e preço dos produtos a serem negociados neste mercado. Os pescados têm potencial para combater a desnutrição e a insegurança alimentar em diversos países do mundo (FAO, 2011). A grave crise do uso da lagosta revelou a necessidade de adotar um plano de gestão do uso sustentável que preserve recursos naturais (IBAMA, 2008).

A partir destas evidências tem-se como questão de pesquisa: como a competitividade do setor pesqueiro do Brasil no período de 1997 a 2016 pode contribuir para a exportação da lagosta brasileira? Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo geral apresentar

* Trabalho realizado sob orientação do docente Jonatas de Oliveira.

* Graduando em Comércio Exterior da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

como a análise da competitividade do setor pesqueiro do Brasil pode contribuir para a exportação da lagosta brasileira, no período de 1997 a 2016, tendo como benefício um critério para realização de troca entre os países com base nos estudos das vantagens comparativas do autor David Ricardo. Tem-se como objetivos específicos (i) fornecer uma visão geral do cenário do pescado no mundo, (ii) determinar a vantagem comparativa e competitiva da lagosta brasileira e (iii) identificar as decisões políticas macro e micro que influenciam nos níveis de relação comerciais.

1 Revisão Empírica

Carvalho, Araújo e Pinheiro (2010) analisaram as vantagens comparativas e o desempenho das exportações brasileiras de pescado para o mercado dos Estados Unidos no período de 2000 a 2008. Nesse período, o Brasil era visto com melhores condições de atender a demanda mundial de pescado por ser um dos maiores produtores e exportadores de pescados. Com base no índice de vantagem comparativa revelada - VCR, os autores observaram que os produtos que apresentaram vantagem comparativa na pauta exportadora foram os peixes congelados inteiros, com uma participação de 6,87%, frescos e/ou refrigerados, 15,46%, e crustáceos, com 72%. Em relação aos produtos com desvantagens comparativas, os autores encontraram os peixes vivos, 0,58%, os filés de peixe, incluindo as carnes de peixe sem miúdos, 4,53%, o peixe salgado defumado para consumo humano, 0,02%, e os moluscos, 0,04% (CARVALHO, ARAÚJO, PINHEIRO, 2010).

Lang (2015) realizou a análise da competitividade do setor de pescado brasileiro no período de 2000 a 2011, analisando dois segmentos, Camarão e Lagosta. No período analisado, o Brasil se destacava entre os maiores produtores e exportadores de camarão. Com base no índice de vantagem comparativa revelada - VCR, o Brasil apresentou vantagem comparativa distinta para os dois segmentos de crustáceos. O índice para a lagosta brasileira apresentou menor penetração no mercado externo, ocorreu uma variação negativa no período analisado. Dentre os cinco principais parceiros comerciais, no ano de 2011 registraram uma VCR acima de 1,0, os Países Baixos, a Bélgica, o Vietnã e a Indonésia. Já para o

camarão brasileiro ocorreu o oposto, apresentou a maior penetração e ocorre gradualmente uma queda ao longo do ano analisado. Dentre os cinco principais parceiros comerciais do Brasil, o Japão, a Rússia e a China ficaram com o índice zerado. Os países que registraram índices acima de zero foram Mianmar e Vietnã. Este estudo aponta, ainda, que os Emirados Árabes Unidos e a Espanha podem ser novos mercados em ascensão para os pescados brasileiros (LANG, 2015).

Polymeros, Tsakiridou e Mattas (2005) analisaram a competitividade das indústrias de pesca e aquicultura no mediterrâneo, na União Europeia. O estudo investigou a competitividade no período de 1993 a 2003 com base no índice da vantagem comparativa revelada. Os resultados identificaram os países com maior atuação nas 6 categorias de produtos: SH0302, SH0303, SH0304, SH0305, SH0306, SH0307. Os cinco principais países que apresentaram destaque foram Grécia, Portugal, França, Itália e Espanha. Portugal tem uma vantagem comparativa em peixes frescos, congelados e em moluscos. A França e a Itália em peixes frescos e em moluscos. A Espanha em peixes congelados e em moluscos, enquanto a Grécia tem uma vantagem comparativa apenas em peixe fresco. Além disso, nenhum dos cinco países possui vantagem comparativa em filés de peixe, filés defumados ou crustáceos. Ao longo do período de estudo quase todos os países alteraram a sua posição devido o nível de competitividade entre os produtos da pesca. A contribuição para esta alteração de posição é que os países mediterrânicos apresentam um ambiente comercial volátil. Este tipo de ambiente afeta a pesca e a aquicultura porque as indústrias possuem um funcionamento dinâmico em suas economias (POLYMEROS, TSAKIRIDOU, MATTAS, 2005).

Kuldilok (2009) realizou uma análise econômica da indústria de peixes do Atum da Tailândia no período de 1996 a 2006. A investigação apontou que entre o período de 2000 a 2004 a Tailândia possuía vantagem comparativa revelada como maior exportadora de conservas de atum, onde seus principais destinos foram Estados Unidos e Canadá. Esta vantagem se deu porque os tailandeses possuem grande capacidade produtiva, baixos custos trabalhistas, qualidade do produto, alta tecnologia de processo que possibilita ter um menor custo unitário da produção, além de boas instalações de produção, novos e grandes armazéns refrigerados e boa infraestrutura

portuária. Já a desvantagem comparativa revelada foi para Austrália, Europa, Oriente Médio e Japão. Esta desvantagem seria decorrente de barreiras tarifárias e regras de origem das matérias primas que foram impostas por estes países (KULDILOK, 2009).

Coxhead (2007) investigou a relação bilateral entre China e Sudeste da Ásia com base no modelo das vantagens comparativas (VCR). O rápido crescimento da China e integração com os mercados globais, afetou negativamente as economias dos países mais pobres do sudeste asiático, estes estão perdendo vantagem comparativa, no uso intenso de mão de obra, mas por outro lado estão ganhando quanto ao uso de recursos naturais, dependendo da riqueza dos países, estes optam por investir em recursos naturais ou tecnologia. Os países asiáticos foram beneficiados por acordos bilaterais e com as restrições por programas nacionais chineses, aumentou a procura por recursos naturais. Os países mais pobres (Indonésia, Vietnã, Laos, Camboja e Myanmar) obtiveram uma vantagem em relação aos mais ricos como Singapura, Malásia, Filipinas e Tailândia, porque incentivaram as commodities. Mas por outro lado há uma preocupação no longo prazo, com a expansão industrial baseada no uso de recursos naturais, que pode levar a um esgotamento dos mesmos, por causa de uma falta de gestão política voltada para preservação e sustentabilidade do meio ambiente (COXHEAD, 2007).

Kiete e Sumalde (2008) analisaram a vantagem comparativa e competitiva da indústria de camarão na região do delta do Rio Mekong, no Vietnã, no período de 2001 a 2005. Na pauta das exportações, o camarão congelado contribuiu com 44% do valor total das exportações da pesca, isto representa 23% do volume total de exportação. Com base nas vantagens comparativas revelada - VCR, os autores identificaram que o camarão congelado vietnamita possui destaque relevante no mercado internacional de crustáceos. Os principais consumidores dos produtos da pesca foram EUA, Japão e Europa. A vantagem das exportações de camarão do Vietnã em relação ao resto do mundo foi muito forte, chama a atenção o ano de 2003, a vantagem registrada para aquele período é de uma taxa em 66,34. A produção pesqueira no Vietnã é afetada pelas políticas micro e macro que regem a taxa de câmbio, taxa de juros e redução de impostos de importação. Dada a tomada de decisão, reflete

diretamente nos fatores de produção que influenciam a competitividade e a lucratividade da indústria uma vez que preço do insumo (ração) e taxa do salário (mão de obra) são determinantes para formação do preço competitivo do camarão no mercado nacional e internacional (KIET E SUMALDE, 2008).

2 Metodologia

Este trabalho foi realizado por meio de coleta de dados secundários disponibilizados em diversas instituições. As fontes de coleta de dados utilizadas foram Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) - Portal *ComexStat* e Organização das Nações Unidas (ONU) - Portal *Comtrade*. Além de informações de outros órgãos, como: *International Trade Center* (ITC) - Portal *Trade Map*, *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO) - Portal *Fishery*, *The World Bank* - Portal *DataBank*.

Foram acessados documentos nacionais e internacionais publicados no período de 1997 a 2016. A escolha desse período deve-se devido o Brasil ter sofrido diversos planos econômicos nos Governos de FHC, Lula e Dilma, para promover as exportações brasileiras no comércio internacional.

A classificação das mercadorias utilizadas teve como base a nomenclatura do sistema harmonizado (SH) das categorias 03 e 16. Para delinear melhor os resultados do trabalho, a lagosta foi SH das categorias específicas 030611, 030612, 030621, 030622, 030629 por ser o principal seguimento do setor dos pescados. Os valores são baseados na INCOTERM FOB das exportações e importações de pescados mundiais, em dólares americanos, (US\$), entre os anos de 1997 a 2016.

O cálculo do índice da vantagem comparativa revelada foi realizado para os dez principais países exportadores de lagosta no mundo, com base na médias de exportações realizadas durante o período de 1997 a 2016. Os dados utilizados para delimitação dos fluxos de exportação para este período, foram coletados e elaborados a partir da base de dados das Nações Unidas para o comércio (UNCONTRADE, 2018).

Os indicadores calculados aqui permitem a análise de uma possível existência de vantagens de comércio que o país em questão

possa ter em relação aos estrangeiros. Os indicadores a serem utilizados permitem identificar abertura, tendência e competitividade no comércio internacional.

Com base nos métodos abordados por Sousa (2009), Lang (2015) e Ferreira e Capitani (2017), calculamos os seguintes indicadores: Grau de Abertura Total (GAT), Taxa de Abertura (TA), Vantagem Comparativa Revelada (VCR). Todos os indicadores são apresentados abaixo.

- a) **O Grau de Abertura Total (GAT)** é o índice que demonstra o grau de abertura que o país mantém no comércio internacional. É calculado pela seguinte fórmula (1):

$$GAT = \frac{(X + M)}{PIB} \quad (1)$$

Onde X representam as exportações totais do país, M as importações totais e PIB é o produto interno bruto (é a soma de todos os bens e serviços produzidos num país em um determinado tempo).

O resultado desse índice mostra as relações comerciais que o país tem com o exterior. É possível interpretar o grau de abertura de duas maneiras: primeiramente se existir menor concentração de corrente de comércio ($X+M$) sobre o PIB , maior será o enfraquecimento do setor externo nacional, uma vez que o setor apresenta um maior protecionismo comercial e conseqüentemente esta proteção inibe a diversidade de bens, porque existe uma menor circulação de bens. Mas por outro lado, se o índice apresentar maior concentração de corrente de comércio à uma maior abertura para o comércio e isto possibilita uma maior circulação de bens, permitindo que os consumidores tenham acesso a uma maior diversificação de bens.

- b) **A Taxa de Abertura (TA)** é o índice que demonstra o grau de abertura que o país mantém no comércio internacional, trata de quanto o país importa em relação ao seu PIB. É calculada pela seguinte fórmula (2):

$$TA = \frac{M}{PIB} \quad (2)$$

Onde M representa as importações totais e PIB o produto interno bruto.

Quando o resultado apresentar uma maior taxa, o grau de liberdade comercial será maior, caso contrário, se a taxa for menor indicará um maior protecionismo dentro do país.

- c) **A Vantagem Comparativa Revelada (VCR)** é o índice que demonstra a especialização que o país mantém no comércio internacional. Trata de quanto o país está especializado em um determinado produto em relação a outro país. É calculado pela seguinte fórmula (3):

$$VCR_{ij} = \frac{\left(\frac{X_{ij}}{X_j}\right)}{\left(\frac{X_{iz}}{X_z}\right)} \quad (3)$$

Onde X_{ij} representam as exportações do produto (i) pelo país (j), X_j exportações totais do país (j), X_{iz} as exportações mundiais (z) do Produto (i) e X_z as exportações totais (z) do mundo.

Quando o índice apresentar resultados acima da unidade, o produto tende a ter uma maior penetração no comercio internacional caso contrário terá menor penetração. Quanto a comparar-se o resultado entre países, o resultado da equação permite identificar se o produto em questão de um determinado país possui vantagem comparativa em relação a outro país.

3 Cenário do pescado no mundo

O comércio internacional vem crescendo há décadas. Os países formalizaram acordos econômicos para recuperar suas economias devastadas pela guerra. Desde então a quantidade de produtos consumidos pela população mundial tem aumentado. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) em seu relatório no ano de 2006, mais de 75% da produção mundial de peixe foi consumida. Em média o consumo per capita é de 16,7 quilos. A perspectiva para 2030 é que o consumo de peixes alcance em torno de 20 quilos por pessoa.

Dado o crescimento do consumo torna-se importante ressaltar

que os recursos naturais são exauríveis e a preocupação com o meio ambiente é de suma importância. Os oceanos do mundo e os seus ecossistemas são frágeis e limitados e podem ser protegidos e conservados por meio de uma gestão responsável para que as futuras gerações possam consumir também os recursos naturais (FAO, 2008).

3.1 Evolução da Produção de Pescado no Mundo

Segundo dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) no ano de 1997, a produção de pescado no mundo foi de 128,76 milhões de toneladas, no ano seguinte a oferta apresentou queda de 4%. No entanto, ao longo do período analisado (1997 - 2016), a oferta apresentou tendência geral de crescimento. Analisando o período de 1998 - 2016, observa-se que a produção mundial de pescados e produtos marinhos alcançou 123,34 milhões de toneladas em 1998. Já no ano de 2016, a produção alcançou 202,22 milhões de toneladas, atingindo um crescimento de 64% no período.

A tabela 1 apresenta os principais países produtores do setor de pescado mundial que se destacaram no período analisado. Em primeiro lugar se destacou a China, sua produção apresentou uma média anual de 57,169 milhões de toneladas, o que representa uma participação no segmento de 34,16%. No ranking dos principais países, os cinco primeiros países são emergentes. O primeiro país desenvolvido aparece apenas na sexta colocação: é o Japão, com 5,638 milhões de toneladas produzidas. Uma hipótese para este fato pode estar relacionada com o déficit de alimentos dos países de baixa renda.

Tabela 1 - Média dos Principais países produtores de pescado mundial 1997-2016

Posição	País	Toneladas	Posição	País	Toneladas
1°	China	57.169.985,95	6°	Japão	5.638.856,40
2°	Indonésia	10.516.688,75	7°	Estados Unidos	5.120.094,70
3°	México	9.821.744,45	8°	Chile	4.590.931,15
4°	Índia	7.436.880,05	9°	Filipinas	4.069.199,80
5°	Peru	6.912.095,65	10°	Rússia	4.027.216,85

Fonte: Elaboração própria, com dados da FAO (2018).

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), nas últimas cinco décadas a produção mundial de pescado tem apresentado uma taxa anual crescente média de 3,2%. Estimativas preliminares apontam que o consumo mundial de pescado por habitante tem se caracterizado por tendência linear crescente. Em 1960, a média era de 9,9kg, seguindo este padrão de crescimento até o ano de 2012 o consumo apresentou uma média de 19,2 kg. A FAO relata que possíveis causas deste aumento se dão pela combinação do crescimento populacional, aumento na renda e urbanização e a expansão dos canais de distribuição mais eficientes (FAO, 2014).

3.1.1 Práticas na Indústria pesqueira: capturar ou cultivar?

Em 1998 a ONU promoveu o “Ano do Oceano” em parceria com cientistas marinhos de diversas nacionalidades ao redor do mundo. Neste ano foi emitida uma declaração chamada de Águas Turvas. O anúncio revelou que o ser humano ameaça a saúde dos oceanos por meio do esgotamento do estoque pesqueiro, introdução de espécies alienígenas, poluição, crescimento da população costeira e alterações climáticas (DIAS, 2003).

O esgotamento dos estoques pesqueiros pode estar associado às formas de manejo. Os manejos podem ser divididos por captura ou aquicultura, onde a captura é baseada na retirada de recursos pesqueiros do ambiente natural. Já o manejo por aquicultura é baseado no cultivo de organismos aquáticos num espaço confinado e controlado (EMBRAPA).

a) Captura

A pesca industrial se caracteriza pela produção em larga escala e é fortemente influenciada pela demanda do mercado, focando na captura de espécies mais rentáveis (lucrativas). Com o desenvolvimento da pesca industrial no século XX, novas tecnologias tornaram as embarcações mais rápidas, seguras e autônomas, permitindo uma maior diversificação das regiões oceânicas onde a exploração era desfavorável para a prática de capturas.

De acordo com Dias (2003), a declaração Águas Turvas alerta que cerca de 25% das espécies de peixes oceânicos são super

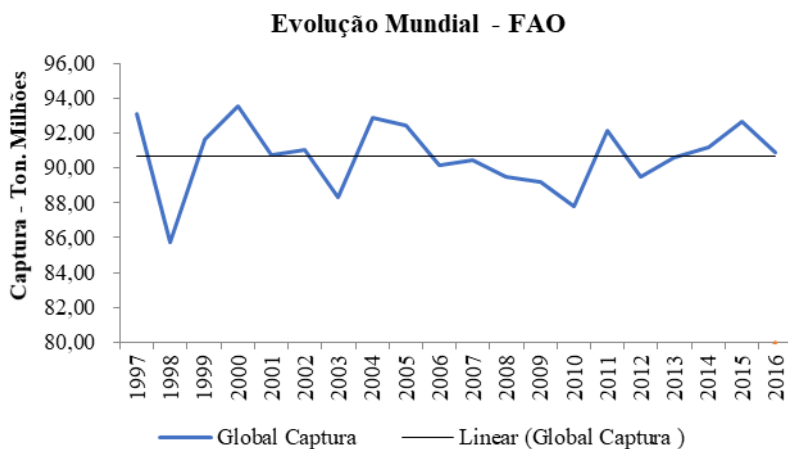
exploradas e estão à beira da exaustão. Em torno de 60% dos bancos de corais estão em risco, ameaçando o bem-estar de mais de duzentos milhões de comunidades costeiras que dependem da pesca em todo o mundo (DE PAULA, 2009).

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), em conjunto com a ONU Meio Ambiente, está alertando para o perigo da “pesca fantasma” na vida marinha. Conforme a ONU News (2018) a negligência dos pescadores está pondo em risco os recursos naturais. Um exemplo são os equipamentos perdidos ou abandonados nos oceanos que permanecem capturando espécimes.

b) Aquicultura

A aquicultura é uma prática antiga que se iniciou na China, Mesopotâmia e Egito há milhares de anos. No início, o sistema de cultivo de peixe mais utilizado era da espécie de água doce à “carpa”. Com o passar dos anos, com o efeito da modernização, o sistema de cultivo da aquicultura evoluiu permitindo que ocorresse a diversificação do cultivo de novos espécimes - peixes, moluscos, crustáceos e plantas aquáticas etc. - passando assim a abranger várias regiões, tanto de águas marinhas quanto de água doce (MMA, 2007).

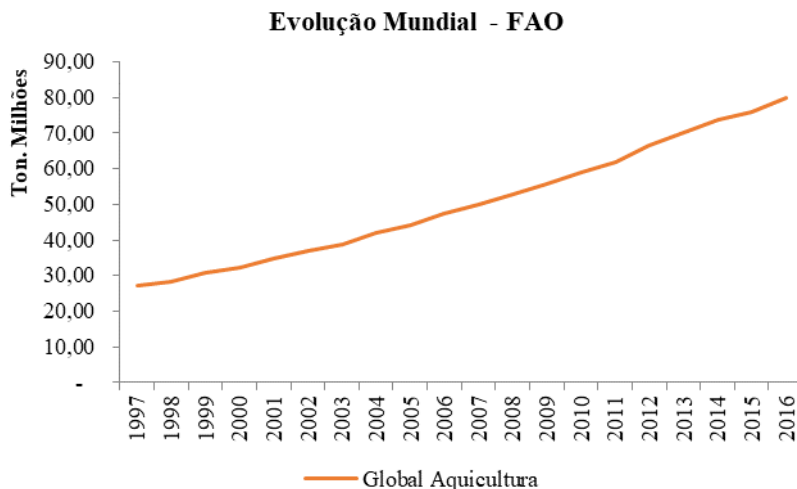
Gráfico 1 - Evolução da Captura Mundo de 1997-2016



Fonte: Elaboração própria, com dados da FAO (2018).

A pesca extrativa tem sido há décadas o principal meio de produção da indústria pesqueira. Mas nos últimos anos a prática da aquicultura tem aumentado (MMA, 2007), como demonstrado no gráfico 2.

Gráfico 2 - Evolução da Aquicultura Mundo de 1997–2016



Fonte: Elaboração própria, com dados da FAO (2018).

O crescimento deste manejo tem afetado de forma positiva a relação entre estas práticas, ao longo dos anos vem diminuindo esta diferença. No ano de 2016 a diferença entre estas práticas ficou em torno de 10,879 milhões de toneladas, a menor diferença nestes 19 anos. Quanto à prática de capturas, pouco se alterou ao longo destes 19 anos. O gráfico 1 demonstra que esta prática está estagnada, mas mesmo assim se manteve como a maior quantidade no ano de 2016, cerca de 90,9 milhões de toneladas, se compararmos com o ano anterior a variação foi de queda de 2%.

3.2 Comércio internacional do pescado

Com relação ao Brasil, conforme o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA (Decreto 9.013/2017 que estabelece normas na produção industrial de pescado), o país pode

produzir todos os peixes, moluscos, crustáceos e anfíbios que possam ser usados para alimentação humana, tanto de água doce quanto salgada (MAPA, 2017).

O gráfico 3 demonstra o desempenho das exportações do pescado brasileiro, no período analisado (1997 - 2016). Destaca-se o ano de 2003, como crescimento das exportações, se deu pela recuperação da Argentina, abertura o mercado chinês e a forte desvalorização cambial e o crescimento dos volumes (IPEA, 2003).

No final do ano de 2003 os produtores americanos de camarão entraram com um pedido de *antidumping* no departamento de comércio americano. Em sua petição alegava-se que a venda dos produtos estrangeiros estava abaixo do preço de mercado caracterizando se uma prática de *dumping* por aqueles países. No final do ano de 2004, os Estados Unidos sobretaxaram os seis principais fornecedores de camarão - brasileiro, chinês, indiano, tailandês, vietnamita e equatoriano. As exportações demonstraram redução tanto em valor quanto em volume. A evidência desta redução se trata pela adoção de prática protecionista dos Estados Unidos que afetaram diretamente a pauta das exportações brasileiras, uma vez que o principal destino das vendas de camarão era para os Estados Unidos.

Gráfico 3 - Exportações Brasileiras - setor pescado período 1997-2016



Fonte: Elaboração própria, com dados do ComexStat (2018).

A tabela 2 mostra os principais parceiros comerciais do Brasil no ranking das exportações de pescados ao longo dos anos analisados. Destaca-se em primeiro lugar os Estados Unidos, com \$110,74 milhões, que representa uma participação de 45,7% das vendas brasileiras. Já na segunda colocação está a Espanha, este país é o primeiro colocado do continente europeu, com uma participação de 12,7% nas vendas, seguido pela França 11,9%. Os outros países deste continente são Holanda 2,2%, Portugal 1,9% e Itália 1,4%. Na quarta colocação do ranking dos países estão Japão que representa o continente da Ásia, sua participação atingiu 5,6% nas vendas, os outros países deste continente são Hong Kong 2,9%, Coreia do Sul 2,1%, China 1,6%. O Brasil era muito dependente das vendas para os Estados Unidos, mas, com o passar dos anos passou a não depender tanto destas vendas e diversificou-as.

Tabela 2 - Destino das Exportações Brasileiras de Pescado - período 1997-2016

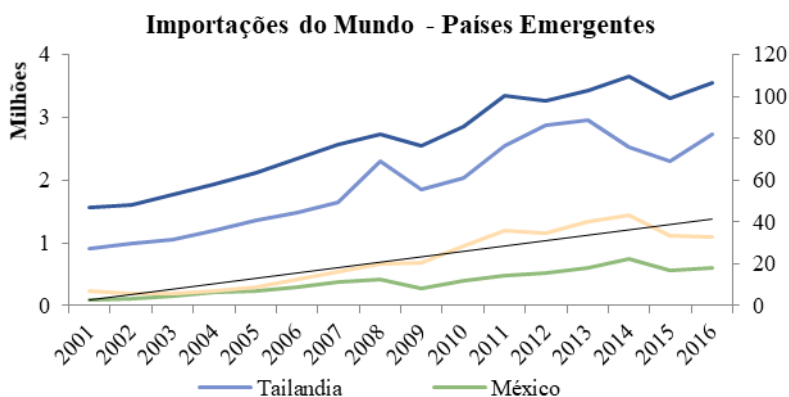
Valor FOB (US\$)		Toneladas	
Países	Média anual	Países	Média anual
Estados Unidos	\$ 110.741.387,05	Estados Unidos	14.799,38
Espanha	\$ 30.766.187,90	Espanha	9.868,92
França	\$ 28.966.848,80	França	6.526,69
Japão	\$ 13.512.871,00	Coreia do Sul	2.134,51
Hong Kong	\$ 7.252.333,70	Japão	1.648,39
Países Baixos (Holanda)	\$ 5.407.805,60	Portugal	1.362,37
Coreia do Sul	\$ 5.041.597,60	Países Baixos	1.338,82
Portugal	\$ 4.738.002,55	Argentina	1.271,03
China	\$ 3.842.579,05	Tailândia	885,48
Itália	\$ 3.317.071,85	China	867,42
Demais	\$ 28.778.257,95	Demais	9.205,94
Total Mundo	\$ 242.364.943,05	Total Mundo	49.908,95

Fonte: Elaboração própria, com dados do Comexstat (2018).

Com relação às importações, de acordo com os dados coletados da *International Trade Center* - ITC, os países desenvolvidos, como Estados Unidos, e os países em desenvolvimento, como Tailândia, Brasil, China e México, apresentam crescimento positivo nas importações da pesca no mundo no período analisado.

No gráfico 4 a análise deste panorama permite identificar que existe uma possível tendência positiva de crescimento para os próximos anos. A demanda crescente pode ser explicada pela procura de alimentos saudáveis que possuem aminoácidos que o ser humano necessita e não é capaz de produzir. Os pescados possuem enorme concentração de nutrientes, vitaminas e proteínas, além de ser fontes de ácidos graxos e ômega-3 (MS, 2008).

Gráfico 4 - Comparação das Importações Globais período 2001 - 2016*



Fonte: Elaboração própria, com dados da Intracen/trademap (2018).

* Não há dados para período de 1997 a 2000.

O pescado importado que tem entrado no Brasil é de suma importância para os consumidores brasileiros, pois o produto nacional não é suficiente para atender a demanda interna. De acordo com Ceasa/DF, o Brasil produz apenas 40% dos peixes que os brasileiros consomem, os outros 60% é necessário ser importado porque o custo do transporte e da produção nacional é muito elevado.

As principais importações realizadas pelo Brasil têm origem dos países demonstrados no ranking da tabela 3. Destaca-se em primeiro lugar o Chile com 190,51 milhões de dólares o que representa uma participação de 29% nas compras brasileiras, em segundo lugar a Noruega com 21%, em terceiro lugar Argentina com 14%. Por outro lado, no ranking por volumes o destaque de primeiro lugar se dá para Argentina com 46,630 milhões de toneladas e uma participação em 20% nas compras em volumes. Este pulo no ranking

se dá pelo favorecimento de tarifas menores do bloco regional do MERCOSUL que permite importar maiores quantidades por valores menores.

Tabela 3 - Origem das Importações Brasileiras de Pescado período 1997 - 2016

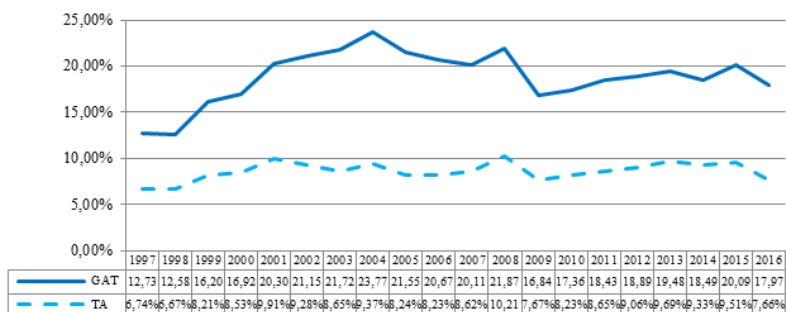
Valor FOB (US\$)			Toneladas		
Países	Media	Part.%	Países	Media	Part.%
Chile	\$ 190.515.670,95	29,08	Argentina	46.630,01	20,36
Noruega	\$ 142.508.334,05	21,76	Chile	37.865,78	16,53
Argentina	\$ 95.603.677,35	14,60	Noruega	26.578,16	11,61
China	\$ 71.891.931,75	10,98	China	24.954,70	10,90
Portugal	\$ 44.198.315,60	6,75	Uruguai	17.654,88	7,71
Vietnã	\$ 28.203.463,25	4,31	Marrocos	15.063,81	6,58
Uruguai	\$ 23.947.330,40	3,66	Vietnã	14.349,70	6,27
Marrocos	\$ 13.037.185,10	1,99	Venezuela	10.102,55	4,41
Espanha	\$ 5.718.680,80	0,87	Portugal	6.640,57	2,90
Taiwan (Formosa)	\$ 5.211.045,70	0,80	Rússia	6.195,11	2,71
Demais	\$ 34.196.029,95	5,22	Demais	22.976,33	10,03
Total	\$ 655.031.664,90	100,00	Total	229.011,59	100,00

Fonte: Elaboração própria, com dados do Comexstat (2018).

4 Análise dos resultados

O Grau de Abertura Comercial de uma economia representa o nível de transações comerciais que o país mantém com o resto do mundo (CARVALHO, 2002). O resultado desse índice mostra as relações comerciais com o exterior, quanto maior for a porcentagem, maior será a relevância no comércio internacional.

Gráfico 5 - Grau de abertura da economia brasileira - período 1997 a 2016



Fonte: Elaboração própria, com dados do Comexstat/Wolrd Bank (2018).

A evolução dos índices GAT e TA, no Gráfico 5 mostra uma tendência crescente de abertura, a partir de 1998 um grande impulso na internacionalização da economia devido ao aumento nas privatizações. De acordo com IBGE (2004) no período de 1997 a 2002 foram privatizadas 133 empresas estatais. Também se observam, a partir de 2000, um deslocamento da taxa de abertura GAT em relação à TA proporcionada pelo aumento das exportações. O aumento das exportações foi favorecido pela elevação do preço das commodities devido à procura dos países emergentes, particularmente a China (APEX-BRASIL, 2011). Já o decréscimo da TA (a partir de 2004) indica um abrandamento da política protecionista. O governo brasileiro, em 2005, intensificou as medidas protecionistas, favorecendo a indústria nacional por ser pouca competitiva no mercado.

A partir dos resultados levantados no período de 1997 a 2016, obteve-se o grau de abertura comercial, verifica-se que durante este período no longo prazo, o Brasil em nenhum momento apresentou um grau de abertura superior o ano de 2004, o índice foi 23,77%. Após atingir seu maior grau de abertura, constata-se uma série de quedas, até que no ano de 2016 fechou em 17,97%. Estes resultados do GAT demonstram que as quedas estão associadas a uma série de medidas adotadas pelo país que prejudicam o comércio internacional.

Conforme Vazquez (2015), em sua análise dos últimos 30 anos, o Brasil vivenciou três fases distintas no mercado brasileiro de

câmbio. A primeira fase iniciada na década de 1980 foi marcada pela criação e implantação de controle de câmbio rígido, restrições cambiais e monopólio de câmbio. Posteriormente na década de 1990, o mercado de câmbio dividiu-se em mercado de taxas livres e regime de flutuação de câmbio. Nesta mesma época ocorreu o aperfeiçoamento e flexibilização gradativa das regras cambiais. A terceira fase inicia-se no século XXI, em 2005 a resolução 3265 promoveu unificação dos mercados, todas as operações passaram a ser permitidas, a não ser àquelas sujeitas a regulamentação específica. Além da possibilidade de o exportador manter suas divisas no exterior por até 210 dias após o embarque das mercadorias.

O período analisado foi marcado por diversas medidas adotadas pelo governo que evidenciam o baixo grau de abertura comercial com o exterior. As ações adotadas acerca das políticas cambiais, enfrentamento de crises econômicas, medidas fiscais e monetárias revelaram que as medidas adotadas pela União são extremamente protecionistas. Para melhor entendermos estas medidas como relatado por Vazquez (2015) a respeito das fases vivenciadas no mercado brasileiro de câmbio, estas pesquisas evidenciaram duas fases: a primeira fase entre 1997 a 2006 (período de Fernando Henrique Cardoso e início do governo Luiz Inácio Lula da Silva) e a segunda fase entre 2006 até 2016 (período de LULA e Dilma Rousseff).

A evolução da economia brasileira no gráfico 5 com base na primeira fase pode ser dividida em dois períodos. O primeiro período é marcado pelo início das novas políticas cambiais da equipe do governo FHC e políticas econômicas desenvolvimentistas pelo governo LULA (BRUM, DIDOLICH, 2008). Estas medidas foram preponderantes para o aumento do nível do Grau de Abertura Comercial do Brasil com o resto do mundo, o Brasil passou de um grau de abertura comercial de 12,58%, em 1998, para 21,87%, em 2008, sendo que o maior Grau de Abertura Comercial ocorreu em 2004, quando o país apresentou um grau 23,77%.

Nas políticas econômicas do período FHC, um importante passo em 1999, é marcado pela tríplice mudança dos regimes: cambial, monetário e fiscal, este esforço para estabilizar a economia do país veio acompanhado do desequilíbrio fiscal e externos. A

principal mudança quanto ao regime fiscal, foi a introdução do plano de estabilidade fiscal e a criação de metas a serem atingidas onde os resultados deveriam ser positivos tanto para as receitas quanto para as despesas do governo, excetuando gastos com pagamento de juros. Quanto ao regime cambial, ocorreu uma mudança no sistema de bandas para o regime de flutuação suja. A intervenção no mercado de câmbio é realizada por meio de indexação da taxa de câmbio à dívida mediante a oferta primária de títulos públicos e *swaps* cambiais, estes instrumentos possibilitaram os ajustes na conta corrente. A substituição do regime monetário subordinado à ancora cambial pelo de metas de inflação permitiu uma redução nos níveis e na volatilidade das taxas de juros. As mudanças nos regimes contribuíram para o novo ciclo de crescimento, mas este crescimento foi interrompido pelos choques: crise de energia elétrica, incerteza eleitoral e ambiente internacional desfavorável (OLIVEIRA, TUROLA, 2003).

Conforme Barbosa Filho e Souza (2010), as políticas econômicas desenvolvimentistas adotadas no governo LULA geraram um acelerado crescimento econômico no país. Nas eleições em 2002 o Brasil sofreu com ataque especulativo no mercado financeiro, que deteriorou as finanças públicas. O comprometimento com assuntos relacionados aos contratos vigentes, controle monetário, fiscal, cambial e reforma previdenciária dos servidores públicos sinalizava para uma estabilidade macroeconômica no país.

O ano de 2006 foi marcado pelo fim do período FHC e LULA e início do período LULA e DILMA. Com o aumento do preço das commodities, o governo federal adotou políticas fiscais expansionistas, o resultado foi o aumento das reservas internacionais e a redução da taxa real de juros. Já em 2008 com a deflagração da crise dos subprimes desencadeada em 2007 nos Estados Unidos, o governo brasileiro tomou uma série de decisões, que podem ser divididas em três partes: às ações e os programas de investimento em infraestrutura (programa PAC), aumento do salário mínimo (teve grande peso na expansão da transferência de renda via da previdência social e seguro desemprego), gestão estrutural do governo em combater a crise, destaca-se três ações importantes: revisão nas alíquotas de imposto de renda sobre pessoa física, expansão do crédito via BNDES voltada para o programa habitacional Minha

Casa Minha Vida e mudança na taxa real de juros da economia. As ações do governo fizeram o Brasil atravessar a crise sem desestabilizar a economia (BARBOSA-FILHO, SOUZA, 2010).

Em 2012 o cenário de crescimento mudou, o preço das *commodities* diminuiu e a economia mundial desacelerou e a economia brasileira também acompanhou este cenário. Nesta época o governo Dilma, foi marcado pela nova matriz econômica, o excesso de intervenção (controle preços e câmbio, subsídios e uma inflação mais alta) nas políticas econômicas como um todo e o dismantelamento do tripé macroeconômico esgotaram as medidas de estímulos do governo anterior ocorrendo assim uma desaceleração do PIB do Brasil (DWECK, TEIXEIRA, 2017).

Portanto, após este breve relato dos diversos autores, evidenciou-se que o cenário econômico brasileiro é marcado por excessivas intervenções estatais que demonstram uma tendência robusta cada vez mais protetiva, o que tem desencadeando retaliações (taxações para produtos estrangeiros) dos mais diversos países que se sentem prejudicados na relação de troca de bens e serviços no comércio exterior.

No setor de pescados os crustáceos estão entre os principais produtos na pauta das exportações brasileira. Entre os pescados a lagosta é uma iguaria bastante saborosa. No Brasil as capturas se estendem pela costa litorânea na região nordeste que vai desde o Amapá até Espírito Santo. Esta iguaria é de suma importância para economia daquela região. Em 2008 o governo brasileiro lançou uma campanha em parceria com a INFRAERO, acerca do consumo sustentável da lagosta. Existem cinco espécies de lagosta no litoral brasileiro. As mais importantes são: a lagosta vermelha (*Panulirusargus*) e a lagosta cabo verde (*Panuliruslaevicauda*). As demais espécies são: a lagostinha (*Panulirusechinatus*), a lagosta-sapata ou sapateira (*scyllarides brasiliensis* e *scyllaridesdelfosi*) (IBAMA, 2008).

A produção de lagosta é destinada na sua grande maioria para o mercado externo, o principal destino é os Estados Unidos. No período de 1997 a 2016, a média histórica da produção anual girou entorno de 6.887 toneladas. Em 1998 a produção registrou 6.002 toneladas, após um salto na produção, no ano de 2004 foi registrado o maior volume produzido na série analisada, 8.689 toneladas.

Posteriormente a produção apresentou uma sequência de queda e por fim no ano de 2016 registrou 7.000 toneladas. Esta atividade apresenta estagnação. Alguns motivos que evidenciam esta estagnação da produção de lagosta:

- a) Exploração de forma insustentável (utiliza redes de emalhar (tipo caçoeira) que tem um maior poder de pesca). Essa técnica captura indivíduos imaturos, fauna (espécimes ameaçados de extinção) e peixes jovens colocando em risco o uso dos recursos. Devido estas pratica eficaz de captura os estoques de pescados estão plenamente sobre-explotados ou ameaçados de sobre-explotação (IBAMA, 2008);
- b) Adoção de medidas de ordenamento que a segure o uso sustentável e aumento dos estoques pesqueiros. DEFESO - proteger espécimes ameaçadas visto que neste período não se pode pescar determinadas espécies por estarem em época de reprodução. Além de proibir redes de arrastos que capturam as espécies mais jovens (IBAMA, 2008);
- c) Queda no preço das commodities no mercado internacional devido à crise mundial e a recessão da economia brasileira (MANZI, 2016).

No período identificou-se 17 estados participantes das exportações de lagostas, sendo que os principais estados se encontram na região nordeste. O estado do Ceará é o principal exportador de lagosta com uma participação de 67% das exportações brasileiras de lagosta. As exportações, em média, para o período registraram 2.012,83 toneladas. A região nordeste é predominante sobre os demais estados, visto que é o principal local de habitat da lagosta. A tabela 4 revela os principais estados exportadores de lagosta.

Tabela 4 - Média do volume exportado no período 1997 a 2016

Estado	Quilogramas	Part. %
Ceará	1.348.315,50	67
Pernambuco	343.938,50	17
Rio Grande do Norte	166.604,50	8
Bahia	100.799,00	8
Demais Ufs	53.180,00	3
Total	2.012.837,50	100

Fonte: Elaboração própria, com dados do Comexstats (2018).

Quanto ao indicador de competitividade, o desempenho dos exportadores mundiais de lagosta foi avaliado para 165 países que foram organizados em ordem decrescente do valor da média das exportações ocorridas para o período de 1997 a 2016. O estudo delimitou os dez principais exportadores de lagosta do mundo. Para delinear os resultados deste segmento utilizou-se o método de classificação de mercadorias, o sistema harmonizado - SH6^a. As classificações utilizadas foram:

Tabela 5 - Sistema Harmonizado

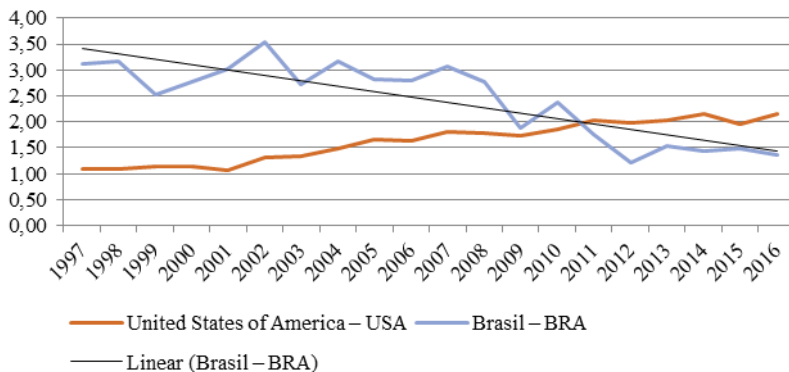
SHs	Descrição do SH
030611	Lagosta congelada (Palinurus spp., Panulirus spp., Jasus spp.)
030612	Lavagantes congelados (Homarus spp.)
030621	Lagostas não congeladas
030622	Lavagantes não congelados
030629	Crustáceos não congelados

Fonte: Elaboração própria, com dados da OMA (2018).

De acordo com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (2005) percebe-se que este mercado é dominado por apenas duas famílias de lagosta, as de pinça e as espinhosas, sendo a liderança garantida para as lagostas de pinça. Destacam-se as espécies *Homarus americanus* (american lobster) e *Nephrops norvegicus*, *Panulirus argus* e *Panulirus cygnus* (MELO, BARROS, 2006).

O VCR demonstra se os principais exportadores mundiais possuem vantagem comparativa na exportação de lagostas.

Gráfico 6 - Evolução da VCR para o segmento lagosta, entre 1997 a 2016



Fonte: Elaboração própria, com dados da UNCOMTRADE (2018).

Quanto ao resultado do indicador para o Brasil, a VCR ao longo do período se manteve acima de 1,0, revelando que o país tende a apresentar maior penetração com tendência decrescente na exportação do produto conforme o gráfico 6, a evolução da VCR revela que em 2002, o Brasil teve um índice de vantagem comparativa revelada de 3,54, foi o maior índice de vantagem registrado. Após uma série de recuos, em 2012 apresentou o menor índice 1,21 evidenciando uma perda de competitividade. Em 2007, conforme o IBAMA, sua audiência pública revelou que a pesca brasileira enfrenta uma crise: os resultados avaliados apontam que cerca de 80% dos recursos pesqueiros encontram-se plenamente explorados, sobrepescados, esgotados ou em processo de recuperação (MELLO, 2007).

Tabela 6 - Dez principais destinos das exportações de lagosta brasileira - período de 1997 a 2016

Países	Média	Part%
Estados Unidos	\$ 57.032.354,45	86,63
França	\$ 1.993.205,75	3,03
Japão	\$ 1.716.957,45	2,61
Espanha	\$ 1.059.681,15	1,61
Emirados Árabes Unidos	\$ 603.772,00	0,92
Vietnã	\$ 584.692,75	0,89
Austrália	\$ 523.026,40	0,79
Taiwan (Formosa)	\$ 422.909,65	0,64
Bélgica	\$ 288.172,30	0,44
Países Baixos (Holanda)	\$ 285.503,50	0,43
Demais	\$ 1.324.474,50	2,01
Mundo	\$ 65.834.749,90	100,00

Fonte: Elaboração própria, com dados do Comexstat (2018).

Para melhor compreendermos a relação de trocas, no período analisado identificou-se 34 países importadores da lagosta brasileira, sendo que nenhum deles superou a participação massiva dos Estados Unidos, 86%, este país é o principal parceiro econômico. Quanto a relação entre Estados Unidos e Brasil, a VCR apresentou vantagem comparativa em grande parte do período, mas nos últimos anos tem perdido em competitividade, o que ocasionou em desvantagem nesse mercado bilateral.

A perda de competitividade está relacionada à cadeia produtiva insustentável adotada pelo Brasil. A baixa qualidade do produto está associada a exploração, realizada por meio da pesca predatória tem impacto desastroso devido as redes de arrastos que capturam as espécies mais jovens.

De acordo com Antunes (2012) acerca dos recursos financeiros destinados aos órgãos de fiscalização por parte da União podem implicar em uma limitação operacional, o que impediria maiores ações de fiscalização (SCHMITT, SCARDUA, 2014). Os recursos financeiros são importantes para os órgãos fiscalizadores para poderem coibir as ações de pesca predatória em épocas de defeso da lagosta.

Conforme Santiago (2016) a qualidade do pescado é o principal fator que fez o Brasil perder competitividade no mercado internacional, a provável causa está associada ao método de manejo, a época de coleta, a manipulação pós-captura.

Melo (2006) relata que o método de produção no Brasil é

insustentável por diversos fatores. O grande problema se dá pela captura de grande parte dos estoques mais jovens, ou de estoques reprodutores em época de defeso, juntamente com o excesso de esforço de pesca e a insuficiência das medidas de gestão, além da utilização de técnicas altamente predatórias.

Conforme levantamento da CGU (2017) a falta de fiscalização adequada pelo IBAMA está associada a falta de infraestrutura logística, escassez de fiscais ambientais, em muitos casos os bens apreendidos não são recolhidos por dificuldade na logística, local de guarda e destinação final do bem. Os bens acabam ficando em aguarda do próprio infrator.

Considerações Finais

Estudos sobre competitividade do setor pesqueiro justificam-se pela importância que os pescados têm em combater a insegurança alimentar e a desnutrição dado a dotação de novas técnicas de manejo voltadas para a sustentabilidade no uso dos recursos naturais. As relações comerciais permitem que os países diversifiquem a oferta de bens, os países procuram se especializar em determinadas atividades em que possuem alguma vantagem para si e que possibilite beneficiar o interesse dos outros países.

A partir da análise dos resultados verificou-se que as VCR atingiram as expectativas, revelando que as exportações brasileiras do produto lagosta estão perdendo competitividade no comércio exterior. A análise da evolução da VCR permitiu verificar que após atingir o ápice de competitividade, os anos posteriores são marcados por repetitivas quedas de competitividade nas exportações de lagosta, em especial com seu principal parceiro comercial, os Estados Unidos.

A visão geral do cenário da pesca no mundo permitiu identificar que a produção de pescado tem apresentado uma tendência crescente no longo prazo. As práticas deste setor têm enfrentado dificuldades dado ao fato de os recursos pesqueiros não serem infinitos e estarem sofrendo com a elevada condição de capturas não sustentáveis.

A análise da vantagem comparativa do seguimento revelou que o Brasil tende a apresentar maior penetração com tendência

decrecente nas exportações de lagosta. A adoção de uma cadeia produtiva sustentável que preserve as espécies mais jovens na prática de capturas ou práticas de cultivos que permitam que no longo prazo aumente-se a produção de lagosta, irá afetar a competitividade das exportações no mercado internacional, fazendo com que o Brasil volte a ter competitividade, como registrado na maior parte do período analisado.

Os países, ao realizarem as trocas de bens, devem possuir vantagem comparativa na produção do bem e, portanto, devem se especializar na produção que possuem vantagem comparativa. A VCR permite que os tomadores de decisões identifiquem quando o país é potencial exportador e apresenta perda de competitividade nas relações de trocas.

Dessa forma, a grande problemática se dá pela captura de grande parte dos estoques mais jovens, ou de estoques reprodutores em época de defeso, juntamente com o excesso de esforço de pesca e a insuficiência das medidas de gestão, além da utilização de técnicas altamente predatórias (MELO, 2006).

Alguns desentendimentos comerciais trazem prejuízos a todos. Os conflitos comerciais são inevitáveis, pois cada país quer proteger sua economia, mas se forem resolvidos cordialmente ambos tendem a crescer com o aumento do nível de comércio. Esse é um dos principais desafios para os governos e setores produtivos do Brasil e do mundo.

O presente estudo teve como limitações a análise só da lagosta, dado a dificuldade na obtenção e manipulação dos dados. Melhores resultados poderiam ter sido alcançados se a análise abrangesse uma diversificação maior de espécimes existentes no setor de pescados.

Desta forma, para abordagem futuras, seria interessante que as investigações fossem específicas à produção sustentável mundial. É necessário investir em mais estudos nessa área devido a importância da cadeia produtiva sustentável do pescado, além de analisar quais espécimes são cultivadas e quais espécimes têm potencial para serem cultivadas por meio da aquicultura no Brasil e no mundo.

Referências

AGÊNCIA Brasil. Empresa Brasil de Comunicações (EBC). Agência da ONU alerta para perigo de “pesca fantasma”. Nova York, abr. 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-04/agencia-da-onu-alerta-para-perigo-de-pesca-fantasma>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

APEX Brasil. As exportações Brasileiras e os Ciclos de Commodities: tendências recentes e perspectivas. 2011. Disponível em: <<http://www.apexbrasil.com.br/Content/imagens/5a438c3e-ddd0-4807-8820-a0f6650bd379.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2019.

BARBOSA, Nelson; SOUZA, José Antônio Pereira de. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: Sader e, Garcia MA, organizadores. Brasil entre o passado e o futuro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/Boitempo; 2010. p. 57 - 110. Disponível em: <<https://nodocuments.files.wordpress.com/2010/03/barbosa-nelson-souza-jose-antonio-pereira-de-a-inflexao-do-governo-lula-politica-economica-crescimento-e-distribuicao-de-renda.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2019.

BANCO Central do Brasil. Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI), instituído pela circular 3.280/2005. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/Rex/RMCCI/Ftp/RMCCI.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Agência de Notícias. De 1997 a 2002 foram privatizadas 133 empresas estatais. 2004. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/12875-asi-de-1997-a-2002-foram-privatizadas-133-empresas-estatais>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Boletim de Conjuntura, nº63, Dez. 2003. Brasília: IPEA, 2003. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/Boletim_de_Conjuntura/bc63_completo.zip>. Acesso em: 02 jun. 2018.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Diretoria de Estudos e Políticas Regionais Urbanas e Ambientais (Dirur). Boletim Regional, Urbano e Ambiental (BRU): n. 7, jan./jun. 2013. 45 p. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4680/1/BRU_n07.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2018.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA. Pesca e Aquicultura. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/tema-pesca-e-aquicultura>>. Acesso em: 10 mai. 2019

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal. Decreto nº 9.013, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://www.saude.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=NzU2NQ%2C%2C>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

_____. Ministério da Indústria, Comércio Exterior E Serviços (MDIC). ComexStat. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

_____. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Campanha de Consumo Sustentável: Lagosta. 2008. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/component/k2/item/389-campanha-de-consumo-sustentavel%2C%2C>>. Acesso em: 13 mai. 2019.

_____. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Plano de Gestão para uso sustentável de Lagostas no Brasil. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/biodiversidade/biodiversidade-aquatica/gestao-pesqueira/publicacoes/2008-livro-plano-gestao-uso-sustentavel-lagostas.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2019.

_____. Ministério da Saúde (MS). Guia alimentar para a população brasileira 2008. Brasília, 2006. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2008.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2018.

_____. Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União (CGU). Relatório de Avaliação da Execução de Programas de Governo nº 69 Ações Relativas à Fiscalização Ambiental sob Responsabilidade do IBAMA. 2017. Disponível em: <<https://auditoria.cgu.gov.br/download/9752.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

BRUM, Argemiro Luís; DIDOLICH, Everton Fonseca. O Grau de Abertura Comercial e a Taxa de Cobertura Global do Brasil Entre 1950 - 2006. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/46.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

CARVALHO, Maria Auxiliadora de; SILVA, César Roberto Leite da. Economia internacional. 4. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2007.

DE PAULA, Sabrina Nolasco Carvalho. Do ambiente-natureza à visão

holística: os caminhos da relação do ser humano com o meio ambiente, Vitória. 2009. Monografia (Título de Bacharel em Ciências Biológicas) - Centro de Ciências Humanas e Naturais Departamento de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos-pdf/ambiente-natureza-holistica-humano-relacao/ambiente-natureza-holistica-humano-relacao.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

DIAS, Genebaldo Freire. Educação Ambiental: Princípios e Práticas. 8. ed. São Paulo: Gaia, 2003.

DWECK, Esther; TEIXEIRA, Rodrigo Alves. A Política Fiscal do Governo Dilma e a Crise Econômica. In: Anais do X Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira. Anais. Brasília(DF) UnB, 2017. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/akb/53521-A-POLITICA-FISCAL-DO-GOVERNO-DILMA-E-A-CRISE-ECONOMICA>>. Acesso em: 06 mai. 2019

FERREIRA, B., CAPITANI, D. Competitividade do milho brasileiro no mercado internacional. Revista de Política Agrícola, Brasília. 2017. 86f. Artigo científico. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1274>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

FOOD and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). The state of world fisheries and aquaculture: opportunities and challenges. Roma: FAO, 2014. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i3720e.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

FOOD and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). Pesca e aquicultura. Roma: FAO, 2008. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/012/i0765pt/i0765pt09.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

FOOD and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). Fishery. Disponível em: <<http://www.fao.org/fishery/statistics/en>> Acesso em: 30 jun. 2018.

INTERNATIONAL Trade Center, Trade Map. Disponível em: <<https://www.trademap.org/Index.aspx>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice; MELITZ, Marc J.; Perrotti-Garcia, Ana Julia; Mori, Rogério. Economia internacional. 10. ed. São Paulo: Pearson, 2015.

LANG, Jaime Ivan. Análise da vantagem comparativa revelada do pescado, camarão e lagosta de 2000 a 2011 no Brasil e Mundo, Rio Grande do Sul. 2015. 15f. Dissertação (Mestrado Programa de Pós-Graduação em

Economia) - Escola de Gestão e Negócios, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

MAIA, Jayme de Mariz. Economia internacional e comércio exterior, 16ªed. São Paulo: Atlas,2014.

MANZI, Rafael Henrique Dias. O fim do superciclo das commodities internacionais e seus reflexos na economia brasileira. Conjuntura internacional, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 36-43, out. 2016. ISSN 1809-6182. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/conjuntura/article/view/P.1809-6182.2016v13n1p36>>. Acesso em: 18 mai. 2019.

MELLO, Rômulo. Câmara legislativa. Gestão do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros, Desenvolvimento da pesca - Desafios da Sustentabilidade. 2007. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/...2007/rap260607romulo.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2019.

MELO, Andrea SSA; BARROS, André Dourado de. Pesca Predatória da Lagosta no Brasil: Um Modelo Insustentável. No 149316, 44º Congresso, 23-27 de julho de 2006, Fortaleza, Ceará, Brasil, Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/5/1162.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2019

NÓBREGA, Maílson da. Como o Brasil virou uma das economias mais fechadas do mundo. VEJA, 2018. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/mailson-da-nobrega/como-o-brasil-virou-uma-das-economias-mais-fechadas-do-mundo/>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

OLIVEIRA, Gesner; TUROLLA, Frederico. Política econômica do segundo governo FHC: mudança em condições adversas. Tempo soc., São Paulo, v.15, n.2, p. 195-217, nov. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 05 mai. 2019.

OMA, Organização Mundial de Alfândegas. Sistema Harmonizado, Capítulo 3, Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos. Disponível em:<http://www.wcoomd.org/-/media/wco/public/global/pdf/topics/nomenclature/instruments-and-tools/hs-nomenclature-2012/hs-2012/0103_2012e.pdf?la=en>. Acesso em: 13 jun. 2018.

ONUBR, Nações Unidas no Brasil. FAO: Aquacultura tem potencial para combater a pobreza e insegurança alimentar. Brasília, Nov. 2011. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/fao-aquacultura-tem-potencial-para-combater-a-pobreza-e-inseguranca-alimentar/#>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

Organização das Nações Unidas (ONU). Comtrade. Disponível em: <<https://comtrade.un.org/>> Acesso em: 12 nov. 2018.

SANTIAGO, André Prata. Lagosta: aquicultura como ferramenta para sustentabilidade e preservação do recurso. 2016. 307 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/ri/handle/riufc/21453>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

SCHMITT, Jair; SCARDUA, Fernando Paiva. A descentralização das competências ambientais e a fiscalização do desmatamento na Amazônia. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v.49, n.5, p. 1121-1142, 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122015000501121&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 mai. 2019.

SOUSA, José Meireles de. Fundamentos do Comércio Internacional, (Comércio Exterior, vol. 2). São Paulo: Saraiva, 2009.

THE World Bank. DataBank. Disponível em: <<https://databank.worldbank.org/data/home>> Acesso em: 12 nov. 2018.

VAZQUEZ, Jose Lopes. Comércio exterior brasileiro. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

RESUMOS EXPANDIDOS

POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: O ESVAZIAMENTO DA INSERÇÃO INTERNACIONAL (2016-2022)

**Maria Eduarda Xavier Vilella
Patrícia Fabiana Ramos dos Santos
Rafael Balardim**

Introdução

A presente pesquisa tem por intuito analisar a política externa brasileira no período de 2016 a 2022, buscando identificar mudanças no paradigma do Estado Logístico e o consequente esvaziamento da inserção internacional do Brasil. (2016-2022)”.

Ao final do período da Guerra Fria, com a ascensão do neoliberalismo se propõe ao Brasil um novo modelo de inserção, onde o isolamento no Sistema Internacional não era uma postura recomendável. Isso é verificado em virtude da crescente globalização que tomou o mundo, estreitando os laços de comércio, de comunicação, das tecnologias, de questões ambientais, sociais, religiosas e culturais, tornando as nações dependentes da integração das umas com as outras. Em referência a situação do Brasil dentro dessa nova ordem de multipolaridade e interconexão, tem se evidenciado uma mudança no perfil de atuação internacional, sendo perceptível tal modificação desde 2016.

A política externa brasileira foi se erguendo sob o que hoje é reconhecido como acumulado histórico. Esta estrutura outorga pautas a serem aderidas livres de condicionamentos ideológicos, ideadas para constituírem uma Política de Estado para com o âmbito internacional, no lugar de ser Política de Governo. Para Amado Cervo (2008), a estrutura e o funcionamento do modo de concepção do Sistema Internacional estão diretamente vinculados com as ideias desenvolvidas

pelos dirigentes estatais, em especial os diplomatas. As ações executadas por tais atores ao longo da história, tem sido a base da formação de diversas vertentes de pensamento tanto político, quanto diplomático. Ambas carregam com elementos da herança histórica que contribuiu para sua constituição pluralista, pois seu curso repousa sob multiplicidade na área étnica, assim como na cultural (CERVO, 2008).

A verificação de tal comportamento, carente de oscilações para com o exterior, pode ser observado, por exemplo, na transição do Império para a República. Este foi um processo que o Estado sofreu e que o submeteu a colossais mudanças, mas isso não foi razão suficiente para afetar a diplomacia do Brasil, pois seu posicionamento e suas ações foram inabaláveis, visando a preservação do acumulado histórico.

Nos últimos anos as características e princípios que constituem o acumulado histórico não tem sido considerada satisfatoriamente e nem se identifica a incorporação de elementos substitutivos a políticas tradicionais não utilizadas. Portanto, há uma necessidade da realização de análise da situação conjuntural nacional e internacional, para que seja possível uma melhor compressão de tais mudanças na política externa brasileira.

Esta investigação tem como objetivo geral identificar e analisar a política externa brasileira a partir de 2016. Os objetivos específicos são compreender a política externa implementada pelo ex-presidente Michel Temer entre os anos 2016 e 2018, identificar as características da atuação internacional do governo atual a partir de 2019, como também avaliar as mudanças e rupturas da política externa brasileira em relação ao acumulado histórico.

A literatura utilizada no projeto são as obras dos autores: Amado Cervo, Clodoaldo Bueno, Ney Canani, Ana Lúcia Danileycz, Ricardo Sennes e Paulo Gilberto Ferreira Visentini. Estes trabalham com a formação da política externa brasileira, assim como a construção das características e princípios que revestem a diplomacia nacional, que é projetada no cenário internacional.

A metodologia a ser utilizada durante a realização do projeto de pesquisa será de cunho qualitativo e descritivo, fazendo uso de referências bibliográficas, acompanhamento cronológico dos fatos através de jornais nacionais e internacionais, análise de discursos, sites oficiais e reconstrução dos fenômenos estudados.

1 Política Externa de Michel Temer

O governo de Michel Temer iniciou no dia 12 de maio de 2016 de forma provisória, enquanto estava sendo tramitado o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff. Após o resultado do procedimento, no dia 31 de agosto do mesmo ano, ele é empossado como presidente, o qual encerra seu mandato em dezembro de 2018.

As ações de política externa analisadas pelo projeto, foi um rompimento de algumas bases características da diplomacia brasileira. Como o fato da ocupação do cargo de ministro de Relações Exteriores ser preenchido, em sua maioria, por políticos e não por profissionais de ofício. Esse ato constata a desconsideração da prudência na escolha de representação diplomática, tornando o cargo, ainda que político, ideológico, o qual priva de oportunidades os indivíduos qualificados e habilitados na área.

Desse modo, o projeto visa explorar e aprofundar nas ações de política externa executadas no período e elaborar uma compilação de dados referentes aos movimentos internacionais realizados e as suas possíveis consequências.

2 Política Externa de Jair Bolsonaro

O governo de Jair Messias Bolsonaro iniciou no dia 1 de janeiro de 2019, com previsão de término no dia 31 de dezembro de 2022. Devido ao recente desenvolvimento governamental baixo seu cargo, os registros e análise das suas ações de política externa estão em processo de construção, por isso o material a respeito é muito escasso.

Portanto, a pesquisa objetiva realizar um seguimento e documentação das ações internacionais adotadas durante seu mandato, para assim elaborar uma avaliação da política externa desempenhada fazendo um contraste com os princípios do acumulado histórico.

Considerações Finais

Os resultados obtidos pela pesquisa ainda são parciais e superficiais, uma vez que se trata de uma análise sobre períodos recentes, gerando um maior nível de dificuldade no acesso aos dados. Entretanto, espera-se conseguir analisar as diferenças que a política

externa sofreu e irá a sofrer durante esses anos, como também as rupturas das características da política exterior brasileira. Para assim compreender o novo revestimento do perfil do país na sua inserção no âmbito internacional nos períodos que serão abrangidos na nossa investigação.

Se atribui a universidade a qualificação sobre o debate político-social nacional e internacional, partindo do conhecimento científico e crítico sobre o contexto atual e do decorrido. Portanto, o projeto espera ser de contribuição para o desenvolvimento de futuras pesquisas pertencentes da área, além de permitir a construção de um pensamento crítico alicerçado dentro da pesquisa acadêmica.

Referências

CERVO, Amado L. Inserção internacional: a formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Ed. Saraiva, 2008.

CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. 2ª ed. Brasília: Ed. UnB, 2002.

CERVO, Amado L. (Org.) O Desafio Internacional: a política exterior brasileira de 1930 aos nossos dias. Ed. UnB, 1994.

CANANI, Ney. Política externa no governo Itamar (1992-1994): continuidade e renovação de paradigma nos anos 90. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. A política externa do governo Sarney: a Nova República diante do reordenamento internacional (1985-1990). Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003.

SENNES, Ricardo. As mudanças da política externa brasileira nos anos 80: uma potência média recém industrializada. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003.

VISENTINI, Paulo Gilberto F. A projeção internacional do Brasil (1930-2012). São Paulo: Ed. Elsevier, 2013.

VIZENTINI, Paulo. Relações Internacionais do Brasil: de Vargas à Lula. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2003.

POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E AGENDA AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DOS ACORDOS AMBIENTAIS MULTILATERAIS

**Breno Rodrigo de Messias Leite
Bruna Taneda
Sarah Valmorbida**

Introdução

Este estudo trata dos regimes ambientais internacionais que o Brasil é envolvido a partir do século XXI. Com o objetivo de questionar o desenvolvimento de políticas adequadas para o país e se os acordos estão sendo devidamente cumpridos. Tendo como enfoque as políticas voltadas para preservação da Floresta Amazônica, e uma análise nos principais acordos internacionais como os feitos na Eco 92, Convenção Climática, Convenção da Biodiversidade, Agenda 21 e Protocolo de Quioto. Acordos que foram assinados pelo Estado brasileiro e os avanços nas políticas de preservação do meio ambiente. Para tal, faz-se uma análise de conceitos sobre o tema e o surgimento do mesmo, bem como o surgimento dos acordos e finalmente os resultados.

1 Brasil e Regime Ambiental Internacional

Nas palavras de Keohane e Nye (2001), regimes internacionais são entendidos nos seguintes termos: são regimes internacionais reduzem as incertezas de atores internacionais para a garantia de resultados agradáveis no âmbito do sistema internacional. O impacto ambiental é definido pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente como: qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria

ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população, as atividades sociais e econômicas, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais.

Segundo Ribeiro (2001), a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente marcou a origem do ambientalismo internacional. Essa Conferência tinha como objetivo principal mostrar aos governos e a opinião pública a importância da questão ambiental. Abrindo caminho para discussões do tema com mais intensidade, aplicações políticas e econômicas.

Foi criado então, em 1973, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), ganhando mais peso institucional na ONU, indicando instrumentos relacionados à preservação ambiental, das florestas e da biodiversidade, com a intenção de propor estratégias de desenvolvimento econômico e a preservação ambiental.

Em 1983, foi criada a Comissão sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Comissão Brundtland) que introduziu o conceito de desenvolvimento sustentável. Este relatório levou a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (CNUMA), ou como conhecida Eco 92, realizada no Rio de Janeiro, e enriqueceu debates com o tema do meio ambiente, porém em áreas mais vastas e com níveis diversos, como: governamentais, não governamentais, científico, acadêmico, empresarial. Segundo Documento publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o meio ambiente. No evento foram elaboradas duas declarações: a Declaração do Rio e a Declaração de Florestas. Nesses termos, o Brasil não deixou de ser influenciado e até tomou iniciativas sobre a questão ambiental.

Na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, o Brasil teve destaque com suas ideias a respeito de questões voltadas para o meio ambiente, demonstrando que havia grande inclusão do tema na sociedade brasileira, esse conhecimento foi resultado da criação, dois anos antes da conferência, de diversos setores com temáticas ambientais, como o Fórum Brasileiro das ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente onde participam o setor ambientalista stricto sensu, das ONGs que se autoqualificam como ambientalistas e o socioambientalismo, que são os sindicatos e movimentos sociais que também se juntam à causa ambiental, além

de outros como jornalistas, educadores e artistas. A Eco 92 firmou acordos ambientais globais, como: a Agenda 21, Convenções do Clima e da Biodiversidade, Declaração do Rio para Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Declaração de Princípios para Florestas.

Na Convenção Climática, os países têm como missão estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera. No Brasil, a convenção foi ratificada pelo Congresso Nacional. Também foi criada a Coordenadoria de Mudanças do Clima para concretizar o que foi acordado na convenção. O Brasil criou programas para amenizar as mudanças climáticas, como: Proálcool e iniciativas voltadas para educação ambiental.

A Agenda 21 propõe a base de ações em escala mundial. É formada por quatro temas: questões de desenvolvimento sustentável, conservação e gestão de recursos naturais, atores e grupos sociais na ordem da sociedade e introdução de projetos com tema da fragmentação social. Os processos da Agenda 21 oferecem rápida mobilização da sociedade, para ações com temas dos protocolos e convenções que visam à sustentabilidade.

O Protocolo de Quioto que tem como objetivo a redução do aquecimento global definindo que os países globalizados deveriam reduzir a emissão de gases de efeito estufa, em no mínimo 5,2% em comparação a 1990. O Brasil está no grupo dos países em desenvolvimento que não se comprometeram com metas e objetivos, porém, adotam ações livres nesse setor, como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). O MDL abriu portas para o Brasil ter um crescimento sustentável, avanço tecnológico e financeiro, aumentando recursos para realização de projetos “limpos”. Assim, destacamos dois programas: ProÁlcool, e o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

Considerações Finais

O presente estudo procurou examinar como o Brasil se porta no debate sobre regime ambiental internacional. Apresentando as diferentes posições que o Brasil teve e suas evoluções e projetos na questão ambiental. O Brasil assume uma liderança nas questões ambientais seguindo uma estratégia para uma melhor presença no cenário internacional. O Brasil também emprega mecanismos

externos na sua política de desenvolvimento sustentável, como por exemplo Agenda 21 brasileira. O Brasil tem diversas ações de governança ambiental para o desenvolvimento sustentável, sendo uma referência na preservação da biodiversidade, na produção de energia limpa e na exportação de tecnologia ambiental.

Referências

GOLDEMBERG, J.; LUCON, O. Energia e meio ambiente no Brasil. Acesso em: 14 out. 2018.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. Power and interdependence. New York: Longman. 2001.

LAGO, A. A. C. Estocolmo, Rio, Joanesburgo: O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

PATRIOTA, A. A. Política Externa Brasileira: discursos, estudos e entrevistas Volume II. Rio de Janeiro: FUNAG, 2013.

PECEQUILO, C. S. Política Internacional. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2012.

PEREIRA, A. S. Do fundo ao mecanismo: gênese, características e perspectivas para o mecanismo de desenvolvimento limpo; ao encontro ou de encontro à equidade? 202 p. 2002. Dissertação (Mestrado em Planejamento Energético) - Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

PLATIAU, A. F. B. A política externa ambiental: do desenvolvimentismo ao desenvolvimento sustentável. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de & LESSA, Antônio Carlos (org.), Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas, v. 2. São Paulo: Saraiva, 2006.

RIBEIRO, W. C. A ordem ambiental internacional. São Paulo: Contexto, 2001.

VIEGAS, J. R. R. Governança Global na Economia Verde. Cadernos ADENAUER São Paulo: v. XIII, p. 91, 2012.

PREOCUPAÇÃO AMBIENTAL: EXIGÊNCIA DE QUALIDADE OU PROTECIONISMO DISFARÇADO?*

Arthur Salaber Gomes

Introdução

O crescimento da globalização econômica se acentuou com a criação do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) que logo foi substituído pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Esta última tem como principal finalidade a promoção da abertura comercial para o desenvolvimento dos países. Com efeito, o grande impacto dessa política foi a significativa redução das barreiras tarifárias. Porém, outros obstáculos comerciais foram desenvolvidos, são as chamadas barreiras não tarifárias, e dentre elas destacam-se as de caráter técnico (TBT), que são normas e procedimentos de qualidade aplicados em produtos e serviços com o intuito de promover a padronização no comércio (MARTINS, 2018).

As exigências técnicas podem ter diferentes alegações, sendo uma delas a de “Proteção ao Meio Ambiente” e, teoricamente, tem o intuito de padronizar normas e procedimentos para que a produção e comércio dos bens e serviços sejam menos danosos ao meio ambiente e também entreguem um determinado padrão de qualidade e segurança para os consumidores. Embora haja essa justificativa, as TBTs ambientais podem ter outras considerações implícitas, como a de protecionismo disfarçado, pois podem ser aplicadas para proteger o mercado doméstico da concorrência internacional. Assim, fica evidente o caráter ambíguo das regulamentações propostas com a justificativa de proteger o meio ambiente (SANTOS e SILVA; 2013).

Diante do efeito dúbio dos regulamentos ambientais, o presente trabalho propõe-se identificar o grupo econômico de países

* Trabalho realizado sob orientação da docente Michelle Márcia Viana Martins.

que mais fez o uso dessas barreiras. Além de identificar quais os produtos foram mais notificados com o argumento de proteção ambiental que, em tese, seriam os mais afetados em questão de competitividade de mercado.

1 Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem quantitativa das notificações com justificativa de proteção ambiental, separando-as por grupos econômicos dos emissores. Posteriormente, faz-se uma análise qualitativa dessas medidas com base em uma análise dos países que mais emitiram gases prejudiciais ao meio ambiente, como uma proxy para mensurar preocupação ambiental.

Para classificar os produtos notificados, foi utilizado o sistema de nomenclatura do Sistema Harmonizado de Classificação de Mercadorias de dois dígitos (HS-02). Os dados foram obtidos através do portal da OMC (WTO, 2019) sendo considerado o período de 01/1995 (criação da OMC) a 07/2019. No sistema de notificações técnicas da OMC, há duas classificações: Informes Regulares e Emergenciais, somente as regulares foram analisadas, pois são as que possuem um caráter informativo de estabelecer regras gerais às importações do país perante a comunidade internacional.

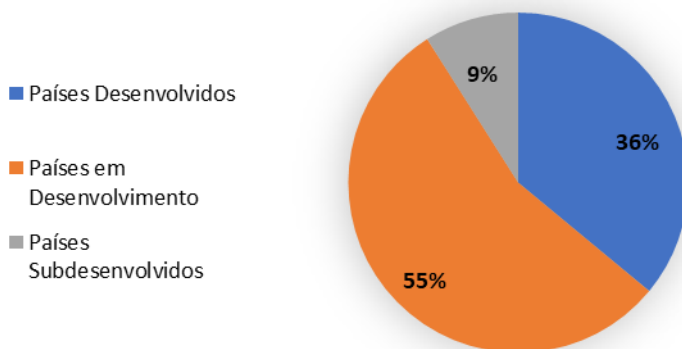
Depois de analisadas, as notificações foram categorizadas por nível de desenvolvimento dos países que as emitiram, quais sejam: Países Desenvolvidos, Países Emergente ou em Desenvolvimento e Países Subdesenvolvidos. Na sequência, relacionou-se esses resultados com a de emissão de gases de efeito estufa por país, afim de identificar se os países mais emissores levantam preocupações em relação ao meio ambiente, o que pode configurar o caráter protecionista das medidas. Os dados das emissões de gases do efeito estufa são obtidos pelo portal *Climate Watch* (2019).

2 Resultados e Discussões

Pode-se observar na Figura 1, que os países em desenvolvimento foram responsáveis pelo maior volume de notificações com caráter de proteção ambiental, tendo emitido cerca de 55% dos informes TBT. Em seguida, com 36% das notificações,

destacam-se os países desenvolvidos e, apenas 10% das notificações advindas de países subdesenvolvidos.

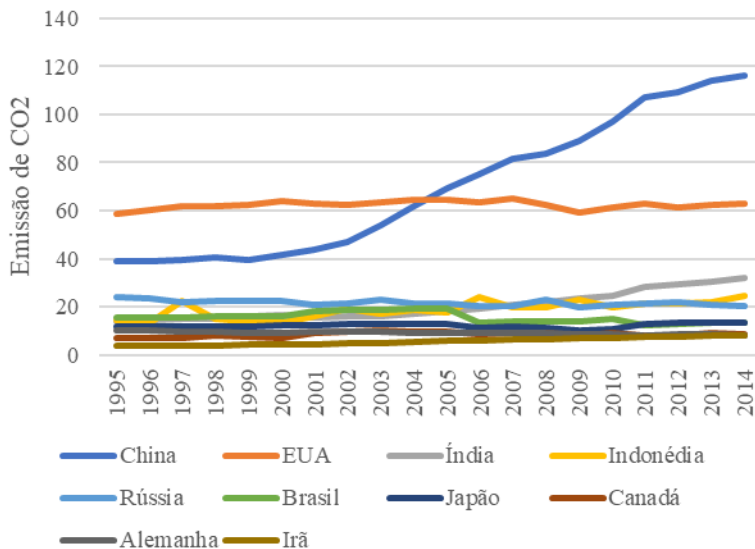
Figura 1 - Percentual do envio notificações por nível de renda dos países.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da OMC.

A Figura 2 apresenta as economias que mais emitiram gases poluentes entre 1990 a 2014 (período mais recente em que há dados disponíveis). Confrontando os resultados indicados nas Figuras 1 e 2, verifica-se que os grupos de países que mais emitiram notificações técnicas com caráter de proteção ambiental, são os mais poluentes. Entre os dez países que mais emitem os gases do efeito estufa, seis são economias em desenvolvimento, e quatro são países desenvolvidos (CLIMATE WATCH; 2014).

Figura 2 - Dez países que mais emitem gases do efeito estufa.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da *Climate Watch*.

Nota-se a tendência crescente de emissões da China, superando o volume emitido pelos EUA em 2004. Ambos são as economias mais poluentes do mundo. Destaca-se, também, o grande número de notificações enviadas por essas nações. Aproximadamente 16,15% de todas as notificações partiram dos EUA, sendo aquele que mais enviou informes sob a justificativa de “Proteção ao meio ambiente”. Porém, em 2014, 6,3 bilhões de toneladas de CO₂ foram emitidos, o que representa 13% de toda a emissão do planeta, segundo *Climate Watch* (2014). As notificações TBT chinesas contabilizaram 6,9% do total emitido pelo mundo.

Um ponto positivo a se destacar é a atual posição da União Europeia em relação a proteção ambiental. O bloco reduziu a emissão de gases de efeito estufa e tem trabalhado para manter essa tendência, além de incentivar a comunidade internacional a adotar a política de proteção ao meio ambiente, o que pode justificar o grande número de notificações emitidas com esse propósito. Além de notificar os países através desse dispositivo da OMC, a União Europeia também tem levantado esta pauta em seus acordos

bilaterais, como aconteceu recentemente com o Mercosul, cujas questões ambientais foram pautadas nas negociações (EC; 2019).

Outro aspecto verificado relaciona-se aos grupos de produtos mais notificados através do Sistema Harmonizado. A seção que mais recebeu notificações foi a XVI, referente a “Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes”, tendo recebido um total de 496 informes técnicos. Seguido das seções VI (“Produtos minerais”) e XVII (“Material de transporte”).

Analisando por Capítulos, que é a desagregação das seções em produtos mais específicos, vê-se que o bem que mais recebeu regulamentos técnicos com a proposta de proteção ambiental, foi o capítulo 84 “Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes”, tendo recebido 274 notificações e, depois, o capítulo 85 “Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios”, com 222 notificações, ambos os capítulos estão contidos na seção XVI, anteriormente citada.

Considerações Finais

A partir da análise dos resultados encontrados com o respaldo da literatura econômica e ambiental, pode-se supor que a incidência de medidas TBT, com viés ambiental, apresentam o caráter do protecionismo disfarçado, visto que são emitidos, majoritariamente, pelos países que mais contribuíram para o aumento da emissão de gases no efeito estufa, com destaque a atuação dos Estados Unidos e China. Porém, algumas economias, como as europeias, têm atuado de forma a melhorar a qualidade do meio ambiente relacionado aos produtos comercializados no mercado internacional.

Referências

EC - European Commission. Mercosur. EU-Mercosur trade agreement: the agreement in principle. 2019.

CLIMATE WATCH. Database. Disponível em:

<<https://www.climatewatchdata.org>>. Acesso em ago. 2019.

GLOBAL Historical Emissions. 29 set. 2019. gráfico. Disponível em: <<https://www.climatewatchdata.org/ghg-emissions?regions=TOP>>. Acesso em: 29 set. 2019.

MARTINS, M.M.V.; SILVA, O.M.; SANTOS, M.O. Preocupações Comerciais Específicas nos Países da América Latina: Avaliação das Medidas Sanitárias e Fitossanitárias Sobre as Exportações Agrícolas. Revista Econômica do Nordeste, v. 49, n. 3, p. 11-22, 2018.

SANTOS, M. O.; SILVA, O. M. Normas técnicas e sanitárias no comércio internacional: efeitos nos países do Sul. In: 51o Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Belém-PA, 2013. Anais... Belém, 2013.

WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO). Database. Disponível em: <<https://www.wto.org/>>. Acesso em ago. 2019.

CUSTO BRASIL E CAPACIDADE NACIONAL DE EXPORTAÇÃO*

Gabrielle Silva Cruz
Renata Cristina Andrade do Nascimento

Introdução

O cenário comercial brasileiro, no âmbito internacional, tem passado por contínuas mudanças. A citar, a ascensão na abertura comercial, integração mercadológica e acordos entre blocos econômicos, como exemplo a recente negociação entre o Mercosul e a União Europeia (INDEX,2016; ITAMARATY,2019). No entanto, embora haja um esforço comercial por parte do país, fazer comércio com o Brasil ainda é um grande desafio, dados os altos custos incorridos pelos problemas estruturais e legais, sendo denominados “Custo Brasil” (CB).

De acordo com Costa e Gameiro (2005), o CB compõe os gastos das distorções nos sistemas produtivos brasileiros. De forma adjacente Carvalho (1997), conceitua Custo Brasil como o dispêndio dos serviços de infraestrutura no Brasil em contraposição a países mais eficientes. Em um sentido mais amplo, a definição abordada neste trabalho faz referência aos entraves que o país enfrenta na abertura e manutenção de negócios e na aptidão de fazer comércio com outras nações.

Em um ranking com 136 economias, o Brasil ocupa as posições 109^a e 122^a em relação ao acesso aos mercados interno e externo, respectivamente (*World Economic Forum*; 2017). Esse dado demonstra que o país é relativamente fechado para o mercado internacional. Assim, são indagadas as questões: os produtos nacionais são competitivos? Quais os principais desafios para o

* Trabalho realizado sob orientação da docente Michelle Márcia Viana Martins.

produtor nacional ter acesso aos demais países? O objetivo desse estudo é recorrer a esses questionamentos e explorar pontos que embasam uma discussão sobre o Custo Brasil.

1 Metodologia

Esse trabalho possui caráter analítico, partindo da investigação de relatórios oriundos de órgãos nacionais e internacionais e na literatura, a fim de identificar a percepção dos parceiros comerciais e do empresariado nacional sobre as dificuldades do país em acessar ao mercado internacional. Busca-se fazer referência aos principais componentes que integram o Custo Brasil e à competitividade dos produtos brasileiros. Serão utilizados recursos gráficos e tabulares que possibilitam comparações e ranqueamentos. Os principais índices utilizados são provenientes dos portais *Index Of Economic Freedom* (2019) e *World Economic Forum* (2019), com respaldo a outros documentos, quando necessário.

2 Resultados e Discussão

A Figura 1 demonstra os resultados obtidos pelo *World Economic Forum* (2019), que considera a percepção dos parceiros comerciais brasileiros sobre a facilidade/dificuldade de fazer comércio. É possível visualizar os 12 principais desafios para as exportações do Brasil. O “Alto custo ou atrasos causados pelo transporte doméstico”, a disposição de “Tecnologia e habilidades de produção inadequada” e a falta de “Acesso aos financiamentos para o comércio”, representam 22,1%; 15,6% e 11,7%, dos maiores desafios para exportar um bem no Brasil, respectivamente.

Figura 1 - Principais entraves para exportação do produto brasileiro



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do *World Economic Forum*.

Outro ponto de destaque refere-se ao impedimento da utilização de matéria-prima importada, que corresponde a 10,7% dos principais entraves à exportação. A aquisição de capital físico e insumos importados favorece o processo produtivo. Na ausência desses, o produtor brasileiro deve buscar substitutos nacionais, podendo ser mais custoso e comprometendo o volume de investimento pecuniário dispendido. Nesta perspectiva, as barreiras tarifárias e não tarifárias correspondem a 29,6% dos fatores que mais dificultam as importações (*Global Enabling Trade Report 2016*). A este fato, nota-se o prejuízo ao comércio exterior brasileiro, dada a dificuldade ao acesso das empresas nacionais a maquinário, tecnologia e insumos importados a preços competitivos para produção de bens e serviços, com consequente aumento do preço do produto brasileiro no mercado internacional.

Adjacente aos fatores mencionados, a Confederação Nacional da Indústria (2018) considera a percepção do empresariado nacional quanto aos desafios em exportar seus produtos. É observado que o “Custo do transporte doméstico”, a “Dificuldade de oferecer preços competitivos” e, as “Elevadas tarifas cobradas por portos e aeroportos”, correspondem a 51,80%, 43,40% e 41,90%¹, respectivamente, dos principais entraves do processo de exportação. Esse resultado demonstra que, tanto na visão dos parceiros comerciais brasileiros quanto do empresariado nacional, questões relacionadas à logística, às políticas comerciais tarifárias e não tarifárias e ao acesso ao mercado internacional, figuram como os maiores desafios a serem superados pelo Brasil.

De acordo com Martins (2018), esses fatores podem provocar elevações nos custos comerciais do Brasil com terceiros. Além disso, uma melhoria de 10% em tecnologia e logística no país, poderia reduzir os custos de comércio em até 26,48% e 3,03%, respectivamente. Com a redução dos custos, maior a possibilidade em ofertar produtos a preços competitivos.

A Figura 2 considera os custos comerciais brasileiros com alguns blocos econômicos². É possível vislumbrar que os menores custos de comércio bilateral do Brasil ocorrem com o Mercosul, conforme o esperado, tendo em vista a proximidade geográfica, integração socioeconômica e redução de barreiras intrabloco via Tarifa Externa Comum (TEC). Todavia, ainda que exista outro bloco com proximidade física (Pacto Andino), é menos custoso comercializar com países do Nafta, cujo custo encarece o produto nacional exportado na média de 98%³, enquanto no Pacto Andino, 128%. Isso se dá pela qualidade comercial das economias norte-americanas e dos países desenvolvidos em geral, que reduz o custo

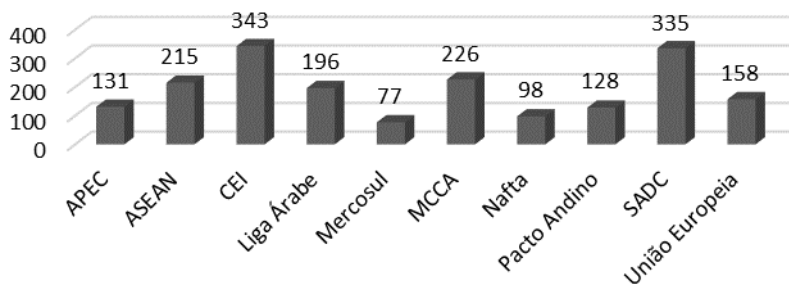
¹O mesmo fator pode ser mencionado por mais de um empresário, o que justifica a porcentagem não somar 100%.

²APEC (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico), ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático), CEI (Comunidade dos Estados Independentes), Liga Árabe, Mercosul (Mercado Comum do Sul), MCCA (Mercado Comum Centro-Americano), NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio), Pacto Andino, SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral) e União Europeia.

³Esse valor é sobre o produto desconsiderados todos os componentes que compõe o preço no mercado interno (Ex: embalagem para o mercado interno, comissão do vendedor, lucro no mercado interno, entre outros).

bilateral com o Brasil, mesmo que sejam mais distantes. Países que apresentam problemas estruturais e legais semelhantes aos brasileiros, ou seja, infraestrutura deficitária, processos alfandegários pouco automatizados, procedimentos excessivamente burocráticos, entre outros fatores elencados pelos parceiros comerciais e pelos empresários nacionais, tendem a apresentar custos comerciais altos.

Figura 2 - Custos comerciais bilaterais do Brasil com blocos econômicos



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do *United Nations ESCAP*.

Considerações finais

Depreende-se que comercializar com o Brasil ainda é um desafio, pois o país possui uma série de problemas estruturais e burocráticos que encarecem o preço do produto comercializado, que pode se tornar ainda mais custoso quando envolve trocas entre países em desenvolvimento, tendo em vista as condições internas de comércio individual de cada país. Sendo assim, o conhecimento das informações aqui apresentada apontam demandas internas que carecem de atenção e que podem auxiliar os formadores de políticas em suas possíveis intervenções nas áreas de fomento ao comércio internacional.

Referências

ANDRADE, R.; ABIJAODI, C.; BARREIROS, C. Desafios à competitividade das exportações brasileira. Disponível em: <<http://desafioexport.org.br/wp-content/uploads/2018/11/FGV-EAESP-CNI-2018-Desafios-a-Competitividade-das-Exportacoes-Brasileiras.pdf>>. Acesso em: out. 2019.

ARAUJO, E.; AMORIN, C. Inserção global do Brasil: OMC, Mercosul, ALCA, Zona de livre comércio entre Brasil e União Europeia. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/component/tags/tag/mercosul-uniao-europeia>>. Acesso em: out. 2019>.

CARVALHO, M.; NASSIF, A.; LIMA, E. Infraestrutura, diversificação das exportações e redução do “Custo Brasil”: limites e possibilidades. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, V. 4, N. 7, P. 83-122, JUN. 1997.

COSTA, GAMEIRO. Entendendo o Custo Brasil. IFMA-ABAR. P. 1. 2005.

MARTINS, M. M. V. O impacto das medidas do acordo de facilitação de comércio nos custos bilaterais não tarifários do comércio brasileiro. Dissertação, Universidade Federal de Viçosa, 2018.

WORLD ECONOMIC FORUM 2019. Disponível em: <<http://www.economia.gov.br/noticias/2019/10/brasil-sobe-no-ranking-de-competitividade-do-forum-economico-mundial>>. Acesso em: out. 2019>.

THE GLOBAL COMPETITIVENESS REPORT 2019. World Economic Forum. Disponível em: <<https://goo.gl/WDwC5M>> Acesso em out. 2019.

COMO O BRASIL PODE SER IMPACTADO PELAS DISPUTAS COMERCIAIS ENTRE ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E CHINA?

Caroline Alves Matos

Introdução

Em tempos de globalização mundial, surgem novas tecnologias, novas redes de comércio e desafios contemporâneos às relações internacionais. Contudo, o comércio exterior entre os países pode sofrer entraves de desenvolvimento, causando repercussões em todo o cenário mundial caso haja fragilidade e instabilidade nas relações internacionais atuais. Isso se deve ao fenômeno da interdependência complexa, onde fatos isolados podem causar consequências em todo o sistema internacional, pois suas relações estão interligadas.

O presente trabalho busca analisar a recente guerra comercial entre os Estados Unidos da América e a China, e os possíveis impactos para o Brasil em temas de relações internacionais. O escopo do trabalho será abordado sob a perspectiva da corrente teórica da Interdependência Complexa das Relações Internacionais.

1 Como o Brasil pode ser impactado pelas disputas comerciais entre Estados Unidos da América e China?

A ascensão chinesa no cenário internacional tem sido expressiva, principalmente na área econômica. Com tal fato, a hegemonia do capitalismo estadunidense pode, paulatinamente, vir a tomar outros rumos. O trabalho preocupa-se em analisar as possíveis perspectivas para a manutenção da hegemonia norte-americana como

uma fase introdutória, possíveis caminhos da latente expansão chinesa e, também, como o Brasil poderá ser impactado. Tais expectativas podem ser consideradas por meio de fenômenos das Relações Internacionais, como as teorias e análises internacionais.

A problemática que este trabalho busca solucionar gira em torno de um questionamento fundamental: como o cenário comercial brasileiro poderá ser afetado pelo entrave comercial entre a China e os EUA? Para tal, aqui foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica de dados secundários, além de matérias jornalísticas, dados e indicadores econômicos e entrevistas capazes de constatar a realidade dos impactos no Brasil. Esta pesquisa ganha relevância diante pois afeta diretamente a política externa brasileira. Como é sabido, a China se tornou o maior parceiro comercial do Brasil, mas, ao mesmo tempo, a economia brasileira é fortemente influenciada pelas oscilações do dólar e, também, com as barreiras tributárias norte-americanas. Além disso, a queda nas bolsas de valores, como a Ibovespa, pode indicar potenciais problemas quanto a investimentos estrangeiros no Brasil, visto que esta disputa indica reordenação de fluxos do comércio exterior.

Considerações Finais

A ascensão da China como uma potência global concretiza-se no cenário mundial que sua expansão poderá ser muito expressiva no sistema internacional. Um exemplo expressivo dessa disputa é o caso Huawei, onde é perceptível que ocorreram afetações ao Brasil, sobretudo com negociações envolvendo os Estados Unidos da América, como consequência deste novo panorama mundial.

Devem-se considerar projeções sobre o expressivo mercado econômico chinês. É importante reavaliar se a economia do país poderá corresponder também ao alcance de uma hegemonia política e militar, em termos de Soft Power e alterações do status quo no sistema internacional.

Referências

- CASTRO, Thales. Teoria das relações internacionais. 2ª ed. Brasília: FUNAG, 2016. 582 p.
- JAGUARIBE, Ana (organizadora). Direction of Chinese global investments: implications for Brazil. 1ª ed. Brasília: FUNAG, 2018. 360 p.
- KEOHANE, Robert O.; NYE, Jr., Joseph S. Power and Interdependence. 4ª ed. Stoughton: Pearson, 2011. 365 p.
- LIMA, Eduardo Moreira. Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas: análises e documentos. 1ª ed. Brasília: FUNAG, 2016. 480 p.
- LYRIO, Mauricio Carvalho (organizador). A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos. 1ª ed. Brasília: FUNAG, 2010. 252 p.
- NYE, Jr., Joseph S. Soft Power: the means to success in world politics. 1ª ed. Nova Iorque: Public Affairs, 2004. 206 p.

O DESPERTAR DO DRAGÃO ASIÁTICO: A INOVAÇÃO CHINESA COMO INSERÇÃO EXTERNA

**João Heitor Pereira
Pâmela Monteiro Siqueira**

Introdução

Com a intensificação do processo de globalização no sistema internacional (SI), é possível perceber o quão complexas e dependentes se tornaram as relações nesse âmbito, e não somente no quesito da economia como também da tecnologia, das ideias e de outros aspectos. Dessa forma, é possível analisar a atuação da China em tal cenário, ou seja, um país antes fechado que hoje obtém suas garras espalhadas pelo mundo agindo de forma ativa, todavia, de um modo diferente das grandes potências do sistema internacional na conquista de sua ascensão externa.

Para debater acerca de ascensão chinesa é indispensável falar sobre a Rota da Seda, entretanto, se faz totalmente necessário analisar o pulo do Dragão Asiático⁴ que fica por conta das reformas econômicas no território nacional chinês, as quais completaram 40 anos em 2018 e foram essenciais para o papel de potência internacional desempenhado hoje pelo Dragão no SI.

O presente trabalho se utiliza do estudo das Relações Internacionais (RI) em conjunto com estudos econômicos para analisar a inserção externa da China e seu crescimento econômico. Por parte das RI se apoiará na teoria neoliberal que definirá o SI como completamente interrelacionado, dessa forma, sendo impossível uma nação ser isolada do mundo, estabelecendo o

⁴ O Dragão é um elemento mitológico pertencente ao folclore asiático e símbolo do Império chinês. Junto a isso, é o quinto animal do zodíaco chinês, assim, é atribuído ao dragão a função de guardar o Oriente.

conceito de Interdependência Complexa.

Junto a isso, a teoria traçará um novo caminho para definir que o uso de poder no SI não se trata apenas de capacidade bélica. Destarte, como é entendido que a conexão se torna cada vez mais profunda entre os atores do SI, a habilidade de mudar o comportamento e decisões desses atores torna-se uma peça fundamental para as RI. Assim, Joseph Nye estabelece o conceito de *Soft Power* (poder de atração) e *Hard Power* (poder bélico), lembrando sempre que o poder de atração é sempre mais eficaz que a coerção, desse modo, deve ser usado em primeiro plano. Logo, para Nye, o uso certo desses poderes no SI é denominado de *Smart Power*, pois é feito um uso de forma inteligente tanto do *soft* quanto do *Hard Power*, ou seja, aplicando primeiro a habilidade de atração e, caso essa não funcione, a coerção bélica, ameaças ou sanções devem ser aplicadas logo após. (NYE, 2004)

Como tal estudo tem um caráter interdisciplinar, trata-se de uma pesquisa qualitativa na qual a primeira fase consiste em levantar dados que demonstrem uma ascensão por inovação, em tecnologia por exemplo, refletindo na tomada de lugares no SI por parte da China, desse modo, dialogando, de forma direta, com o conceito de interdependência complexa estabelecido na teoria neoliberal dos estudos das RI, de acordo com Keohane e Nye (2008, p.162):

(1) *Multiple channels* connect societies, including: informal ties between governmental elites as well as formal foreign office arrangements; informal ties among non-governmental elites (face-to-face and through telecommunications); and transnational organizations (such as multinational banks or corporations) [...] (2) The agenda of interstate relationships consists of multiple issues that are not arranged in a clear or consistent hierarchy. [...] (3) Military force is not used by governments toward other governments within the region, or on the issues, when complex interdependence prevails.

Como a pesquisa se encontra em estágio inicial, não é possível constatar sólidos resultados, todavia, se torna necessária a análise do crescimento de companhias chinesas no setor de tecnologia, Xiaomi e Huawei, são exemplos disso, o que revela a presença do dragão em diversos setores de inovação. Ademais, as companhias chinesas citadas acima enfrentam problemas para se estabelecer no ocidente

por “ferir interesses nacionais”, revelando assim, um receio de que a China atinja a hegemonia.

Além disso, uma discussão mais complexa é iniciada quando se trata sobre ordem global, não sendo possível negar os gigantes passos chineses. Assim como explicita Oliver Stuenkel em sua obra, na qual busca contribuir para a discussão sobre como o corpo social pode se adaptar a uma ordem mais multipolar “na qual decisões de grande importância não poderão mais ser tomadas por um grupo de democracias ocidentais liberais, cuja maneira de pensar é amplamente semelhante”. (STUENKEL, 2018, p. 34)

Considerações Finais

Constatou-se que pelo fato dessa pesquisa estar em seus estágios iniciais, há obstáculos na obtenção de resultados concretos. Todavia, pode-se analisar o crescimento chinês e em como o Dragão vem tomando espaço nas relações dos Estados Unidos e se inovando em diversos setores da economia, mais uma vez se utilizando do setor tecnológico como exemplo, é possível ver a oferta por parte da China de não mais, apenas, produtos intermediários, mas sim produtos prontos que geram competição de mercado, sendo essa uma forma de ameaça para a então hegemonia do SI.

O presente estudo, procura obter um afinilamento no setor tecnológico, isto é, compreender o papel de companhias chinesas e qual a relação dessas com o crescimento do Dragão. Ademais, essa pesquisa visa interpretar a dificuldade de ascensão por parte da China e até mesmos impasses culturais que desfalcam o oriente na corrida econômica.

Referências

KEOHANE, Robert e NYE, Joseph. Power and Interdependence. In BETTS, Richard. Conflict After the Cold War. Nova York: Pearson, 2008.

NYE, Joseph. Soft Power: The Means to Success in World Politics. Public Affairs, 2004

STUENKEL, Oliver. O Mundo Pós-Occidental: potências emergentes e a nova ordem global. 1ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

BRASIL E TAIWAN: UMA ANÁLISE DO COMÉRCIO BILATERAL ENTRE 2012-2017*

Tobias Moreira Ramos

Introdução

O Estado de Taiwan não apresenta soberania reconhecida pela República Popular da China, ou seja, não soberana diante do seu próprio Estado e também por outros países, inclusive o Brasil (BARBOSA, 2016). A este fato, é possível compreender que não existam relações diplomáticas entre Taiwan e a nação brasileira, porém suas relações comerciais são relevantes, com grande volume de produtos brasileiros adquiridos (*Atlas of Economic Complexity*, 2018). Diante disso, o comércio bilateral gera interação através das trocas comerciais, em decorrência de ser um campo fértil não contrariando a posição da China (China Continental).

O Brasil fornece produtos primários para Taiwan, cuja exportações compreendem, majoritariamente, produtos oriundos da agricultura, metais, minerais e químicos. Enquanto Taiwan envia bens manufaturados, tais como produtos eletrônicos, químicos, máquinas e têxteis à comunidade brasileira. Essas informações demonstram a inclinação do Brasil em exportar produtos primários e em adquirir produtos com alto valor agregado de Taiwan.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho visa analisar os fluxos bilaterais entre Brasil e Taiwan para um período recente, que considera os anos de 2012 a 2017, com vistas a apresentar uma abordagem sobre a ascensão tecnológica da nação asiática frente à especialização brasileira na produção e comercialização de produtos primários.

* Trabalho realizado sob orientação da docente Michelle Márcia Viana Martins.

1 Brasil e Taiwan: competitividade e industrialização

O Estado taiwanês adotou a abertura de seu mercado ao comércio internacional, aderindo uma estratégia de industrialização orientada para a exportação (PINTO, 2004). Em contrapartida o Brasil optou por escolher um modelo de industrialização com uma ampla proteção de seu mercado interno (VERSIANI, SUZIGAN, 1990). Como resultado, Taiwan se tornou um dos maiores exportadores de tecnologia de acordo com o *Atlas of Economic Complexity* (2018), tendo mantido em seu território pesquisa e inovação, transferindo as cadeias de produção para países com mão-de-obra mais barata. Em contrapartida, mesmo com o processo de industrialização iniciado na década de 60, o Brasil tem se firmado como grande exportador de *commodities*, mas visa estabelecer cadeias de produção de tecnologia para seu território por meio de incentivos.

Outra diferença entre Taiwan e Brasil está na competitividade de seus produtos nacionais. O Brasil tende a proteger o mercado interno visto que, os produtos aqui produzidos não são suficientemente competitivos para serem vendidos no mercado internacional em relação a produtos manufaturados (PAIS et al, 2008). Contudo, a indústria taiwanesa se tornou competitiva através de um longo processo e estratégias bem definidas. Houve um grande investimento em infraestrutura e educação (JACOBS, 2011), o que estimulou a inovação e favoreceu o escoamento da produção para ser exportada.

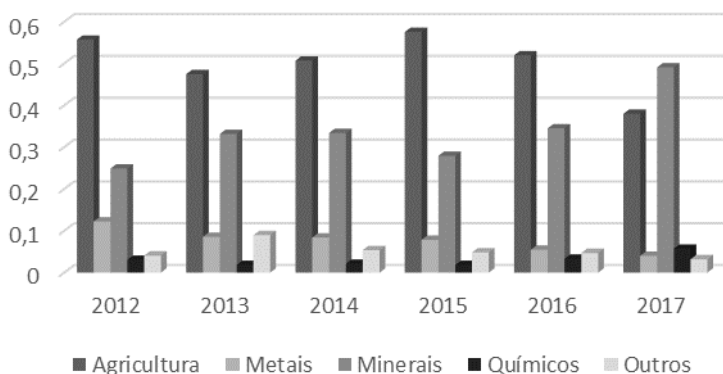
2 Inserção das empresas taiwanesas no Brasil

Entre os setores que se destacaram na industrialização taiwanesa, atenção é voltada para a produção de eletrônicos. Muitas empresas de eletrônicos taiwaneses estabeleceram fábricas no Brasil, como ASUS, Acer, D-Link. Segundo dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC, 2016), a importação taiwanesa no Brasil ultrapassa US\$ 12 bilhões, sendo que mais de US\$ 3,9 bilhões foram investidos em produtos manufaturados no período de 2012 a 2017. Nota-se que aproximadamente a totalidade destes investimentos destina-se a setores de alta tecnologia, tais

como eletrônicos e componentes, incluindo semicondutores.

Conforme os dados apresentados do *Atlas of Economic Complexity* (2018), observa-se que cerca de 1,15% das importações realizadas pelo Brasil durante o período de 2012 a 2017, é de origem Taiwanesa. Dito isso, identifica-se que o Brasil disponibiliza parte dos seus insumos para a produção dos produtos eletrônicos. Por conseguinte, onera-se em capital tendo em vista que o Brasil exporta seus insumos com um baixo valor agregado conforme mostra a figura 1.

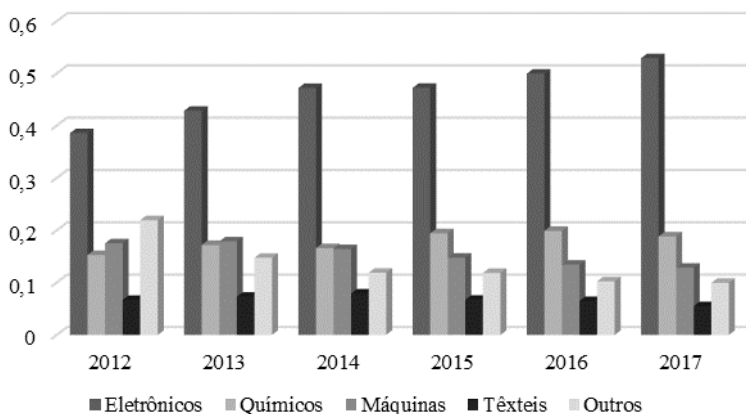
Figura 1 - Exportações brasileiras para Taiwan 2012-2017



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da *Atlas of Economic Complexity*.

No perfil de exportação do Brasil para a Taiwan constata-se a predominância de produtos de baixo valor agregado, sendo que, no período de 2012 a 2017, cerca de 94,80% dos produtos são oriundos da agricultura (50,22%), metais (7,76%), minerais (33,83%) e químicos (2,99%). Em 2017 averigua-se que houve um crescimento de 14,56% nas exportações de minerais (óleos de petróleo bruto, minério de ferro e minérios e concentrados de ferro) e uma queda de 13,99% na produção agrícola.

Figura 2 - Importações brasileiras de Taiwan 2012-2017



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da *Atlas of Economic Complexity*.

A composição das exportações Taiwanesas para o Brasil inclui uma grande parcela de produtos industrializados, com produtos de alto valor agregado. No período de 2012 a 2017, cerca de 86,56% dessas exportações compreenderam bens manufaturados, tais como produtos eletrônicos (46,45%), químicos (17,87%), máquinas (15,47%) e têxteis (6,77%). Ao analisarmos os dados da figura 2, verifica-se que no período de 2012 a 2017 houve um crescimento de 2,86% no setor tecnológico. No caso das importações brasileiras provenientes de Taiwan, há um evidente predomínio de produtos de alto valor agregado de indústrias conexas de alta tecnologia.

Para deixar explícito, Baltar (2008) explica que, em casos de aumento do comércio bilateral com produtos de tecnologia no que se refere à sofisticação, o padrão do comércio brasileiro não é aquele que se esperaria beneficiar a ampliação do valor agregado no país, e concomitantemente com sua contribuição para o crescimento da conjuntura da economia. O aumento das exportações desses tipos de produtos tecnologicamente mais sofisticados para países mais desenvolvidos foi alcançado essencialmente pelo fornecimento de insumos menos sofisticados nas redes de produção e geração de valor agregado das grandes empresas multinacionais.

Considerações Finais

Há uma discrepância entre o modelo taiwanês exportação apresentado em relação ao Brasil, o que gera ao país a ascensão no ramo de exportação na área tecnológica. Esse cenário poderá vir a acontecer caso o Brasil adote uma postura de abertura de fato ao comércio internacional (GONÇALVES,1997), juntamente com investimento em infraestrutura, educação, pesquisa e inovação que favoreçam o estabelecimento de cadeias produtivas para o país. Incentivos protecionistas resultam em um crescimento não sustentável baseado apenas no mercado interno. Além disso, relações comerciais não requerem, necessariamente, relações diplomáticas. Sendo assim, um menor diálogo comercial entre o Brasil e Taiwan é vantajoso apenas para a China Continental que pode lucrar com a mediação comercial entre os dois Estados.

Referências

ATLAS, of Economic Complexity. O que o Brasil importou de Taiwan em 2017?. Estados Unidos da America USA, 15, março de 2018. Disponível em:

<<http://atlas.cid.harvard.edu/explore?country=32&product=undefined&year=2017&tradeDirection=import&productClass=HS&target=Partner&partner=249&startYear=1995>>. Acesso em: 20 out. 2019.

BALTAR CT. Comércio exterior inter e intra-industrial: Brasil 2003-2005. Economia e Sociedade, Campinas, v. 17, n. 1 (32), p. 107-134, abr. 2008.

GONÇALVES, J. S. Crise do algodão brasileiro pós abertura nos anos 90 e as condicionantes da retomada da expansão em bases competitivas. Informações econômicas, São Paulo, v. 27, mar. 1997.

JACOBS, Bruce, THE HISTORY OF TAIWAN, The China Journal, no. 65 (January 2011): 195-203. Australia AUS, janeiro de 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1086/tcj.65.25790564>>. Acesso em: 20 set. 2018.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. Base de dados do Comex Stat. Brasil BR, 14, outubro de 2018. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/base-de-dados-do-comercio-exterior-brasileiro-arquivos-para-download>> Acesso em: 20 out. 2019.

PAIS, P. S. M.; GOMES, M. F. M.; CORONEL, D. A. Análise da competitividade das exportações brasileiras de minério de ferro, de 2000 a 2008. Revista Administração Mackenzie, São Paulo, v. 13, n. 4, ago. 2012.

VERSIANI, F., SUZIGAN, W. O processo brasileiro de industrialização: uma visão geral. In: Congresso Internacional de História Econômica, 10., Louvain. Anais... Louvain, 1990.

DIPLOMACIA CORPORATIVA: O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS E O INTERNACIONALISTA

Gabriela Carolino Rodrigues de Souza

Introdução

O conceito de diplomacia se modificou ao passo que a globalização proporcionou ao mundo maiores interconexões. Sendo assim, a diplomacia tradicional concebida como uma ferramenta política somente entre Estados, passou a não ser capaz de regular e suprir todos os contextos advindo desse novo modelo globalizado e liberal.

Em meio a esse cenário, a política contemporânea junto à essa mudança global requereu um novo modelo perante as relações múltiplas. O multilateralismo se fez presente, assim as Instituições e Organizações ganharam espaço nesse novo reajuste, não sendo mais protagonista apenas o Estado. Desse modo, instaurou-se uma transição entre diplomacia tradicional e a necessidade de outras práticas diplomáticas, assim surgiu um grande espaço para a diplomacia corporativa. Nesse escopo, emerge o setor empresarial e as multinacionais, os quais são atores de grande fomento político-econômico dentro de um país. Vale ressaltar que esse novo âmbito de relação internacional privada fortalece laços diplomáticos, bem como as práticas diplomáticas que o país exerce é um instrumento ambivalente fortalecedor das missões de caráter empresarial, assim na perspectiva de Carvalho filho (2011, p. 5).

Hodiernamente o grande propulsor das negociações é a diplomacia corporativa, que se apresenta como um fator de alavancagem internacional de empresas multinacionais, trata-se de um modelo de paradiplomacia vigente. A atitude expansionista das

empresas é uma constante, por isso a existência de multinacionais emergentes é cada vez maior, dado a tentativa singular de se inserir no mercado qualificado internacional. Nesse panorama, no que tange o Brasil, há mais de 20 empresas já consolidadas no mercado internacional, tais como JBS-Friboi, Stefanini It Solutions e Gerdau, essas representam internacionalmente o Brasil no ramo alimentício, tecnológico e siderúrgico. (LENNAN, PICCIOLI, YAMASAKI, 2013, p. 70). Caracterizado isso, pode-se observar a necessidade crescente de uma ferramenta específica para o processo de internacionalização, nesse plano a Diplomacia Corporativa é parte integral da intersecção do setor privado e as relações internacionais. Nesse processo, inclui-se o papel do profissional internacionalista, agente central e necessário para esse novo modelo de diplomacia.

Diante dos aspectos mencionados, esse trabalho tem como objetivo apresentar a importância Diplomacia Corporativa como estratégia de internacionalização de empresas. Uma importante ferramenta a qual pode ser conduzida por um internacionalista dentro do campo da gestão e a agenda internacional. O mesmo será apresentado em três períodos, a primeira abordagem se trata do conceito de diplomacia corporativa e seu alcance, na segunda parte elucidar-se-à o papel do profissional de Relações Internacionais na internacionalização de empresa. E por fim, as conclusões sobre a importância desse novo modelo de diplomacia, pautado na sua necessidade crescente, trata-se da interdependência complexa e das cadeias de progresso do sistema internacional.

1 Diplomacia Corporativa

A diplomacia corporativa atua em meio a necessidade de estratégia para a internacionalização, trata-se de uma assessoria no plano internacional. A arte da negociação é constante nesse processo, e nesse sentido a política empresarial necessita de uma ferramenta capaz de administrar vários fatores dentro da esfera internacional. Portanto, a Diplomacia Corporativa é um modelo crescente que se insere no plano empresarial capaz de oportunizar a inserção da empresa no plano externo, e assim habilita a mesma a lidar com os múltiplos fatores imprescindíveis do processo de internacionalização empresarial.

O mercado externo possui inúmeros desafios, seja dentro de relações bilaterais ou multilaterais, o qual está se encaixa as empresas privadas. Para que uma entidade privada internacionalize seu produto ou serviço, se faz necessário compreender as múltiplas facetas que envolve tal processo, cabe analisar os *stakeholders* que serão envolvidos para que se atinja o objetivo de se propagar no cenário global. Consequentemente, para uma atuação internacionalmente bem-sucedida é premente o instrumento de comunicação e estratégia para estar em condições de atuar nesse ambiente. Nas máximas de Fuhr e Paixão (2009), constam a Diplomacia Corporativa como um fator de alavancagem internacional para as empresas do setor privado. Analogamente, Prioste (2015) expressa brevemente:

Atuação orientada para a responsabilidade social corporativa, relações com associações profissionais e comerciais; preservação da imagem e reputação da empresa: influencia na formulação de regras do setor; defende determinados interesses junto às associações envolvendo um grande grupo de empresas com interesses comuns: promove o *advocacy*; ajuda na regulamentação do setor tanto no mercado nacional quanto no internacional; contribui para a definição de disseminação de padrões do setor ; observa os stakeholders nacionais e internacionais; participa da internacionalização de empresas. (PRIOSTE, 2015, p. 124).

A atividade da diplomacia corporativa envolve reconhecer o território alheio na busca de uma inserção qualificada, logo é papel desse modelo de diplomacia influenciar e preservar o papel da empresa internacionalizada mediante aos diversos atores e seus *stakeholders*. Pode-se abstrair o termo *stakeholders* como o público estratégico de uma determinada empresa, trata-se das variáveis que se deve primeiramente conquistar e por último cultivar, objetivando assim uma estabilidade no panorama externo. Logo, segundo consta Prioste (2015) inúmeros agentes necessitam ser levado em consideração, são eles governos internacionais, câmaras de comércio, agências reguladoras, mídia, organizações não governamentais, sociedade e outras empresas. Desse modo, Sarfati (2007), considera fundamental que as empresas transnacionais elaborem uma política externa corporativa, para assim lidar com os desafios,

socioeconômicos, culturais e políticos. E nesse panorama se manifesta a atuação do profissional internacionalista.

2 O papel do internacionalista

Diante dessa nova estrutura onde a diplomacia clássica, desempenhada somente de Estado para Estado, não consegue mais suprir todas as demandas de escala internacional, surge um espaço para atuação do profissional de Relações Internacionais em meio a gestão corporativa. De modo análogo, designado como internacionalista, este profissional tem a capacidade de uma gestão estratégica através do seu conhecimento das diversas áreas do saber, como direito, economia, política internacional, geopolítica entre outros. Sendo assim, é capaz de buscar ferramentas elaboradas para instaurar um processo de internacionalização. Sarfati (2007) reconhece que, por vezes, empresas não viabilizam seus negócios internacionais por falta de manejo e conhecimento dessa esfera global complexa.

Ademais, para que as entidades corporativas não estejam fadadas ao comércio nacional, busca-se por meio de uma administração internacional, o qual pode ser desempenhado pelo internacionalista, a capacidade de “compreender os contrastes culturais e o impacto das diferentes legislações, avaliando os riscos e oportunidades políticas em diferentes ambientes”. (ANDRADE, 2016, p. 19). Nesse escopo, pode-se conceber uma interdependência, na qual só é inserido o ator dotado de especificidades que sejam capazes de fazer a diferença diante às transformações econômicas do mercado, de igual modo:

Entende-se que o profissional de relações internacionais é um dos atores do atual cenário de internacionalização, capaz não somente de operacionalizar, mas também de pensar estrategicamente nesta nova fase do comércio não somente doméstico, produzindo conhecimento que servirá de subsídio para a tomada de decisões neste novo segmento de mercado, o qual possui fortes características de interdependência e cooperação. (FURH E PAIXÃO, 2009, P. 6).

A aliança corporativa que o internacionalista fomenta, através da interdisciplinaridade é de extrema relevância não só para o processo de projeção internacional, como também muito importa ao Estado. Assim, na visão de Stopford e Strange (1991), para que fosse possível lidar com o mercado global os governos passaram a reconhecer a importância dos recursos advindos das empresas transnacionais. Com isso, deste profissional extrai-se as habilidades como, capacidade de liderança no âmbito institucional e internacional, e com essa *expertise* é possível que o internacionalista promova um equilíbrio estratégico em meio às intersecções do sistema de internacionalização.

Espera-se do internacionalista uma atitude expansionista através do conhecimento do país que se deseja internacionalizar, além disso a característica cultural do país é fator latente que determina a ação do profissional, o mesmo analisa a sensibilidade cultural e trabalha com isso a seu favor. Trata-se de uma vantagem que prevê melhor gerenciamento e alcança colaboradores (*stakeholders*) motivados, assim expressa Steger (2004). Pode-se assentir que a atuação do diplomata corporativo, transformou-se em um grande subsídio para o setor privado e sua inserção internacional.

Considerações Finais

Dado o exposto, este trabalho tem como tema central demonstrar a necessidade da Diplomacia Corporativa demandada pelo setor privado que deseja se internacionalizar. Outrossim, compreende-se essa diplomacia como um novo modelo de gestão estratégica o qual é desempenhada pela atuação do internacionalista. Este, por meio da negociação internacional estratégica, desenvolve a Diplomacia Corporativa de modo a representar a organização privada que deseja se inserir no mercado externo e fazer parte da agenda global.

A necessidade de se internacionalizar surge diante da interdependência complexa que a globalização desenvolveu, com isso atuar em um cenário de múltiplos fatores demanda um profissional possibilitado de conduzir as ações institucionais e internacionais. Os diplomatas corporativos são, portanto, aqueles capazes de uma destreza multifatorial, detentor das aptidões de

comunicação, negociação, compreensão de mundo e gestão estratégica. Diante disto, o internacionalista possui as variáveis necessárias desse processo, devido ao conhecimento amplo da agenda internacional, além de ser o profissional dinâmico capaz de reconhecer o sistema internacional e buscar as ferramentas essenciais para a atividade internacional. Por fim, a Diplomacia Corporativa aliada ao internacionalista dispõe de uma política externa corporativa qualifica que se torna indispensável ao setor privado que deseja se internacionalizar.

Referências

ANDRADE, Indaiara Letícia de. A Diplomacia Corporativa das empresas multinacionais e sua relação com a dimensão sociedade no modelo de Sarfati (2007): um estudo de caso da PB na Indonésia e Monsanto no Brasil. 2016. 92 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Unisc, Santa Cruz do Sul, 2016.

CARVALHO FILHO, José Carlos de. A Diplomacia Empresarial como ferramenta para as alianças nas empresas transnacionais brasileiras. In: Revista de Estudos Jurídicos Unesp, Franca, v. 5, n. 21, p.1-12, 2011. Disponível em: <<https://ojs.franca.unesp.br/index.php/estudosjuridicosunesp/article/view/328>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

FÜHR, Alisson André; PAIXÃO, Carlos Henrique Oliveira e Silva. Diplomacia Corporativa: Fator de Alavancagem Internacional para Empresas Privadas. In: Anais do V Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 5., 2009, Niterói. Congresso. Niterói: Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 2009. V. 5, p. 2 -18.

LENNAN, Maria Laura Ferranty Mac et al. Aplicação de tipologia de expansão internacional: classificação das vinte empresas brasileiras mais transnacionalizadas. In: Revista eletrônica Estratégia e Negócios, São Paulo, p.1-26, 22 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/EeN/article/view/1598/1524>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

PRIOSTE, Daniela Buzzolini. Diplomacia Corporativa: estudo de caso em um grupo internacional de comunicação digital. 2015. 173 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SARFATI, Gilberto. Manual de diplomacia corporativa: a construção das relações internacionais da empresa. São Paulo: Atlas, 2007.

STEGER, Ulrich. Corporate Diplomacy: The Strategy for a Volatile, Fragmented Business Environment. Inglaterra: Wiley, 2003. Disponível em: <http://culturaldiplomacy.org/academy/pdf/research/books/public_diplomacy/Corporate_Diplomacy_-_Ulrich_Steger.pdf>. Acesso em: 20 out. 2019.

STOPFORD, J., & STRANGE, S. (1991). Rival States, Rival Firms: Competition for World Market Shares. Cambridge: Cambridge University Press.

DRAGAGEM: UMA ANÁLISE DOS SEUS IMPACTOS POTENCIAIS*

Hendrick Furtado Martinez

Introdução

A dragagem consiste no procedimento de limpeza do fundo de rios, mares, canais de acesso e demais tipos de meios fluviais, no qual realiza-se a remoção de pedras, areia, lodo e outros materiais que estejam dificultando a passagem dos meios. Esse procedimento se dá através do equipamento chamado “draga”, sejam estes de transporte ou cargueiros, cuja finalidade é aumentar a profundidade do canal para facilitar o procedimento de atraque e descarga. Esse processo se estende, também, como meio de escavação de minerais que possuem algum valor econômico.

Apesar dos benefícios atribuídos à atividade, cujo principal deles é melhorar as condições portuárias para o recebimento de cargas. Esse processo traz consigo alguns pontos negativos. Segundo estudos realizados pela OECD (1993), Leal Neto (2000) Porto e Teixeira (2002), Torres (2000), apud Castro e Almeida (2012, p. 521), são eles: a poluição por meio de substâncias tóxicas existentes no material utilizado para drenagem; o impacto direto sobre o habitat da fauna e flora aquática; alteração nas condições da água pela circulação que pode ocorrer durante o processo de escoamento, ocasionando uma salinização e uma turbidez da mesma.

Partindo do pressuposto que o procedimento pode gerar efeitos benéficos e prejudiciais, pois embora tenha a finalidade de facilitar o comércio entre países, pode ocasionar em uma perda de bem-estar ao afetar o meio ambiente e sociedade. Esse trabalho visa oferecer uma

* Trabalho realizado sob orientação da docente Michelle Márcia Viana Martins.

melhor compreensão sobre os efeitos negativos da dragagem do ponto de vista ambiental e, como contraponto, apresentar sua importância no processo de escoamento de mercadorias do porto, em um estudo de caso para Rio Grande. Em outubro de 2018 iniciou-se o processo de retirada de sedimentos para aumentar os canais de acesso ao porto da cidade e uma série de problemas ambientais e socioeconômicos foram atribuídas à dragagem. Entre elas, a poluição das praias por um grande volume de lama.

1 Metodologia

Para atingir o objetivo dessa pesquisa, seguiu-se a abordagem qualitativa de caráter exploratória, consistindo em um levantamento bibliográfico. Gil (2008) esclarece que pesquisas exploratórias tem a principal função desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com o objetivo a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos futuros, no que tange a pesquisa bibliográfica, a mesma baseia-se em levantamento de materiais elaborados, como livros e artigos científicos.

A cidade Rio Grande (RS) foi escolhida por sua importância econômica relacionada aos portos, responsáveis pela vazão e recebimento produtos de todo o mundo. Serão considerados alguns eventos relacionados à dragagem, entre 2013 e 2018. Anos dos quais ocorreram dragagem no porto da cidade.

2 Resultados e Discussões

Este trabalho apresenta resultados preliminares de uma pesquisa em andamento.

No segundo semestre de 2018, o porto de Rio Grande efetuou uma dragagem na qual resultou em um tipo de resíduo nas águas. O transtorno ambiental surgiu durante o procedimento e reacendeu a questão de uma dragagem anterior ocorrida no ano de 2013, em que uma lama líquida apareceu. Porém não é certo que seja resultado do procedimento.

Na ocorrência mais recente (2018) durante as operações de remoção, os navios executavam o chamado “*overflow*”, que consiste na remoção da lama e filtragem da água para que esta possa ser

devolvida ao mar. Entretanto, ocorreram contratemplos, pois na devolução do recurso hídrico uma espécie de intoxicação no conteúdo aquífero foi verificada. A água reaproveitada possuía lama. Consequentemente, observou-se um derramamento de lodo por toda orla do Balneário, tornando-o impróprio para o banho e inviabilizando o uso da praia para os veranistas. Este fato configura um dano social por afetar as opções de lazer e a atividade pesqueira da sociedade. Resultado análogo é visto em Castro e Almeida (2012).

Além do impacto social, a lama dissolvida pelo *overflow* causou morte a animais marinhos, que estiveram impossibilitados de receber alimentação e oxigênio, pelo resultado da obstrução de suas brânquias, devido ao material barrento que ficava envolto.

Segundo apontamento da VALE (2010, p. 36), outro ponto a ser ressaltado, é o derramamento de óleo pelo processo da dragagem, que ocorre no momento do reabastecimento da draga e de seus equipamentos. Conforme mencionado, há prejuízos aos animais e ao aquífero. Trazendo essa questão para acontecimentos recentes, pode-se comparar a perda da fauna causada pelo derramamento de óleo nas praias do nordeste. Mais resultados sobre os efeitos da ruptura e desagregação dos sedimentos que podem causar impactos aos animais, podem ser vistos em Torres (2000).

Para que os calados permitissem o atraque, foram removidos da base do porto em torno de 16.000.000m³ de materiais (pedras, lama, areia e outros) no ano de 2018. Neste mesmo ano, houve recorde de movimentações nas atividades portuárias. O escoamento do complexo soja (óleo, farelo e grão), por exemplo, chegou aos 42,9 milhões de toneladas, um crescimento de mais de 100%, em relação ao ano anterior, cuja movimentação somou cerca de 16,3 milhões de toneladas. Entretanto, mesmo com esse aumento, o Porto de Rio Grande ocupa, ainda, a 3^a posição no ranqueamento de maiores portos nacionais.

Apesar dos impactos negativos associados ao processo de dragagem, não pode deixar de considerar seus benefícios comerciais. Segundo a CODESP (2019) apud Oliveira e Correia (2019, p. 2), o maior porto nacional, o porto de Santos, apresentou em 2018 um total de movimentações que contabilizou 133,2mi de toneladas, representando um aumento de 38,75% no volume de carga movimentada em relação a 2010. O trabalho de dragagem no porto

foi fundamental para acompanhar o fluxo comercial, pois permite que embarcações de maior calado consigam ter acesso aos portos.

Considerações Finais

O processo de dragagem é de fundamental importância para o mercado de comércio exterior brasileiro. O procedimento permite bons resultados do ponto de vista socioeconômico, pois permite o recebimento de navios de maior porte e, conseqüentemente, promovendo maior movimento de cargas que chegam aos portos e são encaminhadas para seus pontos de destino. Entretanto, alguns pontos negativos devem ser considerados, não somente em relação ao meio ambiente, como também na questão do movimento turístico, diminuindo a rentabilidade da área afetada, com conseqüente efeito sobre a caracterização da cultura local.

Para o seguimento do trabalho, espera-se obter dados sobre os danos econômicos e ambientais para obter resultados mais específicos, afim de fazer um balanço entre os pontos positivos e negativos da dragagem. Por fim, é recomendado que os profissionais da área logística e administração portuária, juntamente com os responsáveis pela proteção ambiental, mantenham um diálogo para que esse processo, de fundamental importância para os portos, continue sendo executado com vistas a mitigar os danos.

Referências

FINKLER, J. Porto de Rio Grande altera processo de dragagem para avaliar influência no aumento de lama no Cassino. GAUCHAZH, Rio Grande do Sul, 24 de nov.de 2018. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2018/11/porto-de-rio-grande-altera-processo-de-dragagem-para-avaliar-influencia-no-aumento-de-lama-no-cassino-cjovmv3d40ge801piz0oy7aen.html>>. Acesso em: 27 de set. de 2019.

GIL, A.V. O que é pesquisa bibliográfica. In: GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CASTRO, S.M.; ALMEIDA, J. R. Dragagens e Conflitos Ambientais em Porto Clássicos e Modernos: Uma Revisão. Disponível em:

<<https://www.redalyc.org/pdf/3213/321327330010.pdf>>. Acesso em: 27 de set. de 2019.

PORTO de Rio Grande bate recorde de Movimentação. Jornal do Comércio. 2019. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/economia/2019/01/667721-porto-do-rio-grande-bate-recorde-de-movimentacao.html>. Acesso em: 23 de out. de 2019.

VALE. R. - Relatório de Impacto Ambiental da Dragagem de Aprofundamento do Complexo Portuário de Tubarão. IEMA. 2010. Disponível em: <https://iema.es.gov.br/Media/iema/Downloads/RIMAS/RIMAS_2010/Dragagem%20Tubar%C3%A3o/RIMA%20-%20CPM%20RT%20008-10.pdf>. Acesso em: 23 de out. de 2019.

ZENOBINI, André. Porto de Rio Grande obteve recorde histórico de movimentação em 2018. RS.GOV, 2019. Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/porto-do-rio-grande-obteve-recorde-historico-em-2018>>. Acesso em: 26 de out. de 2019.

ÁGUA VIRTUAL E PEGADA HÍDRICA: UMA ANÁLISE PARA A PRODUÇÃO DE ARROZ E FEIJÃO*

Toniel Porciuncula Ignácio

Introdução

A água é um recurso natural em abundância e essencial para a sobrevivência da vida humana, animal e vegetal. O uso inconsciente do recurso, relacionadas às questões de desperdício e contaminação, são temas debatidos de forma recorrente. Todavia, a preocupação sobre o uso da água se estende a outros desdobramentos, entre eles, sua utilização nas atividades agrícolas. Embora existam poucas discussões neste domínio, a indústria alimentar é aquela que requer o maior volume hídrico para o fornecimento dos seus produtos. Existe ainda, uma preocupação sobre a pressão exercida pelo aumento da sociedade sobre demanda por alimentos no futuro, elevando a necessidade de abordar o uso da água (CASTRO, 2016).

Para abordar esse tema, é proposto um novo conceito relacionado ao uso do recurso nas diferentes atividades produtivas, a chamada “água virtual”, que se refere ao volume total de água englobada no processo de produção, fabricação e transporte de um bem (HOEKSTRA, 2008). Outro conceito importante é o da pegada hídrica (PH) que, segundo Water Footprint Network (2009), é uma ferramenta que mensura a quantidade de água na produção de bens, classificada em três componentes: PH verde, alusivo à água proveniente da chuva; PH azul proveniente da umidade do solo ou água superficial e subterrânea; e PH cinza que é volume de água doce para a apropriação de poluentes.

É estimado que cerca de 66% do recurso hídrico utilizado na

* Trabalho realizado sob orientação da docente Michelle Márcia Viana Martins.

economia é destinado às atividades agrícolas, sobretudo no processo de irrigação (HESPANHOL, 2005). O agronegócio é o setor de maior importância no Brasil, visto que o país apresenta vantagens comparativas em relação aos recursos naturais necessários para a produção no campo, além de clima e solo favoráveis para tal atividade (BACHA, 2000). Dentro do agronegócio brasileiro, destaca-se a produção de arroz, consumido por diversos países no mundo (AGROLINK, 2016). E pela oferta de feijão que, conforme dados da Embrapa (2017), mais de cem (100) países o cultivam, mas 63% da produção mundial é concentrada em apenas cinco (5), entre eles o Brasil.

Visto que o consumo de arroz e feijão está entre os produtos de maior importância na dieta dos brasileiros e tendo em vista que o país é um grande produtor de ambos, esse estudo tem o objetivo de indicar a pegada hídrica e a água virtual para as duas commodities.

1 Metodologia

Para atender ao objetivo proposto, faz-se um levantamento do volume de água azul, verde e cinza utilizado por cada produto analisado. A soma das pegadas hídricas resulta no volume de água virtual, cujo valor nacional será comparado com a média mundial para fazer inferências sobre a eficiência hídrica brasileira em relação ao mundo. Os dados utilizados são provenientes do trabalho desenvolvido por Mekonnen e Hoekstra (2010). Os produtos investigados foram desagregados ao nível de seis dígitos pelo Sistema Harmonizado, afim de conhecer as particularidades hídricas de cada categoria.

2 Resultados e Discussões

A Tabela 1 apresenta as médias de pegada hídrica para o arroz e o feijão, a nível nacional e mundial.

Tabela 1 - Pegada Hídrica - em m³/ton - média brasileira e mundial

HS	Descrição do produto	Média Brasileira								Média Mundial							
		Água verde		Água azul		Água cinza		Água virtual		Água verde		Água azul		Água cinza		Água virtual	
		Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
100610	Arroz com casca	1943	80,86	356	14,81	104	4,33	2403	100	1146	68,41	341	20,37	187	11,17	1674	100
100620	Arroz descascado	2523	80,87	463	14,84	134	4,29	3120	100	1488	68,51	443	20,40	242	11,14	2172	100
100630	Arroz semi ou branqueado	2804	80,88	514	14,83	149	4,30	3467	100	1653	68,48	492	20,38	269	11,14	2414	100
100640	Arroz quebrado	2900	80,87	532	14,84	155	4,32	3586	100	1710	68,48	509	20,38	278	11,13	2497	100
110230	Farinha de arroz	3053	80,85	560	14,83	163	4,32	3776	100	1800	68,49	535	20,36	293	11,15	2628	100
110314	Grumos e sêmolas de arroz	2591	80,87	475	14,83	138	4,31	3204	100	1527	68,48	454	20,36	249	11,17	2230	100
071331	Feijão pequeno vermelho seco, sem casca, mesmo pelado ou triturado	2761	84,62	62	1,90	440	13,48	3263	100	3945	78,07	125	2,47	983	19,45	5053	100
071332	Feijão vermelho e branco sem casca	2761	95,70	62	2,15	62	2,15	2885	100	3945	78,07	125	2,47	983	19,45	5053	100
071333	Feijão seco, descascado, sem casca ou triturado	2761	84,62	62	1,90	440	13,48	3263	100	3945	78,07	125	2,47	983	19,45	5053	100
071350	Favas e feijões secos, descascados, mesmo pelados ou triturados	4624	82,66	222	3,97	748	13,37	5594	100	1317	65,26	205	10,16	496	24,58	2018	100

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Hoekstra (2010).

No geral, pode-se afirmar que a quantidade de água demandada pelo Brasil na produção de arroz, independente de sua modalidade, é superior à quantidade mundial. Mesmo resultado pode ser verificado para o feijão. No entanto, os dados mundiais para os produtos classificados por 071331, 071332 e 071333, repetem, o que significa que não há dados para essas classificações sendo utilizada uma média em relação ao volume de água utilizado em outras espécies semelhantes. Logo, é inconsistente fazer inferências sobre esses bens pela falta de factibilidade dos dados.

A produção de farinha de arroz (110230) representa a categoria que exige o maior volume hídrico entre os demais tipos do grupo, contabilizando 3.776 m³/ton de água virtual. Esse valor é superior à média mundial, sendo 2.628 m³/ton. Porém, cerca de 81% do recurso utilizado provém das chuvas (PH verde) e apenas 15% depende do processo de irrigação (PH azul). Enquanto no mundo o volume de água necessário via irrigação é de 20%. Essa ressalva é

importante pois a necessidade de irrigar uma produção resulta em maiores custos, afetando a competitividade do bem vendido no mercado internacional. Além disso, verifica-se que a quantidade de água cinza mundial é quase três vezes maior que necessário no Brasil, indicando que a produção de arroz no resto do mundo apresenta poluentes em maiores proporções.

Após essa breve análise, percebe-se que o Brasil é menos eficiente na produção de arroz e feijão, comparado à média dos demais países.

Considerações Finais

Por se tratar de um tema novo e pouco pesquisado, esse trabalho busca explorar o uso da água na produção agrícola, especificamente para o arroz e feijão, que fazem parte da dieta alimentar dos brasileiros. No entanto, os resultados apontam que o país não apresenta eficiência hídrica na produção desses bens. Mas antes de recomendar qualquer política, deve-se identificar qual região nacional demanda um menor volume de água, então, poder-se-ia sugerir um reposicionamento produtivo dentro do território para melhorar a eficiência hídrica na produção de ambas commodities. Essa é uma proposta para trabalhos futuros.

Referências

AGROLINK. Importância econômica. 2016. Disponível em: <https://www.agrolink.com.br/culturas/arroz/informacoes/importancia_361560.html>. Acesso em: 12 set. 2019.

BACHA, C. J. C. Economia e Política Agrícola no Brasil - São Paulo: Atlas, 2004. VIEIRA, W. C. (Ed.). Agricultura na virada do milênio: velhos e novos desafios. Viçosa, pág. 93-116, 2000.

CASTRO, D. de. Escassez hídrica e direito internacional econômico: Brasil como protagonista na transferência de água para regiões áridas. Revista de direito internacional. São Paulo, SP, v. 13. n. 1, p. 216-227. 2016.

HESPANHOL, I. Água na indústria. 2005 Editora Oficina de Textos. São Paulo, SP

HOEKSTRA, A.Y., Water neutral: reducing and offsetting the impacts of

water footprints: Value of water, Research Report n.28 UNESCO-IHE, Delft, the Netherlands, 2008.

MEKONNEN, M. M.; HOEKSTRA, A. Y. The Green, Blue and Grey Water Footprint of Crops and Derived Crop Products. Volume 1: Main Report. In. Value of Water Research Report Series, n° 47, IHE, Delft, The Netherlands, 2010.

CARNE BOVINA: PREJUÍZOS AO MEIO AMBIENTE E IMPORTÂNCIA DO COMÉRCIO*

Keli Barcellos Garin

Introdução

A carne bovina é um item alimentar que está presente na dieta humana e seu consumo tem sido crescente, especialmente pelo aumento populacional (ZEN et al; 2008). Pesquisas mostram que a produção que visa atender essa demanda causa danos ao meio ambiente, já que para ser produzido um quilo de carne, são necessários 20 mil litros de água. Além disso, para essa quantidade são emitidos 3,7kg de CO₂. (ORRICO et al.; 2011). Outro fato relevante diz respeito à emissão de metano proveniente da produção bovina. Esse gás, juntamente com o CO₂ e outros itens, compõe os Gases de Efeito Estufa (GEE), apontados como os causadores do aquecimento global (FACHINETTO e BRISOLA, 2018).

De acordo com Zen et al. (2008) ao desconsiderar as emissões de GEE geradas pelos desmatamentos e queimadas, 42% das emissões no Brasil são oriundas da pecuária (incluindo gado de corte e de leite), sendo esta a maior fonte emissora.

Diante do exposto pretende-se explicar um panorama dos impactos ambientais causados pela carne bovina e como o comércio internacional pode ser uma solução para amenizar os mesmos.

1 Metodologia

Para elaboração deste trabalho foi realizada pesquisa em trabalhos acadêmicos, assim como consultas em informações

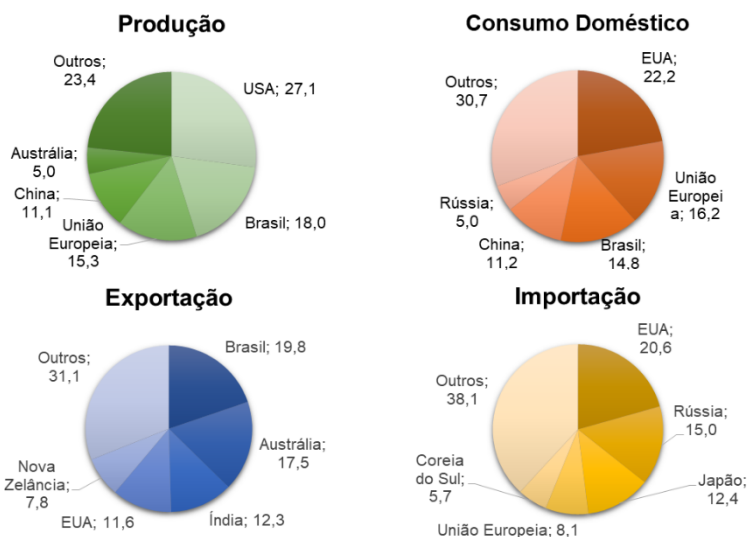
* Trabalho realizado sob orientação da docente Michelle Márcia Viana Martins.

disponíveis em portais governamentais para obter esclarecimentos sobre os impactos ao meio ambiente e apreciação do comércio no mercado internacional de carne bovina.

2 Resultados e Discussões

A carne bovina, além de ser um item recorrente no consumo, tem importância econômica e na balança comercial de economias como o Brasil. O país destaca-se como um grande produtor de carne tanto para consumo interno como para atender às demandas externas, através das exportações. Em 2015 o país obteve volume recorde na produção de rebanhos, com 209 milhões de cabeças de gado. Não obstante, está entre os países de maior produção, exportação e consumo doméstico no mundo. O crescimento do Brasil em abates bovinos cresceu 88,48% do período de 2000 a 2017. A Figura 1 ilustra esses apontamentos ao expor o panorama do mercado internacional da carne bovina.

Figura 1 - Principais economias atuantes no mercado de carne bovina, média entre os anos 2000 a 2017, em porcentagem.



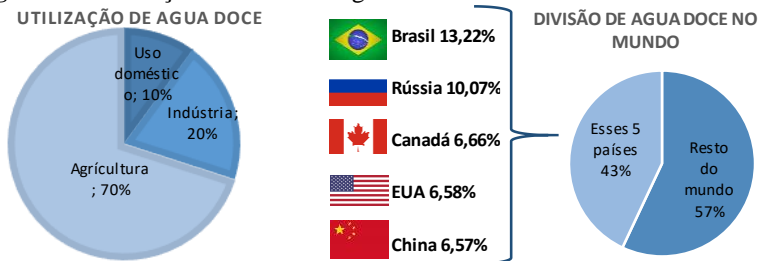
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da United States Department of Agriculture Foreign Agricultural Service - USDA.

Porém, mesmo diante dos benefícios econômicos relacionados a produção e ao comércio da carne, deve-se considerar outros aspectos, já que as relações comerciais internacionais vêm sendo promovidas com o objetivo de consumir produtos de qualidade, mas que atendam a um padrão sustentável, principalmente para o meio ambiente. Assim, espera-se que a prática comercial não venha a afetar às necessidades das gerações futuras.

Na produção de um bem, não deve ser considerado apenas o produto final em si, mas todos os insumos necessários para a sua produção e seus fatores poluentes associados. A produção de carne bovina demanda um grande volume de recursos hídricos para a sua produção. Relatório recente divulgado pela ONU (IPCC; 2019), aponta a necessidade de reduzir o consumo da carne bovina para que o uso da água seja racional e voltado para a produção de alimentos que precisam de um menor volume. Além disso, o uso do recurso varia de acordo com o país e com as regiões nacionais que produz a commodity. Dessa forma, a troca de bens através do comércio, surge como uma solução para a questão da água. Ou seja, países que apresentam abundância no recurso hídrico, deveriam se especializar na produção e exportação da carne para poupar o uso da água em países que tenham condições pouco satisfatórias (GELAIN et al., 2017).

Novamente, o Brasil destaca-se nessa questão, pois detém o maior volume de água doce no mundo. A Figura 2 mostra como a disposição do recurso sobre o globo e o seu uso nas atividades agropecuárias, salientando a importância de debater essa questão para a formulação de políticas agrícolas e ambientais.

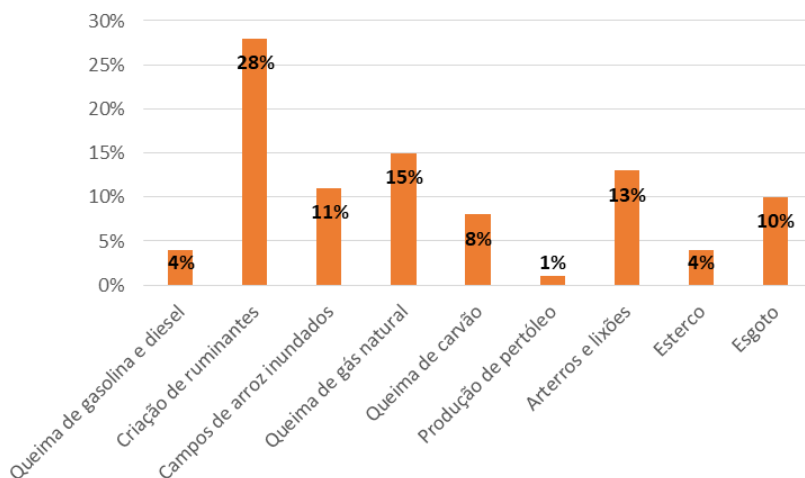
Figura 2 - Utilização e divisão da água doce no mundo.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Observatório da Governança das Águas.

Quando se trata de emissão de gás metano, a maior parcela da poluição causada ao meio ambiente é dada pela produção dos ruminantes. Conforme ilustrado na Figura 3, nota-se que a criação de gados é responsável por 28% de essa emissão, valor considerável quando o assunto é contaminação ambiental e emissão de gases efeito estufa, principalmente se comparado a outras fontes poluidoras comumente conhecidas.

Figura 3 - Emissão de gás metano por atividade.



Fonte: Elaboração própria, adaptado de Alberti (2013).

Mais especificamente, estudo feito por Orrico et al (2011) demonstra que a poluição emitida por ruminantes é maior em animais que estão em confinamento, sendo os de pastagem os que menos emitem. Embora qualquer produção de gado seja o maior emissor do gás, essa informação é pertinente já que possibilita uma diminuição da poluição através de estudos da criação de ruminantes. Também como mencionado por Alberti (2013), a alimentação do gado contribui para o aumento ou diminuição do gás metano. Quando as pastagens são bem manejadas podem diminuir até 2 toneladas de carbono por hectare. De acordo com essa exposição, a *Food and Agriculture Organization* (FAO) apud Nações Unidas do

Brasil (2019), argumenta que todos os sistemas produtivos podem diminuir de 20 a 30% a emissão de gases com técnicas regenerativas de pastagens, aproveitamento dos nutrientes e resíduos do gado para a produção de energia.

Para a ONU (IPCC, 2019), a forma mais eficiente de diminuir a poluição pela produção de carne é a modificação na dieta alimentar da população, apontando para os bens substitutos para que haja o consumo sustentável. Só no Brasil, o consumo de carne per capita é 40kg/ano.

Considerações Finais

A produção de rebanhos bovinos incorre em uma série de impactos ambientais, dos quais o uso da água e a emissão de gás metano são os que incorrem em maiores danos. O comércio internacional pode ser solução para amenizar essa questão, alocando a produção para países que detém água e terra em abundância. Assim, o uso do recurso hídrico seria maximizado e a produção em pastagem viabilizada.

Referências

ALBERTI, N. Criação bovina impacta negativamente no meio ambiente. Digitais - PUC Campinas. Junho, 2013. Disponível em <encurtador.com.br/doHNS>. Acesso em: out. 2019.

FACHINETTO, J.D.; BRISOLA, M.V. Evolução dos estudos sobre a produção de bovinos de corte e a emissão de gases de efeito estufa decorrente dessa atividade na região central do Brasil. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 45, 2018.

IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change. Climate Change and Land. United Nations. 2019. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/srccl/>. Acesso em: out. 2019.

GELAIN, J.G., LICKS, E.B, ALMEIDA, A.N. Exportação Brasileira de Soja e Carne Bovina em Termos de Água Virtual. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 55, 2017. Anais...Santa Maria: SOBER, 2017.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL, Relatório da ONU pede mudanças na forma

como o mundo produz e consome alimentos, Desenvolvimento sustentável. 2019. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/relatorio-da-onu-pede-mudancas-na-forma-como-o-mundo-produz-e-consome-alimentos/>>. Acesso em: out. 2019.

OBSERVATÓRIO da Governança das Águas. Database. Disponível em :< <http://www.observatoriodasaguas.org/>>. Acesso em: out. 2019.

ORRICO, M. A. P. J.; ORRICO, A. C. A.; J., J. L. Produção animal e o meio ambiente: uma comparação entre potencial de emissão de metano dos dejetos e a quantidade de alimento produzido. Engenharia Agrícola. Associação Brasileira de Engenharia Agrícola, v. 31, n. 2, p. 399-410, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/27829>>. Acesso em: set. 2019.

UNITED States Department of Agriculture Foreign Agricultural Service - USDA. 2019. Database. Disponível em: <<https://apps.fas.usda.gov/psdonline/app/index.html#/app/downloads>>. Acesso em: out. 2019.

ZEN, S.; MENEZES, S.M.; CARVALHO, T.B. Perspectivas de consumo de carne bovina no Brasil. 2008.

EXTRAÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO: QUAIS SÃO OS SEUS IMPACTOS?*

Viviane Correa Machado

Introdução

Atualmente, diante dos recentes desastres ambientais ocorridos, sobretudo no Brasil, ascende a necessidade de debates neste âmbito. Entre as últimas maiores ocorrências estão o rompimento das barragens de Mariana (2015) e Brumadinho (2019), decorrentes de uma das maiores atividades econômicas brasileiras, a mineração. Mesmo sendo um setor que provê postos de trabalho e renda para a região em que está inserida, é questionável o impacto ambiental causado por essa indústria, não apenas pelos riscos ambientais atribuídos (por exemplo, pelo próprio risco de rompimento), mas considerando as consequências da atividade de extração em si.

Neste sentido, esse trabalho tem o objetivo de apresentar uma série de estudos que se comprometeram em apontar esses impactos, afim de levar esse discurso ao nível acadêmico, incitando o discurso da consciência ambiental entre os estudantes.

1 Metodologia

Para a fase inicial desta pesquisa, foram selecionados alguns trabalhos neste segmento e, através de uma abordagem qualitativa e descritiva, reuniu-se os principais resultados para discussão. O objetivo futuro é estabelecer novas diretrizes para dar continuidade a este e inclusive proporcionar aportes para incentivar estudos mais amplos.

* Trabalho realizado sob orientação da docente Michelle Márcia Viana Martins.

2 Resultados e Discussão

A mineração no Brasil, de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC, 2019), representa cerca de 9% do total exportado (mais de U\$\$20 milhões) e do total de minerais que compõe a pauta exportadora no país. O ferro está entre as substâncias que apresentam os maiores superávits na balança comercial, em termos monetários, constitui cerca de 80% das exportações de *commodities* minerais, de acordo com um estudo feito pela Academia Brasileira de Ciências e a Vale SA (2016). Além disso, segundo estatísticas do Trade Map (2019), o Brasil é o segundo maior produtor de minério de ferro do mundo, assim como ocupa posição de destaque mundialmente pela qualidade, devido ao alto teor de ferro no minério, de até 68% (o maior teor do planeta), e possui a maior jazida de ferro do mundo, a Serra dos Carajás - PA.

Conforme Farias (2002), na Conferência Rio+10, em Johannesburgo, em várias partes de seu documento final, a mineração foi considerada como uma atividade fundamental para o desenvolvimento econômico e social, já que os minerais são essenciais para a vida moderna. No aspecto econômico pode-se detectar as maiores contribuições desta atividade, pois as cidades mineradoras são beneficiadas pela arrecadação de impostos atribuído ao setor, aumento do nível de emprego e da renda, maior especialização, entre outros fatores que configura um aquecimento da economia local como um todo.

A presença de uma empresa mineradora, atuando durante alguns anos ou décadas, em comunidades ou municípios, pode ser uma oportunidade de alavancar e desenvolver significativamente a economia local, o que envolve um processo de construção de uma relação de confiança entre as partes envolvidas (SÁNCHEZ, 2007). Isso porque, apesar de ser um dos setores mais importantes para promover geração de riquezas e crescimento econômico, o extrativismo está entre as atividades que incorrem em grandes efeitos negativos, tanto socioeconômicos quanto ambientais (ARAÚJO et al., 2014). Muitas vezes os impactos são irreversíveis, o que os torna motivo de tantas preocupações, e os coloca como assunto de muitas pautas.

Segundo Farias (2002), os principais problemas oriundos da mineração no Brasil podem ser englobados em quatro categorias, que

são a poluição da água, do ar, sonora, e subsidência do terreno. Melfi et al. (2016) publicaram um trabalho reunindo diversos estudos de casos em diversas localidades mineradoras. De uma forma geral, foi ressaltado que as comunidades diretamente afetadas pela atividade, elencam como principais externalidades negativas atreladas à indústria mineradora a poluição do ar e o acúmulo de poeira e, de acordo com pesquisas paralelas (BRAGA et al., 2007; LIMA, 2009) é verídico o aumento significativo de casos de doenças respiratórias com o início de atividades mineradoras, configurando um problema de saúde pública.

Esse argumento é sustentado por Fernandes et al (2014), ao afirmarem que o impacto socioeconômico mais significativo provocado pela atividade mineradora é a proliferação de doenças. Seguido pelos problemas trabalhistas (envolvendo a empresa mineradora), questões fundiárias, crescimento desordenado do município e inchaço populacional, além do aumento da violência, baixo crescimento econômico e social do município envolvido, aumento da prostituição, empobrecimento da população, e trabalho infantil. Já em relação aos impactos ambientais, o mais significativo é a poluição da água (que é o principal insumo da mineração), seguido pelos prejuízos ao ecossistema local, assoreamento de rios, poluição do ar, disposição inadequada de rejeitos e escórias, desmatamento, poluição do solo e do lençol freático, alterações na paisagem e extinção de espécies vegetais e animais.

Em contrapartida, autores como Hoppe (1992) apud Enriquez (2009), afirma que “a mineração é a atividade que oferece a melhor chance para acessar a riqueza da região sem destruir o patrimônio natural e a diversidade única de plantas e animais ali encontrados”. Assim como Smith et al. (1995) apud Enriquez (2009) que levantam a seguinte afirmação: “impactos ambientais de empreendimentos mineiros de larga escala são localizados e de ‘mínima significância ambiental’”. Contudo, para outros autores como Curi (2002), afirmações como “os impactos relacionados à mineração são limitados a uma área muito pequena” e de que “a mineração é um uso temporário do terreno”, não coincidem com a realidade, tendo em vista que, os impactos não estão associados somente ao tempo de vida útil da jazida, pois mesmo com o fechamento de uma mina ou encerramento das atividades, as mudanças podem estender-se, ou em

sua grande maioria, são permanentes. Como exemplo, a destruição de habitats naturais, fauna, flora, qualidade da água e da vida animal, alterações topográficas, além dos perigos associados às barragens e pilhas de estéreis. Segundo o “Relatório de Segurança de Barragens”, até setembro de 2014 o país possuía cerca de 15 mil barragens registradas. Quanto a localização, pode-se considerar a zona mineira como o centro das atividades, já que a atividade de mineração inclui o transporte tanto de materiais e equipamentos para a mineração quanto do próprio minério para beneficiamento e estocagem, sem mencionar ainda as áreas para depósito de rejeitos.

Segundo Enriquez (2009), da perspectiva da geração atual, a mineração só pode ser considerada sustentável se minimizar os seus impactos ambientais e manter certos níveis de proteção ecológica e de padrões de qualidade ambientais, enquanto que da perspectiva intergeracional, o que importa é a garantia do bem-estar das gerações futuras.

Considerações Finais

No atual estudo, não há pretensão de chegar às conclusões, pois, além do mesmo ainda estar em andamento, existem diversas limitações metodológicas que impedem de inferir algum resultado. Sendo assim, o intuito principal neste momento é de instigar a pesquisa no setor de exploração mineral, através do levantamento de diversos questionamentos neste âmbito.

A partir desta pesquisa, almeja-se elaborar estudos acerca da relação sustentável entre a produção de minério e o meio ambiente, no sentido de mostrar dados sobre os benefícios do comércio internacional do minério de ferro e os impactos negativos causados pela exploração, fornecendo, até mesmo, alternativas de compensação ao meio ambiente, programas de recuperação de áreas degradadas, incentivo de tecnologias para redução de poluição do ar, água e solo, etc., e então com isso concluir se essa relação é economicamente saudável e sustentável.

Referências

- ARAUJO, E. R.; OLIVIERI, R. D.; FERNANDEZ, F. R. C. Atividade mineradora gera riqueza e impactos negativos nas comunidades e no meio ambiente. Rio de Janeiro: CETEM, 2014.
- BRAGA, A. L. F., PEREIRA, L. A. A., PROCÓPIO, M., ANDRÉ, P. A. D., SALDIVA, P. H. D. N. Associação entre poluição atmosférica e doenças respiratórias e cardiovasculares na cidade de Itabira, Minas Gerais, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 23, S570-S578. 2007.
- CURI, A. Análise Qualitativa da Sustentabilidade Ambiental da Mineração: Mito e Realidade. In: Villas Bôas, R. & C. Beinhoff (eds). *Indicadores de Sustentabilidade para la Industria Extractiva Mineral*. Rio de Janeiro: CNPq/CYTED. 2002.
- ENRÍQUEZ M. A. R. S., Mineração e desenvolvimento sustentável - é possível conciliar? *Revista Iberoamericana de Economía Ecológica*, vol. 12, num. 51, 2009.
- FARIAS, C. E. G. Mineração e Meio Ambiente no Brasil. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. 2002.
- FERNANDEZ, F. R. C.; ALAMINO, R. C. J.; ARAUJO, E. R. A. Recursos minerais e Comunidade: Impactos humanos, socioambientais e econômicos. Rio de Janeiro: CETEMMCTI, 2014.
- HOPPE, A. The Amazon between economy and ecology. *Natural Resources Forum* vol. 16, num. 232-234, 1992.
- LIMA, E.M.. Doenças respiratórias associadas à atividade de mineração no município de Parelhas, região do Seridó norte-riograndense. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2009.
- MELFI, A. J., MISSI, A., CAMPOS, D. A., CORDANI, U. G. Recursos Minerais no Brasil: problemas e desafios. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2016.
- Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-externo/estatisticas-de-comercio-externo/comex-vis/frame-ppe?ppe=1258>>. Acesso em: 19 de setembro de 2019.
- SÁNCHEZ, L.E., Mineração e Meio Ambiente. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2007.
- SMITH, N. J. H., SERRÃO, E. A. S., ALVIM, P. T. I. C. FALESI. *Amazonia: resiliency and dynamism of the land and its people*. New York: United Nations University. 1995.

TRADE Statistics for International Business Development - TRADE MAP.
Disponível em: <<https://www.trademap.org/Index.aspx>>. Acesso em: 10 de agosto de 2019.

YOUNG, C.E.F., LUSTOSA, M.C. Meio Ambiente e Competitividade na Indústria Brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

ANÁLISE DO COMÉRCIO BRASILEIRO DE TABACO NO MERCADO INTERNACIONAL*

Sarah Domingues Caliman
João Pedro Lammoglia Denni

Introdução

O agronegócio é uma das atividades econômicas mais relevantes para o Brasil, equivalente a um terço do Produto Interno Bruto nacional (SILVA et al., 2013). Neste setor, alguns bens agrícolas apresentam maior importância relativa pelo volume produzido e exportado. Entre os produtos processados, destaca-se o tabaco, responsável por 5,2% das exportações de *commodities* nacionais (PEREIRA e OLIVEIRA, 2019). O Brasil é o líder de exportações desse insumo desde 1993, dadas as condições de ofertar o produto com qualidade e com custos relativamente menores quando comparados a outros produtores mundiais (SAITO et al., 2019).

Segundo Silva e Tillmann (2009), a cadeia nacional do fumo apresenta a estrutura em oligopólio, concentrada na região Sul do país, o que atraiu empresas multinacionais para o cultivo e exportação do bem em folhas. Porém, o beneficiamento ocorre fora do território nacional, como consequência, a geração de empregos e a agregação de valor são realocadas a outras economias.

Contudo, apesar desses fatores, o tabaco continuará proporcionando rentabilidade ao Brasil. Estima-se que, até 2030, devido à expansão da população mundial, o número de habitantes terá aumentado em mais de dois bilhões; ou seja, mesmo que a porcentagem de usuários de tabaco diminua, o número de usuários estará em ascensão (BARRETO e NOVAIS, 2016). Além disso, os municípios brasileiros em que o tabaco possui uma presença

* Trabalho realizado sob orientação da docente Michelle Márcia Viana Martins.

proeminente retratam melhores indicadores de bem-estar e condição de vida da população local, denotando uma renda média mais elevada do que o conjunto populacional geral dos estados brasileiros (SINDITABACO, 2019).

Dessa forma, o presente trabalho tem o objetivo de contribuir com informações relevantes para a análise do comportamento do comércio internacional de tabaco, indicando o panorama dos fluxos comerciais do Brasil com seus principais parceiros, de 1997 a 2018.

1 Metodologia

Esse estudo adota uma abordagem avaliatória, por meio da análise descritiva dos dados sobre o mercado de tabaco e seus sucedâneos manufaturados, para o período de 1997 a 2018, atendendo a disponibilidade dos dados, disponíveis pela base Comexstat (MDIC, 2019). Foi utilizado o método internacional de classificação de mercadorias do Sistema Harmonizado (HS), cujo tabaco está classificado no HS24. Para a organização e manuseio dos dados utilizaram-se recursos gráficos e tabulares para que seja possível identificar possíveis tendências e padrões. Será exposto o volume de exportação e importação brasileiro, identificado os principais parceiros comerciais do Brasil para o setor e os blocos econômicos mais atuantes nesse nicho.

2 Resultados e Discussão

A Figura 1 apresenta fluxo de comércio do tabaco e seus sucedâneos manufaturados, em toneladas, entre os anos de 1997 a 2018. Nota-se que a partir de 1997 até 2000 o volume exportado de produto apresentou-se abaixo da média do período (522,86/mil ton), contabilizado um pouco mais de 400 mil toneladas. A partir daí, houve alteração do movimento da curva, com ascensão das exportações entre 2001 a 2005. O padrão de crescimento do período foi de 63,6% em relação ao anterior (1997 a 2000).

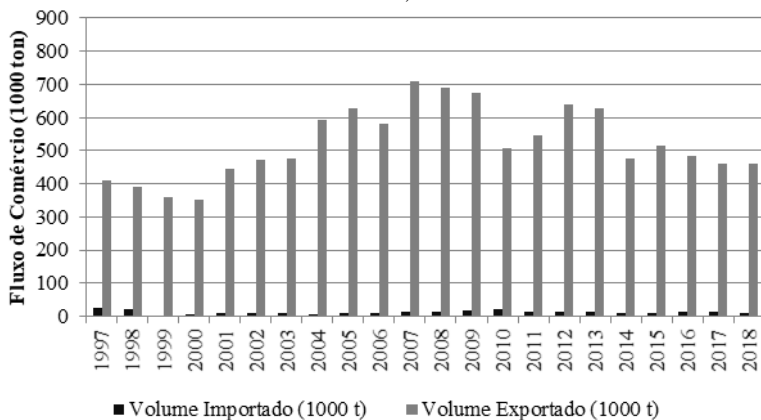
A essa evolução entende-se que foi devido aos ganhos de produtividade da cultura do tabaco, que alcançou um rendimento de 1.900 Kg por hectare, cerca de 26,6% maior que o de 1976 (1.500 Kg por hectare) (ANUÁRIO, 2006). Em 2006 observou-se uma

diminuição em 7,7% no volume exportado, alcançando 581 mil toneladas. O pico de exportação é observado em 2007, com 709,7 mil toneladas exportadas, justificado pela redução da produção de tabaco nos Estados Unidos e Zimbábue, ambos considerados historicamente como os maiores concorrentes do Brasil. Os países passaram por mudanças de política econômica que comprometeram a oferta do tabaco (SINDITABACO, 2009).

De 2008 a 2010 há queda de 30% desse valor de pico. Contudo, vê-se o aumento de 24,7% entre 2011 a 2012, chegando à marca de 637,6 mil toneladas de tabaco exportados. Na sequência, em 2015, devido à desvalorização da moeda brasileira que incentivou as exportações nacionais, nota-se outro aumento, com acréscimo de 8,5% em relação ao ano anterior (INCA, 2019). Entretanto, de 2016 a 2018, observa-se uma queda de 11,1%, atingindo 461 mil toneladas e ficando abaixo da média de todo período (1997-2018) de 522,86 mil toneladas. Esta queda pode estar relacionada a redução do consumo mundial, que postergou o embarque de parte do tabaco adquirido, sobretudo, pelos chineses.

Nota-se que o volume de tabaco e seus sucedâneos manufaturados importado para o Brasil apresenta um valor baixo desde o ano de 1997 a 2018. Podendo considerar que a produção interna consegue suprir a demanda nacional desde 1997.

Figura 1 - Evolução das exportações e importações (1000 toneladas) de tabaco e seus sucedâneos manufaturados, de 1997 a 2018

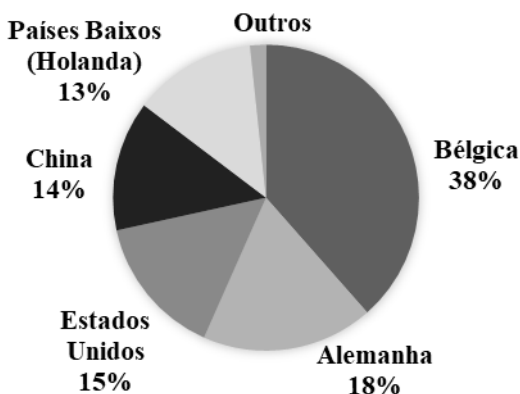


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MDIC - Comexstat.

Em relação aos parceiros comerciais brasileiros, é evidenciado na Figura 2, que de 1997 a 2018, a Bélgica destaca-se como maior importador, consumindo 38% de todo o tabaco exportado. Seguida pela Alemanha, com 18%, Estados Unidos (15%), China (14%), Países Baixos (13%) e outros, com 159 economias, representando 2% do consumo.

Esses dados demonstram que as exportações nacionais de tabaco são centralizadas, já que, cinco economias fazem a manutenção do ramo fumageiro, adquirindo 98% do montante exportado. Logo, diante de algum problema comercial entre o Brasil e seus importadores mais relevantes, o setor tabageiro será afetado fortemente.

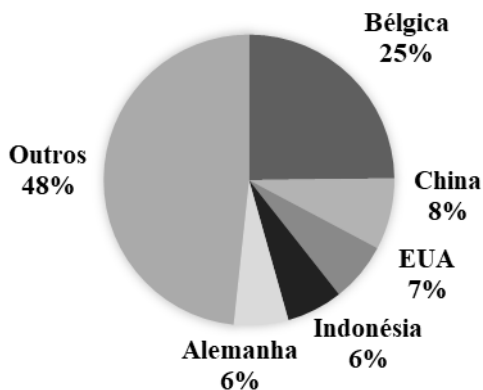
Figura 2 - Principais parceiros comerciais do Brasil no mercado de tabaco e seus sucedâneos manufaturados, de 1997 até 2018



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MDIC - Comexstat.

Em outro cenário, analisa-se os principais parceiros comerciais do Brasil entre os anos de 2014 a 2018. Novamente, a Bélgica é a maior exportadora, sendo responsável pelo consumo de um quarto do total exportado no período. Na sequência, a China com 8%, os Estados Unidos 7%, a Indonésia e a Alemanha 6% cada uma e as demais nações 48%.

Figura 3 - Principais parceiros comerciais do Brasil no mercado de tabaco e seus sucedâneos manufaturados, de 2014 até 2018



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MDIC - Comexstat.

Verifica-se, desse modo, que nos anos recentes houve um reposicionamento e uma descentralização do mercado tabageiro, visto que as outras economias, consomem 48% do consumo internacional total. Além disso, ao comparar as Figuras 2 e 3, percebe-se que a Bélgica se mantém como a maior importadora, entretanto, com menor parcela de participação, assim como a Alemanha, China, Estados Unidos e Holanda, sendo este último não estando presente entre as cinco principais nações importadoras do tabaco.

Considerações Finais

De acordo com os argumentos apresentados, constata-se que o Brasil possui uma importância no cenário internacional fumageiro, sendo o maior exportador mundial. Ao analisar o volume de comércio do tabaco e seus sucedâneos manufaturados, em toneladas, entre os anos de 1997 a 2018, verificou-se que o comportamento das exportações é oscilante, com tendência de queda nos anos recentes. A diferença entre a quantidade exportada e importada demonstra que a produção brasileira consegue atender à demanda nacional, pois o volume de importação é insignificante em relação ao de exportação.

Constata-se que a Bélgica se manteve como a maior economia importadora, apesar de ser identificado um reposicionamento e descentralização do mercado de tabaco nos anos de 2014 a 2018. Como resultado, ocorreu a menor participação econômica das potências que antes eram as essenciais para o funcionamento e manutenção desse setor.

Referências

BARRETO, R.C.S. NOVAIS, J.M.S. A competitividade internacional do tabaco do sul do Brasil: 1997-2014. *Economia & Região*, v. 4, n. 1, p. 121-138.

INCA. Exportação de fumo e seus derivados. 2019.

MDIC. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Comexstat. Database. Brasília: MDIC, 2019. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>> Acesso em: 16 out. 2019.

PEREIRA, L.A.G; OLIVEIRA, I.M. Geografia do comércio internacional, exportações e transportes de commodities agrícolas no Brasil. *Geosul*, v. 34, n. 71, p. 328-355, 2019.

SAITO, C., NOVAES, F., DOMINGUES, M., MORAIS, T. RELEVÂNCIA DO SETOR DE TABACO NO BRASIL. *Tendências Consultoria Integrada*. Julho/2018.

SILVA, L.X.; TILLMANN, E.A. Exportações e eficiência competitiva da cadeia brasileira do tabaco: vantagens comparativas reveladas e orientação regional. In: *Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. 2009. p. 1-18.

SINDITABACO. Sindicato das Indústrias de Tabaco. Estatísticas. Santa Cruz do Sul, 2009. Disponível em: <<http://www.sinditabaco.com.br>>.

SINDITABACO. Sindicato das Indústrias de Tabaco. Tabaco: relevância econômica e social. Santa Cruz do Sul, 2019. Disponível em <<http://www.sinditabaco.com.br>>. Acesso em: out. 2019.

ENERGIA SOLAR: POTENCIAL DE MERCADO BRASILEIRO*

Felipe Pires Hernandez

Introdução

A cada ano é crescente o aumento populacional no Brasil e no mundo, trazendo uma progressão relacionada a demanda por energia e aos aspectos referentes a sua geração, transmissão e distribuição. Com o aumento da oferta energética é possível prevenir crises nacionais, como as que ocorreram em 2001 e 2002, e regionais, ocorridas em 1986, na região sul, e 1987, na região norte (BADERLIN, 2004). Porém, a alta dependência brasileira de uma única fonte, como a hidráulica, pode expor a população a novas crises de abastecimento. A geração via hidrelétrica compõe mais de 60% da matriz elétrica brasileira, mas a sua capacidade de prover energia pode ser comprometida pela falta de chuva (CERQUEIRA et al.; 2015). Para atender de forma efetiva a demanda da população, faz-se necessário diversificar a matriz elétrica nacional. Prioridade deve ser dada as fontes de energia renováveis e limpas, para que a população seja atendida com fontes sublinham a ecoeficiência nacional, viabilizando novas oportunidades de negócios (BRAGA, 2008).

A energia solar é uma das fontes mais limpas de geração do mundo e o Brasil apresenta o maior potencial mundial para a sua geração. De acordo com o Ministério de Minas e Energia e a Empresa de Pesquisa Energética (2018), a localização do território brasileiro permite uma alta incidência de irradiação solar em quase toda sua extensão, inclusive no inverno. Porém, esse potencial não é tão explorado, segundo o Balanço Energético Nacional (2019), a

* Trabalho realizado sob orientação da docente Michelle Márcia Viana Martins.

matriz elétrica brasileira em 2018 era representada apenas por 0,5% de energia solar, enquanto 66,6% provinha de energia hidráulica.

Diante deste quadro, pretende-se demonstrar o potencial brasileiro na geração de energia fotovoltaica. Mais especificamente, indicar a disponibilidade de recursos naturais que torna o país vantajoso em relação às demais economias mundiais. Assim, pode-se discutir medidas que trariam ao Brasil um melhor desenvolvimento nessa indústria.

1 Metodologia

Adota-se uma análise qualitativa, visando demonstrar o potencial brasileiro em recursos naturais para a produção de energia solar fotovoltaica, em contraste com o disponível no mercado internacional. Além disso, busca-se indicar medidas de incentivos de alguma das principais nações no setor internacional.

2 Resultados e Discussões

Para um bom desenvolvimento na geração de energia fotovoltaica, um país deve possuir um potencial de irradiação solar considerável. Além disso, para a sua produção, é demandado, ainda, um insumo essencial para a fabricação do chamado silício de grau solar, o quartzo. O mineral é extraído da natureza e passa por processos de extração, refinamento e purificação até chegar no produto final utilizado nas placas solares (RELLA, 2017).

O país que apresentar condições solares adequadas e disponibilidade do recurso mineral, tende a possuir vantagem comparativa em relação a outros no mesmo ramo. Como é o caso do Brasil, que possui a maior reserva de quartzo do mundo, conforme apontado por Luz e Braz (2000). No entanto, a disposição do bem por si só não promove a capacidade produtora do país. Neste caso, o investimento em indústria e pesquisas são essenciais para o desenvolvimento do mercado fotovoltaico brasileiro. Rella (2017) sugere a cooperação do Brasil com países mais desenvolvidos, para aprimorar os procedimentos relacionados ao uso do refinamento do quartzo.

A obtenção do quartzo pode ser natural ou cultivada. Embora o

Brasil seja o maior detentor das reservas de quartzo do mundo, países como China, EUA, Japão e Alemanha obtém o mineral cultivado (LUZ e BRAZ, 2000). Segundo o Ministério de Minas e Energia (2017), estes foram os maiores geradores de energia solar em 2016 (ano em que há informações mais recentes). Nesse ranqueamento, o Brasil não aparece nem entre os dez (10) primeiros. Esse fato coloca em discussão o porquê de o país não investir na geração desse tipo de energia, visto que outros países estão desenvolvendo tecnologias avançadas para explorar essa modalidade elétrica.

Com vistas a ressaltar esse ponto, Cabral e Vieira (2012) estimaram que a capacidade instalada de geração de energia solar existente no Brasil em 2012 era capaz de suprir as demandas nacionais em até vinte (20) vezes, enquanto a hídrica apenas três (3). A esse dado considera-se plausível considerar os benefícios e viabilidade da expansão da energia fotovoltaica. A Empresa de Pesquisa Energética (2018) sublinha que com o aumento de número de residências, maior tende a ser as vantagens do uso dessa modalidade energética, visto que a produção de energia via radiação solar pode ser obtida ao instalar os equipamentos nos telhados com retorno em até um ano. Foi ainda mencionado que a geração residencial em 2013 foi 2,3 vezes maior do que o real consumo da época.

Na Alemanha, por exemplo, existe a política incentivo nomeada Feed-in, que possibilita que o excedente da produção de mine gerações de energia solar seja comprado a uma determinada taxa. Em contrapartida, no Brasil só ocorre a compensação dos créditos armazenados na rede (DAVID e SABBADINI, 2017). Com estas pequenas medidas o governo alemão tornou-se, em 2016, o quarto maior produtor mundial de energia solar. Porém segundo Rella (2017), a pior localidade do Brasil em irradiação solar, é 40% mais efetiva do que a melhor localidade na Alemanha para a geração de energia.

De posse dessas informações, vê-se a necessidade de investir nessa modalidade energética como uma fonte alternativa de geração de energia, diversificando a matriz elétrica brasileira, além de promover uma fonte de energia mais eficiente e com um dano socioambiental reduzido.

Considerações Finais

O desenvolvimento do Brasil no nicho mercadológico de energia solar dependeria de efetivos incentivos vindos do estado, entre eles, o desenvolvimento da integração com outros países já desenvolvidos no refinamento do quartzo. As parcerias comerciais facilitam a aquisição do maquinário necessário para o refinamento, amparados por subsídios e treinamento do capital humano necessário.

Referências

BARDELIN, C. E. A. Os efeitos do Racionamento de Energia Elétrica ocorrido no Brasil em 2001 e 2002 com ênfase no consumo de energia elétrica. 2004. 112 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) - Universidade de São Paulo Escola Politécnica, São Paulo SP, 2004.

BRAGA, R.P. Energia Solar Fotovoltaica: Fundamentos e Aplicações. 2008. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Engenharia Elétrica) - Curso de Engenharia, Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2008.

CABRAL, I.; VIEIRA, R.. Viabilidade Econômica X Viabilidade Ambiental do Uso de Energia Fotovoltaica no Caso Brasileiro: uma abordagem no Período Recente. In: III Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, 2012, Goiânia/GO. Anais III Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, Goiânia/GO. 2012.

CERQUEIRA, G.A., PINTO H.S., FARIA, I.D, BAPTISTA, J.C.R., KASSMAYER, K., SOUZA, L.B.G, KÖHLER, M.A., ABBUD, O.A., PINTO, V.C. A Crise Hídrica E Suas Consequências. Boletim do legislativo, n. 27. 2015.

DAVID, T.M. SABBADINI, F.S. Políticas públicas e eficiência energética em energia solar: uma análise comparativa entre Brasil e Alemanha. XIV SEGeT SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA. Rio de Janeiro. Anais... 2017.

EMPRESA de Pesquisa Energetica. Potencial dos Recursos Energéticos no Horizonte 2050. Disponível em: <<http://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-227/topico->

416/03.%20Potencial%20de%20Recursos%20Energ%C3%A9ticos%20no%20Horizonte%202050%20(NT%20PR%2004-18).pdf.> Acesso em: set. 2019.

EMPRESA de Pesquisa Energetica. Balanço Energético Nacional 2019. Disponível em: < <https://is.gd/gMS4X0> > Acesso em: out. 2019.

LUZ, A.B.; BRAZ, E. - Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 20 p. (Série Rochas e Minerais Industriais, 2). 2000.

MINISTÉRIO de Minas e Energia. Energia Solar no Brasil e Mundo, Outubro, 2017. Disponível em: < encurtador.com.br/ioHQ6>. Acesso em: out. 2019.

MINISTÉRIO de Minas e Energia. Resenha Energética Brasileira, Maio, 2019. Disponível em: <<http://www.mme.gov.br/documents/1138787/1732840/Resenha+Energ%C3%A9tica+Brasileira+-+edi%C3%A7%C3%A3o+2019+v2.pdf/66a837a8-4164-4b37-be4a-59a5ad270c50?version=1.0>> Acesso em: set. 2019.

RELLA, R. Energia Solar Fotovoltaica no Brasil: Revista de Iniciação Científica, Revista de Iniciação científica Criciúma n.1. V.15, Criciúma, pág. 29-38, 2017.

A VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA NO MUNICÍPIO DE SANTA VITÓRIA DO PALMAR: OS IMPACTOS DO PARQUE EÓLICO E DO CAMPUS FURG*

**Gabrielle Silva Cruz
Ricardo Rodrigues Chaves**

Introdução

Compreendendo que o espaço urbano é resultado de ações políticas, sociais e econômicas constituídas ao longo do espaço tempo, de acordo com Chapin (1977), variações no valor de solo ocorrem devido a condicionantes diferentes, tais como fatores relacionados a localização, crescimento ou decadência socioeconômica.

Em janeiro de 2013, a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) inaugurou um novo campus em Santa Vitória do Palmar, com investimento avaliado em R\$ 293 mil, em recursos do orçamento da FURG e do Ministério da Educação (MEC) (FURG, 2010). A partir de 2015 o campus fomentou a migração de uma maior quantidade de estudantes em consequência da implementação de mais duas opções de graduação, compreendendo o total de cinco cursos de ensino superior: Comércio Exterior, Hotelaria, Relações Internacionais, Turismo e Tecnólogo em Eventos (FURG, 2015).

Adjacente aos fatores citados anteriormente, em 2017, a mesma cidade recebeu um novo investimento de cerca R\$ 1,2 bilhão da Atlantic Energias Renováveis S/A e do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), designado à construção do Complexo Eólico Santa Vitória do Palmar, um dos maiores da América Latina (BRDE, 2017). De acordo com o G1 os parques gerariam cerca de 4,8 mil empregos diretos e indiretos (2014).

* Trabalho realizado sob orientação do(a) docente Jonatas de Oliveira.

Todavia, a baixa qualificação da mão-de-obra santa-vitoriense resultou no deslocamento de trabalhadores para a cidade com o intuito de preencher os empregos ofertados, o que sucedeu em um aumento da demanda por residências na região durante a construção do complexo eólico.

Por conseguinte, este estudo tem como objetivo analisar os impactos dos investimentos no Complexo Eólico Santa-vitoriense nos preços dos imóveis disponíveis para locação no município e como a implementação do campus FURG corroborou para manutenção do valor dos aluguéis após o regresso dos funcionários com o término das obras no Complexo.

1 Metodologia

Para que o objetivo do estudo fosse alcançado utilizou-se da técnica *Survey*, podendo ser referida como a obtenção de dados ou informações sobre as características de determinado grupo (FONSECA, 2002, p. 33), através de um questionário auto administrado destinado a alcançar informações específicas dos entrevistados.

Foram aplicados questionários nas principais imobiliárias da cidade de Santa Vitória do Palmar, sendo elas a Imobiliária Tapi, Wilson Negócios Imobiliários, Imobiliária Farol, Imobiliária Campos do Sul, Morada Negócios Imobiliários e Imobiliária Bebé.

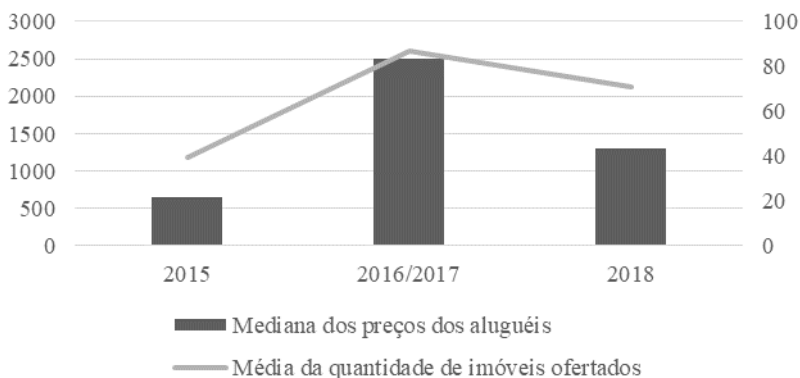
O estudo concentrou-se na apuração dos valores e quantidades de imóveis locados em três períodos, 2015, sendo antes da implementação dos cinco cursos de graduação da FURG e do Complexo santa-vitoriense, 2016/2017, durante as obras no complexo e quando o fluxo de estudantes migratórios se consolidou e, 2018, após a finalização do Complexo Santa Vitória do Palmar.

2 Resultados e Discussão

Através dos resultados obtidos, pôde ser observado um aumento de 384,61% na mediana dos preços dos aluguéis, juntamente com um crescimento de 116,70% na média da quantidade de imóveis ofertados entre 2016 e 2017, se comparado ao ano de 2015. Nos anos subsequentes, a evasão da mão-de-obra externa

ocorreu como consequência da conclusão das obras no Complexo Eólico Santa Vitória do Palmar em 2017, resultando em uma diminuição de 52% na mediana dos preços das locações e na queda média de 81,53% na quantidade de imóveis ofertados em relação a alta evidenciada durante a construção do Complexo Eólico.

Figura 1 - Mediana dos preços dos alugueis e média da quantidade de imóveis ofertados na cidade de Santa Vitória do Palmar



Fonte: Elaborado pelos autores.

A Figura 1 demonstra um crescimento adjunto da quantidade de imóveis ofertados e seus respectivos preços, considerando o excesso de demanda que pressionou a elevação dos em 2016/2017. Posteriormente, em 2018, a quantidade de propriedades disponíveis para locação diminuiu, compactuando com a queda nos preços. No entanto, ainda que ambos tenham decrescido, o mercado imobiliário de locação permanece com preços elevados, mesmo com a queda do excesso de procura, evidenciando a permanência de uma demanda considerável por locação de imóveis.

Contudo, notam-se dois fatores responsáveis pela redução dos efeitos causados no mercado imobiliário santa-vitoriense: A diminuição simultânea dos preços e quantidades ofertadas e; primordialmente, a expansão da migração de estudantes da FURG vindos em busca do ensino superior (Boletim Estatístico 2016, p. 41-45; Boletim Estatístico 2018, p. 164-165). Desta forma, considerar-se-á os alunos como responsáveis pela manutenção na demanda e,

consequentemente, nos preços dos aluguéis de imóveis, pois de acordo com Gregory Mankiw, “As ações dos compradores e vendedores conduzem naturalmente o mercado em direção ao equilíbrio entre oferta e demanda” (2013, p. 75).

Considerações Finais

Analisando, portanto, o mercado imobiliário de Santa Vitória do Palmar e o seu histórico de evolução entre os anos de 2015 a 2018, conclui-se que a cidade não se preparou para comportar a quantidade de pessoas vindas em decorrência do Complexo Eólico Santa-vitoriense e do campus da Universidade Federal do Rio Grande, fator que justifica a elevação dos preços de locação de imóveis desproporcionalmente. Os resultados apontam para a necessidade de um investimento em planos de desenvolvimento imobiliário, pois a universidade e o complexo eólico são projetos que tendem a se expandir ao decorrer do tempo.

Entretanto, é importante destacar as dimensões desta expansão, pois, ao passo que o complexo eólico se expande em ocasiões pontuais, como quando iniciam-se obras, por exemplo, a FURG é responsável por um aumento contínuo e linear deste mercado, logo, atraindo cada vez mais pessoas de outras regiões para a cidade, à procura de trabalho e ensino superior.

Referências

Assinado contrato para obras no campus FURG Santa Vitória. FURG - Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, 2010. Disponível em:

<<https://www.furg.br/es/noticias/noticias-arquivo/furg-15125>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

HISTÓRIA. FURG - Universidade Federal do Rio Grande. Disponível em:

<<https://www.furg.br/a-furg/historia>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

BRDE financia investimentos no Complexo Eólico de Santa Vitória do Palmar. BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. 2017. Disponível em:<<http://www.brde.com.br/noticia/brde-financia-investimento-no-complexo-eolico-de-santa-vitoria-do-palmar/>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

Complexo de energia eólica aumenta procura por imóveis no Sul do RS. G1. 26 de jul.de 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/07/complexo-de-energia-eolica-aumenta-procura-por-imoveis-no-sul-do-rs.html>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

CHAPIN, F. Stuart. Planificación del uso del suelo urbano. Barcelona, Oikos- tau, s.A. Ediciones, 1977.

CLARO, Paulo Renato Thompson; SILVA, Rudiclai da Costa; DE LIMA, Claudio Paz. BOLETIM ESTATÍSTICO 2016. Rio Grande. 2015. 156 p.

DA ROSA, Diego D’Avila; MARTINATTO, Karina Andrade; LUCAS, Andréia Sorressão; GONÇALVES, Jean Carlo Flores; BOSCO, Murillo Avila; Boletim Estatístico 2018. Rio Grande. 2017. 485 p.

MANKIW, N. Gregory. Principles of Economics. 6 ed. Mason: South-Western College Pub, 2012. 890 p.

EDITORA E GRÁFICA DA FURG
CAMPUS CARREIROS
CEP 96203 900
editora@furg.br



ISBN 978-65-5754-061-9

